

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIEGO ANTÔNIO PINHEIRO SOCA

**OS VOOS DA MORTE COMO MÉTODO DE DESAPARECIMENTO, EXTERMÍNIO  
E OCULTAÇÃO DE CADÁVERES NA ARGENTINA  
(1976-1983)**

Porto Alegre

2016

DIEGO ANTÔNIO PINHEIRO SOCA

**OS VOOS DA MORTE COMO MÉTODO DE DESAPARECIMENTO, EXTERMÍNIO  
E OCULTAÇÃO DE CADÁVERES NA ARGENTINA  
(1976-1983)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2016

## CIP - Catalogação na Publicação

Soca, Diego Antônio Pinheiro

Os vôos da morte como método de desaparecimento, extermínio e ocultação de cadáveres na Argentina (1976-1983) / Diego Antônio Pinheiro Soca. -- 2016.  
155 f.

Orientador: Enrique Serra Padrós.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Ditaduras de Segurança Nacional. 2. História da Argentina. 3. Terrorismo de Estado. 4. Doutrina de Segurança Nacional. 5. Vôos da Morte. I. Padrós, Enrique Serra, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DIEGO ANTÔNIO PINHEIRO SOCA

**OS VOOS DA MORTE COMO MÉTODO DE DESAPARECIMENTO, EXTERMÍNIO  
E OCULTAÇÃO DE CADÁVERES NA ARGENTINA  
(1976-1983)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 31 de maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (Orientador)

---

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

---

Profa. Dra. Claudia Wasserman

Porto Alegre

2016

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer a respeito dos desdobramentos da operacionalização dos voos da morte na Argentina, durante a última ditadura civil-militar daquele país, entre os anos de 1976 a 1983. É possível afirmar que os voos da morte configuraram, simultaneamente, uma prática de desaparecimento, extermínio e ocultação de cadáveres de opositores políticos em poder do Estado, escolhida, planejada e sistematizada pelos militares que tomaram o poder através do golpe de Estado em 1976. A metodologia empregada nesta prática de desaparecimento variou conforme o tempo e as condições apresentadas nos centros clandestinos de detenção (CCD). Levando-se em consideração esse fato, foi uma opção do presente trabalho debruçar-se mais pormenorizadamente no caso mais emblemático, a ESMA, a *Escuela de Mecánica de la Armada*, um dos maiores campos de concentração ativos durante o período da ditadura militar. Para as considerações deste trabalho, foram analisados documentos produzidos pelo Judiciário argentino relativos aos julgamentos dos repressores acusados de crimes de lesa-humanidade, assim como testemunhos pessoais de repressores e sobreviventes da ESMA. A prática dos voos da morte e suas consequências são transcendentais ao espaço físico que ocuparam os CCD. Estes desdobramentos ultrapassam inclusive os limites territoriais da própria Argentina, devido ao fato de que através das correntes marítimas do Rio da Prata e do Oceano Atlântico, cadáveres foram levados às praias do Uruguai, nação que também à época vivia sob um regime ditatorial. Além de uma metodologia de desaparecimento, os voos da morte também podem ser entendidos como uma metodologia de ocultação de cadáveres, como permite compreender o caso dos corpos lançados no delta do rio Paraná, na província de Entre Rios, e as diversas testemunhas das aparições e dos lançamentos. Há também o caso dos cadáveres aparecidos na costa brasileira, em abril de 1978, documentados por jornalistas, que levantam suspeitas a respeito da conivência das autoridades brasileiras com a ocultação dos restos mortais das vítimas dos voos da morte. Para as considerações sobre estes desdobramentos, são analisadas fontes testemunhais. O entendimento do funcionamento dessa metodologia de desaparecimento e ocultação de cadáveres é fundamental para a compreensão destes desdobramentos citados.

Palavras-chave: Ditaduras de Segurança Nacional. Argentina. Terrorismo de Estado. Doutrina de Segurança Nacional. Desaparecimentos. Voos da morte.

## ABSTRACT

This paper aims to discuss about the developments of the operation called "death flights" in Argentina, during the last civil-military dictatorship in that country between the years 1976 to 1983. It can be said that the "death flights" configured simultaneously, a practice of disappearance, death and concealment of corpses of political opponents by the state. This methodology used in the practice of disappearance varied as time and the conditions in the Clandestine Detention Centers (CCD). Taking into account this fact, it was an option of this work to address in more details the most emblematic case, the ESMA (*Escuela de Mecánica de la Armada*), one of the largest active concentration camps during the period of military dictatorship. For considerations of this work, documents produced by Argentine courts at the time of the trials of repressors accused of crimes against humanity, as well as personal testimonies of repressors and survivors of ESMA were analyzed. The practice of the "death flights" and its consequences transcend the physical space that occupied the CCD. These developments even beyond the boundaries of Argentina itself, due to the fact that through the currents of the Rio de la Plata and the Atlantic Ocean, corpses were taken to the beaches of Uruguay, a nation that also at the time lived under a dictatorial regime. In addition of being a methodology of disappearance, the "death flights" can also be understood as a methodology of concealment of corpses, once is it possible to understand the case of the bodies thrown into the Parana River delta, in the province of Entre Rios, and several witnesses of the apparitions. There is also the case of the corpses appeared on the Brazilian coast, in April 1978, documented by journalists, raising suspicions about the connivance of the Brazilian authorities with the concealment of the remains of victims of the "death flights". For consideration of these developments, witness sources are analyzed. The understanding of the operations of disappearance methodology and concealment of corpses is essential to understand these developments cited.

Key words: National Security Dictatorships. Argentina. State terrorism. National Security Doctrine. Disappearances. Death flights.

## AGRADECIMENTOS

A lista de agradecimentos para a conclusão deste trabalho é extensa, portanto espero não esquecer nenhuma das pessoas que me apoiaram e me motivaram a concluí-lo. Foi um processo longo, que representou um amadurecimento enorme, alguns dissabores, mas principalmente, incluiu pessoas em minha vida das quais jamais esquecerei, e serei sempre grato.

Em primeiro lugar, agradeço à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela possibilidade de realizar meu Mestrado acadêmico com bolsa de auxílio. Num momento em que assistimos às tentativas de desmonte da Universidade pública em nosso país, é fundamental valorizarmos as instituições voltadas à pesquisa científica. Também agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, aos seus professores, servidores e bolsistas. Pela paciência, pela disponibilidade e pelo profissionalismo, agradeço profundamente ao meu orientador prof. Enrique Padrós, que sempre esteve disposto a me ajudar nos momentos mais difíceis, além de ter contribuído de forma fundamental para o crescimento e a conclusão desse trabalho. Ao prof. Benito Bisso Schmidt agradeço pela confiança de ter possibilitado que eu prosseguisse com o trabalho, além da motivação na fase final, que muito me ajudou a concluir. Agradeço à ajuda indispensável das professoras Melisa Slatman e Caroline Bauer, que em algum momento de minha trajetória contribuíram de forma significativa com seus comentários a respeito da proposta desse trabalho. Não poderia deixar de agradecer também pessoalmente ao bolsista do PPG/HIST Guilherme Cardoso, sempre simpático e solícito, que tornou minha vida burocrática mais fácil nesse percurso.

Obviamente não poderia deixar de esquecer os meus queridos colegas professores da rede municipal de Eldorado do Sul, que deram apoio moral, torceram por mim e me acompanharam cotidianamente nessa longa jornada de altos e baixos: Patrícia Silva, Carla Borges, Viviane Goulart, Luciano Coimbra, Rosângela Debom, Giselle Santos, Sanoé Santos, Helen Silva, Silvana Rocha, Janaína Rocha e Dara Druck. Muito obrigado pela paciência, pela amizade e pela força. Vitória na guerra!

Aos amigos de longa data que me escutaram, me abraçaram, me consolaram e me deram muito apoio, dedico essas linhas e toda a gratidão do mundo: Lilhana Belardinelli, Leonardo Vigolo, Paula Arpini, Viviana Cemin, Liziê Vargas e Rodrigo Gomes. Obrigado

por sempre estarem comigo e me lembrarem dos bons tempos da graduação, onde os problemas eram menores e os sonhos eram maiores. Amo vocês.

Um dos maiores presentes que esse trabalho e toda essa minha trajetória na pós-graduação me trouxe foi a presença de três mulheres mais do que especiais em minha vida, e por isso serei eternamente grato a elas e ao universo: Silvania Rubert, Ananda Simões e Maria Cláudia Leite. Não existem palavras que possam exprimir o sentimento de gratidão e amizade que sinto por vocês, que foram, sem dúvida alguma, as que possibilitaram que essa minha trajetória seguisse até o fim, com suas palavras de apoio, amizade, carinho e compreensão, e também seus puxões de orelha. Vocês são as irmãs que a vida me deu de presente. Também amo vocês.

Algumas pessoas contribuíram de forma direta ou indireta, e torceram bastante para a conclusão desse trabalho, por isso gostaria de agradecer-las com todo o carinho: Sílvia Simões, que revisou o texto e me ajudou dando apoio e motivação, e Josely Rodrigues, que com seu profissionalismo, me ajudou de forma significativa para a conclusão dessa etapa em minha vida.

Não posso deixar de agradecer a Giovani Ghiggi, que foi parte importante desse longo caminho, apoiando nos momentos mais difíceis e compartilhando as alegrias e as tristezas. Muito obrigado pela paciência, pela ajuda e pelo companheirismo inabalável.

À Cláudia Belini, agradeço pela motivação dada à distância, pela paciência que teve comigo nas minhas semanas de refúgio em sua casa, e pelo apoio e carinho. Ao meu pai Julio Soca e à minha mãe Neusa Pinheiro, agradeço pelo amor incondicional e pelo trabalho incansável, refletido em uma luta diária ao longo de todos os anos de minha vida para me proporcionar uma base familiar sólida, que me permitiu ser a pessoa que sou hoje, e me proporcionar o estudo e as condições para que eu pudesse chegar até aqui. Esse trabalho é em homenagem ao esforço e à luta de vocês dois, o qual tentarei retribuir todos os dias da minha vida.

Por fim, dedico esse trabalho a todos os desaparecidos políticos de todas as ditaduras da América Latina. A essas pessoas que perderam a vida pela nobre causa de transformar esse pedaço do mundo em um lugar mais justo, dedico meu trabalho e meu respeito eternos. Como diz a música da banda *Calle 13*, “*Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina*”.

## LISTA DE SIGLAS

- ANCLA** - *Agencia de Noticias Clandestina* (Argentina)
- CCD** - Centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio (Argentina)
- CIDH** - Comissão Interamericana de Direitos Humanos
- CONADEP** – *Comision Nacional Sobre la Desaparicion de Personas* (Argentina)
- DIPRE** - *División Investigaciones e Inteligencia de la Prefectura Nacional Naval* (Uruguai)
- DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social
- DSN** - Doutrina de Segurança Nacional
- EAAF** - *Equipo Argentino de Antropología Forense*
- ERP** - *Ejército Revolucionário del Pueblo* (Argentina)
- ESMA** - *Escuela de Mecánica de la Armada* (Argentina)
- EUA** – Estados Unidos da América
- FAB** – Força Aérea Brasileira
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GT** – *Grupo de Tareas*
- MJDH** - Movimento Justiça e Direitos Humanos
- NN** - *Ningún Nombre*
- OEA** - Organização dos Estados Americanos
- PNN** - *Prefectura Nacional Naval* (Uruguai)
- RUVTE** - *Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado* (Argentina)
- SDHN** - *Secretaria de Derechos Humanos de la Nación* (Argentina)
- SIPNA** - *Prefectura Naval Argentina*
- TdE** – Terrorismo de Estado
- UCR** - *Unión Cívica Radical* (Argentina)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL, O TERRORISMO DE ESTADO E O DESAPARECIMENTO FORÇADO NA ARGENTINA.....</b>	<b>22</b>
1.1 O <i>Proceso de Reorganización Nacional</i> e suas bases ideológicas .....	23
1.2 Terrorismo de Estado na Argentina: conceituação e estratégias de implantação do terror. ....	38
1.3 Poder desaparecedor e a banalidade do mal: considerações sobre o extermínio planejado. ....	51
1.4 Voos da morte: a influência da doutrina francesa. ....	58
<b>2 OS VOOS DA MORTE COMO MÉTODO DE DESAPARECIMENTO E EXTERMÍNIO: O COMPLEXO ESMA.....</b>	<b>66</b>
2.1 Os campos de concentração e extermínio argentinos.....	67
2.2 O “complexo ESMA” .....	84
2.3 A operacionalização dos voos da morte na ESMA .....	91
2.4 Os voos da morte em outros campos de concentração .....	98
<b>3 OS VOOS DA MORTE COMO MÉTODO DE OCULTAÇÃO DE CADÁVERES: APARIÇÕES DE CORPOS E TESTEMUNHOS .....</b>	<b>101</b>
3.1 Os cadáveres aparecidos nas praias da província de Buenos Aires .....	102
3.2 Os cadáveres aparecidos no delta do rio Paraná .....	105
3.3 Os cadáveres aparecidos nas costas uruguaias.....	112
3.4 Os aparecimentos nas praias brasileiras .....	123
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>150</b>

## INTRODUÇÃO

Quando um estrangeiro resolve ir ao *Parque de La Memoria*, localizado na zona norte da cidade de Buenos Aires, e decide iniciar o longo trajeto pela orla do Rio da Prata, onde diversas placas sinalizadoras vão montando, de forma muito didática, uma narrativa histórica que fala sobre os sete anos da ditadura civil-militar que se instaurou naquele país a partir de 1976, talvez não compreenda, logo de início, o impacto que este período traumático da recente história da Argentina provoca no imaginário coletivo daquela nação. A grandiosidade do parque, a extensão do caminho percorrido e os paredões com os nomes das vítimas do Terrorismo de Estado (TdE), em algum momento nos dão uma ideia da importância dada pelos argentinos aos acontecimentos do período. Mas para um estrangeiro vindo do Brasil sempre é uma difícil missão tratar de assuntos tão delicados, tanto no dia-a-dia das pessoas, como em produções técnicas, ainda mais quando, no Brasil, espaços como este ainda estão muito longe de existirem, considerando o tratamento que a sociedade brasileira dá às discussões referentes à ditadura civil-militar instalada em 1964, assim como às políticas de reparação, de memória e de justiça. O que constituirá o foco deste trabalho é justamente uma das facetas mais sombrias da última ditadura civil-militar argentina: a operacionalização do método de extermínio e de ocultação de cadáveres conhecido, na Argentina, como os voos da morte, que consistiu em jogar opositores políticos, vivos ou mortos, ao mar.

“*Custa creerlo*”. Assim inicia a descrição contida no informe da *Comision Nacional Sobre la Desaparicion de Personas* (CONADEP), publicado em 1984, sobre as desapareições e as práticas repressivas e de extermínio da ditadura argentina. A repercussão foi grande à época, a incredulidade também. Horacio Verbitsky, jornalista e autor do livro “*El Vuelo: Una forma cristiana de muerte – Confesiones de un oficial de la Armada*” deixa transparecer suas impressões sobre os voos da morte na publicação de seu livro em 1995, que traz a confissão, rica em detalhes, do ex-capitão de corveta Adolfo Scilingo sobre a sua participação em um dos vários voos da morte que partiram da *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA): “(...) un episodio trascendente que operaba en la zona más profunda de la construcción social, com independência de cualquier coyuntura (...)”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> VERBITSKY, Horacio. **El Vuelo**. Buenos Aires: La Página, 2006, p. 139.

Até a atualidade o tema gera comoção e incredulidade, mesmo sendo alvo de investigações no marco dos atuais julgamentos dos crimes de lesa-humanidade cometidos neste período, realizados pelo poder judiciário argentino.

Os voos da morte e seus desdobramentos são transcendentais, conforme Verbitsky, e ultrapassam os limites da ética militar. Talvez justamente por isto, organizar e sistematizar os acontecimentos relacionados a este episódio seja uma tarefa complexa. Seus desdobramentos ultrapassam inclusive os limites territoriais da própria República Argentina, e através das correntes marítimas do Rio da Prata e do Oceano Atlântico, alguns cadáveres de vítimas dos voos da morte vão encontrar seu paradeiro final nos países vizinhos, no caso, Uruguai e Brasil, também reféns de ditaduras de Segurança Nacional.

Mas definir como se operacionalizaram os voos da morte é um desafio. Por ora, faz-se necessário elencar algumas proposições gerais, que irão auxiliar o entendimento sobre as reflexões propostas por este trabalho em seus subseqüentes capítulos.

A primeira diz respeito às metodologias de desaparecimento e extermínio empregadas pelos militares na última ditadura civil-militar argentina, entre os anos de 1976 e 1983. Os voos da morte, enquanto a metodologia mais planejada e sofisticada, que ficou tristemente emblemática na história do TdE na Argentina, foi um dos diversos métodos escolhidos pelos militares argentinos para este fim. Ao longo de sete anos a junta militar que tomou o poder após a deposição da presidenta constitucional María Estela Martínez de Perón, em 26 de março de 1976, foi responsável pelo desaparecimento de aproximadamente 30 mil pessoas<sup>2</sup>, pela implantação sistemática do TdE, pelo desmonte do Estado de bem-estar social, pela aplicação de políticas econômicas que resultaram num significativo empobrecimento de grande parte da população da Argentina, e pelo envolvimento do país em um conflito bélico contra o Reino Unido pela posse das ilhas Malvinas. Uma ditadura que utilizou práticas ilegais de sequestro e desaparecimento de pessoas, tortura física e psicológica, apropriação indevida de bens, roubo de crianças e extermínio físico de opositores.

Pode-se dizer então que o extermínio físico é o “resultado final” de uma eficaz estratégia de TdE implantada pelos militares argentinos para aniquilar a oposição e anestesiar a sociedade civil. Essa estratégia foi sistematizada pela repressão, e salvo exceções, era executada através do seguinte modelo de ação: a) sequestro ou detenção ilegal da vítima; b) privação de liberdade em centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio (CCD); c) ocultamento do local de confinamento e da situação do preso, por parte das autoridades; d)

---

<sup>2</sup> Número estimado por organismos de defesa dos Direitos Humanos, como as *Madres de la Plaza de Mayo* e o *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ), baseado na lógica de que a cada denúncia realizada, duas não foram feitas. A CONADEP, que funcionou durante 8 meses ao longo do ano de 1984, documentou 8.960 casos

realização de interrogatórios sob uso de tortura; e) execução da vítima; f) ocultamento do cadáver ou de qualquer outra informação a respeito da prisão, tortura e morte do preso nas mãos dos repressores. Deste modelo de ação, os que constituirão o foco das análises deste trabalho são principalmente as estratégias utilizadas para a execução das vítimas e o ocultamento de seus cadáveres, pois estes eram os objetivos iniciais dos voos da morte, realizados a partir de CCD como a ESMA. Estas considerações farão parte do primeiro capítulo deste trabalho.

No entanto, a ESMA, apesar de ser o caso mais conhecido através das denúncias dos sobreviventes, da CONADEP, do relato de Adolfo Scilingo e das investigações do terceiro processo iniciado em 2012 no *Tribunal Oral y Federal N° 5* por crimes de lesa-humanidade cometidos neste CCD<sup>3</sup>, não foi o único lugar de origem destes voos, que foram diversos em suas origens e suas metodologias. Torna-se, então, necessário compreender em linhas gerais o que foi esta prática, para poder dimensionar seus desdobramentos. A ocorrência dos voos da morte na ESMA é tratada no segundo capítulo deste trabalho.

A próxima proposição diz respeito ao *segundo desaparecimento*, ou seja, o desaparecimento do corpo da vítima lançada ao mar ou ao rio, viva ou não, que configura o principal desdobramento dos voos da morte, e tudo aquilo que possa implicar em testemunhas oculares, cumplicidades, conivências e silenciamento. O lançamento de opositores políticos ao Rio da Prata, ao Oceano Atlântico ou ao delta do Rio Paraná visava ocultar qualquer prova dos crimes cometidos pela repressão. Seria o ápice da lógica da impunidade que impulsionava as ações repressivas do regime de terror de Estado implantado pela ditadura argentina. No entanto, os cadáveres que apareceriam ao longo da costa da província de Buenos Aires e na região do delta a partir de março de 1976 não seriam o estágio final repressão, já que devido à reaparição da maior prova do crime cometido pelo TdE – ou seja, o cadáver das suas vítimas – era preciso ocultá-la novamente, configurando este *segundo desaparecimento*. Segundo Fabián Magnotta, autor do livro “*El Lugar Perfecto – Dictadura: Vuelos de la muerte y desaparecidos en el delta entrerriano (1976-1980)*”, pode-se identificar, no tempo e no espaço, três zonas geográficas em que retornariam às praias os cadáveres resultantes da prática dos voos da morte: as costas uruguaias (1976), as praias da província de Buenos Aires

---

<sup>3</sup> Este julgamento está em andamento no presente momento e é conhecido como *Megacausa ESMA*. Pela primeira vez imputa responsáveis pelos voos na morte realizado naquele CCD, que são eles: Mario Daniel Arrú, Alejandro Domingo D’Agostino, Enrique José de Saint Georges, Francisco Armando Di Paola, Ruben Ricardo Ormello, Gonzalo Dalmacio Torres de Tolosa (civil). Julio Alberto Poch, piloto acusado de ter realizado voos da morte, também está imputado.

(1977 e 1978) e o delta do rio Paraná, na província de Entre Ríos (1977, 1978 e 1979)<sup>4</sup>. Por consequência disto, estas são as zonas onde ocorreu o *segundo desaparecimento* dos corpos das vítimas do TdE, e onde estão as testemunhas desta história, que coagidas ou aterrorizadas, silenciaram durante anos. É possível também incluir nesse mapeamento o aparecimento dos cadáveres não identificados nas praias do litoral sul do Rio Grande do Sul, em 1978, apontado pelo jornalista Tito Tajés em 1985 como um dos prováveis desdobramentos dos voos da morte na Argentina.

Finalmente, a última proposição diz respeito aos desdobramentos dos voos da morte envolvendo outros países da região. Este é um efeito colateral, justamente pela chegada de cadáveres de vítimas nas costas marítimas de outros países, levados através das correntes oceânicas do Rio da Prata. Isto implicou na continuidade das “estratégias de implantação do terror” iniciada pelos militares argentinos. Nestes casos, o *segundo desaparecimento* da vítima não mais estaria sob a responsabilidade dos militares argentinos, mas de seus congêneres dos países envolvidos, que de forma conivente manteriam o silêncio sobre os crimes cometidos pela repressão na Argentina, fornecendo explicações diversionistas diante do surgimento dos cadáveres nas costas. No Uruguai, a partir de abril de 1976, chegariam à costa pelo menos 24 corpos, todos com fortes indícios de serem de opositores argentinos vítimas dos voos da morte. A principal denúncia documentada sobre esses corpos seria feita em 1980 por Daniel Rey Piuma, marinheiro uruguaio desertor e ex-agente de inteligência da *Prefectura Nacional Naval*<sup>5</sup>, que se refugiou na Europa e trouxe a público documentos sobre a aparição dos cadáveres nas margens orientais do Rio da Prata. Com as denúncias de Daniel Rey Piuma, que incluíam documentos sobre os corpos encontrados (principalmente fotos e autópsias), e depoimentos de agentes repressores envolvidos, viriam a público os meandros das operações de encobrimento da origem desses cadáveres por parte das autoridades navais uruguaias. Em seus livros *Un Marino Acusa* e *Los Crímenes del Río de la Plata*, o ex-marinheiro relata detalhadamente a aparição dos corpos, inclusive com reprodução dos documentos originais. Também relata a conexão direta entre as autoridades navais uruguaias e argentinas, a troca de informações sobre os acontecimentos relacionados à aparição dos cadáveres nas costas uruguaias, e a negligência dos legistas e dos juízes no trato das investigações sobre os corpos encontrados. Por fim, faz um apanhado de detalhes comuns entre as circunstâncias as quais os corpos foram encontrados, e também divulga um estudo de

---

<sup>4</sup> MAGNOTTA, Fabián. **El Lugar Perfecto – Dictadura:** Vuelos de la muerte y desaparecidos en el delta entrerriano (1976-1980). Buenos Aires: Ediciones Cinco, 2013, p. 86.

<sup>5</sup> Força de segurança responsável pela proteção de todas as vias navegáveis marítimas ou fluviais, existente tanto na Argentina como no Uruguai. Pode-se dizer que seu equivalente no Brasil é a Capitania dos Portos.

marés do Rio da Prata, feito por técnicos da *Prefectura Nacional Naval* em 1978, que diz que o movimento das marés é o responsável pela chegada de sedimentos encontrados nos rios Uruguai e Paraná nas praias uruguaias<sup>6</sup>.

No Brasil, a principal evidência da aparição de cadáveres que podem estar relacionados aos voos da morte é a reportagem não publicada escrita em 1985, pelo jornalista Tito Tajés, chefe da sucursal de O Globo em Porto Alegre, que relatou o aparecimento de um corpo nas proximidades do Farol do Albardão, no balneário do Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar, em abril de 1978, e de outro em São José do Norte, alguns dias depois do primeiro. A reportagem foi recusada para publicação pelo jornal O Globo, mas uma cópia da mesma consta no arquivo do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH), em Porto Alegre. Junto a ela estão também as fotos tiradas do cadáver pelo repórter fotográfico Jurandir Silveira, da Companhia Jornalística Caldas Júnior, que cobria o fenômeno da “maré vermelha” no dia da aparição do corpo em Hermenegildo. As fotos de Silveira também jamais seriam publicadas nos jornais. Na reportagem, Tajés relata o encontro do cadáver do Hermenegildo por dois moradores da localidade, os procedimentos realizados pela polícia civil (incluindo cópias da certidão lavrada pelo delegado de Santa Vitória do Palmar e da autópsia feita no cadáver), e o destino final dado aos despojos chegados à praia. A extensa reportagem escrita em 1985 não só remonta ao caso dos cadáveres encontrados nas praias gaúchas, mas vai além, fazendo a devida conexão com os fatos denunciados por Daniel Rey Piuma, e fazendo uma importante denúncia sobre os crimes cometidos pelos militares argentinos. Na parte final do texto, Tajés reproduz uma entrevista com Jair Krischke<sup>7</sup>, fundador do MJDH, que afirma a certeza de que os corpos encontrados nas praias gaúchas eram sim de presos políticos, indagando também se seriam apenas aqueles dois corpos que deram à praia nessa época. Os desdobramentos destas aparições e tudo aquilo que envolve a existência de testemunhas, a cobertura da imprensa, o reconhecimento dos cadáveres, a atuação das autoridades navais (no caso do Uruguai) ou da polícia civil (no caso do Brasil), e o destino dado às investigações e aos despojos, também devem ser considerado e incluído dentro deste complexo. As questões referentes ao *segundo desaparecimento* dos corpos das vítimas dos voos da morte e o envolvimento de autoridades uruguaias e brasileiras serão abordadas no terceiro capítulo deste trabalho.

---

<sup>6</sup> PIUMA, Daniel Rey. **Un Marino Acusa**. Montevideo: Tupac Amarú Editores, 1988, p. 124.

<sup>7</sup> Jair Krischke é ativista dos Direitos Humanos e fundador do MJDH ao final da década de 1970, no contexto da abertura política. O MJDH atuou diretamente em casos de denúncia de violação dos direitos humanos na área do Cone Sul e no auxílio à retirada de milhares de perseguidos políticos de seus países de origem. O caso mais emblemático foi a denúncia do sequestro dos uruguaios Universindo Díaz e Lilian Celiberti (juntamente com seus dois filhos menores) em Porto Alegre, em 1978.

É importante ressaltar que o presente trabalho é continuação de uma pesquisa iniciada ainda na graduação, a partir do contato que tive com o caso dos cadáveres aparecidos em Santa Vitória do Palmar e São José do Norte em 1978, que posteriormente culminou com a elaboração de meu trabalho de conclusão de curso<sup>8</sup>, apresentado em 2011 no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do prof. Dr. Enrique Serra Padrós. Esta dissertação é fruto da continuação desta pesquisa, englobando agora aspectos mais gerais sobre a ditadura militar argentina e o TdE.

Para aprofundar melhor a compreensão das proposições apresentadas anteriormente, e que deverão ser desenvolvidas nos capítulos subsequentes, é preciso realizar algumas reflexões que ajudarão à consecução do trabalho, que nortearão as opções teórico-metodológicas e as preocupações sobre a natureza do objeto de pesquisa e das fontes selecionadas, dentro da lógica da História do Tempo Presente.

Tornam-se necessários alguns apontamentos a respeito do caráter teórico-metodológico do tratamento de um assunto tão sensível como a prática de extermínio denominada voos da morte, e toda a complexidade da sua abrangência e seus desdobramentos. Em realidade, a preocupação maior aqui é de traçar alguns parâmetros que nortearão o tratamento histórico de um acontecimento que continua inconcluso, pelo menos em relação à culpabilidade dos responsáveis, haja vista que enquanto estas linhas são escritas, os julgamentos da chamada *Megacausa ESMA* estão ocorrendo, e os responsáveis pelos voos da morte estão sendo julgados por crimes de lesa-humanidade.

Uma das principais características da escrita do Tempo Presente, como lembra Eric Hobsbawm, é que ela é a história do nosso próprio tempo, do próprio tempo de vida do historiador<sup>9</sup>. Apesar da proximidade temporal e da inconclusividade de um tema como os desdobramentos dos voos da morte na Argentina, a consecução de um trabalho histórico, dentro da perspectiva da História do Tempo Presente, deve pautar-se sempre dentro de alguns parâmetros que definem a essência mesmo da ciência histórica. Mantendo-se um radical compromisso com a verdade (até os limites do possível, como alerta Braunstein, considerando a impossibilidade de uma verdade absoluta<sup>10</sup>), e levando em conta a perspectiva do processo

---

<sup>8</sup> SOCA, Diego Antônio Pinheiro. **“O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina”**: os “vãos da morte” e a convivência das ditaduras do Brasil e do Uruguai com o ocultamento dos corpos devolvidos pelo mar. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

<sup>9</sup> HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 244.

<sup>10</sup> BRAUNSTEIN, N. A. et al. *Psicología: ideología y ciencia*. México: Siglo XXI, 1979 *apud* PADRÓS, Enrique. **História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos**. Tempo e

histórico, o conhecimento científico já produzido, a análise e a estruturação das fontes, problematizando, hierarquizando e estabelecendo conexões através de instrumentos metodológicos definidos, sempre permitindo a verificabilidade destas, é possível construir o conhecimento histórico. Mesmo que a proximidade temporal dos acontecimentos seja quase que imediata, e que o acesso à documentação oficial seja escasso ou inexistente<sup>11</sup> (não há notícia de que algum pesquisador tenha tido acesso a documentos militares relacionados com os voos da morte), estas dificuldades, inerentes à História do Tempo Presente, devem ser encaradas desde a perspectiva de que o fundamental é fornecer uma base explicativa que, mesmo sendo provisória, seja plausível e contribua ao cenário desordenado de acontecimentos do tempo presente<sup>12</sup>.

Já o historiador Jacques LeGoff reconhece as especificidades da História do Tempo Presente, mas alerta que para legitimá-la como conhecimento histórico, são necessárias algumas operações, as quais esquematiza da seguinte maneira: a) absorver o presente com profundidade histórica pertinente; b) manifestar espírito crítico em relação à metodologia e leitura das fontes; e c) localizar e contextualizar os fatos dentro de uma perspectiva histórica analítica de longa duração, e não apenas enumerá-los, para que se caracterizem verdadeiramente como trabalhos históricos<sup>13</sup>.

Uma preocupação constante nas produções historiográficas do tempo presente, principalmente naquelas que abordam assuntos relacionados a períodos traumáticos da história recente, e que também está intrinsecamente relacionada à consecução deste trabalho, é o fato de que as ditaduras de Segurança Nacional que se instalaram na América Latina a partir da década de 1960 promoveram uma ação institucional de esquecimento, de desmemória, fruto dos acordos políticos que levaram à redemocratização, em que através de leis de auto-anistia, procurava-se apagar da memória coletiva os acontecimentos relacionados à repressão legal ou ilegal do momento, isentando os responsáveis de suas culpas. Uma espécie de tentativa de “superar o passado” em nome de uma suposta “conciliação nacional”, em que os que foram vítimas de perseguição política deveriam esquecer o que sofreram. Então a proposição de questionamentos acerca deste passado “esquecido” insere-se dentro de

---

Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, UDESC, Florianópolis, Edição I, Nº 1, mar. 2009, p. 202.

<sup>11</sup> No caso dos voos da morte e seus desdobramentos, a principal fonte de informações até o momento são os depoimentos de sobreviventes dos CCD, de ex-repressores, de testemunhas do “segundo desaparecimento” dos cadáveres das vítimas, e mais recentemente, da documentação produzida pelo poder judiciário argentino no âmbito das investigações da *Megacausa ESMA*.

<sup>12</sup> PADRÓS, 2009, op. cit., p. 204.

<sup>13</sup> LE GOFF, Jacques. A Visão dos Outros: Um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Phillippe (orgs.). **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 101.

um dos parâmetros essenciais da História do Tempo Presente: a vontade de *agir* sobre o passado, de repará-lo, re-julgá-lo, talvez ressignificá-lo. Henry Rousso nos fala sobre essa mudança de relação com o passado, intrínseca à História do Tempo Presente, e que atingiu também a escritura do passado:

O passado não é mais algo ‘acabado’, mas uma matéria sobre a qual se pode agir, da mesma maneira como se age sobre o presente: isso explica a importância da memória, e o fato de que o passado se enfraquece nesse registro muito mais do que em ‘termos de história’, já que a memória sendo a presença do passado, *a priori*, é possível agir sobre ela, enquanto é absurdo querer mudar o passado.<sup>14</sup>

Dentro do tema da inconclusividade do fato histórico analisado, é importante considerar que este, mesmo quando o historiador desconhece o desfecho de seus desdobramentos, não aparece desconexo ou deslocado da realidade do processo histórico que lhe dá sentido. No entanto, isso só será possível se trabalhado dentro de uma abordagem crítico-científica de história-processo, levando em conta as já expostas considerações de outros autores que dissertaram sobre o tempo presente. Este então se transforma no principal objetivo deste trabalho, ou seja, considerar os processos históricos que ocorreram na América Latina, e especialmente na Argentina, em relação à aplicação dos ditames da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e no surgimento das diversas ditaduras de Segurança Nacional a partir da década de 1960 em todo o continente, e especificamente a partir de 1976 naquele país, e que dão suporte para a compreensão dos voos da morte e seus desdobramentos já expostos anteriormente.

Ainda dentro do tema da inconclusividade, é necessário apontar que, em função da insciência do desfecho do fato histórico analisado, o historiador pode incorrer no erro de considerar como definitivo algo provisório, ou sobrevalorizar eventos que posteriormente poderão ser considerados irrelevantes. Esse alerta, em realidade, representa uma das características inerentes às produções do tempo presente. O desconhecimento do devir concede maior liberdade para as mais diversas elucubrações. A inconclusividade permite, também, considerar-se um maior número de hipóteses, as quais, por sua vez, apontam para uma diversidade de cenários possíveis<sup>15</sup>. Interessante é o exemplo dado por Hobsbawm, que vai de encontro a essa afirmação, quando fala que não seria nenhum absurdo a um historiador da década de 1960 acreditar que a economia soviética era exuberante e logo superaria a sociedade capitalista na corrida pela riqueza material, já que a maioria dos políticos e especialistas acreditavam nisso, especialmente depois que a União Soviética demonstrou que

<sup>14</sup> ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JR., Gilson. **História do Tempo Presente**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 284.

<sup>15</sup> PADRÓS, 2009, op. cit., p. 209.

havia vencido a corrida espacial. Segundo ele, “Nossa sabedoria não consiste em que necessariamente compreendemos os mecanismos da economia soviética melhor que os economistas de 1961, mas que a passagem do tempo nos propiciou a arma final do historiador, a retrovisão”<sup>16</sup>.

Conforme Padrós, as análises parciais devem contemplar a possibilidade de que, por ser a História do Tempo Presente uma história inconclusa, em movimento, novas ponderações possam dar correção de rumo. A possibilidade de novos questionamentos perpassa todo o espectro da história, independente de ser do tempo presente ou não; logo, o caráter de inconclusividade não é um critério que inviabilize o trabalho do historiador. As reflexões acerca do imediato, mesmo provisórias, sendo cientificamente plausíveis, podem constituir uma contribuição qualificada na atual torrente de (des)informação<sup>17</sup>.

Por fim, cabem algumas considerações a respeito da questão da objetividade dentro das produções da História do Tempo Presente. Jean Lacouture cita Michel de Certeau ao explicar que os fatos históricos já são constituídos como tais pela introdução de um sentido na objetividade, ou seja, eles enunciam escolhas anteriores. Cabe ao “imediatista” – o historiador do tempo presente – condenar os afloramentos da subjetividade, e encontrar a salvação no aclaramento de suas orientações<sup>18</sup>.

A ausência de distanciamento cronológico pode ser considerada como uma potencialidade do tempo presente, mesmo que não se negue a subjetividade que possa existir por esta ausência. Sem a pretensa objetividade positivista, o historiador, ao ter que analisar os acontecimentos na simultaneidade da sua manifestação, fica muito mais exposto e é obrigado a esclarecer sua orientação teórico-metodológica, e até mesmo política. O discurso da defesa do distanciamento temporal não passa de um exercício de retórica; ele, *per si*, não diminui a subjetividade, da mesma forma como a objetividade pura e a neutralidade<sup>19</sup>. São opções teórico-metodológicas claras, que buscam romper a barreira do “esquecimento coletivo” induzido pelos artífices das ditaduras de Segurança Nacional, principalmente nos períodos posteriores de redemocratização. Esquecimento este que perdura até os dias de hoje, fundamentado principalmente na manutenção ainda de uma “cultura do medo” – um dos expedientes mais eficazes do TdE. O uso de testemunhos silenciados pelo terror como fonte histórica é o que possibilita a construção de conhecimento quando não é possível acessar registros documentais sobre os fatos analisados. Aqui então se revela uma das possíveis

---

<sup>16</sup> HOBSBAWM, op. cit., p. 249.

<sup>17</sup> PADRÓS, 2009, op. cit., p. 209.

<sup>18</sup> LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 209

<sup>19</sup> PADRÓS, 2009, op. cit., p. 213.

contribuições que este trabalho pode dar ao conjunto da sociedade: uma quebra dentro desta lógica perversa do medo, e a elucidação de algumas questões em aberto.

Para Padrós, é possível elencar ainda mais alguns aspectos sobre o engajamento do historiador do tempo presente. A escolha de assuntos sensíveis (o autor dá o exemplo de professores argentinos que resolveram escrever um livro didático sobre a história contemporânea de seu país, trabalhando a temática da recuperação da memória e da história dos desaparecidos, mas que com certeza pode ser pensado também em relação ao estudo dos voos da morte, outro tema sensível no âmago da sociedade argentina) demonstra a necessidade de se refletir sobre questões complexas, assumindo atitudes de engajamento e de compromissos contra os processos de esquecimento. Partindo-se de uma perspectiva de análise abrangente, explicativa e total, seguindo os pressupostos teórico-metodológicos já expostos referentes à História do Tempo Presente, a exigência de propor-se uma leitura contextualizada de obras como o relatório *Nunca Más* da CONADEP, ou de abordar assuntos como as práticas de extermínio da ditadura civil-militar, articulando-se todas as instâncias possíveis no conjunto da sociedade, são pertinentes para que se possa consolidar uma certa postura pedagógica, no sentido de aprender com os acontecimentos. Caso contrário, ainda dentro do exemplo anterior, sem o cuidado e o rigor científico, sem as discussões pertinentes sobre a história política e as devidas considerações sobre a violência e o resgate da memória do período, cai-se no risco de transformar a leitura do *Nunca Más* (ou do *El Vuelo*, de Verbitsky) numa experiência comparável à de assistir a um filme de terror, “(...) onde a última coisa que queremos é que termine logo para abandoná-lo no canto mais afastado das lembranças”<sup>20</sup>.

Estes primeiros apontamentos reforçam o aporte teórico-metodológico deste trabalho e ajudarão sua consecução posterior. As considerações postas aqui sobre o caráter da História do Tempo Presente servem de norte para o estudo da temática dos voos da morte, e tudo aquilo que se relaciona com a sua complexidade metodológica e seus desdobramentos nacionais e transnacionais. Questões como a inconclusividade do fato histórico analisado, a tensão entre objetividade-subjetividade do historiador com seu objeto de pesquisa, o engajamento e os cuidados metodológicos apontados pelos diversos autores aqui citados irão perpassar toda a construção da narrativa histórica proposta, que pode apresentar dificuldades de percurso e terminar em conclusões parciais, e que quando assumidas pelo pesquisador,

---

<sup>20</sup> DUSSEL, Inés; FINOCCHIO, Silvia; GOJMAN, Silvia. **Haciendo memoria en el país de Nunca Más**. Buenos Aires: EUDEBA, 1997 *apud* PADRÓS, 2009, op. cit, p. 216.

assim como suas posturas políticas (desde que mantido o rigor científico), não significam deficiências em seu trabalho, mas sim características próprias da História do Tempo Presente.

No que se refere aos capítulos do presente trabalho de pesquisa, serão três: 1) capítulo sobre a ditadura de Segurança Nacional instalada na Argentina a partir de 1976, o TdE, o desaparecimento forçado e o extermínio de opositores; 2) capítulo sobre os voos da morte como método de extermínio e o complexo ESMA, principal campo de concentração da ditadura argentina; e 3) capítulo sobre um os voos da morte como método de desaparecimento e ocultação de cadáveres, e as aparições de corpos e testemunhos.

As fontes utilizadas por este trabalho baseiam-se principalmente em depoimentos de ex-repressores como Adolfo Scilingo, e dos acusados pela *Fiscalía Federal N° 3* no requerimento de elevação a juízo dos responsáveis pelos voos da morte no CCD localizado na ESMA, dentro do que é conhecido como *Megacausa ESMA – Causa Vuelos*; os relatos testemunhais de aparições de cadáveres nas praias da província de Buenos Aires e no delta do rio Paraná, em Entre Rios, recolhidos por jornalistas como Fabián Magnotta; e o documentos arrolados nas denúncias feitas pelo ex-marinheiro Daniel Rey Piuma, que tratam do envolvimento das autoridades militares uruguaias com a ocultação dos cadáveres aparecidos às praias daquele país, assim como os documentos arrolados na reportagem não publicada do jornalista brasileiro Tito Tajés sobre a aparição de cadáveres no litoral sul do Rio Grande do Sul.

## **1 A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL, O TERRORISMO DE ESTADO E O DESAPARECIMENTO FORÇADO NA ARGENTINA**

Os voos da morte na Argentina configuraram, simultaneamente, uma das práticas de extermínio e ocultação de cadáveres de opositores políticos em poder do Estado, escolhida, planejada e sistematizada pelos militares daquele país, que tomaram o poder através do golpe militar de 24 de março de 1976. A metodologia empregada nesta prática de extermínio variou conforme o tempo e as condições apresentadas nos CCD, lugares do aparato repressivo onde os presos políticos eram levados após o seu sequestro pelas forças de segurança, e onde eram mantidos em cativeiro, sofrendo torturas físicas e psicológicas. O caso mais emblemático e mais conhecido, talvez a principal referência quando se fala em voos da morte, é a sistemática empregada na ESMA, a Escola de Mecânica da Marinha, que foi um dos maiores campos de concentração durante o período do *Proceso de Reorganización Nacional*. É possível afirmar que os fatos que ocorreram na ESMA possuem uma simbologia tão representativa deste período obscuro da história recente da Argentina, quanto Auschwitz representa todos os horrores do nazismo e do Holocausto para os judeus e para a história recente da Alemanha. Efetivamente, as aberrantes violações aos direitos humanos, como as torturas físicas e psicológicas, a condição concentracionária, a apropriação de filhos de presas políticas nascidos em cativeiro, a apropriação ilegal de bens matérias dos sequestrados, e a execução sistemática de opositores jogados vivos desde aviões ao mar, fazem parte de uma lógica de destruição humana que possui paralelos com a lógica industrial da morte imposta no cotidiano concentracionário dos campos nazistas de extermínio.

Para tanto, faz-se necessário primeiramente uma breve explanação sobre o contexto político conturbado que a Argentina experimentava desde o golpe que depôs Juan Domingo Perón da presidência da República, em 1955. Da mesma forma, deve-se considerar o contexto geral que se desenhava no cenário de Guerra Fria após 1945, em que os países latino-americanos ficavam sob a esfera de influência política e econômica da superpotência capitalista, os Estados Unidos. É importante ter em mente quem foram as vítimas do terror de Estado, pelo que lutavam, por que viraram vítimas, e por que foi tomada a decisão de exterminá-las pelos militares. Há que se considerar que os ditames da DSN, e suas concepções repressivas oriundas das práticas usadas pelo exército francês nas guerras de independência da Argélia e da Indochina, e das apropriações feitas da experiência do exército dos Estados Unidos no Vietnã, serviram de base para o treinamento recebido pelos militares latino-americanos nas Escolas de Guerra criadas pelo governo estadunidense, a partir da

década de 1950, no contexto da Guerra Fria. Tal iniciativa fazia parte do esforço de instrumentalização das Forças Armadas latino-americanas para atuar na contenção do que era percebido como a expansão da “ameaça comunista” na região. As estruturas utilizadas para tal fim foram as ditaduras de Segurança Nacional, que surgiram no continente a partir da década de 1960. O arcabouço ideológico adquirido nos mais diversos cursos oferecidos pelo complexo da Escola das Américas, e elaborado e reelaborado nas escolas militares de vários países latino-americanos, com o especial destaque da Escola Superior de Guerra (ESG) do Exército Brasileiro, influenciou os militares argentinos na escolha de suas “estratégias de implantação do terror”, bem como na priorização da modalidade do “desaparecimento forçado”, particularmente o extermínio sistemático e a ocultação dos cadáveres dos opositores políticos através dos voos da morte.

### **1.1 O *Proceso de Reorganización Nacional* e suas bases ideológicas**

A intervenção das Forças Armadas na política nacional argentina foi recorrente ao longo de sua história. Quando Jorge Rafael Videla, Emilio Massera e Orlando Agosti, integrantes da Junta Militar que pôs fim ao mandato constitucional da presidenta María Estela Martínez de Perón, assumiram o comando do poder executivo nacional através de um golpe militar, consumia-se a décima primeira intervenção dos militares na política argentina somente no século XX. O golpe de 1976 foi consequência de um longo processo histórico de crise política e institucional, cuja origem remonta ao golpe que depôs Perón do poder, em 1955. Cabe aqui uma breve explanação sobre o contexto histórico da Argentina deste período.

O general Juan Domingo Perón foi eleito presidente da República em três oportunidades: em 1946, em 1951 e em 1973. Quando assumiu pela primeira vez em 1946, logo após 16 anos de sucessivos governos militares – a chamada *Década Infame*, começou a introduzir na Argentina mudanças políticas, econômicas e sociais, que o definiriam como o protótipo de governante populista. Dono de um estilo pessoal muito característico, Perón teve amplo respaldo popular, e juntamente com Evita, sua esposa à época, encarnava perfeitamente o papel de grande líder paternalista.

Perón defendia um Estado forte, ou seja, intervencionista, protetor e corporativo. Sendo assim, ao longo dos seus nove anos de governo, impulsionou fortemente o desenvolvimento da indústria nacional, e redirecionou a política econômica para a criação de um mercado interno de envergadura. Mas provavelmente o principal feito de seu governo foi a formalização de um novo pacto social, através da instituição de políticas públicas – como,

por exemplo, as leis trabalhistas – que articularam a inclusão de setores historicamente excluídos na vida política e econômica do país. A principal consequência disso foi a constituição de uma ampla base de apoio popular. Mesmo com Perón fora do poder a partir de 1955, o peronismo ficaria profundamente arraigado na cultura política argentina, com ecos até os dias de hoje.

No entanto, o discurso peronista era por demais elástico, localizado num meio termo entre o nacionalismo e o autoritarismo, o que o situava “perigosamente numa ‘terceira posição’ entre capitalismo e comunismo, em meio à Guerra Fria”<sup>21</sup>. Essa incerteza, aliada às políticas nacionalistas e econômico-distributivas do Estado de bem-estar social montado por Perón, acabaram gerando uma forte oposição de diversos setores da burguesia nacional, e também dos representantes do capital monopolista, que viam seus interesses afetados pelo desenvolvimento da indústria nacional. Sem contar com a forte oposição dos Estados Unidos. Sendo assim, não demoraria muito para que esses setores burgueses, juntamente com alas mais conservadoras da Igreja e das Forças Armadas, começassem a conspirar contra o governo peronista, contando também com o descontentamento das classes médias urbanas e da esquerda, que denunciavam o caráter autoritário do regime populista.

A queda de Perón em setembro de 1955 ocorreu após um levante militar frustrado, que envolveria inclusive um bombardeio à Praça de Maio no mês de junho anterior<sup>22</sup>. Foi a vitória da auto intitulada *Revolución Libertadora*, a “(...) materialização completa de um amplo frente antiperonista e de um golpe militar que contava com o beneplácito das oligarquias, a benção da Igreja, a simpatia dos EUA e o apoio de setores civis, imbuídos do discurso liberal, democrático e antiperonista”<sup>23</sup>. Soaria como uma prévia do que iria acontecer novamente em 1966 e finalmente em 1976.

Após dissensões internas, assumiria o poder o grupo político liderado pelo general Pedro Eugenio Aramburu, com um projeto econômico de cunho liberal e um projeto político formalmente democrata, embora excludente, pois proibia o peronismo. No entanto, todos os governantes que sucederam Perón, militares ou não, tiveram que criar mecanismos de convivência, acordo ou cooptação em relação aos peronistas, para poder governar com

---

<sup>21</sup> FERNÁNDEZ, Jorge Christian. Argentina 1976-1983: Extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique (org.). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006, p. 32.

<sup>22</sup> O bombardeio da Praça de Maio ocorrido em 16 de junho de 1955 foi planejado e executado por membros da Aviação Naval da Marinha Argentina e civis anti-peronistas, com destaque para líderes políticos da *Unión Cívica Radical* (UCR). No total, foram 308 mortes e mais de 700 feridos, entre civis e militares. Cf: PORTUGHEIS, Rosa Elsa (coord.). **Bombardeio de 16 de junio de 1955**. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos. Archivo Nacional de la Memoria, 2015.

<sup>23</sup> FERNÁNDEZ, op. cit., p. 33.

alguma legitimidade, pois como dito anteriormente, o peronismo já estava profundamente enraizado na cultura política nacional.

Entre 1958, com a saída do poder dos militares da chamada *Revolución Libertadora*, até 1966, a Argentina teve três governantes civis: Arturo Frondizi (1958 a 1962, derrubado por um golpe militar), José M. Guido (1962 a 1963, de caráter provisório) e Arturo Illia (1963 a 1966, derrubado por outro golpe militar), todos oriundos da *Unión Cívica Radical* (UCR). Nenhum destes presidentes concluiu seu mandato, e quase sempre estiveram sob tutela militar.

Uma das causas do golpe de 1976 que instaurou o infame *Proceso de Reorganización Nacional* está justamente na dicotomia política existente entre peronismo versus antiperonismo, que surgiu na Argentina nesses tempos turbulentos. Conforme Fernández, “Nesse quadro, diversos atores sociais se postularam a favor ou contra o Estado protecionista e interventor ou o Estado mínimo, pelo populismo ou pelo liberalismo, ou ainda para saídas da crise via democracia ou autoritarismo”<sup>24</sup>.

Os governos da UCR que se sucederam após 1955 foram de certa forma ambíguos em relação às políticas econômicas e sociais: mantiveram-se na linha desenvolvimentista oriunda do populismo peronista, mas possibilitaram uma forte concentração de capitais, além de darem início ao processo de endividamento da Argentina junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Também enfrentaram conflitos com a base de apoio de Perón, ao tentar atacar as estruturas do Estado de bem-estar social montado no período populista.

No entanto, a própria base de apoio do peronismo começou a sofrer um processo de radicalização, dividindo-se entre os que apoiavam as medidas conciliadoras com os governos da UCR, e os da chamada “Resistência Peronista”, que se opunham. Esses opositores, com o passar do tempo, começaram a modificar seu discurso, migrando para a esquerda, posicionando-se contra o imperialismo, adotando conceitos de justiça social cada vez mais revolucionários e emancipadores, e embalados pela Revolução Cubana de 1959, assumindo posturas cada vez mais favoráveis à opção pelas armas.

Distensões internas das Forças Armadas já começavam a delinear uma resposta à radicalização do discurso opositor. Na década de 60 dois grupos militares entraram em conflito: militares legalistas que apoiavam uma saída institucional e uma aproximação com os peronistas; e militares conservadores e anticomunistas, que associavam o peronismo ao comunismo – influenciados pela DSN – e defendiam uma saída autoritária. Os legalistas

---

<sup>24</sup> Ibidem.

saíram vencedores, garantindo o governo constitucional de Arturo Illia, mas mantendo o peronismo proibido, atendendo em parte as reivindicações dos conservadores.

No entanto, os legalistas liderados pelo general Juan Carlos Onganía seriam os artífices do golpe de 1966, que derrubaria o combalido governo de Illia, desmoralizado tanto por setores burgueses (que criticavam sua política econômica intervencionista) com o apoio da imprensa, como por setores peronistas (que exigiam a manutenção das políticas de vantagens e concessões aos sindicatos, e o retorno de Perón de seu exílio na Espanha) e da esquerda, que ensaiava já os primeiros movimentos de luta armada na província de Salta. O golpe militar de 1966, que se auto intitulou *Revolución Argentina*, novamente teve amplo respaldo. Mas Onganía (a quem foi entregue o poder Executivo após o golpe) acabou assumindo uma postura fortemente autoritária e personalista, e também influenciado pelos ditames da DSN, começou a reprimir tanto o peronismo, como socialistas e comunistas, ampliando a repressão política aos sindicatos e aos partidos políticos, que foram extintos. No campo econômico, adotou uma política liberal e tecnocrata, pressionado pelas elites. Instituiu também a censura à imprensa, promoveu violenta intervenção nas universidades e medidas moralizantes à sociedade civil.

A queda do governo constitucional em 1966 representou também a configuração de um novo cenário político na Argentina. A escalada autoritária de Onganía geraria uma forte oposição, que culminaria no levante popular de Córdoba (região com forte presença operária e estudantil), em maio de 1969, conhecido como *Cordobazo*. Estudantes e operários desafiaram o poder militar, pondo em xeque a capacidade da *Revolución Argentina* de manter a ordem. Esse levante daria início a um processo de radicalização da vida política argentina, um período de violência que se estenderia até o golpe de 1976, em que setores sociais se uniriam para combater o autoritarismo e o imperialismo.

Há de se destacar que o *Cordobazo* também era o reflexo de uma conjuntura global de contestações contra a ordem política e social capitalista, iniciadas pelo Maio de 1968 francês, mas também tendo como referência a forte oposição à Guerra do Vietnã nos Estados Unidos, a “Primavera de Praga”, e outros movimentos contestatórios do final da década de 1960. Por fim, o levante popular de Córdoba representava a união de estudantes e operários, animados pelos ventos revolucionários propagados na América Latina, que culminou com o surgimento de importantes grupos guerrilheiros marxistas e peronistas. Entre os primeiros, destacam-se as *Fuerzas Armadas de Liberación*, de orientação guevarista, a *Organización Comunista Poder Obrero* de orientação maoísta, e o *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), de orientação trotskista, que se tornaria a mais importante organização armada

marxista. Já entre os seguidores de Perón, surgiriam as *Fuerzas Armadas Revolucionárias*, as *Fuerzas Armadas Peronistas*, e os *Descamisados*. No entanto, com a fusão de outros grupos menores, e tendo como principal objetivo o retorno de Perón e a continuidade do processo revolucionário para construir o “socialismo nacional”, seria criada em 1970 a mais importante e poderosa guerrilha peronista, os *Montoneros*.

Ainda sobre o *Cordobazo*, cabe destacar que os embates de operários e estudantes contra a repressão policial culminaram em verdadeiras batalhas de rua em Córdoba, no fim de maio de 1969. Essas batalhas urbanas foram uma fundamental aprendizagem para novas formas de resistência e luta urbana<sup>25</sup>. O principal significado do *Cordobazo* foi o de inaugurar novas formas de participação política, e ressignificar o sentido da rebelião pelos diversos setores sociais envolvidos. Para a esquerda, foi a verdadeira antessala da revolução que se queria fazer na Argentina, e o surgimento da classe operária como a vanguarda dessa revolução. Para o peronismo revolucionário, simbolizou uma possibilidade de mudar a direção política da classe trabalhadora, desembaraçando-se do sindicalismo colaboracionista<sup>26</sup>. Ou seja, um importante marco na história política da esquerda argentina.

O governo de Onganía não resistiu às pressões que vinham de diversos setores, inclusive de seus antigos apoiadores da elite, que tinham críticas à sua política econômica. A primeira (e talvez a mais carregada de significado) ação direta dos *Montoneros* foi o sequestro e posterior execução do general Aramburu, artífice do golpe que derrubara Perón em 1955. Tudo confluiu para que os próprios militares afastassem Onganía do poder em 1970, quando assumiu o general Roberto Levingston, que não duraria mais que um ano no cargo, acossado por mais um levante popular em Córdoba. Assumiria então o general Alejandro Lanusse, principal proponente do *Gran Acuerdo Nacional*, em que os militares reconheciam o peso político do peronismo e negociariam o fim de sua proibição e o retorno do velho líder populista do exílio, a fim de conter a escalada de violência que as ações armadas dos grupos guerrilheiros estavam gerando no país.

Sendo assim, nas eleições de março de 1973 o peronismo apresenta-se através da candidatura de Héctor Cámpora, secretário pessoal de Perón, e ligado à esquerda. Cámpora vencerá com mais de 50% dos votos, mas seu governo será de curtíssima duração, e bastante conturbado. A vitória eleitoral de Cámpora abriria as portas para o retorno de Perón do seu longo exílio no exterior.

---

<sup>25</sup> BLANCO, Fernando. 1969: El Cordobazo argentino. In: HOLZMANN, Lorena. PADRÓS, Enrique (Orgs.). **1968: Contestação e Utopia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 81.

<sup>26</sup> Idem, p. 87.

Quando o velho líder populista desembarcou no aeroporto de Ezeiza, retornando de seu exílio de 18 anos, no dia 20 de junho de 1973, mais de dois milhões de pessoas o aguardavam. No entanto, um confronto envolvendo militantes da esquerda e da direita peronistas gerou 13 mortos identificados e 365 feridos, conforme afirma Horacio Verbistky<sup>27</sup>, e entrou para a história argentina como o Massacre de Ezeiza. A ambiguidade do discurso de Perón gerava diversas interpretações, que podiam ser absorvidas por grupos mais radicais à esquerda (como já dito anteriormente, inclusive com a formação de guerrilhas), mas também por grupos à direita, que os via como um grande chefe militar, um verdadeiro *caudillo*, paladino da ordem e da segurança, que acabaria com a “infiltração marxista” na sociedade. Faltava saber qual a verdadeira opção que o general assumiria nesse complexo cenário político.

Justamente a partir do Massacre de Ezeiza, em que a guarda pessoal de Perón, composta por elementos paramilitares da extrema-direita, foi responsável pelo ataque aos militantes da oposição, é que ficou mais claro aos seus seguidores o caminho que ele escolheria. As dúvidas persistiriam mais algum tempo, mas a pressão pela renúncia de Cámpora (e seu governo de orientação mais à esquerda) e a previsível convocação de novas eleições, antecipava sinalizações. Assim, em setembro de 1973, ocorreu nova eleição presidencial, em que Perón venceu com mais de 60% dos votos, tendo como vice sua esposa à época, Maria Estela Martínez de Perón, conhecida popularmente como Isabelita. Ao seu lado no novo ministério estava representada apenas a ala mais à direita do peronismo.

Frustradas as expectativas da jovem esquerda peronista de que o velho general retornaria ao seu país e daria início à construção do “socialismo nacional”, teria início o processo de ruptura política entre essa esquerda e o peronismo. Os *Montoneros* romperiam oficialmente com Perón na festa de 1º de maio de 1974, na Praça de Maio, logo após um discurso em que o general insultava a ala revolucionária do Partido Justicialista; em consequência disto, milhares de jovens se retiraram da praça, como prelúdio da tragédia que começava a ser tecida. A morte de Perón, em julho de 1974, só fez aumentar a onda de violência política que assolava a Argentina, materializada em ataques a bomba, sequestros e execuções de lideranças políticas. Assumiria a presidência, em seu lugar, Isabelita Perón. Junto com ela viria a consolidação dos peronistas conservadores no poder, cujo expoente era o ministro José López Rega, que se transformaria em seu braço direito.

As guerrilhas incrementariam suas ações revolucionárias. A reação viria através da atuação de vários grupos paramilitares de extrema-direita, destacando-se a *Alianza*

---

<sup>27</sup> VERBITSKY, Horacio. **Ezeiza**. Buenos Aires: Contrapunto, 1985, p. 63.

*Anticomunista Argentina*, conhecida como *Triple A*, estrutura paramilitar criada por López Rega, que fora secretário pessoal de Perón. Com recursos oriundos do Ministério do Bem-Estar Social, esse grupo paramilitar ilegal foi instrumento de ações encobertas agindo desde o próprio Estado. A *Triple A* foi responsável pelo desaparecimento de aproximadamente 600 pessoas, e pela morte de outras 500, no período de tempo entre 1974 e 1976<sup>28</sup>, principalmente de cidadãos vinculados ao ERP, aos *Montoneros* e a outras organizações da esquerda peronista.

Em 1975 os decretos antissubversivos editados pelo governo para o combate ao foco guerrilheiro iniciado pelo ERP e pelos *Montoneros* na província de Tucumán dariam plenos poderes às Forças Armadas no combate e repressão aos opositores de esquerda. O descontentamento com a política econômica do governo de Isabelita, que gerou inflação e especulação financeira, provocou uma campanha de desestabilização do governo bancada pelas corporações prejudicadas por suas medidas econômicas desastrosas. A impopularidade de seus ministros, envolvidos em escândalos de corrupção, e o quadro de violência política generalizada que estava desenhado em todo o território argentino, fez com que os militares pressionassem a presidenta. No entanto, Isabelita não pôde mais contornar a situação, e o caminho para o golpe de 24 de março de 1976 estava aberto.

Novaro e Palermo afirmam que os golpistas de 1976 se diferenciavam dos de outrora quanto aos seus objetivos e métodos. O golpe que instaurou o *Proceso* não era mais um capítulo de uma série de intervenções militares que marcaram a história argentina desde a década de 1930, mas sim um regime que pretendia produzir mudanças irreversíveis em todas as áreas do Estado. Conforme os pesquisadores argentinos Marcos Novaro e Vicente Palermo, o objetivo dos militares de 76 era produzir uma “nova ordem”, “(...) cuyo primordial objetivo sería operar una vuelta de página en la vida de la nación para ‘poner fin a la larga saga de frustraciones’ que la había signado en las décadas anteriores y que la había puesto ‘al borde de la disolución’”.<sup>29</sup>

A situação política na Argentina havia se deteriorado muito após o retorno de Perón do exílio, em 1973. O regime constitucional teve que conviver com o aumento da intolerância

---

<sup>28</sup> Números apurados pela CONADEP e incluídos no relatório *Nunca Más* em sua edição de 2006, após o trigésimo aniversário do golpe de 1976. Grupos de direitos humanos como o *Justicia Ya* sustentam que desde o dia do Massacre de Ezeiza, até a instauração da ditadura, a *Triple A* foi responsável pela morte de 1500 pessoas, desaparecimento de 900, além da prisão de outras 3000 pessoas por causas políticas. No *Parque de la Memoria* constam os nomes das vítimas da repressão do período anterior ao *Proceso de Reorganización Nacional*, e lá estão os nomes de vítimas assassinadas pela *Triple A*. Cf. SUED, Gabriel. **Hubo 600 desapariciones antes del 76**. La Nación, Buenos Aires, 13 de jan. 2007. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/875007-hubo-600-desaparecidos-antes-del-76>. Data de acesso: 10 de out. 2011.

<sup>29</sup> NOVARO, Marcos. PALERMO, Vicente. **La Dictadura Militar 1976-1983: del Golpe de Estado a la restauración democrática**. Buenos Aires: Paidós, 2011, p. 23.

e da violência política, tanto da direita, quanto da esquerda. O quadro de caos e desgoverno provocava na sociedade uma sensação de incapacidade para governar-se, dando margem ao discurso messiânico e salvacionista dos militares de 1976. Essa percepção perpassava a sociedade civil antes mesmo do golpe.

A instabilidade política da década de 1970 gestaria uma nova concepção de intervenção, por parte das Forças Armadas, na vida política nacional. Em que pese o largo histórico de golpes militares na Argentina, conforme ressaltado anteriormente, o golpe de 1976 foi planejado com intuitos mais abrangentes do que os anteriores. Esses intuitos culminavam não na formação de mais um novo governo, mas sim na construção de uma “nova ordem”, em que a sociedade argentina estaria totalmente livre da “intoxicação marxista”. Um dos principais fatores que podemos ressaltar para diferenciar o caráter dos golpes militares anteriores com o de 1976 é justamente na postura que os militares tiveram logo nos primeiros momentos do novo regime: enquanto Onganía aproximou-se, pelo menos de forma inicial, de organizações civis que colaboraram com a instauração do novo governo, Videla afastou-se da sociedade civil, inclusive mesmo dos grupos que mais apoiavam o golpe. Segundo a concepção dos militares de 1976, as Forças Armadas deveriam governar a sociedade civil “(...) ‘desde arriba’, haciendo oídos sordos a sus reclamos y opiniones, conduciéndola contra su voluntad por el camino de la regeneración”<sup>30</sup>.

Faz-se necessária uma breve explanação das bases ideológicas da ditadura instalada na Argentina em 1976, para melhor compreensão desse novo caráter que as próprias Forças Armadas se diziam representar. Nesse ponto, coincidem autores como Alejandra Pascual e Eduardo Duhalde, que percebem o *Proceso de Reorganización Nacional* como detentor de uma nova dinâmica organizacional, que o difere substancialmente de outras ditaduras militares na América Latina por utilizar-se do terror como instrumento de ação para implementar a total dominação política, social, econômica e psicológica da população.

Pascual afirma que:

O regime militar do qual padeceu a Argentina entre 1976 e 1983 não foi apenas mais um exemplo do autoritarismo latino-americano. O que aconteceu lá foi o resultado de um plano deliberado e consciente, elaborado e executado pelas próprias Forças Armadas do país, no intuito de proporcionar mudanças profundas nas estruturas sociais e nas formas de organização política, baseadas na repressão violenta, e conseguir uma relação entre o Estado e o homem mediada pelo terror. Foi um regime muito mais violento que outros anteriores, porque tinha como base a instauração do terror a partir do próprio Estado. Configurou-se um caso de Estado com poderes absolutos, cuja própria dinâmica e doutrina impossibilitavam sua sujeição a normas, possuindo poderes ilimitados para o exercício da violência contra

---

<sup>30</sup> Idem, p. 27.

indivíduos e grupos. Consideramos, pois, que a melhor qualificação para o regime daquela época é a de terrorismo de Estado.<sup>31</sup>

Ora, se a Junta Militar liderada por Videla encarnava-se como detentora de uma missão salvacionista e messiânica, cujo principal objetivo era salvar a Argentina da “subversão” e da “contaminação marxista”, pode-se supor que os instrumentos utilizados pelos militares para tal fim seriam distintos do que se havia utilizado até então. Isso porque dentro do discurso oficial dos militares o principal erro das intervenções anteriores foi não aniquilar de vez com a ação “subversiva” que influía em diversos setores da sociedade argentina. Uma das principais críticas feitas pelos membros da Junta de 1976 era justamente nesse sentido: os governos militares anteriores erraram justamente em permitir a permanência da “subversão”, que recuperou sua liberdade de ação assim que o governo passou à esfera civil<sup>32</sup>. Então ficava clara a necessidade, para os militares, do “aniquilamento total” de toda e qualquer atividade política que representasse um perigo à ordem instituída, dentro das concepções ideológicas vigentes.

A expressão “aniquilamento total” ressalta justamente o principal objetivo dos militares que ascenderam ao poder em 1976: a desmantelamento da oposição, armada ou não. O aniquilamento remete ao extermínio físico dos opositores, ou seja, não só sua perseguição e reclusão, mas seu assassinato, e posterior desaparecimento do cadáver. Para atingir esse objetivo, obviamente os militares não poderiam utilizar-se dos mecanismos de repressão clássicos do Estado de Direito, quer seja a polícia, as Forças Armadas ou o sistema penitenciário. Eduardo Duhalde, ao se referir à ditadura iniciada em 1976 na Argentina, faz uma importante diferenciação entre dois tipos de Estados autoritários (ou de exceção) que surgirão na América Latina a partir da década de 1950, fruto do contexto de polarização e disputa de hegemonia entre os blocos socialista e capitalista, no âmbito da Guerra Fria. O primeiro tipo é o Estado militar, que apesar de implementar a militarização dos aparatos do Estado, utilizar a repressão e subordinação da sociedade civil, e representar um alinhamento ao imperialismo e ao capitalismo como base social exclusiva, não logra o principal objetivo, que é condicionar e subordinar a participação de setores da sociedade civil no novo Estado forte. Isso porque a repressão ainda não é sujeita à institucionalização. O aperfeiçoamento do Estado militar, o que seria então a correção de suas debilidades, é o que Duhalde caracterizou

---

<sup>31</sup> PASCUAL, Alejandra. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Editora UnB, 2004, p. 31-32.

<sup>32</sup> Aqui fazendo referência à anistia concedida aos presos políticos por Héctor Cámpora, assim que assume a presidência da República, em 1973.

de Estado terrorista, cuja forma mais acabada surgiu na Argentina em 1976. Sobre essas debilidades, Duhalde afirma que:

Faltan dos componentes esenciales que son lo que aportará el Estado terrorista: el accionar clandestino global del Estado militar y el crimen y el terror como método fundamental. Así, el Estado Terrorista es la culminación degenerativa del Estado Militar “eficiente”<sup>33</sup>.

O Estado terrorista, então, representa a institucionalização da repressão ilegal, fora de qualquer marco jurídico, mas completamente inserida nas atribuições do Estado. Seu objetivo é enquadrar as parcelas da sociedade civil que de certa forma encontravam espaço político para disputar suas pautas no Estado democrático-burguês. Esse enquadramento só será possível mediante o uso do terror como método e prática permanente<sup>34</sup>. Portanto, trata-se da aplicação da metodologia do terror, a combinação sequencial de ações de sequestro, tortura, confinamento em CCD, execução e desaparecimento do cadáver. Os voos da morte constituem uma das modalidades empregadas para este último fim, e serão analisadas posteriormente.

Como já dito, a DSN serviu como base para a instalação das ditaduras de Segurança Nacional na América Latina a partir da década de 1960. A DSN nasceu nos Estados Unidos, no bojo da Guerra Fria, justificada como uma doutrina de defesa da “civilização ocidental e cristã”, a partir de uma guerra permanente e ideológica contra o comunismo. Foi citada pela primeira vez pelo presidente Harry Truman (1945-1953), que pregava que os EUA deveriam ajudar as outras nações a manter suas políticas e sua integridade nacional, a fim de impedir a expansão do comunismo soviético. A partir de então, os EUA atribuíam-se a missão de defender o “mundo livre” contra o comunismo, o que legitimou a criação de estratégias militares intervencionistas, principalmente para a América Latina, no sentido de preparar as Forças Armadas destes países para o combate contra a “infiltração” marxista, a partir da imposição das ditaduras de Segurança Nacional, da supressão das garantias constitucionais e da imposição do terror.

Podemos localizar os antecedentes da DSN na fundação do *National War College* nos EUA, ao final da Segunda Guerra Mundial, que foi fundado com o objetivo de pensar no cenário que se formaria após a derrota da Alemanha Nazista, onde os estadunidenses deveriam reafirmar sua liderança e sua hegemonia no Ocidente capitalista. A criação e difusão da DSN foi, em realidade, uma transfiguração do eixo do conflito que antes opunha fascistas contra antifascistas, em um conflito entre defensores da democracia versus

---

<sup>33</sup> DUHALDE, Eduardo Luis. **El Estado Terrorista argentino**. Buenos Aires: Colihue, 2013, p. 250.

<sup>34</sup> Idem, p. 251.

comunistas. Era o reconhecimento da “ameaça comunista” como principal perigo à hegemonia estadunidense, e o principal desafio a ser enfrentado pelo “mundo livre” do Ocidente. Seria no final da década de 1950, já no governo Kennedy, que os EUA finalmente instrumentalizariam a DSN para sua aplicação funcional, através do treinamento das Forças Armadas latino-americanas. O contexto do final da década apresentava dois pontos sensíveis aos interesses estadunidenses na região: o primeiro seria a Revolução Cubana de 1959 e o alinhamento de Cuba à esfera de influência da União Soviética; e o segundo o aumento das tensões sociais em diversos países, onde o *status quo* interno era questionado por setores sociais que demandavam mudanças e reformas, ameaçando o domínio dos setores dominantes consolidados e os governos alinhados aos Estados Unidos.

Uma das principais características da DSN era sua maleabilidade no que diz respeito à determinação do inimigo que se pretendia combater. Uma de suas premissas era que a “ameaça comunista” era representada por dois inimigos, o externo, materializado pela existência da URSS, e o interno, ou seja, os atores políticos e sociais alinhados à ideologia marxista (ou toda e qualquer opção política anti-imperialista). O “inimigo interno” era indeterminado, desconhecido; no entanto, sua existência era real e combater-lo era primordial. O Estado precisava estar à altura do combate, e os mecanismos para isso viriam através das políticas de TdE e das “estratégias de implantação do terror”. Para tanto, o Estado inclusive deveria promover políticas preventivas, para evitar a “contaminação” das ideias exógenas ao estilo de vida ocidental. Qualquer cidadão poderia ser um inimigo em potencial.

Enrique Padrós ressalta que a Guerra Fria e a Revolução Cubana serviriam de pretexto para a extrapolação dos limites legais da atuação estatal, o que fez com que ficassem aparentemente desconexos dessa dinâmica as intenções concretas de organizar a economia da América Latina segundo as novas modalidades da internacionalização do capital e do trabalho, e da imposição da política de “portas abertas”, ou seja, a abertura das economias regionais aos interesses das grandes corporações multinacionais<sup>35</sup>. A própria DSN já era pensada, teorizada e difundida através das Escolas de Guerra criadas pelo governo estadunidense antes mesmo da vitória da guerrilha de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara.

O anticomunismo não era nenhuma novidade no cenário político-ideológico dos países latino-americanos na década de 1950. Setores políticos e sociais de esquerda, que contestavam abertamente o *establishment*, desde muito antes sofriam com a repressão. Nunca

---

<sup>35</sup> PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no Hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 193.

é demais recordar o tratamento dado às questões sociais no Brasil ao longo da República Velha, sempre na base da violência policial. O Estado Novo não trataria de outra forma a esquerda. A novidade trazida pelo discurso da DSN era a centralidade na construção da figura do “inimigo interno”, que servia como uma forma de coesão interna, no sentido de diluir no âmago das sociedades latino-americanas os conflitos de classe. Era necessário construir um consentimento tácito da sociedade às ações extralegais do Estado no combate ao “inimigo interno”, e para tanto, a propaganda de sua existência como uma terrível ameaça, com o intuito de gerar pânico e terror, tinha exatamente esta finalidade. A guerra contra a “ameaça comunista” e o “inimigo interno” deveria ser total, ou seja, envolver todos os esforços do Estado no combate ao inimigo. O discurso da DSN justificava a ausência de limites nesses esforços.

Como já dito anteriormente, a principal forma de difusão dos ditames da DSN foi através do intercâmbio proporcionado com a criação das Escolas Militares. Estas serviam principalmente para o treinamento de integrantes das Forças Armadas e policiais, que, por conseguinte, seriam os responsáveis por implementar as diretrizes da DSN em seus respectivos países. O ponto de partida foi a criação do *National War College*, em 1946. Em 1949 surge a Escola do Caribe, na zona de ocupação do Canal do Panamá, para treinamento de oficiais. Posteriormente, a partir dos anos 60, foram implementados os primeiros programas de contra insurgência, e a Escola do Caribe passou a ser conhecida como “Escola das Américas”. Entre 1961 e 1977 mais de 33 mil militares latino-americanos passaram pelos seus cursos<sup>36</sup>. A criação destas Escolas de Guerra significava uma grande economia de recursos humanos e financeiros aos Estados Unidos na aplicação de sua política de “contenção” ao comunismo internacional. Isso porque ao treinar e financiar as Forças Armadas dos países “periféricos” – sob sua esfera de influência – economizava-se capital financeiro e político, visto que o uso de suas próprias tropas militares, além de ser oneroso, gerava críticas internas. Os EUA, com a sensível diminuição do custo da manutenção da rede de proteção e segurança dos seus próprios interesses, através do treinamento das Forças Armadas latino-americanas, combinado com as expectativas comerciais da indústria bélica, beneficiavam-se do lucro gerado por toda essa engenharia político-militar, emoldurado pelo discurso da segurança nacional<sup>37</sup>. Mesmo assim, o governo estadunidense desembolsou muitos recursos para auxiliar os governos autoritários na América Latina. Eduardo Duhalde aponta que entre 1973 e 1977 o governo dos EUA desembolsou cerca de 1,1 bilhão de dólares

---

<sup>36</sup> COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 *apud* PADRÓS, 2005, op cit., p. 207.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 213.

em armamentos e equipamentos através do programa *Military Assistance Program*. Além disso, os créditos militares oferecidos somaram outros 1,2 bilhão de dólares, e a ajuda econômica outros 2 bilhões de dólares, totalizando uma cifra de 4,3 bilhões de dólares em aportes dos contribuintes estadunidenses a governos repressivos latino-americanos<sup>38</sup>.

Além das aulas práticas dadas aos oficiais nas Escolas Militares, os manuais difundidos por estas pormenorizavam todos os esforços que o Estado deveria realizar para extirpar a “ameaça comunista” e derrotar o “inimigo interno”. Neles constavam os *modus operandi* contra insurgente das forças de segurança e as políticas repressivas que deveriam ser executadas, independente se eram ou não legais. As experiências acumuladas nas guerras de independência da Indochina e da Argélia pelos militares franceses, e posteriormente na Guerra do Vietnã pelos estadunidenses, serviriam de base para a constituição destas cartilhas de atuação das Forças Armadas latino-americanas. Recomendações ambíguas contidas nestes manuais abriam possibilidade a justificação de excessos cometidos. Padrós, num destes manuais, chamado *Operaciones de Contraguerrilla*, localiza duas constatações que poderiam causar impacto negativo no moral das tropas contra insurgentes no contato com a população civil num cenário hipotético de luta contra a guerrilha:

- 1) La renuncia natural del soldado en reprimir mujeres, niños y ancianos que pueden estar apoyando las actividades guerrilleras;
- 2) Temor a las atrocidades que cometen las guerrillas y un impulso por tomar represalias vengativas a causa de tales atrocidades.<sup>39</sup>

Sobre a primeira afirmação, que diz respeito ao fato de soldados contra insurgentes sentirem-se constrangidos em reprimir mulheres, crianças e idosos que pudessem estar colaborando com as atividades guerrilheiras, o autor afirma que:

Portanto, parece claro que se estabelecia uma expectativa de atuação que não estava ocorrendo; esta parece ser a solução colocada nas entrelinhas. Historicamente, são conhecidos os excessos cometidos em nome da SN contra inocentes, independente de idade ou sexo. Sabidamente, os mesmos foram rotineiros e indiscriminados, tanto contra guerrilheiros e militantes de oposição quanto contra civis. Falar de excessos significa falar de mecanismos e de ênfases repressivas fora da lei.<sup>40</sup>

A ambiguidade reside, portanto, no fato de que a “renúncia natural” do soldado insurgente em reprimir inocentes é um problema que deve ser resolvido. Sobre a segunda recomendação, Padrós afirma que:

Em relação à segunda constatação, anuncia-se que, se os militares cometerem excessos contra o inimigo, o fazem como resposta às atrocidades cometidos por aqueles. Vejamos o que está implícito em tal afirmação: a violência é produzida pelo inimigo; não é qualquer violência, são atrocidades; contra quem são cometidas? Não

<sup>38</sup> DUHALDE, op. cit, p. 256.

<sup>39</sup> CUARTEL GENERAL, **DEPARTAMENTO DE EJÉRCITO (USA)**, 1971, p. 222 *apud* PADRÓS, 2005, op. cit., p. 216.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 217.

fica claro, mas se, além de terem sido contra militares ou policiais, o foram contra civis ou inocentes, o impacto das atrocidades é muito maior. A partir disso, a resposta mais dura das forças de segurança é vista como mecanismo defensivo, que embora não seja recomendável, parece ser compreensível e, portanto, passível de ser justificada.<sup>41</sup>

Já aqui a ambiguidade é mais escancarada: o inimigo comete atrocidades, logo, uma hipotética ação de represália poderia ser justificada. O autor conclui que as duas recomendações do manual indicam e justificam a adoção de práticas de terror de Estado, ou sua ocorrência futura. Para os objetivos propostos por este trabalho, cabe reforçar a existência, nos manuais, destes campos em aberto para a atuação extralegal das forças de repressão.

Para exemplificar, podemos verificar como contra-almirante da marinha argentina César Guzzetti resolve na prática o dilema dos “excessos” cometidos pelas forças de segurança no combate ao “inimigo interno”:

Mi concepto de subversión se refiere a las organizaciones terroristas de signo izquierdista. La subversión o el terrorismo de derecha no es tal. El cuerpo social del país está contaminado por una enfermedad que corroe sus entrañas y forma anticuerpos. Esos anticuerpos no deben ser considerados de la misma manera que se considera un microbio. A medida que el gobierno controle y destruya a la guerrilla, la acción del anticuerpo va a desaparecer. Yo estoy seguro que en los próximos meses no habrá mas acciones de la derecha, cosa que ya está ocurriendo. Se trata sólo de una reacción natural de un cuerpo enfermo.<sup>42</sup>

Para Guzzetti não existe TdE, nem uma “subversão de direita”. Na medida em que ele considera o inimigo um micróbio, uma “doença letal” a ser combatida, ele naturaliza (de uma forma muito simples, diga-se de passagem) as ações ilegais do Estado, descritas como “anticorpos”, que a medida em que se destrua a guerrilha (e no caso da Argentina, um eufemismo para o extermínio físico), eles desaparecerão.

São recorrentes essas referências biológicas no discurso dos repressores argentinos, embasados pelos ditames da DSN. “Biologizar” o inimigo serve para que se justifiquem as ações de extermínio, sem maiores problemas morais (pelo menos em teoria). De encontro a essa afirmação, pode-se citar o depoimento de três sobreviventes do campo de concentração da ESMA, reproduzido por Horacio Verbitsky em *El Vuelo*. No capítulo intitulado *La Desinfección*. Sara Solarz de Osatinsky, Ana Maria Martí e María Alicia Milia de Pirles relataram, do lado das vítimas, o que sabiam sobre os voos da morte. Em um dado momento do depoimento, quando falam do dia seguinte ao dia em que levavam os prisioneiros da ESMA selecionados para o “traslado” (eufemismo utilizado pelos repressores para o extermínio dos prisioneiros), relatam que:

<sup>41</sup> Idem, p. 218.

<sup>42</sup> FRONTALINI, Daniel; CAIATI, María Cristina. **El mito de la Guerra Sucia**. Buenos Aires: CELS, 1984, p. 21 *apud* PADRÓS, 2005, op. cit., p. 220.

Al sótano [lugar onde eram levados os prisioneiros ao chegar à ESMA, e onde ocorriam os interrogatórios e as torturas] no se podía entrar hasta el día seguinte del traslado, aun cuando terminara temprano. Al día seguinte el sótano se veía más limpio que de costumbre, con olor a desinfectante. Algunas veces en día de traslado se nos decía que debíamos desalojar el sótano porque había desinfección. En varias oportunidades se referían al traslado como desinfección.<sup>43</sup>[Grifo meu]

O “inimigo interno” deveria ser extirpado porque representava uma grave doença no corpo social. A construção desta imagem foi detalhadamente trabalhada pelos teóricos da DSN. Esse discurso “biologizante” a respeito das características do “inimigo subversivo”, bem expressado por Guzzetti e pelo relato das sobreviventes da ESMA, pode ter origem no teórico da doutrina francesa da guerra revolucionária Gabriel Bonnet, que diz que:

(...) o marxismo não procede de outra forma [que não seja através da propaganda], sua luta essencialmente psicológica, se volta diretamente às ‘manchas do organismo social apodrecido’, e sua ação militar é avaliada em função dos acontecimentos políticos e dos objetivos psicológicos, situada num quadro onde o sucesso político é o objetivo maior.<sup>44</sup> [Grifo meu].

Ora, se o inimigo interno era, como nas palavras de Guzzetti, um micróbio, que pertencia às “manchas do organismo social apodrecido”, era preciso desinfetar a sociedade destes micróbios. A maleabilidade do conceito permitia que qualquer cidadão pudesse ser alvo da “desinfecção”, independente de seu envolvimento político com grupos que contestavam o *status quo*. Os “excessos” cometidos eram prontamente justificáveis dentro da lógica de que os fins justificam os meios. Não é à toa que a sala de torturas, em diversos CCD, era chamada de *quirófano*, ou “sala de cirurgia”. Era na sala de torturas que os militares realizavam sua mais profunda cirurgia no “corpo social apodrecido” da sociedade argentina.

Novaro e Palermo apontam também como uma outra causa para a formação de uma unanimidade doutrinária e ideológica no seio das Forças Armadas argentinas o enfraquecimento dos setores moderados destas, representada pela posição de Alejandro Agustín Lanusse, o general responsável pela transição do poder à esfera civil em 1973. Com a sua retirada desordenada e degradante do poder, Lanusse e seus apoiadores, que defendiam uma transição pactuada para erigir o regime democrático, perderiam o pouco respaldo que tinham nas fileiras militares, desaparecendo assim as últimas resistências mais ou menos sérias à doutrina antissubversiva<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> VERBITSKI, op. cit., p. 89.

<sup>44</sup> BONNET, Gabriel. Guerrilhas e Revoluções. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 52 *apud* ARAÚJO, Rafael de Borba. **A Brigada Militar e a Segurança Nacional: Inimigo interno e Guerra Revolucionária** na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul – 1980/1985. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Porto Alegre: UFRGS, 2013, p. 89.

<sup>45</sup> NOVARO, PALERMO, op. cit., p. 86.

## 1.2 Terrorismo de Estado na Argentina: conceituação e estratégias de implantação do terror.

Cabe agora delinear brevemente algumas características do TdE na Argentina, utilizando-se por base a conceituação feita por Eduardo Duhalde a respeito do caráter do regime estabelecido em 24 de março de 1976. As formas que o Estado terrorista assume a partir desta data têm origens profundamente arraigadas na sociedade argentina, e são reflexo do acirramento do conflito vivenciado pelos diversos atores políticos, principalmente a partir de 1973.

O ano de 1973 é tomado como marco porque representa uma ruptura: o retorno do velho caudilho Perón e sua aproximação com a direita do peronismo. O Massacre de Ezeiza é o estopim de uma escalada de violência política que dominará o cotidiano dos argentinos. Representaria, de certa forma, a falência do diálogo entre os diversos grupos políticos, que vão optar pela resolução dos conflitos de forma armada, tanto à direita, com a ação dos grupos paramilitares (que com a instalação do *Proceso*, serão incorporados pelo TdE) como à esquerda, com a atuação dos grupos guerrilheiros.

Novaro e Palermo discorrem que o traço principal do cenário político pós-1973 é a intolerância. Afirmam que:

Muchos de los grupos sociales y políticos más activos, por encima de sus diferencias en intereses y objetivos, compartían un estilo de acción incongruente con los requerimientos de dicho régimen [regime constitucional]; un estilo fundado en vocaciones totalizantes y en la disposición a emplear cualquier medio para ponerlas en práctica: la tendencia a percibir toda diversidad como antagónica, y a inscribir toda acción propia y ajena en la lógica amigo-enemigo son rasgos centrales del clima político-cultural en que se iría gestando el irremediable naufragio de esa experiencia.<sup>46</sup>

As aspirações dos atores políticos já não condiziam com as instituições tradicionais da democracia representativa e constitucional em vigor na Argentina desde a posse de Héctor Cámpora. Isso geraria uma sensação coletiva de “caos e desgoverno”, generalizando um sentimento de descrença e desalento. E como as intervenções dos militares na história política da Argentina fora recorrente, alguns setores da sociedade civil (tradicionalmente os mesmos que apoiaram outros golpes no passado), acabaram por outorgar aos militares essa condição que sempre haviam atribuído a si mesmos: a garantia última de unidade e ordem da nação<sup>47</sup>.

Já Duhalde afirma que o golpe de Estado, e a conseqüente quebra da legalidade do Estado constitucional – e a implantação de um Estado de exceção, que pode adquirir variadas

<sup>46</sup> Idem, p. 28.

<sup>47</sup> Idem, p. 31.

formas, e que a partir de 1976 irá se apresentar na forma do TdE na Argentina –, é a única forma que as classes hegemônicas dispõem de retomar o controle da política e do poder hegemônico, em caso de crise. Para o autor, quando mais grave e catastrófica for a crise institucional, mais excepcionalidade adquirirá a forma do Estado.

Emilio F. Mignone e Augusto Conte McDonnell descrevem a atuação da ditadura argentina baseada no que caracterizaram como doutrina do “paralelismo global”. Com a decretação do Estado de sítio em novembro de 1974 pelo governo constitucional de Isabelita Perón, uma série de disposições legais restritivas foram impostas aos cidadãos, que segundo os autores, já garantiam ao aparato estatal e suas estruturas operativas um poder sem precedentes na história do país. No entanto, após o golpe de 1976, optou-se pela utilização de um corpo normativo secreto, atuando no combate à “subversão” de forma totalmente paralela às disposições legais já existentes, e que essa atuação foi uma política institucional de Estado, ou seja, apesar de clandestina, subterrânea e secreta, foi totalmente institucional e normatizada.

Para tanto, os autores afirmam que essa saída “à moda argentina” para o combate aos considerados subversivos pelo governo militar, teve por base as contribuições dos militares franceses à teoria da Guerra Revolucionária, que serão analisadas posteriormente, e ao desenvolvimento da DSN por parte do exército estadunidense. Importante reforçar que foi uma opção deliberada dos militares que assumiram o poder em 1976, já conhecedores das experiências e dos “erros e acertos” das outras ditaduras de Segurança Nacional do Cone-sul, a citar a brasileira, a chilena e a uruguaia.

A normatização dessa estratégia repressiva paralela e clandestina é muito bem explicitada pelo general de divisão Santiago Omar Riveros, chefe da região do Campo de Mayo, onde ficava um dos maiores CCD da ditadura argentina. O general afirmou num discurso na Junta Interamericana de Defesa, em Washington, no dia 12 de fevereiro de 1980, o seguinte:

Hicimos la guerra con la doctrina en la mano, con las órdenes escritas de los Comandos Superiores; nunca necesitamos, como se nos acusa, de organismos paramilitares... Esta guerra la condujeron los generales, los almirantes y los brigadieres de cada fuerza... La guerra fue conducida por la Junta Militar de mi país, a través de los Estados Mayores.<sup>48</sup>

Mignone e McDonnell também citam que a sistemática de desaparecimento de pessoas, da forma como foi apresentada, e o uso da tortura como forma de obter informações dos que estavam sob o poder da repressão, especificamente do uso da *picana* elétrica, são inventos

<sup>48</sup> MIGNONE, Emilio F. MCDONNELL, Augusto Conte. **Estrategia represiva de la dictadura militar: La doctrina del “paralelismo global”**. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 34.

argentinos, “contribuições” destes militares que se preocuparam em desenhar um modo particular de agir, baseados em outras experiências. Podemos incluir também os voos da morte, metodologia de execução e ocultação de cadáveres que não foi uma invenção argentina, mas que sem dúvida alguma foi tecnicamente aprimorada por estes militares preocupados em criar um *modus operandi* próprio.

Alejandra Pascual é outra autora que caracteriza o regime instaurado em 24 de março de 1976 na Argentina como TdE. Pascual afirma que qualificações como a de um Estado burocrático-autoritário, criada por Guillermo O’Donnell, são “muito vagas” e que não abordam suficientemente a natureza do poder político exercido pelos militares. Já a expressão “antipopular”, defendida por Alain Touraine, representa apenas um dos aspectos do regime, sendo insuficiente como qualificação. E a denominação de “fascista”, apesar de explicitar as semelhanças entre as ditaduras latino-americanas e os regimes fascistas europeus, envolve uma série de particularidades que não resulta conveniente designá-las<sup>49</sup>.

Pascual também analisa o cotidiano sombrio de uma sociedade de TdE, refém do medo e do terror. Diz que:

“A ação do terrorismo de Estado objetivava, além de aniquilar o opositor, paralisar o corpo social, deixa-lo indiferente perante os problemas gerais do país. Pretendia-se calar as pessoas e sua própria natureza humana, moldá-las à realidade circundante, torna-las resignadas. A mensagem de fundo era a seguinte: para não ser incomodado pelo sistema dominante, não havia a necessidade de mudar nada; contudo, quem não respeitasse a mensagem e tentasse fazer alguma coisa a respeito nada conseguiria fazer e seria derrotado”.<sup>50</sup>

Essa paralisia do corpo social visava objetivamente gerar uma sociedade conformista, não pensante, padronizada. O principal instrumento para este fim era justamente as ações de sequestros, as torturas, os CCD e o extermínio, que causavam pânico, e levavam ao silêncio e a cumplicidade da população aterrorizada. O ser humano era reduzido “(...) a um ente que produzia, trabalhava, alimentava-se, dormia e obedecia. Mas a negação da possibilidade de pensar, de sentir e de expressar os sentimentos, de criar, reduz a vida a uma existência sem sentido”<sup>51</sup>.

Essa condição, segundo Pascual, levaria os cidadãos a uma condição de “exílio interior”, em que as pessoas fechavam-se sobre si mesmas, ocultando seus sentimentos, seus sonhos e suas dores. Viviam duas vidas paralelas: a interior, na qual estavam exiladas em seu verdadeiro ser, e a exterior, submetidas ao regime. Transformavam-se em verdadeiras auto

---

<sup>49</sup> PASCUAL, op cit, p. 31.

<sup>50</sup> Idem, p. 90.

<sup>51</sup> Idem, p. 91.

censoras, incorporando o olhar do TdE, com o intuito de controlar permanentemente suas expressões, suas atitudes e seus movimentos<sup>52</sup>.

Essa característica mais ampliada do TdE fica muito evidente quando analisamos as denúncias dos aparecimentos dos cadáveres das vítimas dos voos da morte nas praias da província de Buenos Aires, ou na região do delta do rio Paraná. Nos testemunhos das aparições dos cadáveres arrolados pelo jornalista Fabián Magnotta, aparecem uma série de ameaças por parte das forças de segurança, quando algum cidadão ia denunciar o ocorrido. Num dos casos, Juan, um trabalhador da empresa *Celulosa Argentina*, que recorria todos os rios da zona do delta, e que testemunhou entre os anos de 1977 e 1978 o aparecimento de vários corpos que boiavam nas margens dos rios, com as mãos atadas nas costas e sinais de violência, diz que na primeira vez que procurou a polícia para denunciar o aparecimento de um cadáver no rio Gutiérrez, disseram-lhe: “Calladita la boca, que te va a pasar lo mismo a vos”<sup>53</sup>. A partir de então, Juan não procuraria mais a polícia, e seria mais uma testemunha silenciada pelo terror.

O aniquilamento dos opositores políticos das ditaduras de Segurança Nacional era também respaldado pelas teorias da Guerra Revolucionária criadas pelos militares franceses no contexto da Guerra da Indochina e da Guerra da Argélia. Consistia basicamente na eliminação física do opositor, após a extração de informações através de interrogatórios em que o uso da tortura era sistemático. As políticas de terror de Estado representaram a instrumentalização destas práticas. Caroline Bauer define essas políticas como “estratégias de implantação do terror”, e disserta como a aplicação delas foi fundamental para o sucesso da política de terror de Estado. Faz-se necessário nesse trabalho compreender, em linhas gerais, quais eram essas “estratégias de implantação do terror”, e como, na Argentina<sup>54</sup>, culminariam com a eliminação dos “subversivos” e a conseqüente desaparecimento dos seus cadáveres. Segundo Bauer:

(...) por “estratégias de implantação do terror” entende-se o conjunto das práticas de sequestro, tortura, morte e desaparecimento, assim como a censura e a desinformação, e suas conseqüências, principalmente a formação da ‘cultura do medo’. Essa estratégia pode ser entendida como ‘projetos’, em seu sentido consciente e racional, pois o terror, como forma de dominação política, foi uma ‘opção’ dos civis e militares responsáveis pelas ditaduras e não uma ‘fatalidade’ ou ‘imposição’ conjunturais.<sup>55</sup>

<sup>52</sup> Idem, p. 96.

<sup>53</sup> MAGNOTTA, op. cit, p. 123.

<sup>54</sup> O trabalho referencial de Bauer sobre as “estratégias de implantação do terror” e as políticas de memória e esquecimento constitui-se num estudo comparativo entre os casos do Brasil e da Argentina. No entanto, para os objetivos deste trabalho, serão considerados os aspectos que tangem ao caso argentino.

<sup>55</sup> BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012, p. 31.

Tais estratégias, como ressalta a autora, não foram uma fatalidade ou uma imposição conjuntural (ou biológica, lembrando as palavras do contra-almirante argentino César Guzzetti, que definiu os “terroristas” como micróbios e a repressão como o anticorpo natural da sociedade a essa parte “doente” do corpo social), mas sim uma opção tomada pelos civis e militares artífices das ditaduras de Segurança Nacional. Serviam não só como uma eliminação prática da oposição, mas também como uma forma de intimidação e submissão dos setores sociais atingidos pelos seus efeitos, o que justifica a formação da “cultura do medo”.

As estratégias poderiam combinar métodos legais ou ilegais de atuação, mesmo dentro da inconstitucionalidade dos regimes militares. No entanto, na Argentina prevaleceriam os métodos ilegais, que extrapolariam as leis de repressão já estabelecidas desde 1975. Esses métodos clandestinos teriam como principal vantagem a total ausência de limites para as práticas repressivas e a garantia total de impunidade, sendo o desaparecimento dos cadáveres dos mortos pela repressão fundamental para isso.

O desaparecimento das provas dos crimes cometidos pelos militares argentinos ao longo da ditadura também eram motivados por fatores externos. O golpe militar argentino de 1976 foi o último numa série de golpes militares que instauraram ditaduras de Segurança Nacional e fecharam o cerco repressivo no Cone Sul, que teve início em 1964 com o golpe que derrubou João Goulart da presidência do Brasil. Em 1973, quando chegava ao fim a ditadura de Onganía, e Héctor Cámpora dava a anistia aos presos políticos<sup>56</sup>, implantavam-se no Uruguai (27 de junho) e no Chile (11 de setembro) suas respectivas ditaduras civil-militares. A Argentina tornava-se, então, a única democracia da região, para onde recorreriam de milhares de exilados. Não obstante, as experiências repressivas prévias das ditaduras vizinhas do Brasil, Chile e Uruguai serviriam de alerta para que os militares argentinos planejassem anteriormente ao golpe a montagem do seu próprio aparato repressivo, e definissem quais “estratégias de implantação do terror” utilizariam, sendo a principal delas o extermínio.

Há que se levar em conta que o terror de Estado na Argentina não iniciou com o golpe de 1976. A estratégia repressiva desenvolvida pelo *Proceso* seria posta em prática em caráter de teste em 1975, ainda durante o governo constitucional de María Estela Martínez de Perón, no combate à guerrilha rural do ERP na província de Tucumán, no que ficou conhecido como *Operativo Independencia*. O Decreto “S” N° 261 de fevereiro de 1975, diz claramente em seu artigo 1º o seguinte: “El Comando General del Ejército procederá a ejecutar las

---

<sup>56</sup> Mesmo tendo durado apenas 49 dias no poder, Cámpora concedeu anistia aos presos políticos da *Revolución Argentina* detidos na prisão de Villa Devoto, em Buenos Aires, no mesmo dia de sua posse.

operaciones militares que sean necesarias a efectos de neutralizar y/o aniquilar el accionar de los elementos subversivos que actúan en la Provincia de Tucumán”,<sup>57</sup>.

Com base nos decretos antissubversivos assinados pela presidenta, as forças de segurança reprimiram a guerrilha, e colocaram em prática as primeiras operações de desaparecimento promovidas pelo Estado<sup>58</sup>.

Era necessário não repetir os “erros” cometidos pela ditadura chilena, que realizava fuzilamentos em massa, transformava estádios em campos de concentração e promovia o grupo de extermínio *Caravana de la Muerte*, fatos estes que chamavam a atenção mundial pelas graves violações aos direitos humanos, o que trazia problemas de toda ordem ao regime do general Augusto Pinochet.

A declaração do general Ramón Díaz Bessone à jornalista Marie-Monique Robín, contida no documentário *Escuadrones de la Muerte*, acreditando que as câmeras e o gravador da equipe de reportagem não estavam ligados, demonstra que os militares argentinos sabiam do risco de reações internacionais aos fuzilamentos em massa, motivo pelo qual teriam optado pelas ações clandestinas:

Por otra parte, a propósito de los desaparecidos, digamos que hubo 7.000, no creo que haya habido 7.000, pero bueno, ¿qué quería que hiciéramos?; ¿usted cree que se pueden fusilar 7.000 personas? Si hubiésemos fusilado tres, el papa nos habría caído encima como lo hizo con Franco. ¡El mundo entero nos habría caído encima! ¿Qué podíamos hacer? ¿Meterlos en la cárcel? Y después de que llegara el gobierno constitucional, serían liberados y recomenzarían...<sup>59</sup>

Com essa declaração de Díaz Bessone fica clara a opção dos militares argentinos não só de agir clandestinamente através do sequestro e desaparecimento dos “subversivos”, mas também de exterminá-los fisicamente, e posteriormente ocultar as provas criminais. Fica clara também a aplicação dos preceitos da doutrina francesa da guerra revolucionária, que ditava que após o interrogatório da vítima mediante tortura física e psicológica, e obtidas todas as informações necessárias, ela deveria ser eliminada. Esses fatores explicam o lançamento sistemático das vítimas ao mar, mortas ou vivas, um dos mais assombrosos mecanismos de extermínio e ocultação de cadáveres utilizados pela repressão argentina, com o intuito de apagar qualquer registro do crime cometido.

A guerrilha argentina já havia sido praticamente desbaratada ainda antes do golpe de 1976. Mesmo assim, os argumentos militares não deixavam de justificar as ações repressivas contra a “subversão”. Em realidade, o objetivo implícito ia além do combate à luta armada.

<sup>57</sup> ARGENTINA. Decreto N° 261/75 de 5 de Febrero de 1975 (Operativo Independencia). Disponível em: [https://es.wikisource.org/wiki/Decreto\\_261/75\\_%28Argentina%29](https://es.wikisource.org/wiki/Decreto_261/75_%28Argentina%29). Data de acesso: 15 nov. 2011. [Grifo meu].

<sup>58</sup> BAUER, op. cit., p. 35.

<sup>59</sup> ROBÍN, Marie-Monique. **Escuadrones de la muerte: La escuela francesa**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005 p. 441 *apud* BAUER, op. cit., p. 35.

As palavras do general Ibérico Saint-Just, que fora governador da província de Buenos Aires entre 1976 e 1981, são esclarecedoras: “Primero mataremos a todos los subversivos, luego mataremos a sus colaboradores, (...) a sus simpatizantes, (...) aquellos que permanezcan indiferentes y finalmente a los tímidos”<sup>60</sup>.

Ainda sobre a opção dos militares argentinos pelo desaparecimento e extermínio de opositores políticos, Verbitsky cita a declaração do jornalista Jacob Timerman aos juízes, durante o julgamento das Juntas Militares em 1985, de uma conversa travada num almoço em um hotel de luxo em Buenos Aires, no ano de 1977, com um dos mais próximos colaboradores do general Emílio Massera (comandante da Marinha que assumiu o poder em 1976, e responsável pela ESMA), o capitão de navio Carlos Bonino:

[Bonino] Me explicó la tesis de la represión, en tono amable y desapasionado. Dijo que debía ser irreversible, porque ésa era la única manera de terminar para siempre con la subversión. Cualquiera que estuviera ligado con la subversión, fueran hijos, padres o parientes, tenía que desaparecer. Era un sacrificio que la Argentina tenía que hacer y que valía la pena.

- Sería preferible que dictaran la ley marcial y aplicaran la pena de muerte, pero con oportunidad de defensa ante un tribunal – le argumenté.
- Estamos apurados, no tenemos tiempo. En ese caso intervendría el Papa, y contra la presión del Papa sería muy difícil fusilar – me contestó.
- Pero Franco fusiló pese a la opinión del Papa – insistí.
- Nosotros no estamos en condiciones – replicó.<sup>61</sup> [Grifo meu]

O inimigo era perigoso e representava uma ameaça terrível sobre a sociedade. Era necessário desaparecer (um eufemismo para exterminar, no caso) com qualquer rastro deste “inimigo”. Aqui duas lógicas importantes que encontram eco na DSN: a da construção de um inimigo interno subversivo capaz das piores atrocidades; e das ações preventivas que o Estado deveria tomar contra os cidadãos, visto que o inimigo mimetizava-se no corpo social, e qualquer um poderia ser um subversivo<sup>62</sup>. Essa lógica também é encontrada nas palavras de Scilingo, quando questionado por Verbitsky sobre o sequestro das mães fundadoras da Associação das *Madres de Plaza de Mayo* (Azucena Villaflor de Vicenti, Esther Ballestrino de Careaga, María Ponce de Bianco e Angela Auad) e das freiras francesas Alice Domon e Leonie Duquet, realizado em 10 de dezembro de 1977 na Igreja de Santa Cruz, em Buenos Aires. As *madres* fundadoras e as freiras realizavam uma reunião que serviria para iniciar uma

<sup>60</sup> Idem, p. 36.

<sup>61</sup> VERBITSKY, 2006, op. cit., p. 101.

<sup>62</sup> Nota-se também nas palavras de Bonino a mesma preocupação expressada por Bessone: a opinião da Igreja Católica e a pressão que o Papa Paulo VI poderia fazer no caso de fuzilamentos em massa. Sabe-se que a Igreja Católica tinha íntimas relações com os militares argentinos, inclusive justificando a prática dos voos da morte, como relata Scilingo quando procurou o capelão da ESMA, ao sentir-se perturbado por ter participado de um dos voos. O capelão lhe disse que aquela era uma “forma cristã” de morte, e que constava na Bíblia que era preciso “separar o joio do trigo” (VERBITSKY, 2006, op. cit., p. 38). O jornalista irá esmiuçar a convivência de membros da Igreja com os repressores da ESMA em outro trabalho. Cf: VERBITSKY, Horacio. **El Silencio**: De Paulo VI a Bergoglio. Las relaciones secretas de la Iglesia con la ESMA Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

campanha de arrecadação de fundos para a publicação, nos principais jornais da cidade, de uma lista de nomes de cidadãos argentinos desaparecidos, que eram procurados por seus familiares. O sequestro foi orquestrado pelo *Grupo de Tareas 3.3.2* da ESMA, a mando de Jorge *El Tigre* Acosta, e com a fundamental atuação de Alfredo Astiz, que se infiltrou entre o grupo de ativistas passando-se por um familiar de desaparecido, para colher informações para os serviços de inteligência, e que inclusive chegaria a ficar conhecido carinhosamente entre as *madres* fundadoras como *el rubito*:

- *Si a Astiz lo hubieran descubierto, infiltrado en la iglesia de la Santa Cruz, ¿qué cree que le hubiera pasado?*
- Lo podrían haber matado.
- *¿Quién?*
- *¿Cómo quien?*
- *¿Las monjas?*
- No, no, pero ¿usted cree que estaban solas, solas, solas?
- *¿Y qué cree usted?*
- Yo creo que estaban los grupos subversivos apoyándolas.<sup>63</sup>

Mesmo um grupo de mães e freiras reunidas para organizar conjuntamente ações em busca dos seus filhos desaparecidos representava uma grande ameaça dentro da lógica dos militares argentinos. Todas as mulheres reunidas na Igreja de Santa Cruz e sequestradas em 1977 seriam levadas para a ESMA, torturadas, dopadas e embarcadas em aviões, de onde seriam lançadas vivas ao mar. No entanto, seus cadáveres retornariam às praias da província de Buenos Aires, e se tornariam num dos exemplos paradigmáticos do *segundo desaparecimento* das vítimas dos voos da morte: seus corpos seriam recolhidos pelas autoridades e enterrados em tumbas NN (*Ningún Nombre*). Apenas após 2003 a justiça argentina logrou localizar e identificar os cadáveres delas. Os responsáveis pelo sequestro foram condenados à prisão perpétua por crimes de lesa-humanidade em 2011. Paraphrasing Verbitsky: “Para entregar a una docena de viejas y monjas no hace falta ningún coraje, es una cobardía”<sup>64</sup>.

Sobre as “estratégias de implantação do terror” desenvolvidas pelos militares argentinos, segue uma breve síntese sobre as práticas utilizadas para este fim.

a) Sequestro: o sequestro das vítimas era o método de detenção por excelência dos militares argentinos, e foi uma prática comum a todas as ditaduras de segurança nacional da América Latina. Foi um dos mais eficazes métodos de implantação do terror. Na Argentina, operava na total clandestinidade, e era pensando a fim de garantir o anonimato dos repressores. A operação do sequestro compreendia do uso de violência física e psicológica já desde o seu princípio. Além de gerar terror na vítima, em seus familiares e vizinhos, e na

<sup>63</sup> Idem, p. 51.

<sup>64</sup> Idem, p. 50.

sociedade, “(...) garantia sua desvinculação do aparato repressivo do Estado, por meio da negativa oficial em reconhecer a responsabilidade sobre essas ações repressivas, assegurando a impunidade”<sup>65</sup>. Geralmente eram realizados na casa da vítima, como apontam dados levantados pela CONADEP: cerca de 62% deles ocorreram nos domicílios dos sequestrados, perante testemunhas; já 24,6% na via pública<sup>66</sup>. Em realidade, o sequestro poderia ocorrer em qualquer lugar frequentado pela vítima, seja sua casa, ou em locais de estudo ou trabalho. Essas operações costumavam ocorrer à noite: 62% à noite e 38% ao dia, segundo a CONADEP<sup>67</sup>. Frequentemente mobilizava-se grande aparato repressivo, com o intuito de aterrorizar as vítimas e as testemunhas, e desmoralizar tanto o sequestrado como os seus familiares perante amigos e vizinhos do entorno. Era durante a operação do sequestro que poderia ocorrer a apreensão indevida dos bens das vítimas, prática recorrente na Argentina<sup>68</sup>. A conclusão da operação do sequestro se dava com a transferência da vítima para alguma dependência militar ou policial, ou para algum CCD. Já nesse processo iniciavam as sessões de tortura física ou psicológica: além de ser proibido de qualquer manifestação, o detido era encapuzado e amarrado, tendo privadas as suas capacidades sensoriais e motrizes: “O ‘encapuzamento’ ou a vendagem dos olhos, conhecido como *tabicamiento* na Argentina, contribuía para o desenvolvimento do sentimento de coisificação do sequestrado, resultado da imobilidade, da incomunicabilidade, da inatividade, do isolamento e da perda da noção de tempo”<sup>69</sup>.

b) Interrogatório: O interrogatório era uma das formas mais valoradas de se obter informações pelos órgãos de repressão das ditaduras de segurança nacional. Durante o interrogatório, utilizavam-se diversos métodos para a obtenção de informações do sequestrado, alternando-se entre o uso de violência física e psicológica. Poderia durar muitas horas, em que a vítima era submetida a inquirições constantes, privada de sono, água e comida. Os repressores utilizavam diversas técnicas de pressão psicológica, revezando-se, encarnando personalidades que iam da agressividade à complacência, com o intuito de confundir e obter informações, ou a própria confissão da vítima. Um manual argentino analisado por Caroline Bauer conceituava o interrogatório como uma “arte”<sup>70</sup>. O mesmo manual trazia instruções sobre como obter informações de crianças e adolescentes<sup>71</sup>. Sabe-se

---

<sup>65</sup> BAUER, op. cit., p. 43.

<sup>66</sup> CONADEP, op. cit., p. 17.

<sup>67</sup> Idem, p. 25.

<sup>68</sup> Dentro da ESMA havia depósitos específicos onde eram guardados os bens saqueados dos detidos.

<sup>69</sup> BAUER, op. cit., p. 49.

<sup>70</sup> Idem, p. 60.

<sup>71</sup> Idem, p. 61.

que na Argentina (e no Brasil) muitas crianças e adolescentes foram sequestradas e torturadas junto com seus pais.

c) Tortura: A tortura contra opositores políticos nunca foi uma novidade nos países da América Latina. O que se observa na conjuntura dos anos 1960, 1970 e 1980 é sua institucionalização nas forças de repressão, e um “aperfeiçoamento técnico” oriundo do conhecimento adquirido por franceses e estadunidenses e compartilhado entre os militares latino-americanos. Segundo Riquelme, servia para quatro fins: a “quebra” da resistência da vítima, a confrontação entre os “subversivos” e os repressores, gerar discordâncias dentro dos grupos de oposição através das delações, e punir os presos políticos e disseminar o terror em seus familiares e no entorno social<sup>72</sup>. A tortura combinava métodos de violência física e psicológica. Na Argentina foram utilizados como métodos: a *picana* elétrica – instrumento usado para dar choques elétricos no corpo da vítima; o submarino – a submersão da cabeça da vítima em toneis de água para sufocamento; a *parrilla* – um estrado metálico de cama onde a vítima era amarrada para levar choques elétricos; simulações de fuzilamento e de incineração; abusos sexuais em mulheres e homens, entre outras formas denunciadas pela CONADEP.

d) Desaparecimentos: A desaparecimento de opositores políticos é uma prática de terror de Estado que tem suas origens históricas modernas já na Espanha franquista, com os chamados *paseos*, em que membros de grupos franquistas executavam republicanos nas aldeias que conquistavam no decurso da guerra civil (1936-1939). A Alemanha nazista também utilizou tal prática, instituída através do Decreto Noite e Nevoeiro de 1942, que orientava os agentes da SS que a desaparecimento sem rastro de *partisans* na “neblina da noite” era a forma mais eficaz no combate à resistência nos países ocupados da Europa ocidental, pois abalava a moral da população civil que apoiava a resistência. Lição aprendida e posta em posteriormente pelos militares franceses nas guerras coloniais da Argélia e Indochina, que a incorporaram à doutrina da Guerra Revolucionária e exportaram para os militares estadunidenses<sup>73</sup>. Todos os casos de desaparecimento perpetrados pelas ditaduras de segurança nacional da América Latina foram casos de desaparecimento forçada, contra a vontade da vítima, e mesmo aqueles que foram detidos e liberados pouco tempo depois, ou que foram *blanqueados*<sup>74</sup>, estiveram na condição de detido-desaparecido em algum momento. Enquanto seus familiares e seu entorno social viviam a angustiante experiência da *ausência-presença*

<sup>72</sup> RIQUELME, Horacio. **Era de névoas**: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina. São Paulo: Educ, 1993, p. 37 *apud* BAUER, op. cit., p. 63.

<sup>73</sup> PADRÓS, 2005, op. cit., p. 613.

<sup>74</sup> Situação em que o detido-desaparecido sequestrado tem a detenção legalizada pelo Estado, e posteriormente é encaminhado aos cárceres legais e posto à disposição da Justiça Militar, transformando-se num preso político reconhecido pelo Estado. Na Argentina foram raríssimos os casos de *blanqueamento*.

(ou seja, não está preso nem solto, não está vivo nem morto, ninguém sabe, ninguém viu, fugiu ou se exilou?), a vítima vivia a experiência da *existência-inexistência*, pois tinha plena certeza da sua própria existência, mas ficava totalmente desamparada e à mercê dos repressores, que tinham total certeza da impunidade<sup>75</sup>. Em depoimento à CONADEP, o médico Norberto Liwsky narra o que diziam os guardas do CCD onde esteve detido:

El trato habitual de los torturadores y guardias con nosotros era el de considerarnos menos que siervos. Eramos como cosas. Además cosas inútiles. Y molestas. Sus expresiones: ‘vos sos bosta’. Desde que te ‘chupamos’ no sos nada. ‘Además ya nadie se acuerda de vos’. ‘No existís’. ‘Si alguien te buscara (que no te busca) ¿vos crees que te iban a buscar aquí?’. ‘Nosotros somos todos para vos’. ‘La justicia somos nosotros’. ‘Somos Dios’.<sup>76</sup> [Grifo meu]

O desaparecimento foi, então, o método mais sofisticado das “estratégias de implantação do terror” da ditadura civil-militar argentina. A ditadura argentina foi prófuga em tergiversar a respeito da existência de desaparecidos, sempre dando respostas ambíguas ou simplesmente negando sua existência. No entanto, a CONADEP registrou em 1984 o número de 8.980 denúncias de desaparecidos, afirmando que estes não eram números definitivos, estipulando o cálculo de que a cada denúncia realizada, duas não foram feitas, o que resultou no número simbólico de 30 mil desaparecidos, que é a estimativa atual de vítimas do terror de Estado na Argentina ao longo do *Proceso*.

Com a redemocratização, os familiares, vítimas da incerteza da “existência-inexistência” do desaparecido, acreditavam que eles retornariam. No entanto, isso pouco ocorreu, e a maioria continuava na condição de desaparecido. Os familiares, que até então promoviam uma busca incansável pelos seus entes, começaram a ter que lidar com a realidade de que aqueles desaparecidos estavam mortos. A partir de 1983, com a divulgação do informe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA produzido após a visita de seus representantes à Argentina para avaliar as condições humanitárias nos CCD, e posteriormente com as denúncias arroladas pela CONADEP, a sociedade argentina começou a tomar conhecimento da magnitude dos fatos ocorridos durante a última ditadura civil-militar, o termo desaparecido passou a ser sinônimo de morto, e o desaparecimento passou a ser sinônimo de extermínio. Surgiriam então as primeiras denúncias de fuzilamento em massa. Um dos relatos mais aterrorizantes é o de Carlos Beltrán, registro nº 4213, que foi designado ao CCD de *La Perla*, em Córdoba:

“Una vez le pregunté a ‘Gino’ adónde llevaban a los detenidos y éste me respondió: ‘Los llevamos a uno ochenta...’ En una oportunidad el ‘Capitán’ me ordenó que lo acompañara junto a otros gendarmes al interior de la cuadra. Una vez allí ordenó a cuatro detenidos: un hombre joven de apellido Castro; un hombre más bien alto, de

<sup>75</sup> BAUER, op. cit., p. 79.

<sup>76</sup> CONADEP, op. cit., p. 31.

unos 36 años de edad, creo que vendía helados en Villa Carlos Paz (en La Perla quedó su bicicleta) otro hombre de 28 años y una mujer embarazada que vestía un delantal de plástico que se utilizaba para lavar ropa y calzaba botas de goma, (la mujer habría tenido unos 25 años y estaba en avanzado estado de gravidez), que se pusieran de pie y que lo acompañaran. (...) Luego de recorrer alrededor de tres kilómetros detienen la marcha sobre una huella rural ubicada entre un terreno de sorgo y otro terreno sembrado de maní. Luego de estos predios, sólo había vegetación de montes (camalotes, tucas y árboles pequeños), en donde todos descendemos de los vehículos y recorremos un trecho de unos cincuenta metros sobre ese terreno sin sembrar, con muchos yuyos. Una vez allí, el "Capitán" ordenó que se desataran las manos del más joven de los detenidos y que se le hiciera entrega de una de las palas que habían traído los suboficiales, ordenándole a la víctima que comenzara a cavar una fosa. Dicha fosa alcanzó alrededor de 1,80 metros de profundidad y tres metros de largo y 1,20 metros de ancho. Los otros tres detenidos eran custodiados por dos militares cada uno. Yo y otro oficial estábamos junto al mayor de los cuatro detenidos; pude advertir, entonces, que mientras rezaba muy despacio comenzó a llorar. Nadie hablaba, reinaba un profundo silencio cuando el 'Capitán' hizo subir al borde de la fosa al detenido que estaba cavando e hizo colocar a los tres restantes junto a la víctima, uno junto a otro, detrás de la fosa. Luego de una seña del 'Capitán' y previo a haberme dicho textualmente: 'a éstos hay que mandarlos a 1,80', a lo que yo manifesté que no lo iba a hacer, 'Gino', los cuatro suboficiales y el Teniente Primero comenzaron a disparar sobre los detenidos; también accionó su arma de fuego el gendarme. Mientras que los tres hombres quedaron inmóviles, luego de los disparos la mujer, que había caído pudo reincorporarse y caminar unos pasos en dirección opuesta a la fosa; en esa circunstancia, el "Capitán" sacó su pistola y le descerrajó un balazo en la cabeza. Los cuatro cuerpos fueron arrojados a la fosa, rociados con cinco litros de nafta.<sup>77</sup>

Após os fuzilamentos, ocorreriam as incinerações em massa de cadáveres em fossas comuns (como relatado anteriormente), em *parrillas* (grelhas) construídas para essa finalidade, através do uso de combustíveis ou lenha, ou junto com a queima de pneus para ocultar a cremação de corpos. Scilingo relata que na ESMA havia uma destas *parrillas* no campo de esportes, em que eram incinerados os corpos dos “subversivos” que haviam chegado mortos àquele CCD<sup>78</sup>. Nem todos os cadáveres seriam incinerados, o que ocasionaria a denúncia de diversas inumações irregulares em vários cemitérios do país, ou ainda a descoberta de diversas valas comuns onde teriam sido enterrados os corpos das vítimas.

Para os familiares, a destruição do corpo da vítima foi a última escala de todo o processo traumático de desaparecimento, desde o sequestro (o “não estar” que alimenta a esperança de que um dia este familiar pudesse retornar), passando pela destruição da documentação sobre o caso (e a incerteza sobre o que realmente sucedeu-se com a vítima), culminando nos cadáveres sem nome, na impossibilidade de enterrar seu familiar. “Fue como asomarse a cada instante al abismo de un horror sin limites”<sup>79</sup>. Ocultar os cadáveres era uma forma de paralisar as denúncias públicas, garantir o silêncio dos familiares, bloquear o caminho das investigações futuras, diluir as responsabilidades pessoais para toda a corporação

<sup>77</sup> Idem, p. 227-228.

<sup>78</sup> VERBITSKY, op. cit., p. 52-53.

<sup>79</sup> CONADEP, op. cit., p. 246.

militar, mas principalmente impedir que a sociedade civil manifestasse solidariedade aos desaparecidos, evitando protestos que trariam a tona, tanto interna como externamente, a realidade: de que com o propósito de combater a “subversão”, as Forças Armadas argentinas foram responsáveis por um verdadeiro genocídio, segundo a CONADEP. A ausência do corpo impede a realização do ritual de luto dos familiares das vítimas, configurando numa morte sem sepultura. Um trauma que persiste no tempo, atravessa gerações, reflete-se nos filhos e netos destes desaparecidos, reflete-se na sociedade como um todo. Este, então, transformou-se num dos maiores traumas da sociedade argentina pós-1983.

A garantia de impunidade que recai sobre a estratégia do desaparecimento caracteriza sua eficácia como um dos principais instrumentos do terror de Estado. Em realidade, essa garantia foi fator comum a todas as outras “estratégias de implantação do terror” da ditadura argentina. Porém esta ganha uma nova dimensão quando referente aos desaparecidos, pois este é um crime que persiste no tempo. Por sorte, na Argentina, muitos dos responsáveis por crimes de lesa-humanidade já foram condenados, e outros tantos estão sendo julgados pelo poder judiciário, dentro dos marcos legais do Estado de direito.

É dentre as “estratégias de implantação do terror” de desaparecimento, como prática de extermínio e ocultação de cadáveres, que se encaixam os voos da morte, objeto central deste trabalho. No entanto, os voos da morte são singulares dentro deste conjunto de práticas, justamente por apresentar os desdobramentos que vão além dos descritos neste subitem sobre os desaparecimentos: “segundo desaparecimento” do corpo da vítima reaparecido, e a conivência e cumplicidade de autoridades estrangeiras, consequência da sua “transnacionalidade”.

e) A imposição da “cultura do medo”: Dentre as “estratégias de implantação do terror”, é possível dizer que esta foi consequência das demais. Os sequestros, as torturas e os desaparecimentos tinham sempre como objetivo implantar o terror na sociedade. Todas as ações do TdE, aliadas à censura de informações e a impossibilidade de denúncia, paralisavam a sociedade. Poucas vozes se levantaram dentro da Argentina para denunciar as torturas e os desaparecimentos. Entre elas, Rodolfo J. Walsh, um conhecido jornalista e militante da esquerda peronista, que através da *Agencia de Noticias Clandestina* (ANCLA), denunciou as violações aos direitos humanos que estavam ocorrendo na Argentina do *Proceso*. Seu principal informe intitulado *Carta Abierta de un escritor a la Junta Militar*, de 24 de março de 1977, foi definida por Gabriel García Márquez como “(...) una pieza maestra del

periodismo universal”<sup>80</sup>. Um informe da ANCLA de 20 de agosto de 1976, afirmava que vários detidos da ESMA teriam sido lançados ao Rio da Prata. Outro informe posterior, intitulado *Historia de la guerra sucia en Argentina*, denuncia o aparecimento de três cadáveres amarrados e mutilados nas costas uruguaias, relacionando-os com as práticas de terror instauradas pela Junta Militar<sup>81</sup>. Walsh foi sequestrado por um *grupo de tareas* da ESMA no dia seguinte à publicação de sua *Carta Abierta*, e foi levado àquele CCD. Após seu desaparecimento, a ANCLA ficou a cargo de Horacio Verbitsky.

A “cultura do medo” é o principal objetivo do TdE e de suas “estratégias de implantação do terror” em uma determinada sociedade, e o medo foi utilizado por todas as ditaduras de segurança nacional para “(...) destruir o indivíduo, cidadão e pessoa, em nível individual, e como forma de dominação política, em nível coletivo (...)”<sup>82</sup>. Bauer ainda aponta três componentes psicológicos importantes dessa cultura, em nível individual: o silêncio, o isolamento e a descrença<sup>83</sup>.

É importante ressaltar que o silêncio imposto, em termos coletivos, à sociedade e todas as suas expressões, e também em nível individual, ao cidadão aterrorizado, que via no silêncio uma forma de sobreviver diante de um cenário de violência, serve para compreendermos os relatos das testemunhas dos voos da morte no delta do rio Paraná, e que durante muitos anos silenciaram, sendo esta uma história ainda bastante desconhecida, como o caso de Juan, funcionário da empresa Celulosa Argentina, no relato dado a Fabián Magnotta, citado anteriormente.

### **1.3 Poder desaparecedor e a banalidade do mal: considerações sobre o extermínio planejado.**

Talvez uma das produções mais significativas sobre o regime de terror de Estado instalado na Argentina a partir de 24 de março de 1976 seja o trabalho da ex-presena política e professora da Universidade Autônoma de Puebla, Pilar Calveiro. A autora centra suas análises no que considera o ponto mais nevrálgico do TdE: o desaparecimento de pessoas.

Afirma que o desaparecimento como forma de repressão política surgiu após o golpe de 1966 na Argentina, se tornou usual a partir de 1974, durante o governo peronista, mas que se transformaria em uma política institucional a partir do *Operativo Independencia*, em

---

<sup>80</sup> VERBITSKY, op. cit., p. 83.

<sup>81</sup> Idem, p. 84-85.

<sup>82</sup> BAUER, op. cit., p. 108.

<sup>83</sup> Idem, p. 111.

fevereiro de 1975, com a ordem do poder Executivo de aniquilar a guerrilha do ERP na província de Tucumán. A forma do desaparecimento, como técnica do poder instituído, com seu correlato institucional, o campo de concentração/extermínio, surgiria ainda durante a vigência das instituições democráticas. Mas conquanto fosse apenas uma das técnicas do aparato repressivo do Estado, a partir do golpe de 1976 se transformaria na modalidade repressiva do poder, executada diretamente a partir das instituições militares<sup>84</sup>.

Calveiro foca então sua análise no que considera o cerne do poder totalizante instituído em 1976: a complementariedade do desaparecimento e do campo de concentração/extermínio. Considerando o campo de concentração como a expressão molecular da tentativa totalizadora do Estado, afirma que:

Explorar suas características, sua modalidade específica de controle e repressão, é uma forma de falar da própria sociedade e das características do poder que então se instaurou e que se ramifica e reaparece, às vezes idêntico e às vezes modificado, no poder que hoje circula e se reproduz.<sup>85</sup>

Portanto, entender as engrenagens desse ponto nevrálgico do regime de terror instaurado em 1976 na Argentina, auxilia na compreensão do próprio poder que circulou em todo o tecido social. Esse poder, na Argentina do século XX, está diretamente relacionado à violência e à repressão. Calveiro localiza o núcleo duro desse poder na instituição militar, que se auto referenciava como uma espécie de salvaguarda da nação (a missão salvacionista e messiânica das Forças Armadas, já descrita por Novaro e Palermo). As Forças Armadas desejaram criar a partir de 24 de março de 1976 uma sociedade disciplinada, à sua imagem e semelhança. Era necessário encarnar a disciplina e convertê-la em obediência, mediante o medo do castigo. Esse poder totalizante, acumulado nas mãos dos militares, devido à impossibilidade das classes dominantes de forjarem uma aliança estável, e à crise de representatividade que atravessavam os partidos políticos na sociedade argentina, foi fundamental para a unidade disciplinadora das Forças Armadas e sua imposição sobre a sociedade<sup>86</sup>. Segundo a autora, “Civis e militares sustentaram na Argentina um poder autoritário, golpista e desaparecedor de tudo aquilo que pudesse ser disfuncional”<sup>87</sup>. A repressão e o desaparecimento, então, revelam a própria índole do poder, e são parte de uma face invisível deste. O poder tenta demonstrar uma feição polida e institucional, com seu discurso, seus comunicados difundidos em rede de rádio e televisão e suas cerimônias castrenses, afirmando uma fictícia sensação de “normalidade”, e esta seria sua face visível,

---

<sup>84</sup> CALVEIRO, Pilar. **Poder e Desaparecimento**: Os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 40.

<sup>85</sup> Idem, p. 40.

<sup>86</sup> Idem, p. 24.

<sup>87</sup> Idem, p. 25.

que esconde a outra face, a que deve permanecer oculta, negada. Diz Calveiro que: “Sempre o poder mostra e esconde, e se revela tanto no que exhibe quanto no que oculta”<sup>88</sup>. A face negada do poder totalizante imposto pelos militares em 1976 é justamente o poder desaparecedor, que encontrou no campo de concentração e extermínio sua “expressão molecular”.

Como um aviador formado para defender a soberania nacional e convencido de que essa era sua missão de vida pôde se dedicar a arremessar homens vivos ao mar?<sup>89</sup>. Essa questão levantada por Calveiro representa uma indagação motivadora deste presente trabalho, e nos remeterá às considerações posteriores. Para tanto, é preciso explicar a existência de dois vieses na compreensão do extermínio planejado pela ditadura argentina. O primeiro será considerado através das análises de Pilar Calveiro; o segundo, através das ponderações de Hugo Vezzetti, professor da Universidad de Buenos Aires.

Calveiro sustenta a ideia de que, para compreendermos como foi possível a transformação dos membros das instituições militares em sequestradores, torturadores e assassinos, é necessário utilizar o conceito criado pela filósofa alemã Hannah Arendt da “banalização do mal”. Arendt, em uma de suas obras mais conhecidas, “Eichmann em Jerusalém”, irá refletir sobre o julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann, criminoso de guerra nazista que havia sido localizado nos subúrbios de Buenos Aires, em 1966, e levado a Israel para o seu julgamento. Arendt, ao contrário do que os juízes e a opinião pública israelense diziam à época, não via em Eichmann um monstro sanguinário nazista, assassino sádico de judeus durante o Holocausto, mas sim um funcionário mediano, arrivista, medíocre, incapaz de refletir sobre seus atos. Focado constantemente em seu objetivo de chegar a um posto elevado na burocracia nazista, não era possível extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de seus atos. Conforme a filósofa alemã:

A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele *simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo*<sup>90</sup>. [Grifo da autora]

Essa “rotineirização” do extermínio, esse “esvaziamento” do sentido da morte que Arendt identificou ao analisar o julgamento de Adolf Eichmann, Calveiro também irá identificar nos militares argentinos.

---

<sup>88</sup> Idem, p. 38.

<sup>89</sup> Idem, p. 45.

<sup>90</sup> ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 310.

Considero na verdade que fizeram parte de um maquinário, construído por eles mesmos, cujo mecanismo os levou a uma dinâmica de burocratização, rotineirização e naturalização da morte, a qual aparecia como um dado dentro de um formulário. A sentença de morte de um homem era somente a sigla “QTH fixo” sobre o prontuário de um desconhecido.<sup>91</sup>

A correlação com a descrição do funcionamento dos voos da morte dado por Adolfo Scilingo a Horacio Verbitsky é bastante plausível. Scilingo procura o jornalista não com o objetivo específico de fazer a denúncia dos voos da morte, mas para solidarizar-se com Juan Carlos Rolón e Antonio Pernías, oficiais de Inteligência da ESMA. Ambos tiveram suas promoções negadas pelo Senado em 1994, após a denúncia do próprio Verbitsky nas páginas do jornal *Página/12* sobre sua participação em crimes cometidos naquele campo de concentração. Assim como Arendt confirma a “falta de imaginação” de Eichmann, que permitiu que ele passasse meses a fio explicando para seu interrogador como ele conseguira chegar à patente de tenente-coronel da SS nazista<sup>92</sup>, Verbitsky comenta que Scilingo voltava a se animar a relatar sobre os voos da morte quando o interlocutor mencionava seu tema favorito, que era a promoção negada de Pernías e Rolón<sup>93</sup>.

O sequestro, a tortura e o confinamento nos campos de concentração e extermínio, como visto anteriormente, desumanizavam a vítima deste processo. Era necessário despojá-las de seus atributos humanos, o que, segundo Calveiro, facilitaria a execução mecânica e rotineira das ordens<sup>94</sup>. Referindo-se especificamente aos voos da morte, a autora afirma que:

Tudo assumia a aparência de um procedimento burocrático: informação que é recebida, processada e reciclada; formulários que indicam o que foi realizado; prontuários que registram nomes e números; ordens recebidas e cumpridas; ações autorizadas pelo comando superior; turnos de guarda “24 por 48”; voos noturnos ordenados por algum superior, sem nome nem sobrenome. Tudo era impessoal, a vítima e o algoz, ordens verbais, “pacotes” recebidos e entregues, “cargas” lançadas ou enterradas. Como se cada homem fosse uma simples peça de um mecanismo muito mais vasto que não podia ser controlado nem detido, que disseminava o terror e aplacava consciências<sup>95</sup>.

O depoimento de Scilingo é crucial para entendermos esse mecanismo burocrático e impessoal de morte que descreve Calveiro. Segundo o ex-capitão da marinha argentina, a ordem para a realização dos voos da morte era chamada, no jargão militar e nos planos escritos da Armada, de “*Operaciones militares especiales*”<sup>96</sup>. A impessoalidade perpassava também o escalonamento dos militares selecionados para tais operações: quando Scilingo se apresentava no local do complexo ESMA em que receberia a ordem do voo que teria que

<sup>91</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 45.

<sup>92</sup> ARENDT, op. cit., p. 311.

<sup>93</sup> VERBITSKY, 2006, op. cit., p. 34.

<sup>94</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 49.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> VERBITSKY, 2006, op. cit., p. 28.

realizar, esta estava escrita em um quadro-negro que indicava os nomes de quem integraria a coluna que iria ao aeroporto militar de Buenos Aires com os detidos, mas estes eram nomes de encobrimento, jamais se revelava o nome verdadeiro dos envolvidos na operação<sup>97</sup>. Assim como também não se revelavam as identidades das vítimas que seriam lançadas vivas ao mar, que eram consideradas como “inimigo” dentro da lógica da “guerra suja” travada pelas Forças Armadas durante a ditadura militar<sup>98</sup>. O uso de eufemismos para se referir à tortura (interrogatório), ao sequestro (*chupar*, ou sugar, em português), ao extermínio em massa (traslado), e também às vítimas, chamadas de inimigos ou subversivos, além de denotar a desumanização das vítimas e dos vitimários, também cumpre um papel “tranquilizador”, que inocenta as ações mais condenadas pelo código moral da sociedade. Nesse sentido, ajudaria a “aliviar” a responsabilidade da equipe militar<sup>99</sup>.

A sensação de fazer parte de uma engrenagem burocrática acima de tudo e de todos, servia para atenuar as responsabilidades pessoais. Isso também é um ponto em comum nos relatos de Adolf Eichmann e Adolfo Scilingo. Reiteradas vezes Eichmann afirmou que não matou nenhum judeu, e que era responsável apenas pelos transportes destes aos campos de concentração e extermínio alemães. Scilingo, por sua vez, diluía as responsabilidades a todos os envolvidos com os voos da morte, afirmando que a Armanda não atuava como uma quadrilha: “Era una fuerza armada que se estava movilizando”<sup>100</sup>.

Segundo Calveiro, a metodologia concentracionária foi institucional, e foi pensada através do princípio da eficiência no desenvolvimento de uma situação que as Forças Armadas, com seu discurso imbuído na DSN, definiram como uma “guerra”. O campo de concentração e o terror generalizado foram os meios pelos quais a “subversão” foi aniquilada.

Os campos foram o dispositivo repressor do Estado, a máquina sugadora, desaparecedora e assassina que, uma vez inventada, ganhou vida própria e ninguém mais foi capaz de controlar; funcionava inexoravelmente. Uma técnica, conforma já foi dito, diretamente ligada a um poder de tipo burocrático, no qual a fragmentação das tarefas apagava as responsabilidades.<sup>101</sup>

No entanto, ao afirmar que cada homem fazia parte de uma engrenagem burocrática e desumanizada, Calveiro não atenua as responsabilidades individuais. Afirma que o dispositivo do campo de concentração que as iguala, comprometendo a todos, é uma das distorções da lógica concentracionária, pois cada homem tem uma função diferente e uma responsabilidade determinada dentro do “maquinário”. Diz também que: “Não se absolve o

---

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Idem, p. 60.

<sup>99</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 52.

<sup>100</sup> Idem, p. 35.

<sup>101</sup> Idem, p. 128.

desaparecedor ao resgatar o humano que há nele; ele apenas é excluído do monstruoso, do sobrenatural, para ser incluído no humano, na escala do que se pode avaliar e julgar”<sup>102</sup>.

Por fim, é necessário compreender a relação intrínseca entre o campo de concentração e a sociedade na qual ele está inserido, pois ambos fazem parte de uma mesma trama, apesar da negação da sua existência. Segundo Calveiro, a sociedade anestesiada e paralisada pelo terror, funciona como uma caixa de ressonância do poder concentracionário e desaparecedor, que permite a circulação dos sons e dos ecos desse poder, ao mesmo tempo que é sua destinatária privilegiada.

O campo de concentração, por sua proximidade física, por de fato estar no meio da sociedade, “do outro lado da parede”, só pode existir numa sociedade que escolhe não ver, por sua própria impotência; uma sociedade “desaparecida”, tão siderada como os próprios sequestrados. Por sua vez, a paralisia da sociedade deriva diretamente da existência dos campos; a paralisia e os campos alimentam o dispositivo concentracionário e dele fazem parte.<sup>103</sup>

Apesar da negação oficial, uma parcela significativa da sociedade argentina tinha conhecimento dos campos de concentração. O mesmo pode ser dito sobre os voos da morte, pois muitos foram os testemunhos das aparições dos cadáveres no litoral da província de Buenos Aires ou no delta do rio Paraná, na província de Entre Rios. Talvez essas testemunhas não tivessem noção da dimensão do ocorrido, mas sabiam de quem eram os restos mortais que apareciam nas margens dos rios após a passagem de um helicóptero, ou nas praias, após uma ressaca do mar. No entanto, o medo, o pânico, a autocensura e a paralisia geradas pelo TdE e pelo poder desaparecedor e totalizante impunham o silêncio, o desvio do olhar, a opção por não saber.

Hugo Vezzetti acrescenta um viés diferente para compreender o extermínio planejado durante a ditadura argentina. Buscando interpretações no extenso debate sobre os crimes cometidos na Alemanha nazista que possam colaborar para o caso argentino, Vezzetti refuta a tese de que é possível compreender a execução do massacre planejado através de características próprias dos perpetradores: preconceitos, desvio moral, deformação ideológica ou fanatismo. Chama essa tese, que cria a figura do “verdugo voluntário” do regime nazista, de simplificadora e insuficiente, pois projeta todas as responsabilidades pela catástrofe sobre a sociedade alemã da época, encobrendo a sociedade alemã contemporânea num manto de inocência<sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> Idem, p. 130.

<sup>103</sup> Idem, p. 135.

<sup>104</sup> VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente: Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009, p. 151.

A respeito das contribuições de Hannah Arendt sobre a banalização do mal, Vezzetti não refuta a ideia de que a burocratização e a racionalização da morte são características incontestáveis do extermínio argentino, admitindo que os campos de concentração na Argentina apresentaram muitos dos traços próprios de um maquinário impessoal. Também acrescenta que a decisão pelo extermínio e a metodologia repressiva que deveria ser empregada foi tomada pelos níveis superiores das Forças Armadas, antes mesmo do golpe de 24 de março de 1976, em que generais, almirantes e brigadeiros aprovariam a metodologia das detenções clandestinas, da tortura sistemática e das execuções em massa, embasados na doutrina da Guerra Revolucionária, na tese da terceira guerra mundial, e nas questões de segurança nacional. No entanto, Vezzetti acrescenta que houve, junto à decisão pelo massacre tomada pelas Forças Armadas, um componente a mais:

Lo importante es destacar que hubo en la decisión de la massacre algo distinto de un proceso burocrático y técnico y que intervino como un factor determinante la decisión de una revancha corporativa. La maquinaria y la organización estaban dispuestas desde mucho antes, pero la decisión no nació simplemente del despliegue de una lógica técnica sino de la intervención de una voluntad y una visión políticas alimentadas por las representaciones de la *guerra* y por el pasaje al acto de una venganza social.<sup>105</sup> [Grifos meus]

Dentro desta perspectiva de que as Forças Armadas agiram também com um sentimento de revanche corporativa, Vezzetti afirma que no caso específico da Argentina, a interpretação baseada na banalização do mal não é totalmente suficiente para explicar o massacre ocorrido durante a ditadura militar.

De modo que en el fundamento del plan de extermínio hubo algo que no puede ser explicado a través de la lógica de la acción burocrática, algo que debe ser concebido como una originaria radicalización de las tesis sobre el conflicto político y militar contra la subversión. En ese sentido, no hay mucho lugar para la figura de la *banalidad* en la interpretación de esa decisión que se prolongaba en una acción acumulativa a cargo de ejecutores y perpetradores que en todo caso podían estar motivados por razones banales. En principio hay que admitir que hubo un sistema de creencias que fue eficaz en la construcción ideológica de un enemigo irrecuperable, un ser humano sin derecho a la vida y contra el cual todo estaba permitido. Esa figura debía ser previamente formada en la mentalidad de los repressores y, en ese sentido, no hay maquinaria que pueda prescindir de la adhesión y de la moral (en el sentido en que se disse “moral de combate”) capaces de asegurar el cumplimiento de una empresa de muerte que no era fácil de soportar.<sup>106</sup>

Nesse sentido, o autor prefere considerar a configuração ideológica e doutrinária dos militares argentinos do *Proceso* numa análise de longa duração, em que há uma combinação de componentes diversos, entre eles o convencimento propriamente técnico de que essa “guerra” travada contra a “subversão” deveria ser feita deste modo. E o modo era baseado nas características particulares da guerra contra insurgente, que impunha uma rotina de

---

<sup>105</sup> Idem, p. 154.

<sup>106</sup> Idem, p. 155.

procedimentos já conhecidos. Vezzetti alerta também que não se pode descuidar do papel que o próprio sistema cumpria como “aparato de obediência”, principalmente para os perpetradores e seus colaboradores, mas para a sociedade como um todo, que se subordinava à obediência: “Ése es el marco que permite situar el papel y los limites de la burocracia en la vida de los campos, en una dimensión que excede la motivación ideológica”<sup>107</sup>.

Tais motivações que excedem o discurso ideológico poderiam ser tão evidentes quanto o botim de guerra (que foi amplamente acumulado e redistribuído pelos repressores nos campos de concentração, e ia desde dinheiro, bens materiais e imóveis, a talvez a face mais cruel de todo o sistema concentracionário, a apropriação de bebês), mas também poderiam ser mais subjetivas, como os benefícios de um amplo poder sobre os prisioneiros ou a busca de reconhecimento na carreira militar, que dependia, sobre medida, da obediência hierárquica.

Essa última motivação fica bastante evidente também na fala de Adolfo Scilingo, quando afirma que estava totalmente focado na carreira militar, e que por isso obedecia sem hesitações às ordens de seus superiores:

Yo no tenía la más mínima duda de que se estaba obrando en forma totalmente legal, como correspondía. Yo tenía veintiocho años y diez en la Armada. No es ni mucho, ni poco. Era teniente de navío y era lo suficientemente preparado y antiguo como para no tener dudas de mis superiores. Estaba totalmente compenetrado con la carrera.<sup>108</sup>

Para concluir a discussão, Vezzetti afirma que a mecânica geral dessa organização do extermínio planejado não pode ser compreendida apenas a partir de uma lógica burocrática se não for considerado que a ordem hierárquica, intrínseca à lógica castrense, impunha seu efeito degradante de cima para baixo. Ou seja, que o assassinato em larga escala era uma decisão tomada por um conjunto de chefes dominado por crenças bastante arraigadas, que não são suscetíveis de serem deduzidas de um cálculo racional de interesses e benefícios<sup>109</sup>. É a crença, já abordada anteriormente, da missão salvacionista e messiânica das Forças Armadas argentinas, impulsionada por uma elite autocrática e um contexto político conflituoso, que gradativamente produziu uma situação de violência política incontável e a falência da mediação através das instituições do Estado democrático.

#### **1.4 Voos da morte: a influência da doutrina francesa.**

---

<sup>107</sup> Idem, p. 156.

<sup>108</sup> VERBITSKY, op. cit., p. 60.

<sup>109</sup> VEZZETTI, op. cit, p. 156.

Dopar pessoas presas em cativeiro e arrastá-las até um avião, voar em direção ao mar, abrir as portas e atirá-las uma a uma no vazio, era um “ato supremo”<sup>110</sup> que os militares faziam em nome da defesa da pátria. A construção teórica de um inimigo atroz e inumano, um tanto desconexa da realidade dos fatos, com base na DSN, dava a justificativa necessária para esta prática de extermínio levada a cabo pela Marinha argentina na ESMA e em outros CCD.

Os “excessos” cometidos na Argentina – e justificados nos ditames da DSN – iriam além das experiências históricas já conhecidas das ditaduras de Segurança Nacional instauradas no Cone Sul antes de 1976. Nem mesmo a repressão chilena após o golpe de 11 de setembro de 1973 seria comparável ao extermínio realizado pelo *Proceso de Reorganización Nacional*.

Cabem aqui alguns apontamentos que indiquem, nos ditames da DSN, uma referência mais clara à própria metodologia dos voos da morte. Magnotta, ao lembrar do “exemplo” francês na Argélia, cita uma declaração do general Reynaldo Bignone, último presidente do *Proceso de Reorganización Nacional* em 1983, em que este reconhece que os militares haviam tomado lições da França sobre sequestros, torturas e execuções contra a guerra de guerrilha urbana da FLN<sup>111</sup>.

A Guerra de independência da Argélia desenrolou-se entre 1954 e 1962, e foi uma guerra de descolonização travada entre os habitantes locais e o poder colonial francês, instalado desde 1830. Foi um conflito basicamente de guerrilha urbana, e o governo francês autorizou seus militares a usarem “poderes especiais” que utilizavam de expedientes ilegais para combater a guerrilha da FLN. Entre esses expedientes estavam o uso sistemático de tortura nos interrogatórios, com o pretexto de conseguir informação o mais rápido possível, num cenário em que as operações guerrilheiras ocorriam na *Kasbah*, o bairro árabe de Argel, uma medina<sup>112</sup> constituída de estreitas vielas labirínticas, onde os guerrilheiros encontravam fácil refúgio depois das ações armadas contra as forças francesas. A justificativa era de que quanto mais rápida fosse a extração de informação, mais imediatamente poderia ser desbaratada a ação guerrilheira, e assim evitavam-se novos ataques contra as forças francesas e a população franco-argelina.

Essa prática desenvolvida pelos franceses no contexto da independência da Indochina e da Argélia seria decorrente de uma nova conceituação teórica da guerra, desenvolvida por oficiais de alta patente envolvidos nestes conflitos. Essa nova conceituação,

---

<sup>110</sup> VERBITSKY, op. cit., p. 32.

<sup>111</sup> MAGNOTTA, op. cit., p. 124.

<sup>112</sup> Parte antiga das cidades árabes do Magreb, que contém diversas edificações históricas. Geralmente localizava-se em local elevado e era murada, servindo como forma de proteção aos habitantes.

a “guerra moderna”, ficaria conhecida como a “Guerra Revolucionária”. Foi necessária esta nova conceituação porque o poder colonial francês constatou que não poderia enfrentar as frentes de libertação nacional na forma da guerra convencional, já que estes movimentos estavam influenciados pelas teorias de Mao-Tsé Tung, e que, portanto focavam suas conquistas não nos territórios, mas sim nas populações, deslocando o foco da guerra clássica para a ação psicológica, já que o inimigo subversivo apresentava-se de forma fluida, atuando clandestinamente no seio da população. Esse era, então, o maior desafio da Guerra Revolucionária<sup>113</sup>.

Um de seus mais famosos teóricos foi o general Roger Trinquier, que publicou o primeiro livro que sintetizava as novas ideias desenvolvidas pelos militares franceses, *La Guerre Moderne*, publicado na França em 1961. Trinquier propõe uma estratégia centrada no levantamento de informações sobre o inimigo, já que ele se difere do inimigo numa guerra clássica, e se mimetiza na população civil. As duas maneiras de se obter informação eram: através da infiltração nos movimentos rebeldes, que era uma operação lenta e arriscada, e através dos interrogatórios dos rebeldes capturados, com o uso da tortura.

O uso sistemático da tortura, defendida abertamente na obra de Trinquier, traria grandes repercussões negativas no plano internacional, o que provocaria uma mudança de postura dos teóricos ao final da Guerra da Argélia. Gabriel Bonnet e David Galula pregaram que a estratégia de combate ao inimigo rebelde deveria não estar mais tão centrada na “subversão”, mas prestar mais atenção aos aspectos políticos da guerra, em uma estratégia centrada na população, por meio de ações de “guerra psicológica”, e de mecanismos alternativos de levantamento de informações<sup>114</sup>.

Uma novidade é que ambos os teóricos da doutrina francesa percebem que mesmo sendo a Guerra Revolucionária em essência um conflito interno, não deixa de receber influências externas. No mundo polarizado da Guerra Fria, toda guerra revolucionária era, via de regra, um conflito interno com influência externa<sup>115</sup>. Essa concepção também já era apontada por Trinquier, que já destacara a formulação do conceito de “fronteiras ideológicas” em sua publicação de 1961.

Justamente no princípio das teorizações francesas acerca da nova metodologia de guerra que se deve travar contra o inimigo rebelde, surgem as duas principais noções que nos auxiliam a problematizar a complexidade dos voos da morte na Argentina. A primeira delas, a própria metodologia de desaparecimento e ocultação de cadáveres das vítimas de lançamento

---

<sup>113</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 80.

<sup>114</sup> Idem, p. 84.

<sup>115</sup> Idem, p. 86.

ao mar (ou ao deserto) através de aviões, certamente uma das lições aprendidas pelos militares argentinos em seus contatos com os franceses. A segunda delas, a noção da existência de um inimigo em comum, que não é só interno, mas que representa o avanço de uma ameaça que paira sobre todos os países livres do Ocidente, o comunismo internacional. A ideia das “fronteiras ideológicas” então se transforma em peça-chave para problematizar uma das características singulares dos voos da morte na Argentina: a cumplicidade entre as forças de segurança dos países do Cone sul, ou seja, o fato de que os militares uruguaios encobriam a origem dos cadáveres que apareceriam nas praias do Uruguai entre 1976-1979, criando falácias diversionistas (e também a hipótese do envolvimento das autoridades brasileiras com o “segundo desaparecimento”). O inimigo, dentro do espectro ideológico dos militares das ditaduras de Segurança Nacional, representava o mesmo perigo para ambas as nações, então se justifica a cumplicidade entre estas.

Por fim, é importante ressaltar duas estratégias desenvolvidas pelos teóricos da doutrina francesa, e que são uma resposta à fluidez do inimigo insurgente, ou seja, à sua capacidade de se mimetizar na população civil e assim garantir sua segurança, corroendo aos poucos as estruturas do Estado ao qual está combatendo. São elas: a) a ocupação territorial da zona em conflito por “zoneamento” ou “quadriculação”, dividindo o território e permitindo uma ocupação ostensiva das forças de segurança, com o intuito de controlar a vida social e favorecer a criação de redes de informação e inteligência, desenvolvendo ações psicológicas direcionadas a setores ou interesses específicos das comunidades; b) o fracionamento de unidades de infantaria que deveriam ocupar as zonas divididas do território em pequenas unidades especializadas<sup>116</sup>.

Os franceses criaram dois núcleos diferentes de unidades de ação na Argélia: as estáticas, que deveriam ocupar permanentemente os territórios zoneados, com atuação mais direcionada à população, dentro da lógica da guerra psicológica; e as unidades móveis ou de intervenção (geralmente uma tropa de elite), que eram destinadas às atividades voltadas ao inimigo, sua localização, perseguição e destruição. As unidades de elite deveriam ser instruídas e equipadas para cumprir missões clandestinas em larga escala, abandonando suas pretensões legalistas. Dessa forma, localiza-se desde o desenvolvimento da Doutrina Francesa, a previsão de uso de mecanismos não legais no combate ao “inimigo interno”, que seriam utilizados amplamente pelas ditaduras de Segurança Nacional da América Latina, em especial pela Argentina<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> BONNET, op. cit., p. 245 *apud* ARAÚJO, op. cit., p. 91.

<sup>117</sup> Idem, p. 94.

Como dito anteriormente, os militares argentinos tiveram contato direto com a doutrina francesa. Marie-Monique Robín afirma, em seu documentário, que em 1957 já iniciariam os contatos entre argentinos e franceses: o general López Aufranc, que participaria do golpe militar de 1976, é enviado à Argélia para um curso prático de iniciação à doutrina francesa. Em 1959 os dois Exércitos firmam um acordo para instalar uma missão francesa permanente na sede do Estado Maior do Exército, em Buenos Aires. Financiados pelo exército argentino, os representantes franceses traduzem o livro de Trinquier, dirigem cursos e escrevem em revistas militares. A influência francesa culmina com a organização, em 1961, do 1º Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária, ocorrido em Buenos Aires, em que participaram representantes de 14 países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Entretanto, os representantes franceses negariam seu envolvimento em tais ações diante das câmeras de Robín.

Nesse momento, os intercâmbios entre franceses e estadunidenses também já estavam avançando. A doutrina francesa influenciaria diretamente no desenvolvimento da DSN. Em 1960, Galula seria convidado a ministrar diversos cursos nas escolas de guerra dos EUA, e passaria três anos naquele país, estreitando laços com os militares estadunidenses. A experiência francesa é absorvida e problematizada pelos teóricos das escolas militares dos EUA, adequando os conceitos franceses voltados ao controle de populações coloniais sublevadas à conjuntura bipolar da Guerra Fria<sup>118</sup>. Em 1961, o general Paul Aussaresses é nomeado adido militar da embaixada francesa em Washington, e é enviado a Fort Bragg, sede das forças especiais estadunidenses que atuarão no Vietnã. Aí ministra aulas baseadas na doutrina da guerra revolucionária<sup>119</sup>.

Por fim, militares argentinos de importante atuação durante o *Proceso* reconheceram, diante das câmeras de Robín, a influência francesa nas ações levadas a cabo pela ditadura civil-militar instaurada em 1976. Estes foram o ministro do Interior durante o período de 1976 a 1981, general Albano Eduardo Harguindeguy, e o general Ramón Genaro Díaz Bessone, que foi ministro do Planejamento e ficou conhecido como o “teórico” do *Proceso de Reorganización Nacional* (Bessone está condenado à prisão perpétua desde 2012 pelo poder judiciário argentino, por crimes de lesa-humanidade). Harguindeguy, ao analisar o método de

---

<sup>118</sup> Idem, p. 95.

<sup>119</sup> Aussaresses também seria adido militar da França no Brasil, e na década de 1970 ministraria pessoalmente cursos de treinamento no Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército Brasileiro, em Manaus. Em depoimento à Robín, o general afirmou que esteve no Brasil em 1973 e que tinha relações muito estreitas com os militares brasileiros.

desaparições aprendido dos franceses, faz uma comparação e uma autocrítica, segundo as palavras de Fabián Magnotta, “não humana, senão tática”:

Fue una realidad y fue un error. Porque es distinto a los desaparecidos en Argelia, donde eran desaparecidos en el territorio de otra nación. [Argélia] Fue un apéndice de Francia. Una vez que se liberó los franceses se volvieron a su casa. Acá un desaparecido tenía padres, hermanos, tíos, abuelos.<sup>120</sup>

A influência francesa foi, então, importante para a sistematização dos voos da morte. O lançamento de presos políticos argelinos ao mar ou ao deserto pelos franceses, seria a inspiração para os militares argentinos resolverem o problema do aniquilamento do inimigo subversivo, a “desinfecção” dos “micróbios” que contaminavam o corpo social argentino. Entre 1500 a 2000 pessoas teriam sido vítimas dos voos da morte na ESMA<sup>121</sup>, o caso mais conhecido e emblemático. Um número ainda desconhecido pode ter sido vítima em outros CCD, através da mesma metodologia. Os teóricos e difusores da guerra revolucionária francesa, perpetradores de crimes de lesa-humanidade contra cidadãos argelinos, morreram sem nunca serem julgados pelos crimes que cometeram. A maioria dos seus discípulos argentinos não teria a mesma sorte.

O reconhecimento da influência da doutrina francesa na elaboração da metodologia dos voos da morte foi feito reiteradas vezes, ao longo do tempo, por jornalistas e militares envolvidos nas operações de combate à “subversão”. Em fevereiro de 2012 um arrolamento feito pelo juiz federal Eduardo Tentoni, do *Juzgado Federal N° 1 de Bahía Blanca*, no âmbito da causa N° 04/07 que investiga os delitos de lesa-humanidade cometidos pela Marinha na região de Bahía Blanca, cidade que fica ao sul da província de Buenos Aires, feito a pedido da *Cámara Federal de Apelaciones de Bahía Blanca*, solicitava informação sobre qualquer denúncia que houvesse a respeito do uso de aeronaves da Marinha argentina ou da *Prefectura Naval* que estivessem relacionados aos denominados voos da morte, que tinham o objetivo de eliminar pessoas ilegalmente privadas de sua liberdade entre os anos de 1976 a 1983<sup>122</sup>. Em seu capítulo VI intitulado *Aplicación de la doctrina francesa de la guerra*

<sup>120</sup> MAGNOTTA, op. cit., p. 126.

<sup>121</sup> VERBITSKY, op. cit., p. 57.

<sup>122</sup> O documento “*Resolución del Juzgado Federal N° 1 de Bahía Blanca por la que se sistematiza la organización naval en los llamados "vuelos de la muerte" y disponiendo inspección ocular*”, de 14 de fevereiro de 2012, produzido pelo juiz federal Eduardo Tentoni, da Câmara Federal de Bahía Blanca, para a causa que investiga delitos de lesa-humanidade da Armada e da *Prefectura Naval* no sul bonaerense, está disponível em sua íntegra no site da organização de direitos humanos *Equipo Nizko*, que disponibiliza na internet documentos relacionados aos direitos humanos de 90 países, além de manter uma rede de solidariedade e informação internacional. Cf: ARGENTINA. **Resolución del Juzgado Federal N° 1 de Bahía Blanca por la que se sistematiza la organización naval en los llamados "vuelos de la muerte" y disponiendo inspección ocular**. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/arg/doc/bbca107.html>. Acessado em: 07 de set.2015.

*contrarrevolucionaria*, Tentoni apresenta uma breve compilação do material já conhecido que trata justamente da aplicação da doutrina francesa por parte dos militares argentinos.

Entre os apontamentos de jornalistas, no arrolamento do juiz Tentoni aparecem as já citadas denúncias feitas no livro *Escuadrones de la Muerte – La escuela francesa*, da jornalista Marie-Monique Robín, que talvez seja, até o presente momento, o principal estudo que liga as práticas dos paraquedistas franceses na Guerra da Argélia às práticas dos voos da morte na Argentina. Apontamentos de Horacio Verbitsky feitos no prefácio do livro de Robín também são citados, assim como a publicação do jornalista Diego Lluná, que publicou na revista argentina *Todo es Historia* Nº 422, de setembro de 2002, uma investigação sobre a influência da doutrina francesa entre os militares argentinos. Entre os apontamentos de militares que reconheceram tal influência, podem-se destacar as declarações já citadas do general López Aufranc, do general Albano Harguindeguy, do general Reynaldo Bignone e do tenente-general Antonio Balza, todas contidas na investigação de Robín.

Por sua importância, o testemunho da jornalista francesa perante o Tribunal Oral Federal Nº 2 de Rosario, em 17 de novembro de 2011, também consta no arrolamento de Tentoni. Fragmentos deste testemunho foram publicados pelo jornal *Página/12*, e Robín atesta o que foi dito pelos ex-repressores, confirmando a influência francesa nas práticas de terror de Estado utilizadas pelos militares argentinos.

Robin afirmó que "Díaz Bessone dice que cómo iban a sacar información si no se apretaba, se torturaba. La inteligencia es el arma principal. Eso se enseñó en las escuelas militares. Es un modelo de represión urbana. Secuestro, tortura y desaparición. Esto me dolió como francesa".<sup>123</sup>

Novaro e Palermo também apontam a influência das práticas do exército francês nas guerras da Argélia e da Indochina no *modus operandi* dos repressores argentinos. Afirmam que a DSN foi tomando forma nas Forças Armadas a partir de meados dos anos 1950, quando se iniciou um longo ciclo de instabilidade política no país, do qual eram responsáveis, segundo os militares, tanto o peronismo radicalizado e indomável, como a esquerda revolucionária. Pouco a pouco a ideia de um inimigo social, político e ideológico com muitos rostos e braços, que atuava em distintos terrenos e com variadas formas de organização, encobertos pela multidão, foi tomando conta do ideário castrense, que o resumia no elástico e ambíguo conceito de “subversivo”. Essa doutrina teria sido alimentada pelas experiências de militares e sacerdotes católicos franceses que participaram das guerras de independência das ex-colônias da França. Novaro e Palermo afirmam que:

---

<sup>123</sup> ROBÍN, Marie-Monique. **Todo lo que admitió Díaz Bessone**. *Página/12*, Buenos Aires, 18 de mai. 2011. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/rosario/9-28730-2011-05-18.html>. Data de acesso: 07 de set. 2015.

Una de las figuras clave en este sentido fue Georges Grasset, capellán de la fuerza de ocupación en Argelia, inspirador de la Organización del Ejército Secreto (OAS, Organisation de l'Armée Secrète), que a partir de 1962 dirigió en Buenos Aires la revista *Verbo*, órgano de difusión del pensamiento integrista, anticomunista y antidemocrático en los cenáculos de la derecha y los cuarteles.<sup>124</sup>

É significativo que um capelão tenha sido um dos responsáveis pela difusão da doutrina da Guerra Revolucionária na Argentina. Alguns setores da Igreja Católica sempre estiveram envolvidos com as Forças Armadas. Não se pode deixar de ressaltar o caráter extremamente católico e religioso do discurso dos militares que assumiriam o poder a partir de 1976. Jorge Videla era um católico fervoroso, que fazia questão de ir à missa aos domingos. Os voos da morte eram, segundo a visão do capelão da ESMA relatada por Adolfo Scilingo, uma forma de morte cristã, porque não causava sofrimento, porque não era traumática e porque deveriam ser eliminados, já que uma guerra estava sendo travada, e inclusive a Bíblia previa a eliminação do joio do trigo<sup>125</sup>. Como se vê, justificativas para o injustificável massacre planejado de milhares de pessoas através dos voos da morte havia em abundância, vindas da França ou vindas de Deus.

---

<sup>124</sup> NOVARO, PALERMO, op. cit., p. 83.

<sup>125</sup> VERBITSKY, 2006, op. cit., p. 38.

## 2 OS VOOS DA MORTE COMO MÉTODO DE DESAPARECIMENTO E EXTERMÍNIO: O COMPLEXO ESMA

“Como um aviador formado para defender a soberania nacional e convencido de que essa era a missão de vida pôde se dedicar a arremessar homens vivos ao mar?”<sup>126</sup>. Para tentar entender a desconcertante pergunta feita por Pilar Calveiro, faz-se necessário descrever, em linhas gerais, o complexo engendrado durante os sete anos da ditadura civil-militar argentina para sequestrar, torturar e matar opositores políticos, ou seja, aqueles que eram enquadrados na categoria abstrata e volátil de “inimigo”. Em toda a Argentina, entre 1976 e 1982, existiram 340 CCD<sup>127</sup>, todos integrando uma complexidade hierárquica de mandos, que culminava na própria Junta Militar que governava de facto o país.

Neste trabalho, cujo foco principal é a análise da sistematização dos voos da morte como método de desaparecimento e ocultação de cadáveres na Argentina, é importante ressaltar que a escolha de centrar a explanação nos casos ocorridos na ESMA deve-se à importância e à magnitude dos fatos ocorridos neste campo de concentração, reconhecidamente um dos maiores que existiu nos sete anos da ditadura civil-militar do país vizinho. Posto isto, a estrutura do presente capítulo desta dissertação foi pensada para que possa ser possível traçar o paralelo entre o sistema concentracionário argentino e as execuções realizadas através dos voos da morte. Torna-se importante apontar alguns dados sobre os próprios campos de concentração, incluindo as denúncias feitas ainda à época da ditadura, mas ressaltando principalmente as denúncias apresentadas pela CONADEP em setembro de 1984. O informe *Nunca Más* é um documento fundamental, pois apresenta um mapeamento de todos os CCD utilizados durante a ditadura, respaldado por diversos relatos de sobreviventes. Também é necessário aportar dados contidos no *Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado (RUVTE)*<sup>128</sup>, documento produzido em 2015 pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça da Argentina, que traz novas informações sobre os CCD e as vítimas da repressão. Ainda sobre os centros clandestinos, existe uma série de características que lhes são comuns, e que se faz importante destacar, assim como também os repressores e os “grupos de tarefa”, bandos ou *patotas*, que

---

<sup>126</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 45.

<sup>127</sup> CONADEP, op. cit., p. 54. Este dado consta no informe de 1985, mas foi atualizado pela Secretaria de Direitos Humanos do governo argentino em 2015, como será exposto a seguir.

<sup>128</sup> ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaria de Derechos Humanos. **Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado (RUVTE)**. Disponível em: <http://www.jus.gob.ar/derechoshumanos/areas-tematicas/ruvte.aspx>. Data de acesso: 25. nov. 2015.

realizavam as operações de sequestro e eram responsáveis pela rotina de tortura e execução nos CCD.

Especificamente sobre a ESMA, tomada no presente trabalho como caso paradigmático, conforme dito anteriormente, e também devido à sistematização do extermínio através dos voos da morte conforme relata Adolfo Scilingo, é importante compreender todo o processo de violência sofrido pela vítima a partir do seu sequestro pelos “grupos de tarefa”. Nesse sentido, também é necessário avaliar a estrutura física do centro clandestino, as áreas destinadas ao confinamento das vítimas, a existência de espaços específicos, como o destinado às prisioneiras grávidas, as áreas destinadas a execução de trabalhos forçados, a rotina dos prisioneiros e do pessoal envolvido com este CCD, e também o registro documental que era feito de cada detido. A metodologia empregada para o extermínio através do lançamento de pessoas vivas ao mar também apresenta uma complexidade que pode ser reconstituída com o relato de Scilingo, e também de vários sobreviventes que descreveram à CONADEP ou à justiça o que sabiam a respeito.

Estes detalhamentos ajudam a compreender a magnitude dos crimes cometidos nesse CCD. No entanto, é de conhecimento público que não foi só a ESMA que utilizou a metodologia dos voos da morte, por isso faz-se necessário, também, breve explanação sobre esta forma de extermínio, apesar da pouca informação existente a respeito de sua ocorrência em outros lugares. Por fim, o lançamento de cadáveres de pessoas executadas nos campos de concentração no delta do rio Paraná, uma das modalidades específicas dos voos da morte, será analisado neste capítulo, através dos relatos testemunhais coletados no trabalho de Fabián Magnotta.

## **2.1 Os campos de concentração e extermínio argentinos.**

A existência de locais clandestinos de confinamento e tortura de prisioneiros políticos já era denunciada antes mesmo do fim da ditadura. A denúncia mais contundente foi a realizada pelo jornalista Rodolfo Walsh no documento *“Carta abierta a la Junta Militar”*, divulgada a diversos meios de comunicação argentinos e estrangeiros no primeiro aniversário do golpe militar, em 24 de março de 1977. Neste documento, Walsh afirma que:

Quince mil desaparecidos, diez mil presos, cuatro mil muertos, decenas de miles de desterrados son la cifra desnuda de ese terror. Colmadas las cárceles ordinarias, crearon ustedes en las principales guarniciones del país virtuales campos de concentración donde no entra ningún juez, abogado, periodista, observador internacional. El secreto militar de los procedimientos, invocado como necesidad de

la investigación, convierte a la mayoría de las detenciones en secuestros que permiten la tortura sin límite y el fusilamiento sin juicio.<sup>129</sup>

A existência destes campos de concentração jamais seria confirmada pelas autoridades durante a ditadura militar. Permaneceria um “silêncio altissonante que todos temem, muitos desconhecem e alguns negam”<sup>130</sup>, nas palavras de Pilar Calveiro. O horror dos campos seria apresentado ao mundo em 1979, através do informe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), que realizou uma visita entre os dias 6 e 20 de setembro, para verificar a situação dos direitos humanos na Argentina. A comissão levou mais de um ano negociando sua visita com o governo da Junta Militar, e finalmente pôde visitar alguns estabelecimentos carcerários, assim como entrevistar autoridades, ex-presidentes, personalidades de entidades religiosas, entidades de direitos humanos, representantes de organizações políticas, associações profissionais, sindicatos, e entidades comerciais, industriais e empresariais. Ademais, recebeu 5580 denúncias durante o tempo em que esteve instalada em escritórios na Avenida de Mayo, no centro de Buenos Aires, e também nas cidades de Córdoba e Tucumán. Uma fila que ocupou várias quadras formou-se em frente aos escritórios da CIDH na capital portenha, de pessoas dispostas a denunciar sequestros e desaparecimentos.

O mundo conheceu os horrores dos CCD da Argentina em 1979, exceto os cidadãos do próprio país. O documento foi proibido de circular nos meios de comunicação. Quando foi divulgado, em 1980, jornais e revistas apenas reproduziram suas conclusões, seguidas por um texto que as refutava, elaborado pelo regime. As organizações de direitos humanos não encontraram nenhuma editora que se dispusesse a imprimi-lo. Uns quinhentos exemplares conseguiram ser trazidos desde Washington e entraram clandestinamente no país<sup>131</sup>.

Os membros da CIDH estiveram na ESMA, devido às denúncias de torturas e execuções recebidas pela comissão antes e durante sua visita.

Las declaraciones recibidas durante la observación in loco o con anterioridad a la misma, y las conversaciones sostenidas con algunos detenidos en distintas cárceles del país o con personas que se encuentran en libertad dentro y fuera de Argentina, después de haber sufrido detenciones breves o prolongadas o de haberse encontrado desaparecidas, hacen referencia a lugares donde habrían sido objeto de interrogatorios, apremios ilegales y torturas, los cuales presentan características

<sup>129</sup> WALSH, Rodolfo. **Carta abierta de un escritor a la Junta Militar, 24 de marzo de 1977**: propuestas para trabajar en el aula. Buenos Aires: Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos de la Nación, 2010, p. 8.

<sup>130</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 40.

<sup>131</sup> DANDAN, Alejandra. **Lo que encontró la CIDH 32 años después**. In: Página/12, 29 de nov. de 2011. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-182293-2011-11-29.html>. Data de acesso: 07 de jan. de 2016.

coincidentes, en la mayoría de los casos, con algunos de los centros clandestinos o secretos de detención que se han mencionado.<sup>132</sup>

Apesar das denúncias e das visitas in loco à ESMA, a CIDH não encontrou nenhuma evidência ou indício da presença de pessoas detidas neste estabelecimento. Os prisioneiros haviam sido transferidos dias antes para um campo de concentração provisório montado na ilha El Silencio, localizada na cidade de Tigre, na região do delta do rio Paraná. Essa ilha pertencera ao Arcebispo de Buenos Aires e fora vendida aos repressores da ESMA, que usaram documentos falsos de um dos sequestrados para realizar a compra. Nessa ilha, em condições ainda mais difíceis, os prisioneiros permaneceram durante o período que a CIDH realizava suas visitas<sup>133</sup>. Para encobrir as atividades clandestinas no *Casino de Oficiales*, onde ficavam confinados os prisioneiros na ESMA, os repressores chegaram a modificar a estrutura do edifício, com o intuito de evitar o reconhecimento por parte dos membros da Comissão. Atualmente, quando se realiza a visita guiada ao *Espacio Memoria y Derechos Humanos* (atual nome do prédio que abrigou o CCD da ESMA durante a ditadura, transformado em monumento histórico nacional pelo presidente Néstor Kirchner em 2004), é possível observar os sinais das modificações realizadas na estrutura do prédio à época da visita da CIDH.

Os campos de concentração na Argentina nunca foram segredo para algumas pessoas. Segundo Calveiro:

Os campos de concentração, como realidade negada-conhecida, como segredo altissonante, são eficientes na disseminação do terror. O autêntico segredo, o verdadeiro desconhecimento teria um efeito de passividade ingênua, mas nunca de paralisia e sideração engendradas pelo terror. É aterrorizante aquilo que não se conhece totalmente, que guarda um segredo que não pode ser revelado. A sociedade que, como o próprio desaparecido, sabe e não sabe funciona como uma caixa de ressonância do poder concentracionário e desaparecedor, que permite a circulação dos sons e dos ecos desse poder e, ao mesmo tempo, é sua destinatária privilegiada. O campo de concentração, por sua proximidade física, por de fato estar no meio da sociedade, “do outro lado da parede”, só pode existir numa sociedade que escolher não ver, por sua própria impotência; uma sociedade “desaparecida”, tão siderada como os próprios sequestrados. Por sua vez, a paralisia da sociedade deriva diretamente da existência dos campos; a paralisia e os campos alimentam o dispositivo concentracionário e dele fazem parte.<sup>134</sup>

<sup>132</sup> COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Organización de los Estados Americanos. **Informe sobre la situación de los derechos humanos en Argentina**. Cap. 5: Derecho a la Seguridad e Integridad Personal – C) Inspecciones en cárceles y otros centros de detención. Washington, 11 de abril de 1980. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/countryrep/Argentina80sp/indice.htm>. Data de acesso: 07/01/2016.

<sup>133</sup> A história da transferência dos prisioneiros da ESMA para a ilha El Silencio, e a relação dos repressores com membros da Igreja Católica (inclusive o envolvimento de Jorge Bergoglio, hoje o papa Francisco), foram descritos por Horacio Verbitsky em investigação jornalística. Cf: VERBITSKY, Horacio. **El silencio**: De Paulo VI a Bergoglio – Las relaciones secretas de la Iglesia con la ESMA. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

<sup>134</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 135.

O terror só pode ser disseminado se alguma faceta do horror ficar à mostra. Dentro da lógica concentracionária instaurada na Argentina, o terror podia ser disseminado através dos prisioneiros que eram liberados, os sobreviventes dos campos, vítimas de torturas atrozes e que levavam no corpo as cicatrizes do terror. Podia ser disseminado também através da proximidade do campo com a própria sociedade, que às vezes era de apenas uma parede. Segundo relato de um vizinho do campo de concentração do *Centro de Operaciones Tácticas* (COT) I Martínez, sob a responsabilidade da Polícia da província de Buenos Aires, localizado em Martínez, cidade da grande Buenos Aires:

Vivo aquí con mi familia desde el año 1973. Al llegar nosotros, ese inmueble colindante estaba desocupado. A fines del 76 empezaron a hacer modificaciones. Elevaron allí una gigantesca pared medianera y pusieron un alambre de púas, colocando rejas en las ventanas. Se escuchaba permanentemente el ir y venir de personas. De noche, los focos de la torre iluminaban por todos lados. Se escuchaban disparos de la mañana a la noche, como se practicaran tiro o probaran armas. También se oían gritos desgarradores, lo que hacía suponer que era sometidas a torturas las personas que allí estaban. A menudo sacaban de allí cajones o féretros. Inclusive restos mutilados en bolsas de polietileno. Vivíamos en constante tensión, como si también nosotros fuéramos prisioneiros; sin poder recibir a nadie, tal era el terror que nos embargaba, y sin poder conciliar el sueño durante noches enteras.<sup>135</sup>

Esse relato contido no informe da CONADEP é paradigmático, pois consegue descrever em um relato pessoal a prisão e o horror a qual o terror de Estado submete uma sociedade inteira. Mas não só os vizinhos dos campos de concentração eram aterrorizados por este “segredo altissonante”. Calveiro cita diversos grupos que tinham conhecimento dos campos.

A alta hierarquia eclesiástica e muitos sacerdotes conheciam as violações aos direitos humanos e se solidarizaram com a Junta Militar, conforme consta em diversas denúncias. Outras mostram a cumplicidade de muitos juizes que estiveram em contato com os sequestrados e conheciam perfeitamente a metodologia do desaparecimento. Alguns deles inclusive se negaram a tomar declarações sobre a repressão ilegal de presos com marcas evidentes de tortura, que quase não paravam em pé, vindos dos campos de concentração e que logo foram liberados. Praticamente todos os políticos do país não apenas sabiam da existência dos campos de concentração, como conheciam as dependências nas quais funcionavam alguns deles, como o Campo de Mayo ou a ESMA. Boa parte dos funcionários dos hospitais militares – médicos, enfermeiras, radiologistas – chegou a ver prisioneiros encapuzados e algemados, num estado de saúde deplorável, bem como mulheres grávidas em idêntica situação, que eram levados a essas instalações pela equipe militar. Os recrutas que prestavam serviço militar nas dependências das Forças Armadas também foram testemunhas dos estranhos movimentos dos bandos e da entrada e saída de presos. Somadas, são muitas as pessoas que faziam parte de alguns desses setores, e sua porcentagem em relação à população total é significativa.<sup>136</sup>

Apesar desta projetada proporção de testemunhas dos campos e dos prisioneiros, as pessoas silenciaram. Calveiro cita exemplos de pessoas que poderiam ter algum nível de

<sup>135</sup> CONADEP, op. cit., p. 167.

<sup>136</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 137-138.

envolvimento com o regime, por esse motivo silenciaram. No entanto, em muitos casos, esta não foi uma escolha deliberada, se pensarmos nas outras testemunhas dos horrores do terror de Estado: as pessoas que testemunharam o lançamento de cadáveres na região do delta do rio Paraná. Esses relatos, coletados pelo jornalista Fabián Magnotta, demonstram que muitos se calaram após ameaças físicas e psicológicas<sup>137</sup>.

Ademais dos documentos e relatos citados até aqui que demonstram a existência dos campos de concentração e extermínio na Argentina, é possível também citar referências a eles e aos métodos de desaparecimento e extermínio empregados entre 1976 e 1983 em algumas sentenças dadas às causas abertas contra os repressores após a redemocratização. O fiscal do Ministério Público Eduardo Taiano, no requerimento de elevação a juízo dos acusados pelos voos da morte na ESMA apresentado aos juízes do *Tribunal Oral y Federal n° 5* de Buenos Aires em 2012, reconstituiu o histórico de algumas destas referências. Seguindo o raciocínio de Taiano, podemos destacar duas.

a) Sentença da Causa n° 13/84, de 9 de dezembro de 1985, contra os comandantes militares da Junta Militar. Essa foi a causa que condenou Videla, Massera, Agosti, Viola, Lambruschini, Graffigna, Galtieri, Anaya e Lamídozo, integrantes da Junta Militar que governou de facto o país após o golpe de 24 de março de 1976, e que pôs em marcha o *Proceso de Reorganización Nacional*. Segundo o requerimento de Taiano:

(...) puede afirmarse que los comandantes establecieron secretamente un modo criminal de lucha contra el terrorismo. Se otorgó a los cuadros inferiores de las fuerzas armadas una gran discrecionalidad para privar de libertad a quienes aparecieran, según la información de inteligencia, como vinculados a la subversión; se dispuso que se los interrogara bajo tormentos y que se los sometiera a regímenes inhumanos de vida, mientras se los mantenía clandestinamente en cautiverio; se concedió, por fin, una gran libertad para apreciar el destino final de cada víctima, el ingreso al sistema legal (Poder Ejecutivo Nacional o Justicia), la libertad o, simplemente, la eliminación física...”.En esa sentencia, también se tuvo por acreditado que, para llevar adelante el plan criminal, las Fuerzas Armadas dispusieron de centros clandestinos de detención, como fue el caso de la Escuela Superior de Mecánica de la Armada, en el ámbito de la Armada Argentina.<sup>138</sup>

Essa é a sentença histórica contra todos os integrantes das Juntas que governaram de facto a Argentina após 1976. Baseada em depoimentos e no relatório da CONADEP, lançado em 1984, afirma que as Forças Armadas utilizaram CCD's para levar adiante seu “plano criminoso”.

<sup>137</sup> O lançamento de cadáveres de vítimas do TdE na região do delta do rio Paraná será foco de análise do terceiro capítulo desse trabalho.

<sup>138</sup> ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal de la Nación. J.12, S.23, **Expediente nro. 14.217/2003**, “ESMA s/delito de acción pública”. Fiscalnet nro. 26.566/2003. *FORMULO REQUERIMIENTO DE ELEVACIÓN A JUICIO*. Buenos Aires: Fiscalía Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nro. 3, 9 de maio 2012, p. 3.

b) Sentença da Causa nº 44 da *Cámara Nacional de Apelaciones en lo Criminal y Correccional Federal* de 2 de dezembro de 1986, que julgou delitos ocorridos no âmbito da província de Buenos Aires, cometidos pelas Forças Armadas e de segurança. Sobre esta sentença, Taiano afirma que, de acordo com o que foi proferido na Causa nº 13:

(...) se afirmó que se había otorgado a los cuadros inferiores de las fuerzas una gran discrecionalidad para privar de la libertad a quienes aparecieran como vinculados a la subversión, se había dispuesto que a los capturados se los interrogara bajo tormentos, se había sometido a los detenidos a regímenes de vida inhumanos, y se había concedido a los cuadros inferiores gran libertad para disponer el destino final de cada víctima (eliminación física, puesta a disposición del Poder Ejecutivo Nacional o la libertad).<sup>139</sup>

A Causa nº 44 condenou Ramón Juan Alberto Camps (ex-chefe da Polícia da província de Buenos Aires), Ovidio Pablo Ricchieri (ex-general de brigada), Miguel Osvaldo Etchecolatz (ex-comissário geral e diretor de investigações da polícia bonaerense), e outros repressores ligados à polícia provincial de Buenos Aires. Essa sentença foi anulada pela Corte Suprema devido à lei de Obediência Devida de 1987, que estabelecia a presunção de que os delitos cometidos por membros das Forças Armadas de baixa hierarquia foram em virtude da “obediência devida”, conceito militar segundo o qual os subordinados se limitam a obedecer às ordens de seus superiores. A causa só seria retomada depois de 2003, já no governo de Néstor Kirchner, depois que as “leis da impunidade” (Leis da Obediência Devida e Ponto Final) foram revogadas pelo Congresso Nacional.

Ademais do que consta nas sentenças proferidas e citadas anteriormente, é importante ressaltar que a principal fonte de informação sobre os campos de concentração e extermínio na Argentina é sem dúvida alguma o informe da CONADEP. Esta comissão foi criada conforme o decreto 187 de 15 de dezembro de 1983, cinco dias após a posse de Raúl Alfonsín como presidente da República, e representava uma preocupação do Poder Executivo de reparar e recuperar a verdade do acontecido para a sociedade argentina, reencontrar o passado imediato e submetê-lo ao juízo da comunidade, restabelecidas já suas instituições fundamentais<sup>140</sup>.

A comissão liderada pelo escritor Ernesto Sábato colheu mais de 1400 denúncias, percorreu quinze províncias e contou com o trabalho de 49 pessoas<sup>141</sup>. O objetivo dessa comissão não era de apontar responsabilidades, mas sim de:

(...) intervenir activamente en el esclarecimiento de los hechos relacionados con la desaparición de personas ocurridos en el país, averiguando su destino o paradero como así también toda otra circunstancia relacionada con su localización.<sup>142</sup>

<sup>139</sup> Idem., p. 4.

<sup>140</sup> CONADEP, op. cit., p. 443.

<sup>141</sup> Idem, p. 447.

<sup>142</sup> Idem, p. 443.

Foram entregues à justiça 1091 dossiês<sup>143</sup>, que dariam origem aos processos que seguiriam posteriormente, como a Causa nº 13/84 e a Causa nº 44, citadas anteriormente. Era uma preocupação constante da CONADEP ressaltar que era o Judiciário o responsável por delimitar responsabilidades e decidir sobre os culpados.

A CONADEP levantou o número de 340 CCD em todo o país. De norte a sul, surgiriam como locais adequados para operacionalizar a implantação do TdE. Nestes lugares ocorreriam os interrogatórios mediante torturas físicas e psicológicas, onde as vítimas viveriam suas experiências de desaparecimento, a “existência-inexistência”. As características destes centros foram pensadas de maneira a suprimir e dominar física e psicologicamente os prisioneiros, e submeter-lhes “(...) a un minucioso y planificado despojo de los atributos propios de cualquier ser humano”<sup>144</sup>.

Pilar Calveiro descreve a máquina concentracionária criada pela ditadura argentina como uma “máquina de torturar, arrancar informação, aterrorizar e matar”<sup>145</sup>. O campo de concentração na Argentina foi o cume da expressão totalizante do Estado terrorista, seu maior segredo, que, no entanto, para poder disseminar o terror por toda a sociedade, deveria deixar à mostra uma fração daquilo que permanecia oculto<sup>146</sup>. Essa fração deixada à mostra para a sociedade era expressa pela grande quantidade de pessoas sem envolvimento político que foram parar nos campos de concentração, as chamadas “vítimas casuais”, ou porque em algum momento de suas vidas cruzaram-se com militantes políticos, ou porque testemunharam alguma ação dos grupos de tarefas. Estes desaparecimentos mandavam um claro recado ao corpo social: qualquer um poderia ser “sugado” pelo aparato repressivo do Estado. Era a disseminação do terror em sua forma mais angustiante.

Outro exemplo dessa face oculta dos campos de concentração que submergia à vista de todos eram os cadáveres misteriosos que apareciam nas praias e nos rios. Talvez por erro de planejamento ou não, essas aparições também cumpriam eficazmente a tarefa de disseminar o terror.

Nos campos, os “inimigos subversivos” da ditadura eram constantemente condicionados à situação de “não humanos”. Suas percepções de tempo e espaço seriam alteradas, suas capacidades sensoriais e motrizes suprimidas, seus direitos mais básicos de reconhecer-se enquanto pessoa desrespeitados. Em *El Olimpo*, localizado no bairro de Vélez

---

<sup>143</sup> Idem, p. 471.

<sup>144</sup> CONADEP, op. cit., p. 55.

<sup>145</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 44.

<sup>146</sup> Idem, p. 53.

Sársfield, em Buenos Aires, os repressores alertavam os prisioneiros: o lugar chamava-se Olimpo porque ali era o “lugar dos deuses”<sup>147</sup>. Evidentemente, os deuses eram eles mesmos.

Para a sociedade civil e para a opinião pública mundial, esses lugares eram clandestinos. No entanto, para os militares e para suas vítimas, assim como para as organizações de familiares e direitos humanos que desde muito cedo já denunciavam a existência dos CCD, eles sempre existiram. Apesar disso, durante a ditadura foram veementemente negados pelo governo de fato, de acordo com a determinação de ocultar a verdade e tergiversar sobre o destino das vítimas, confundido e negando o direito dos familiares de saberem o paradeiro dos desaparecidos. A declaração de Jorge Videla em 1977 a respeito da existência dos CCD é paradigmática nesse sentido:

Yo niego rotundamente que existan en la Argentina campos de concentración o detenidos en establecimientos militares más allá del tiempo indispensable para indagar a una persona capturada en un procedimiento y antes de pasar a un establecimiento carcelario.<sup>148</sup>

As denúncias arroladas pela CONADEP a partir da divulgação de seu informe final, em 1984, comprovaram o contrário. Os CCD existiram sim, e foram elementos centrais das práticas repressivas do *Proceso*. Poderiam estar localizados em delegacias de polícia que funcionavam anteriormente como lugares de detenção, dependências das Forças Armadas qu designadas para este fim – como no caso da ESMA –, ou dependências civis alugadas e transformadas em locais de detenção<sup>149</sup>. Independente de onde se localizavam, todos estavam sob a jurisdição das autoridades militares.

Em termos gerais, as condições de vida das vítimas levadas aos CCD eram subumanas. Obrigadas a ficar encapuzadas ou vendadas o tempo todo, confinadas em espaços mínimos e abarrotados, em condições sanitárias insalubres, com alimentação escassa e de péssima qualidade, sofriam com a piora de seu estado de saúde decorrente destas situações, pois já estavam enfraquecidas em razão das torturas sofridas desde o primeiro momento em que eram sequestradas. Cada detido em um CCD recebia um número, utilizado para identificar os prisioneiros. Mais uma das formas encontradas para reforçar o sentimento de “existência-inexistência” da vítima, suprimindo sua identidade, garantindo a necessidade de que nenhum prisioneiro pudesse ser identificado tanto por seus companheiros como pelo pessoal de guarda ou carcereiro, a fim de evitar posteriores implicações. Nesse cenário, pode-

---

<sup>147</sup> CONADEP, op. cit., p. 163.

<sup>148</sup> VIDELA, Jorge Rafael, **Revista Gente**, 22 de dezembro de 1977 *apud* CONADEP, op. cit., p. 55.

<sup>149</sup> É o caso de *Automotores Orletti*, CCD localizado no bairro Flores, em Buenos Aires, que originalmente era uma oficina mecânica, e no período de junho a novembro de 1976 abrigou desaparecidos de diversas nacionalidades, sendo um dos marcos da conexão repressiva entre as ditaduras de segurança nacional do Cone Sul.

se destacar também a coação de alguns prisioneiros a atuarem como colaboradores da repressão, que mediante tortura física e psicológica, realizavam atividades rotineiras nos CCD ou atividades próprias de inteligência, delatando companheiros (e inclusive sendo obrigados a estarem pessoalmente presentes em sessões de tortura), mediante promessas de melhoria das suas condições de vida no cativeiro – uma forma de sobrevivência encontrada pelas pessoas submetidas a tais condições subumanas. No CCD conhecido como *El Vesubio*, localizado em Buenos Aires, a sala denominada “Q” abrigava os colaboradores, que eram chamados “quebrados”, exibidos como troféus pelos repressores, pois estes significavam a total destruição da identidade pessoal e ideológica do prisioneiro<sup>150</sup>. O relatório da CONADEP ainda aponta referências a antissemitismo e apologias ao nazismo por parte dos repressores. Além disso, a existência de verdadeiras maternidades clandestinas, criadas para abrigar os recém-nascidos das prisioneiras mantidas em cativeiro, e depois proceder com a apropriação destas crianças. Tudo isso compunha um cenário de “(...) escarnio que hasta hoy nos ensombrece”<sup>151</sup>.

É importante também destacar alguns dados aportados pelo RUVTE, por se tratar de um documento oficial e recente. Constituído em 2013 no âmbito da Área de Investigação da *Secretaria de Derechos Humanos de la Nación* (SDHN), é formalizado como programa ministerial em agosto de 2014. O objetivo do registro é:

(...) la construcción de una matriz de datos de alcance nacional en permanente estado de actualización sobre las víctimas del accionar represivo ilegal del Estado argentino y, en cumplimiento de lo dispuesto por la Ley 26.691, de los centros clandestinos de detención y otros lugares de reclusión utilizados por la fuerza represiva estatal, entre otras tareas de investigación.<sup>152</sup>

Este relatório, concluído em 2015, assim como também o relatório da CONADEP, delimita um marco temporal de início das ações do TdE na Argentina anterior à data do golpe de 1976, considerando a repressão à guerrilha do ERP na província de Tucumán em 1975, e o decreto presidencial 261/75 assinado por Isabelita Perón em 5 de fevereiro de 1975, que autorizava o Exército à intervir em Tucumán e neutralizar e/ou aniquilar a guerrilha. É uma ressalva importante, pois como afirma Calveiro:

Isso significa que a forma do desaparecimento, como técnica de poder instituído, e seu correlato institucional, o campo de concentração/extermínio, surgiu durante a vigência das chamadas instituições democráticas e dentro da administração peronista de Isabel Martínez.<sup>153</sup>

<sup>150</sup> CONADEP, op. cit., p. 75.

<sup>151</sup> Idem, p. 78.

<sup>152</sup> ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, op. cit., Anexo: *Palabras preliminares*, p. 3.

<sup>153</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 39-40.

Os campos de concentração tucumanos (que eram dois ao final de 1974 – *La Escuelita de Famaillá* e a Chefatura Central de Polícia – e quatorze no começo de 1976<sup>154</sup>) foram o “ensaio geral” para a atuação das forças de segurança a partir de 1976. Como afirmam Novaro e Palermo:

Esos campos de concentración tucumanos, a través de un sistema de rotaciones previsoramente establecido de común acuerdo entre las tres fuerzas, proveyeron el entrenamiento que necesitaban los militares para hacer frente al estadio siguiente en que ingresaría la “guerra antisubversiva” (por dichos centros pasaron, en el curso del primer año, alrededor de 2.000 oficiales y suboficiales, cumpliendo turnos de dos a cuatro meses), y continuaron realizando tareas de “limpieza” mucho después de que la columna del ERP fuera diezmada y desarticulada, en los últimos meses de 1975.<sup>155</sup>

No entanto, apesar do registro de sequestros, torturas e desaparecimentos ainda antes do golpe, Calveiro afirma que essa modalidade repressiva de poder, que antes de 1976 era apenas uma das modalidades empregadas na Argentina, a partir da instauração da ditadura passou a ser a única modalidade, executada diretamente a partir das instituições militares<sup>156</sup>.

Algumas características dos campos de concentração já foram citadas anteriormente com base no informe da CONADEP; no entanto, é possível localizar no RUVTE também alguns critérios que distinguem estes lugares<sup>157</sup>. Esse relatório classifica como CCD propriamente dito:

(...) aquellos lugares que reúnen como características específicas: a) la clandestinidad y el secreto sobre el uso dado a las instalaciones; b) el uso dado sostenido en el tiempo; c) instalaciones especialmente construidas, modificadas o funcionalmente adaptadas, para alojar prisioneros en gran número y por períodos prolongados (en algunos casos también acondicionadas para la realización de partos clandestinos); d) la realización en el lugar de interrogatorios sistemáticos acompañados de tormentos, como parte de la actividad de inteligencia de los distintos grupos de tareas (GT), y, en general, su base operacional; e) aplicación desde o en sus dependencias del destino final de los prisioneros.<sup>158</sup>

Lugares de memória emblemáticos como a ESMA preenchem todos os critérios indicados pelo RUVTE, e vão servir de base para a classificação dos outros CCD. O relatório ainda ressalta que por estes critérios, que foram formulados com base na análise criteriosa da

<sup>154</sup> NOVARO, PALERMO, op. cit., p. 70.

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> CALVEIRO, op. cit, p. 40.

<sup>157</sup> Apesar de todos os avanços ocorridos na área da memória do TdE na Argentina, impulsionados pelo Poder Executivo nos últimos dez anos, e também considerando os avanços obtidos pelo Poder Judiciário, que levou a julgamento repressores genocidas, a situação atual, principalmente após a posse de Maurício Macri na presidência, acende o alerta das entidades de Direitos Humanos, pois sob o pretexto do corte de gastos, o governo atual está demitindo funcionários dos centros de memória, como por exemplo a demissão em massa de 2000 cooperativistas que trabalhavam no *Espacio Memoria y Derechos Humanos* (ex-ESMA) em dezembro de 2015, assim como a demissão sem aviso prévio de María Coronel, diretora do centro de memória *Escuelita de Famaillá*. Cf: LA GACETA. **Repudian el despido en La Escuelita**. Tucumán: La Gaceta, 16 de jan. de 2016. Disponível em: <http://www.lagaceta.com.ar/nota/668197/politica/repudian-despido-escuelita.html>. Data de acesso: 21 de jan. de 2016.

<sup>158</sup> ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, op. cit., anexo V., p. 1575.

CONADEP, não é possível classificar todos os lugares, pois houve casos que um CCD alojou prisioneiros, mas que em suas dependências não ocorreram interrogatórios e torturas, tarefas que poderiam ser realizadas em outros lugares. Essa concepção daria corpo à ideia de um “circuito” ou “estrutura” repressiva, segundo o RUVTE<sup>159</sup>.

Estes outros lugares do “circuito repressivo” montado para a atuação do TdE foram classificados no relatório como “CCD de funcionamento eventual” ou PA (Pontos de Apoio), que serviriam para alojar excepcionalmente detidos “em trânsito”, que estariam sendo deslocados para outro CCD, ou pessoas que foram detidas ilegalmente de forma eventual. Nessa categoria incluem-se um grande número de dependências das forças de segurança, delegacias e prefeituras, em que conviveram regimes de detenção legais, “semilegais” e ilegais. Hospitais públicos e militares por onde passaram as pessoas ilegalmente detidas pelas forças de segurança não podem tecnicamente ser classificados como lugares de reclusão, e portanto são considerados, seguindo o critério anterior, como “pontos de apoio sanitários”<sup>160</sup>. Essas classificações corroboram a ideia de “circuito repressivo”.

O relatório da CONADEP, no que diz respeito à categorização destes lugares, demonstra-se de certa forma ambíguo. No tópico *Emplazamiento de los CCD*, aponta duas categorizações provenientes das próprias Forças Armadas; são elas: os LT (Lugar Transitório de Detenção), locais das forças de segurança que serviriam a uma primeira instância de interrogatório, e onde seria definido se o sequestrado iria ser liberado ou enviado ao LD (Lugar Definitivo)<sup>161</sup>. Já no tópico “E” intitulado *Descripción de los centros clandestinos de detención*, volta a usar uma categorização que afirma ser das Forças Armadas, mas que apresenta uma pequena diferença em relação à anterior:

Según la clasificación utilizada por las Fuerzas Armadas, en la mayor parte de las zonas del país hubo:

*Lugar de Detención de Detenidos: (LRD).* Centros donde los detenidos eran mantenidos en general por períodos considerables de tiempo hasta que se decidía su destino definitivo.

*Lugar transitorio: (LT)* El tiempo de detención era - salvo excepción - corto. A estos lugares el detenido llegaba inmediatamente después del secuestro o, así se determinaba, en el período previo a su liberación o a su puesta a disposición del Poder Ejecutivo Nacional.<sup>162</sup>

Apesar de parecer bastante clara a existência de dois tipos de lugares de confinamento de prisioneiros (os temporários e os definitivos), ao verificar a classificação dos CCD ao longo do relatório da CONADEP, percebe-se que alguns não recebem nenhum tipo de classificação, como a ESMA, por exemplo. Antevendo tais ambiguidades, o RUVTE não

<sup>159</sup> Ibidem.

<sup>160</sup> Idem, p. 1576.

<sup>161</sup> CONADEP, op. cit., p. 58.

<sup>162</sup> Idem, p. 80.

aponta quais locais são classificados como CCD ou como PA, como esclarece no seguinte parágrafo:

Sin perjuicio de los criterios de clasificación mencionados en los párrafos anteriores, se ha determinado no señalar en la presente edición cada lugar de reclusión como CCD o PA individualmente, en virtud de existir una *franja* sobre la que, al carecer la SDHN de información suficiente, se corre el riesgo de dejar asentada una categorización incorrecta.<sup>163</sup>

O RUVTE listou e identificou 762 lugares<sup>164</sup> que foram usados pelas forças de segurança como locais de reclusão para pessoas presas de forma ilegal entre 1974 e 1983. São 422 lugares a mais dos que os identificados pela CONADEP, um total de aproximadamente 55% de acréscimo. Do listado original da CONADEP, o RUVTE excluiu 90 lugares informados como CCD, pois até os dias atuais não foi possível precisar a fonte original da informação, ou localizar outras informações provenientes de distintas fontes coletadas pela SDHN<sup>165</sup>. Nota-se o cuidado na seleção, cruzamento e confirmação de todas as informações obtidas para a realização deste relatório, que aponta as diferenças que há entre os lugares de reclusão, mas que evita a caracterização, que poderia levar a considerações equivocadas, haja vista que todos serviram sem exceção às ações do TdE. Mesmo sem identificar a classificação exata dos locais, o RUVTE aponta que constituem CCD propriamente ditos aproximadamente 40% dos lugares apontados, o que dá um número aproximado de 304 centros clandestinos listados, 12% a menos que os listados no relatório da CONADEP.

Ainda dentro das características mais gerais desse verdadeiro “circuito repressivo” que constituem os CCDs na Argentina, é importante entender brevemente a lógica organizacional desses lugares, que eram clandestinos, mas totalmente inseridos ao aparelho repressivo estatal, tanto no que concerne às próprias edificações, quanto ao pessoal envolvido nas diversas tarefas desses locais. No que diz respeito às características estruturais destes lugares, o CONADEP afirma que:

En cuanto a su construcción, fueron en algunos casos dependencias que ya funcionaban anteriormente como sitios de detención. En otros, se trató de locales civiles, dependencias policiales e, inclusive, asentamientos de las mismas Fuerzas Armadas, acondicionados ex profeso para funcionar como C.C.D. Todos ellos estaban supeditados a la autoridad militar con jurisdicción sobre cada área.<sup>166</sup>

O próprio relatório cita a ESMA como exemplo de uma dependência militar que foi adaptada para funcionar como CCD (neste caso, no edifício do *Casino de Oficiales*). Outros exemplos similares são *La Perla*, em Córdoba, *Liceo Militar* de Mendoza, e o *Campo de*

<sup>163</sup> RUVTE, op. cit., p. 1583.

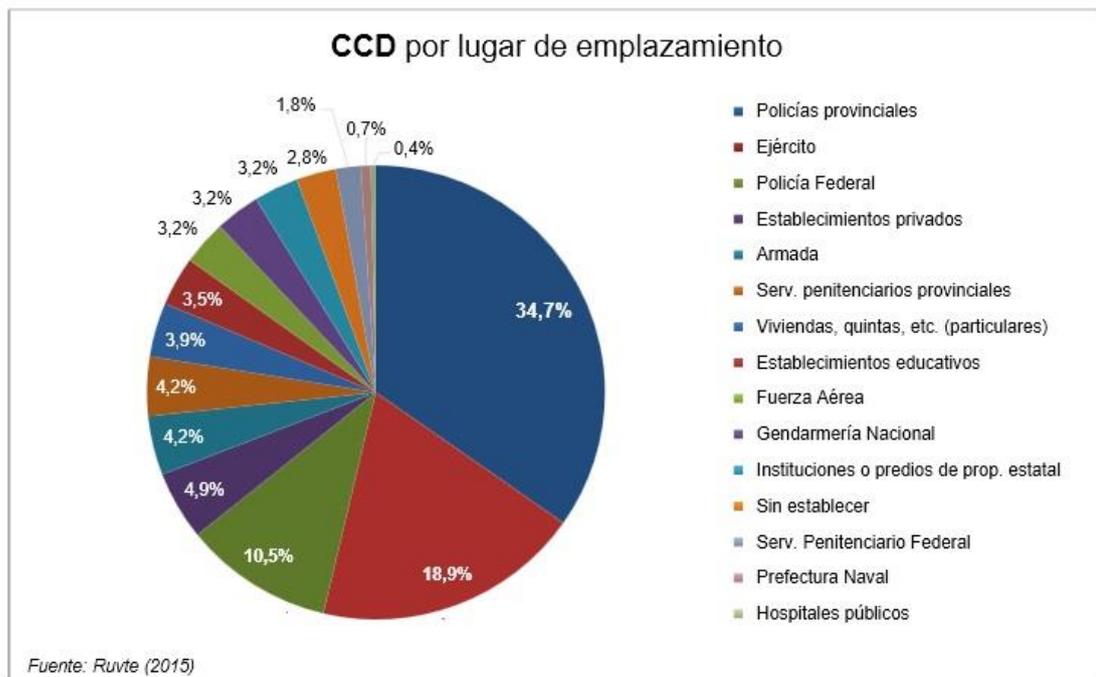
<sup>164</sup> Ibid., p. 1572.

<sup>165</sup> Ibid., p. 1577.

<sup>166</sup> CONADEP, op. cit., p. 58.

*Mayo*, na província de Buenos Aires. O RUVTE traz gráficos bastante elucidativos a respeito das características estruturais dos CCD e “pontos de apoio” apontados, conforme pode ser observado nos dois gráficos a seguir:

Gráfico 1 – CCD por localização

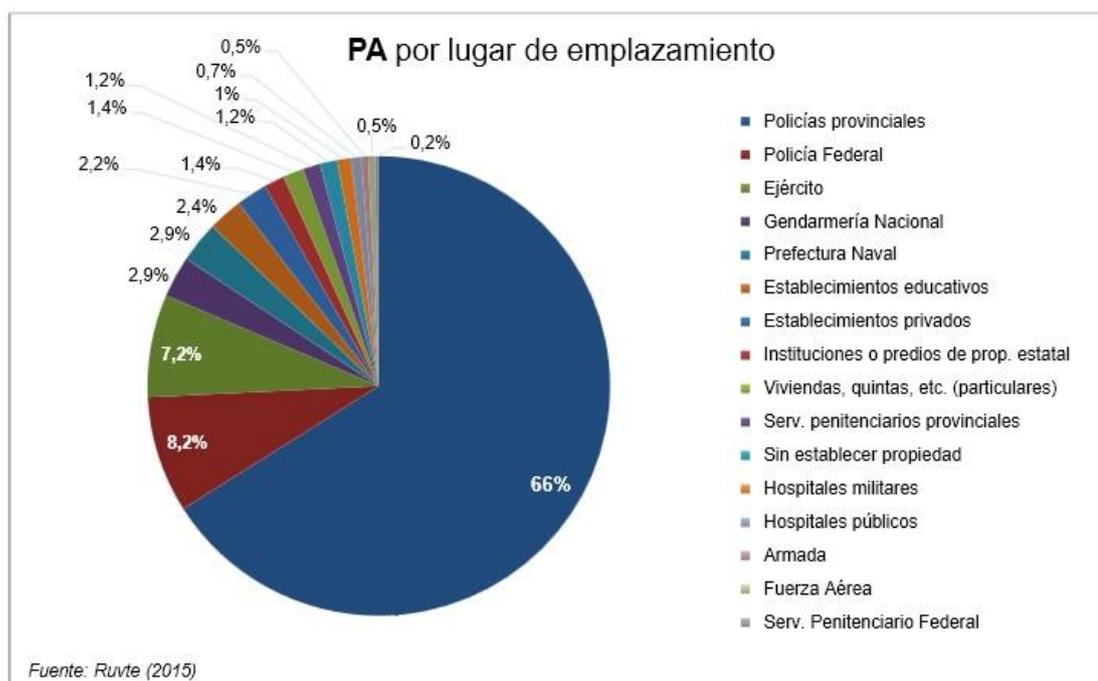


Cuadro 1

Fonte: RUVTE<sup>167</sup>

<sup>167</sup> ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, anexo V, op. cit., p. 1583.

Gráfico 2 – Ponto de apoio por localização



Cuadro 2

Fonte: RUVTE<sup>168</sup>

É possível notar, ao analisar ambos os gráficos, que a maioria dos CCD e PA estavam localizados em dependências policiais, tanto em âmbito provincial, quanto em âmbito federal. Observando os locais listados no relatório, percebe-se a grande quantidade de delegacias de polícia que serviram como CCD. O informe da CONADEP ressalta essa característica também, pontuando que as condições de confinamento nestes lugares, que até então eram utilizados para o encarceramento de prisioneiros comuns, foram agravadas com o aporte dos prisioneiros políticos. Conforme relata à CONADEP Adriana Calvo de Laborde, no dossiê nº 2531:

Dormíamos en las celdas (...) de a dos, tres o cuatro, según cuantas fuéramos, sobre el piso de cemento y sin ningún tipo de abrigo. En la Comisaría 5a. de La Plata las puertas se cerraban con candado, y cada calabozo media aproximadamente 2 metros por 1,5. Luego me trasladaron al Pozo de Banfield.(...) Allí las condiciones de encierro no mejoraron, sino todo lo contrario. El régimen era mucho más estricto que en la 5a. Solamente salíamos para comer una vez cada dos días. En cada celda había tres o más mujeres y el inodoro era una botella de lavandina cortada arriba.<sup>169</sup>

As condições, no entanto, não melhoravam em outros CCD. Torturados, vendados e acorrentados, os prisioneiros também eram submetidos às péssimas condições higiênicas

<sup>168</sup> Idem, p. 1584.

<sup>169</sup> CONADEP, op. cit, p. 59.

destes locais. Conforme relata o informe *Nunca Más*, geralmente ficavam amontoados sobre colchonetes sujos de sangue, suor, vômito e urina. Em alguns casos, deveriam fazer suas necessidades em baldes, que eram logo retirados. Em outros, nem sequer ofereciam-se baldes, obrigando os prisioneiros a realizá-las na própria cela. Em alguns lugares havia a possibilidade de ir ao banheiro, mas isso não significava melhora alguma nas condições de higiene destes locais:

Los detenidos debían solicitar permiso a los guardias, quienes esperaban que fuesen muchos los que levantarán la mano para permitirles ir al baño no más de dos veces al día. Eran conducidos en “trecito”, tomados de la cintura o los hombros del de adelante, ya que no les retiraban la capucha. Esto se repitió en casi todos los campos con mucha similitud, y era uno de los momentos en que los guardias aprovechaban para satisfacer impulsos sádicos, golpeando indiscriminadamente a los detenidos. Estos, fuesen hombres o mujeres, debían ducharse o atender sus necesidades fisiológicas a la vista de sus carceleros. En algunos campos se bañaban los detenidos en grupo con una manguera, siempre encapuchados..<sup>170</sup>

Estas severas condições muitas vezes provocava infestação de piolhos nos prisioneiros, que em algumas ocasiões foram borrifados com inseticida como se fossem gado. Ainda sobre as características estruturais dos CCD, Pilar Calveiro descreve, a partir dos depoimentos dos sobreviventes, um modelo de organização física do espaço, com duas variáveis para o alojamento de presos: o sistema de celas e o de cubículos (*cuchas* ou *cuchetas*, em espanhol). Sobre as *cuchas*, a autora afirma:

Os cubículos eram compartimentos de madeira compensada, sem teto, de aproximadamente 80 centímetros de largura por 200 centímetros de comprimento, nos quais cabia uma pessoa deitada sobre um colchonete. As divisórias laterais tinham cerca de 80 centímetros de altura, de modo que impediam a visibilidade da pessoa que estivesse em seu interior, mas permitiam que o guarda, estando de pé ou sentado, pudesse ver todas simultaneamente, numa espécie de pequeno pan-óptico. Tinham uma abertura na frente, pela qual era possível retirar o prisioneiro.<sup>171</sup>

Já sobre as celas, afirma que:

As celas, por sua vez, podiam ser para uma ou duas pessoas, mas normalmente abrigavam mais gente. Suas dimensões eram de aproximadamente 2,5 metros por 1,5 metro, e também continham um colchonete, uma porta e, nesta, uma pequena abertura através da qual era possível ver seu interior a qualquer momento. Em outros lugares, como a Mansão Seré, os prisioneiros permaneciam simplesmente jogados no chão de um quarto, cada um com seu pedaço de colchonete. Em suma, um sistema de compartimentos ou contêineres, de ferro ou madeira, para guardar e controlar corpos – não homens, corpos.<sup>172</sup>

Calveiro compara os CCD a verdadeiros depósitos de corpos humanos ordenados, deitados, imóveis, com todos os sentidos limitados, “como uma antecipação da morte”<sup>173</sup>.

<sup>170</sup> Idem, p. 68.

<sup>171</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 55.

<sup>172</sup> Ibidem.

<sup>173</sup> Idem, p. 57.

Tais depósitos concebidos com a finalidade de desumanizar o “inimigo”, demonstrar um poder onipotente, disseminar o medo da própria existência.

Sobre a alimentação nestes lugares, o relatório da CONADEP traz depoimentos assombrosos. Além da escassez de alimento, a péssima qualidade do que era servido aos prisioneiros provocava diversas doenças àquelas pessoas que já estavam debilitadas devido à tortura. Combinada com a falta de higiene, a fome ia provocando o enfraquecimento, além de servir como mais um instrumento de tortura psicológica. O relatório aponta que:

La escasez y calidad de las comidas constituían otra forma de tormento. Se alimentaba a los detenidos - según el lugar - una o dos veces al día. En muchas ocasiones transcurrieron varios días sin que se les proporcionase alimento alguno. En otras se les sirvió agua con harina o con vísceras de animales crudas. Generalmente, las raciones apenas alcanzaban, y quienes pretendían dar parte de la suya a alguien en peor estado eran severamente castigados. La solidaridad estaba prohibida.<sup>174</sup>

Apesar destas condições terríveis, alguns prisioneiros apontavam que a hora da comida era a mais esperada, não só devido à fome constante, mas também porque havia um óbvio nexos entre a comida e a vida. Era o momento em que o lugar onde estavam confinados parecia despertar para a existência<sup>175</sup>.

Por fim, cabe uma breve explanação sobre o pessoal das forças de segurança que trabalhavam nesses lugares. Conforme Calveiro é possível identificar três categorias na quais podem ser divididas as pessoas que atuavam nos CCD:

a) Bandos ou *patotas*: os homens que realizavam as operações de sequestro dos prisioneiros. Limitavam-se a planejar a ação, pois geralmente a determinação de quem seria o sequestrado já estava definido. Andavam fortemente armados, às vezes podiam realizar operações grandiosas (com apoio de outras forças de segurança), agiam violentamente, e geralmente saqueavam bens dos sequestrados, quando ocupavam uma casa.

b) Os *grupos de inteligência* (GT): eram os responsáveis pelas tarefas de inteligência, controlavam a informação existente e orientavam a tortura para que fosse possível extrair a maior quantidade de informação útil do prisioneiro. Após obter as informações que desejavam, realizavam informes que poderiam direcionar novos sequestros.

c) Os guardas: eram os responsáveis pelo controle dos prisioneiros nos CCD, após seu sequestro e as torturas iniciais. Geralmente eram militares de baixa patente, que não conheciam os prisioneiros e nem sabiam os motivos pelos quais estavam confinados. Segundo o relatório da CONADEP, esses guardas podiam ser compostos por efetivos da *Gendarmería Nacional*, do Sistema Penitenciário Nacional ou da polícia, sempre sob as ordens de algum

<sup>174</sup> CONADEP, op. cit., p. 66.

<sup>175</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 58.

oficial das Forças Armadas<sup>176</sup>. Geralmente não eram os que torturavam os prisioneiros, mas davam continuidade ao ciclo de maus tratos, sendo rígidos com a disciplina e cruéis no trato.

O relatório da CONADEP também traz informações bastante detalhadas sobre o funcionamento dos GT, a partir de depoimentos de ex-membros das forças de segurança, que por diversos motivos, não tanto por questões éticas como arrependimento, sanção moral ou honra militar, mas sim pela crença de que haviam sido “abandonados pelos seus próprios chefes” depois de terem contribuído para a “guerra antissubversiva”<sup>177</sup> (o que remete ao caso de Adolfo Scilingo, que decide dar testemunho sobre os voos da morte após a negação da promoção à dois ex-repressores da ESMA). Segundo o informe:

Las reglas de juego de los grupos de tarea fueron similares a las de los grupos de gansters y sus objetivos no fueron distintos. Pero a diferencia de aquéllos, que ven restringido su obrar por la posible represión de las fuerzas del orden, los grupos de tareas generados desde el poder eran paradójicamente las “fuerzas mismas del orden”.<sup>178</sup>

Esse paradoxo é a principal característica do TdE argentino, como bem sintetizaram Mignone e Mc Donnell com a doutrina do paralelismo global, conforme abordado no capítulo anterior deste trabalho. Mesmo atuando como uma quadrilha, esses GT respondiam a um intrincado conjunto de mandos<sup>179</sup> e cumpriam um complexo processo burocrático antes, durante e após as ações de sequestro, tortura e confinamento das vítimas.

Cabe apontar também a presença de outros indivíduos que circulavam pelos campos de concentração e que não tinham vinculação militar. Calveiro cita a presença de médicos que acompanhavam os prisioneiros nas sessões de tortura e após, assim como de psicólogos e sacerdotes. Como apontado pela autora, estes profissionais, que em seu dia a dia trabalhavam para evitar a dor e preservar a vida, nos campos cumpriam a função exatamente inversa<sup>180</sup>.

A estrutura da lógica concentracionária adotada na Argentina após 1974 que foi apresentada até aqui obviamente podia variar de campo para campo, devido a uma série de fatores que vão desde a característica estrutural do lugar, passando pela instituição militar à qual estava vinculado, até o destino final dado às pessoas confinadas, chamado no jargão militar de “traslado”, eufemismo utilizado para determinar a morte do prisioneiro. O método de aplicação deste “destino final”, o extermínio físico de um prisioneiro que já havia sido

---

<sup>176</sup> CONADEP, op. cit., p. 66.

<sup>177</sup> Idem, p. 254.

<sup>178</sup> Idem, p. 256.

<sup>179</sup> Como é esclarecido no informe *Nunca Más* (CONADEP, op. cit., p. 257), os GT estavam compostos com pessoal das diversas Forças Armadas e de segurança, e respondiam não só à chefia da dependência militar na qual estavam alojados, mas também à Força na qual tinham sua sede. O GT1 e GT2 respondiam estavam sob a égide do Exército, o GT3 dependia do Serviço de Inteligência Naval da Marinha, o GT4 do Serviço de Inteligência Aérea da Aeronáutica, e o GT5 da Secretaria de Inteligência do Estado (SIDE).

<sup>180</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 84-85.

“quebrado” pelas torturas e pela lógica concentracionária, também variava de campo para campo. Na ESMA, a metodologia aplicada era a dos voos da morte. Calveiro chama os responsáveis por esse processo de “desaparecedores de cadáveres”, e esta função era vista inclusive pelos próprios colegas de “patota” como um “trabalho sujo”<sup>181</sup>. Afirma também que devido ao segredo que cercava essa função, não existia até então (a publicação da primeira edição da obra de Calveiro é de 1998) depoimentos diretos destes “desaparecedores de cadáveres”. No entanto, Adolfo Scilingo, três anos antes, havia detalhado com precisão assombrosa como lançou prisioneiros da ESMA vivos e dopados em alto mar. E hoje, devido aos processos que correm na justiça relacionados aos crimes de lesa-humanidade cometidos durante a última ditadura, já se tem um conhecimento maior da estrutura utilizada para esse fim, principalmente na ESMA.

## 2.2 O “complexo ESMA”

O CCD da ESMA foi um dos maiores campo de concentração instalado pela ditadura civil-militar argentina. Arquitetado pelo então almirante Emilio Massera, chefe da Marinha e integrante da Junta Militar que assumiu após o golpe de 1976, pela ESMA passaram ao redor de 5.000 pessoas, capturadas pelo *Grupo de Tareas 3.3.2* (GT 3.3.2), grupo montado especialmente para dirigir atividades de inteligência e repressão neste campo. No entanto, nem só o GT 3.3.2 operava na ESMA: grupos operativos da Aeronáutica, da *Prefectura Naval* e do *Servicio de Inteligencia Naval* também usaram suas instalações para tortura, detenção e desaparecimento. O simbolismo da ESMA, considerada a expressão máxima do TdE implantado na Argentina entre 1976-1983, dá-se justamente pela sua dimensão e pelos fatos ocorridos neste local, entre eles a apropriação recém-nascidos, filhos de prisioneiras nascidos em cativeiro, e pela sistematização e operacionalização mais conhecida do extermínio, através dos voos da morte.

Dentro da divisão em zonas e subzonas feita pelos militares ainda em 1975, divisão essa pensada conforme os ditames da doutrina da guerra revolucionária, a ESMA localizava-se na Zona 1, à cargo do Primeiro Corpo de Exército, Subzona Capital Federal. Sendo ligada à Marinha, estava sob a responsabilidade dos sucessivos comandantes em chefe da força, que por sua vez integravam as Juntas Militares que governavam *de facto*. Originalmente, as instalações da ESMA serviam para a instrução militar de aspirantes da Marinha argentina.

---

<sup>181</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 51.

Está localizada num grande terreno junto à Avenida del Libertador, importante via de acesso ao centro de Buenos Aires, na zona norte da cidade. Situada no bairro de Núñez, próxima à orla do Rio da Prata e ao conhecido bairro de Palermo, a ESMA está localizada numa das regiões mais nobres da cidade, cercada de prédios residenciais altos e elegantes, que contrastam com o cenário de horror descrito nos vários relatos de sobreviventes. Foi fundada em 1942, durante a presidência de Marcelo T. Alvear, quando o terreno foi ocupado por vários edifícios, entre eles: a Escola de Mecânica, a Escola de Guerra Naval e o *Casino de Oficiales*<sup>182</sup>. Os alunos ingressados podiam fazer cursos de Eletrônica, Aeronáutica, Mecânica Naval, Operação Técnica de Rádio, Meteorologia, Oceanografia, entre outras. Formavam-se técnicos, que depois podiam escolher seguir carreira na Marinha ou em outros lugares<sup>183</sup>.

Nem todos os edifícios do complexo foram utilizados como campo de concentração. O confinamento dos presos ocorria no *Casino de Oficiales*, que tinha três pisos, um porão e um grande sótão. O porão, localizado na parte traseira do edifício, era constituído por um grande corredor central, sustentado por vigas de concreto (que ostentava o sugestivo nome de *Avenida de la Felicidad*). Entre essas colunas existiam divisórias, que originavam diversas salas, que poderiam ser remodeladas dependendo da necessidade, por serem feitas de material leve. Ao porão eram levados os prisioneiros quando chegados à ESMA. Conforme consta no requerimento de elevação a juízo dos acusados pelos voos da morte:

Los cuartos principales [do porão] se encontraban asignados a:

- a) interrogatorio y tortura: cuartos numerados del 12 al 15, provistos de un catre de hierro al que era atado el prisionero, una repisa donde se ubicaba el aparato de picana eléctrica y sillas para los interrogadores;
- b) enfermería: cuarto amplio, en cuyo interior había dos camas y dos pequeños armarios de vidrio, cerrados con candado, que contenían algunas medicinas. En este lugar se atendían, por ejemplo, a los secuestrados que llegaban heridos y a las embarazadas en el momento del parto;
- c) laboratorios fotográficos: contaban con uno o dos laboratorios;
- d) baño: pequeño recinto construido con madera, sobre una tarima;
- e) dormitorio de los guardias y otros cuartos de construcción precaria donde, durante un tiempo, trabajaron algunos prisioneros en tareas de archivo, biblioteca, etc.<sup>184</sup>

Ao fundo do grande corredor central ficavam as salas de tortura citadas, e próximas a elas a enfermaria e os laboratórios fotográficos. A ventilação era feita através de pequenas janelas basculantes, que ficavam a 20 centímetros do nível do solo. No porão, os prisioneiros eram torturados e interrogados pelos repressores. Na enfermaria eram atendidos os

<sup>182</sup> Segundo o dicionário da *Real Academia Española*, a palavra *casino* pode significar clube ou sociedade de recreio. Outros sinônimos em desuso são: casa de recreio, comumente situado fora de um povoado; ou sociedade de homens que se reúnem em uma casa, para conversar, ler, jogar, e que se participa mediante pagamento de mensalidade. No caso da ESMA, o *Casino* era o lugar onde originalmente ficavam alojados os oficiais. Consultado em: <http://lema.rae.es/drae/?val=casino>. Data de acesso: 15 de abr. 2014.

<sup>183</sup> Informações disponíveis em: <http://www.espaciomemoria.ar/origenes.php>. Data de acesso: 15 de abr. 2014.

<sup>184</sup> ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal de la Nación, op. cit., p. 11.

sequestrados que chegavam feridos, e as mulheres grávidas em trabalho de parto. Em dia de “traslado”, era nessa enfermaria, depois de selecionados na *Capucha*<sup>185</sup> (alojamento dos detidos) e transferidos ao porão, que os prisioneiros recebiam a dose de sedante antes de serem embarcados nos voos da morte.

Junto às salas de tortura, no corredor central, havia uma mesa para os efetivos da guarda encarregados da custódia interna. Em cima da mesa, um toca-discos que funcionava em alto volume quando algum prisioneiro estava sendo torturado. Nesse corredor também havia longos bancos, onde os prisioneiros ficavam sentados, esperando o interrogatório sob tortura. *Dorado* e *Los Jorges* eram as dependências em que funcionavam os serviços de inteligência do GT 3.3/2, o refeitório, a sala de conferências e a sala de reuniões, e se localizavam no térreo do *Casino de Oficiales*. Foi no *Dorado* que Scilingo recebeu a ordem de integrar o grupo que iria realizar o voo da morte do qual participou:

- ¿*Qué pasa cuando usted se presenta en Dorado?*
- Hay una orden en un pizarrón que indica quiénes integran la columna que va a ir al aeropuerto militar de Buenos Aires con los detenidos.
- ¿*Decía “columna que va a ir al aeropuerto”?*
- No me acuerdo de la expresión, pero era la columna que iba al aeropuerto.
- *En las conversaciones entre ustedes, ¿cómo se referían a eso?*
- El vuelo.<sup>186</sup>

Havia uma escada de dois lances que interligava *El Dorado* ao porão, custodiada por guardas armados e fechada por um portão de ferro, por onde passavam os prisioneiros quando levados à *Capucha*. Esta escada, descrita em vários depoimentos de sobreviventes, posteriormente seria fechada ao uso em 1979, na ocasião da visita da CIDH para verificar as condições humanitárias daquele lugar, com o objetivo de desmentir as denúncias que já eram feitas a respeito da ESMA. Atualmente a estrutura da antiga escada foi desvendada pelos investigadores da *Megacausa ESMA* e pode ser vista pelos visitantes.

No primeiro e no segundo piso localizavam-se os alojamentos dos oficiais, e nenhum preso tinha acesso a essa parte do edifício. Esses alojamentos não faziam parte do espaço concentracionário da ESMA. Era no terceiro piso, que em realidade é o sótão do edifício, onde ficava localizado o alojamento dos prisioneiros, conhecido como *Capucha*. Para subir ao sótão, os prisioneiros eram conduzidos pelos guardas em fila indiana, encapuzados e amarrados com grilhões pelos pés e pelas mãos. O mesmo procedimento era feito quando desciam, após a seleção para o “traslado”.

<sup>185</sup> O termo *capucha* significa capuz, em espanhol, e faz referência ao capuz que os prisioneiros da ESMA eram obrigados a usar o tempo inteiro, para bloquear a visão e impedir o reconhecimento dos repressores.

<sup>186</sup> VERBITSKY, op. cit., p. 30.

A *Capucha* ocupava a ala direita do sótão. Em formato de “L”, é um espaço inter cruzado por diversas vigas de ferro que dão a sustentação ao telhado do edifício. Não havia janelas, apenas pequenas basculantes, que davam a pequenas celas chamadas “camarotes”. No entanto, estas celas eram para poucos prisioneiros; os demais eram mantidos deitados ao chão, separados uns dos outros por compensados de madeira, sempre encapuzados e presos a grillhões. Não havia luz natural, e a ventilação era proporcionada por barulhentos geradores.

O *pañol* e a *pecera* ficavam na ala esquerda do sótão. No centro, entre as duas alas, ficavam os banheiros e um dormitório especial para as mulheres grávidas, que eram mantidas separadas dos demais prisioneiros. O *pañol* era lugar de armazenamento dos bens saqueados dos prisioneiros, e segundo o relatório da CONADEP, até o final de 1977 armazenava uma quantidade impressionante de mobiliário, utensílios e roupas<sup>187</sup>. Posteriormente foi remodelado e virou a *pecera*, uma série de pequenos escritórios onde prisioneiros realizavam uma série de trabalhos e eram constantemente vigiados por um circuito interno de câmeras.

Ao centro do sótão encontrava-se outra escada estreita que levava a outro compartimento acima, chamado *Capuchita*, originalmente construída para abrigar o tanque de água que abastecia todo o edifício. Ali havia dois cubículos que eram utilizados como salas de tortura, e um espaço onde eram mantidos os prisioneiros da mesma forma que na *Capucha*. As condições de vida nesse lugar eram piores, pois a ventilação também era escassa, a iluminação também era artificial, e as temperaturas eram extremas, tanto no verão como no inverno. Estava a cargo do *Servicio de Inteligencia Naval*.

As atividades no campo de concentração eram comandadas, como dito anteriormente, pelo GT 3.3.2. Estava diretamente subordinado ao Comandante em chefe da Marinha, e contou com o apoio de altos comandos da instituição. Emilio Massera foi seu idealizador, e segundo relato citado no informe *Nunca Más*, apresentou a conferência inaugural e chegou inclusive a participar dos primeiros operativos do GT com o nome de guerra de “Negro” e “Zero”<sup>188</sup>.

A estrutura organizacional do GT era composta por três setores: Inteligência, Operações e Logística. O setor de Inteligência manejava a informação obtida através da tortura aos prisioneiros, decidia os sequestros que seriam realizados, se encarregava dos interrogatórios e decidia quais prisioneiros seriam “trasladados” e quais passariam pelo “processo de recuperação”. O setor de Operações se encarregava da execução dos sequestros

---

<sup>187</sup> CONADEP, op. cit., p. 83.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p. 128.

e planejava os operativos no salão *Dorado*, além de saquear as casas das vítimas invadidas nas operações e transferir os bens apropriados para o “*pañol*”, para redistribuir aos membros do GT <sup>189</sup>. O setor de Logística se encarregava da manutenção das instalações do GT e da administração das finanças, atividade essa que foi ganhando importância com o incremento das rendas provenientes dos saques às casas das vítimas e da fraude de documentos mediante a falsificação ou assinatura forçada de títulos de propriedade dos detidos-desaparecidos<sup>190</sup>. Já os guardas que custodiavam os prisioneiros na ESMA eram geralmente jovens provenientes da infantaria da Marinha, apelidados de “verdes”. Segundo relatos de prisioneiros, eram muito jovens e alguns ficavam desequilibrados e enlouquecidos com as tarefas que lhe eram designadas<sup>191</sup>.

Uma das características mais proeminentes da ESMA é a formulação de um “processo de recuperação” dos prisioneiros. Alguns presos seriam escolhidos para desempenhar funções dentro do campo, que iam desde a participação em operações de sequestro, até trabalhos de cunho político. Sobre o destino dos prisioneiros confinados na ESMA, o relatório da CONADEP<sup>192</sup> aponta três possibilidades concretas: 1) os que seguiam o destino do ciclo sequestro-tortura-confinamento-traslado, que era a imensa maioria dos que eram levados à ESMA; 2) uma ínfima minoria de prisioneiros que foram selecionados e aceitaram colaborar diretamente com as forças de segurança, sendo praticamente incorporados ao GT (esse grupo, conhecido como “*ministaff*”, não vivia nas mesmas condições que os demais prisioneiros e gozavam de certa liberdade, tendo sido incorporados ao contingente naval<sup>193</sup>); 3) e outra pequena quantidade de sequestrados, que por sua história política, capacidade pessoal ou nível intelectual, cumpriam diversas funções de utilidade para o GT (esse grupo ficou conhecido como “*staff*”).

O “*staff*” realizaria trabalhos de cunho político para Emilio Massera. Segundo Novaro e Palermo: “Massera intento utilizar a algunos cuadros montoneros allí cautivos [na ESMA] como soporte de su proyecto político, en particular de su intento de cooptar a la dirigencia y las bases peronistas”<sup>194</sup>.

O almirante era o mais antigo dos comandantes da Junta Militar e o que mais tinha vínculos políticos, principalmente com a direita peronista. Cultivou boas relações com Perón,

<sup>189</sup> Na classificação feita por Pilar Calveiro conforme exposto anteriormente, os grupos responsáveis pela execução dos sequestros e apropriação dos bens dos prisioneiros também são chamados de “bandos” ou “patotas”.

<sup>190</sup> CONADEP, op. cit., p. 129.

<sup>191</sup> Idem, p. 131.

<sup>192</sup> Idem, p. 134.

<sup>193</sup> CALVEIRO, op. cit., p. 112.

<sup>194</sup> NOVARO, PALERMO, op. cit., p. 114.

Isabel e López Rega nos anos prévios ao golpe, garantindo vantajosos repasses financeiros à Marinha e uma consideração política nada habitual<sup>195</sup>. Massera tinha interesse em construir uma carreira política, e tal interesse motivou a criação de um grupo de presos montoneros “notáveis”, que tinham um posto alto no nível organizativo da guerrilha, assim como uma importante formação política e intelectual. Esse grupo ficou conhecido como “*staff*”, e passou a desempenhar funções em troca de uma maior sobrevida no campo. Tais funções eram: “(...) trabalhos de classificação e análise da imprensa nacional e estrangeira, realização de monografias sobre problemas diplomáticos, de fronteiras e políticos, elaboração de análises de conjuntura e outras tarefas similares”<sup>196</sup>.

Calveiro afirma que em meados de 1978 esse grupo contava com aproximadamente trinta pessoas que, em relação aos outros prisioneiros, viviam em condições “privilegiadas” dentro do campo. Trabalhavam o dia todo na “*pecera*”, em escritórios que contavam com laboratório fotográfico, assessoria de imprensa e laboratório audiovisual, sendo monitorados por câmeras de segurança. Comiam razoavelmente bem, tinham atendimento médico, roupa suficiente, direito a banhos diários, acesso aos jornais e aos meios de comunicação e podiam circular com liberdade dentro dos escritórios. Tanto o grupo dos prisioneiros que trabalhavam na *pecera* como os que trabalhavam em tarefas de manutenção dentro do campo tentavam atrair para si o maior número de presos possível<sup>197</sup>.

A criação destes grupos de prisioneiros que realizavam trabalhos de interesse para o GT fez parte do que os repressores denominaram “política de reeducação”, a partir da qual os militares acreditavam conseguir formar novos sujeitos a partir dos militantes, que seriam capazes de serem reincorporados à sociedade transformados em indivíduos que defendessem e vivessem conforme o projeto político do *Proceso*. A existência de militantes que supostamente estavam “reeducados” e “modelados” conforme o conjunto de valores dos militares, e ainda por cima que “colaboravam” com a Marinha, era uma questão de orgulho para essa Força Armada, e principalmente para Massera, que dava fôlego à ampliação de poder desejado pelo almirante e outros oficiais.

No entanto para os militantes, como aponta Calveiro, a existência do *staff* serviria muito mais como um mecanismo de resistência, num perigoso e cauteloso jogo de encenação, em que os prisioneiros superestimavam a importância do trabalho político do grupo, ao mesmo tempo em que fortaleciam uma rede de confiança, cumplicidades e sociabilidade com regras próprias, o que permitia a circulação de informação, a tentativa de inclusão de mais

---

<sup>195</sup> Idem, p. 53.

<sup>196</sup> CALVEIRO, op, cit., p. 113.

<sup>197</sup> Ibidem.

prisioneiros neste grupo, a prevenção de pessoas recém-capturadas em relação às condutas que lhes convinha adotar e sobre as informações que seus captores sabiam ou não, a possibilidade de avisar sobre futuras capturas, e a possibilidade de orientar análises políticas com o intuito de promover posturas que consideravam menos perigosas (como por exemplo reforçar a ideia de que somente abandonando a ação repressiva se abririam possibilidades políticas para a ascensão da Marinha, a ideia do custo político dos desaparecidos e a necessidade de interromper essa prática, e a ideia de exagerar as virtudes políticas de Massera, para que seu grupo de apoiadores continuassem a concordar com a importância da existência do *staff*). A sobrevivência nestas condições também representava não só a possibilidade de não ser totalmente arrasado pela realidade do campo e da tortura, mas também a possibilidade de poder testemunhar sobre tudo aquilo e sobre os companheiros que pereceram. A história do *staff* da ESMA é uma prova de que o poder não é onipotente, pois os sobreviventes foram liberados entre 1978 e 1979, mantiveram silêncio até que o último deles estivesse em liberdade, e posteriormente depuseram nas comissões de direitos humanos e nos julgamentos ocorridos após 1983. Aproveitaram um ponto cego de um poder que se pretendia total, mas que por soberba, acabou caindo numa armadilha<sup>198</sup>.

A ESMA também foi palco de uma das maiores atrocidades cometidas pelo TdE na Argentina: a apropriação dos bebês filhos de prisioneiras. O roubo destas crianças e de suas identidades familiares é uma das mais profundas feridas abertas na sociedade argentina, segundo o relatório da CONADEP. A busca destas crianças desaparecidas é levada adiante até os dias de hoje pelo incansável trabalho das *Abuelas de Plaza de Mayo*<sup>199</sup>, que acabaram se transformando em um dos símbolos mais importantes da defesa dos direitos humanos na Argentina e em todo o mundo. O relatório *Nunca Más* descreve a profundidade desse crime para os pais, avós e principalmente para as crianças apropriadas:

La desesperada, premiosa búsqueda de abuelos y, en ciertos casos, de padres de criaturas desaparecidas, puede considerarse como una síntesis intransferible de dolor y angustia frente al hecho de que, en algún lugar, junto a personas desconocidas está creciendo una criatura sin vínculo alguno con su familia, con su gente y a veces hasta extrañada de su propio país.<sup>200</sup>

Nas dependências da ESMA existiu uma maternidade clandestina, que foi descrita em diversos depoimentos à CONADEP e à justiça. As mulheres grávidas ficavam em um

<sup>198</sup> Idem, p. 115-118.

<sup>199</sup> A Associação Civil *Abuelas de Plaza de Mayo* é uma organização não-governamental de defesa dos direitos humanos surgida em 1977 cujo objetivo continua sendo localizar e restituir às suas legítimas famílias as crianças sequestradas e nascidas em cativeiro durante a ditadura e que tiveram sua identidade apropriada, exigindo castigo aos culpados. Até a presente data, as *Abuelas* localizaram 119 netos e netas desaparecidas. Cf: <http://www.abuelas.org.ar/Libro2010/index.php>.

<sup>200</sup> CONADEP, op. cit., p. 302.

local separado do resto dos prisioneiros, e recebiam assistência médica. Conforme relataram Sara Solarz de Osatinsky e Ana María Marti<sup>201</sup>, o diretor do CCD Rubén Jacinto Chamorro orgulhava-se ao mostrar o alojamento das grávidas para os visitantes de alto grau da Marinha, referindo-se à maternidade como a “Sardá” da ESMA<sup>202</sup>.

A ESMA foi, então, um complexo repressivo onde se planejou, se sistematizou e se operacionalizou o sequestro, a tortura, a apropriação indevida dos bens das vítimas sequestradas, a apropriação e supressão da identidade dos filhos das prisioneiras que lá estavam em cativeiro, e o extermínio dos prisioneiros através dos voos da morte. Nenhuma dessas operações foi exclusividade da ESMA, mas este CCD – que esteve em funcionamento durante todos os anos da ditadura – devido à magnitude e à dimensão dos fatos ocorridos e do número de vítimas que por ele passou, tornou-se o símbolo maior do TdE na Argentina.

### **2.3 A operacionalização dos voos da morte na ESMA**

Adolfo Scilingo, ex-capitão de corveta da Marinha, procurou o jornalista Horacio Verbitsky em 1995 para falar sobre os voos da morte de que havia participado enquanto estava lotado na ESMA, em 1977. Na ocasião, Antonio Pernías e Juan Carlos Rolón, ambos capitães de fragata da Marinha, tiveram sua promoção negada pelo Senado em 1994, depois que o próprio Verbitsky havia publicado nas páginas do jornal *Página/12* os antecedentes de ambos enquanto membros do *Grupo de Tareas* da ESMA. A questão que preocupava Scilingo era a injustiça desta negação, visto que outros oficiais da Marinha envolvidos na repressão haviam sido promovidos. O espírito corporativista mantinha-se aceso em seu discurso e se resumia a uma frase: “ou todos ou nenhum”. Para tanto, antes de decidir procurar Verbitsky, escreveu cartas a diversas autoridades castrenses e civis, inclusive Jorge Videla, indultado através do decreto 2741/90, e Carlos Menem, o responsável pelo indulto. Nestas cartas, expunha a injustiça cometida com as promoções negadas aos capitães de fragata, além de cobrar posturas oficiais destas autoridades no sentido de assumirem responsabilidades, já que tudo o que havia feito no período foi mediante ordens superiores. Nenhuma autoridade civil ou militar respondeu. Em carta a Jorge Osvaldo Ferrer, chefe do Estado Maior da Marinha em 1991, Scilingo resume bem seu ressentimento com seus superiores indultados e promovidos:

---

<sup>201</sup> Idem, p. 303.

<sup>202</sup> Chamorro referia-se ao Hospital Materno Infantil Ramón Sardá, uma das mais importantes maternidades públicas da cidade de Buenos Aires, fundada em 1934 e localizada no bairro de Parque Patricios.

“En la ESCUELA DE MECÁNICA DE LA ARMADA me ordenaron actuar al margen de la ley y me transformaron en delincuente”<sup>203</sup>.

Por não obter nenhuma resposta, Scilingo resolveu levar ao conhecimento público os voos dos quais participou em 1977 e a metodologia utilizada para o extermínio de opositores políticos na ESMA. Em entrevistas à Verbitsky, contou sobre sua atuação na ESMA, as ordens recebidas, e como se operavam os voos da morte. Por esta confissão, posteriormente, seria preso e julgado na Espanha por crimes de lesa-humanidade contra cidadãos espanhóis presos na ESMA, a mando do juiz espanhol Baltasar Garçon. E a partir de 2003, com o fim dos indultos e das leis de anistia na Argentina, seria condenado pela justiça de seu próprio país à prisão perpétua, também por crimes de lesa-humanidade.

A declaração de Scilingo é fundamental para a compreensão da metodologia dos voos da morte, por se tratar do primeiro militar a confessar e detalhar esse procedimento. No entanto, as informações sobre essa forma de extermínio na ESMA já eram conhecidas desde muito tempo antes de Scilingo dar seu depoimento à Verbitsky. Na requisição de elevação dos responsáveis pelos voos da morte à juízo, feita pela *Fiscalía Federal Nº 3* em 2012, dentro da *Megacausa ESMA*, há um levantamento de todas as denúncias sobre os voos da morte feitas antes.

A primeira notícia sobre o que ocorria aos prisioneiros que eram selecionados para o “traslado” na ESMA foi dada por Emilio Carlos Assales Bonazzolla, militante *montonero* de Mendoza conhecido como Tincho. Vários são os testemunhos que citam Tincho como o único sobrevivente de um voo da morte. Em realidade, o “traslado” de Tincho não foi concluído porque a injeção sedativa dada aos prisioneiros antes de embarcarem nos aviões não fez o efeito esperado, pois segundo os relatos, Tincho era uma pessoa fisicamente muito forte e corpulenta. Antes de ser embarcado num avião, ao perceber que Tincho estava consciente, um repressor perguntou-lhe o nome; à sua resposta, este repressor teria dito: “Te salvaste, pibe”. Tincho foi então levado de volta à ESMA, onde contou aos companheiros o que ocorria nestes “traslados”. Dias depois deste ocorrido, foi transferido a outro CCD e desde então não se sabe seu paradeiro. Tincho atualmente consta na lista de pessoas desaparecidas.

Antes mesmo de Scilingo, alguns sobreviventes da ESMA puderam contar sobre os “traslados”. Tanto Verbitsky em seu livro, como a *Fiscalía Federal* em seu requerimento, arrolaram testemunhos coincidentes sobre a forma como era feita a seleção dos prisioneiros nos dias de “traslado”. Sara Osatinsky, Ana María Martí e María Alicia Miria de Pirlés foram

---

<sup>203</sup> VERBITSKY, op. cit., p. 221.

liberadas pelo GT3.3/2 em 1977 por serem consideradas “recuperadas”. Assim que saíram, puderam dar um dos primeiros relatos sobre a realização dos voos da morte. Revelaram sua sistematização, sua periodização, e narraram com detalhes o clima de terror e violência vividos pelos prisioneiros da ESMA nos dias dos “traslados”. Verbitsky citou em seu livro o depoimento das três mulheres, assim como a *Fiscalía Federal* o fez constar no requerimento. Da parte dos sobreviventes, é o mais revelador e assombroso, e coincide com o de Scilingo.

As três sobreviventes revelaram que todas às quartas-feiras (e excepcionalmente, às quintas-feiras), aproximadamente às 17 horas, os prisioneiros selecionados, que se encontravam amarrados e encapuzados em suas divisórias na *Capucha* ou na *Capuchita* junto com os demais, eram chamados pelo número. Os repressores diziam que os prisioneiros selecionados seriam levados aos campos de trabalho no sul do país, próximos a Rawson, na província de Chubut (região da Patagônia). Para tanto, era necessário vaciná-los, por isso conduziam-lhes em fila indiana à enfermaria localizada no porão do *Casino de Oficiales*. Cada prisioneiro levava somente a roupa que estava vestindo. Os que não haviam sido selecionados podiam ouvir claramente o som dos grilhões e das correntes presas ao corpo dos selecionados, sendo conduzidos pelas escadas desde o sótão até o porão. Neste momento, o porão encontrava-se totalmente evacuado. Ao chegarem à enfermaria, aplicava-lhes a primeira dose de “pentonaval”, nome pelo qual os repressores chamavam o pentotal sódico<sup>204</sup>. O relato das três sobreviventes apenas fazia conjecturas a respeito do que se sucedia após a saída dos prisioneiros da ESMA. Mesmo com o relato de Tincho aos companheiros, ainda assim eram suposições. Sara Osatinsky, posteriormente, irá dizer que o “traslado” havia virado sinônimo de morte aos prisioneiros da ESMA, mas que maiores detalhes sobre os voos da morte somente souberam com o depoimento de Scilingo:

Al principio se decía que los traslados eran la ‘muerte’ con algún margen de duda por retorno de ciertos detenidos. La certeza la tuvo en el 78. Sobre el mecanismo de los ‘vuelos de la muerte’ nunca supo nada además de lo que Scilingo le habría contado a Verbitsky.<sup>205</sup>

O único relato que esclarece o que acontecia aos prisioneiros depois de sua saída das dependências da ESMA é o do próprio Scilingo. Após a aplicação do pentotal, já adormecidos, os prisioneiros eram carregados “como zumbis” – em suas palavras – pela porta lateral do sótão até os caminhões que os levariam ao Aeroparque, onde seriam embarcados

<sup>204</sup> O pentotal sódico é uma droga derivada do ácido barbitúrico e utilizado na medicina como anestésico e sedativo. É conhecido também como “soro da verdade”, utilizado em interrogatórios com a pretensão de levar o interrogado a um estado semi-hipnótico em que só diria a verdade; no entanto, essa prerrogativa do pentotal nunca foi provada cientificamente. É utilizado também como um dos componentes das injeções letais que se aplicam a prisioneiros condenados à morte nos EUA. Cf: **PENTOTAL sodico, la droga conocida como ‘el suero de la verdad**. Disponível em: <http://www.telam.com.ar/nota/20671/>. Data de acesso: 15 de abr. 2014.

<sup>205</sup> ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal de la Nación, op. cit., p. 1661.

nos aviões Electra ou Skyvan, da Marinha ou da *Prefectura Naval*. A *Fiscalía Federal* também arrolou em seu requerimento o fundamental depoimento de Scilingo sobre o primeiro voo em que participou:

Fuimos a Aeroparque, entramos por la parte de atrás y ahí nos enteramos que no era un Electra de la Armada, sino un Skyvan de la Prefectura el que hace el vuelo. (...) A partir de ahí se cargaron como zombies a los subversivos y se embarcaron en el avión”. (...) “Una vez que decolaba el avión, el médico que iba a bordo les aplicaba una segunda dosis, un calmante poderosísimo. Quedaban dormidos totalmente”. (...) El suboficial pisaba la puerta, una especie de puerta basculante, para que quedaran 40 centímetros de hueco hacia el vacío. Después empezamos a bajar a los subversivos por ahí. Yo, que estaba bastante nervioso por la situación que se estaba viviendo casi me caigo y me voy por el vacío...Patiné y me agarraron”.<sup>206</sup>

Sobre o segundo voo, Scilingo relata que:

(...) El segundo vuelo fue un día sábado. (...) Me pusieron de jefe de la columna, seguimos los mismos pasos, este vez en un Electra. El procedimiento era el mismo pero por la puerta de emergencia en la parte de popa, o sea atrás, a estribor, es decir a la derecha. Se sacaba esa puerta y se ataba con una cuerda al operador que iba a hacer la tarea. En ese segundo vuelo, siguiendo la teoría de ese entonces de la Armada, también había invitados especiales...Oficiales de la Armada de mayor jerarquía, que no participaban pero que venían en el vuelo para darnos respaldo, por ejemplo, capitanes de Navío, oficiales superiores de otros destinos... Era una forma de dar apoyo moral a la tarea que uno estaba haciendo... Prácticamente no había asientos. Había una pequeña cantidad de asientos adelante y el resto estaba todo vacío”. Aclaró que los oficiales superiores iban sentados y después, durante la operación, “se pararon y estaban ahí mirando...”. Las personas adormecidas eran llevadas hasta la puerta entre dos. “Los levantábamos hasta la puerta...Totalmente dormidos. Nadie sufrió absolutamente nada”. Indicó no haber visto nunca que una persona se despertara o se resistiera.<sup>207</sup>

Aqui fica evidente a ideia de que todos os oficiais da Marinha deveriam participar dos voos, num sistema de rotatividade. Scilingo ressalta o compartilhamento da cumplicidade entre todos, dentro da lógica da diluição das responsabilidades. Este talvez tenha sido um dos principais motivos pelo qual o capitão de fragata tivesse procurado Verbitsky para relatar detalhes sobre os voos da morte, pois achava injusto, dentro desta lógica, que oficiais de maior nível tivessem recebido promoções após os indultos de Menem, e os de menor nível (caso de Pernías e Rolón) tivessem as suas negadas.

Já neste trecho do relato, apresenta um número aproximado de quantas pessoas eram “trasladadas” a cada quarta-feira:

Calculó que la cantidad de personas trasladadas oscilaba de “15 a 20 por miércoles”, durante dos años. Primero iban hacia Punta Indio. “Al salir de Aeroparque se daba un plan de vuelo, Punta Indio. Al llegar a Punta Indio se enfilaba mar afuera. (...) En la cabina iba la tripulación normal del avión”, mientras que con los prisioneros iban “Dos oficiales, un suboficial, un cabo y el médico. (...) El Skyvan es una gran caja, con la cabina separada. Terminamos de desvestir a los subversivos...El médico les

<sup>206</sup> Idem, p. 1662.

<sup>207</sup> Ibidem.

daba la segunda inyección y nada más. Después se iba a la cabina. En el segundo vuelo que hice también”.<sup>208</sup>

Com base no depoimento de Scilingo, Verbitsky pôde calcular entre 1.500 a 2.000 pessoas vítimas dos voos da morte na ESMA<sup>209</sup>. Carlos Muñoz, um dos sobreviventes, e que fazia trabalhos administrativos nas dependências daquele CCD a mando de seus captores, revelou, em depoimento, que havia uma pasta de arquivos para cada prisioneiros, que era microfilmada. Essa pasta:

Contenía el nombre del prisionero, su número, sus antecedentes, su historia tal como la había escrito en la ESMA, quién lo secuestró, cuándo, a qué grupo pertenecía y una sentencia. T quería decir traslado, y L libertad. ‘Em 1979, a raíz de la declaración de las tres mujeres en París [Osatinsky, Martí e Miria de Pirles] me ordenaron buscar sus casos. Había 5.000 casos en cuatro cassetes de microfilms y muy pocas L. Allí tuve la dimensión de la matanza’, dijo.<sup>210</sup>

Em que pese os relatos da existência dos documentos produzidos pelos órgãos de repressão sobre o extermínio – Scilingo fala que os documentos usavam o eufemismo *operaciones militares especiales*<sup>211</sup> – quantificar o número de vítimas dos voos da morte na ESMA é uma tarefa complexa, já que essa documentação provavelmente foi destruída. Restam as aproximações baseadas nos relatos dos repressores ou dos sobreviventes que não foram “trasladados”.

Sobre o ponto em que as vítimas eram lançadas vivas ao mar, é revelador o trecho arrolado pela *Fiscalía Federal* da sentença proferida contra Adolfo Miguel Donda, condenado em 2011 pelo *Tribunal Oral Criminal Nº 5* à prisão perpétua por crimes de lesa-humanidade cometidos enquanto era membro do GT 3.3/2 na ESMA, de 1979 a 1982. Este trecho é o relato da conversa entre Maria Alicia Milia de Pirles (sobrevivente da ESMA) e Alfredo Astiz (um dos responsáveis pelo sequestro das *madres* fundadoras e das freiras francesas). Na conversa, Astiz revelou que:

(...) no existían tales campos en el sur, que en verdad los detenidos eran arrojados al mar. Astiz también le dijo que en un primer momento los arrojaban al río, pero el río los devolvía a las costas, motivo por el que se decidió arrojarlos al Mar Argentino, además, el mar actuaba como una plancha de acero, cuando los cuerpos hacían contacto con el agua se desnucaban y del resto se ocupaban las orcas (cfr. declaración testimonial de María Alicia Milia de Pirles).<sup>212</sup>

Essa declaração então ajuda a compreender as decisões tomadas pelos militares referente ao local em que as vítimas eram atiradas vivas em pleno voo. Num primeiro momento, lançados ao Rio da Prata, os corpos eram devolvidos pelo mar às praias uruguaias

<sup>208</sup> Ibidem.

<sup>209</sup> VERBITSKY, op. cit., p. 57.

<sup>210</sup> Idem, p. 109.

<sup>211</sup> Idem, p. 28.

<sup>212</sup> ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal de la Nación, op. cit., p. 1667.

ou bonaerenses, ocasionando repercussões negativas e testemunhas indesejadas (o que resultava no “segundo desaparecimento” do corpo da vítima, que será trabalhado no capítulo posterior do presente trabalho). Posteriormente, então, resolveu-se atirá-las em alto mar, a fim de evitar tais problemas. Ironicamente, algumas das vítimas da atuação de Astiz (as *madres* fundadoras e as freiras francesas sequestradas na Igreja de Santa Cruz, em 1977) teriam seus corpos reconhecidos no cemitério de General Lavalle (província de Buenos Aires), tornando-se assim o primeiro caso comprovado de prisioneiros da ESMA lançados ao mar que tiveram seus cadáveres identificados pela justiça.

Por fim, cabem alguns apontamentos sobre os imputados no atual processo sobre os voos da morte dentro da *Megacausa ESMA*, alvos do requerimento de elevação à juízo apresentado pela *Fiscalía Federal N° 3 ao Tribunal Oral Criminal N° 5*, em 2012: Alejandro Domingo D’Agostino, Enrique José de Saint Georges, Francisco Armando Di Paola, e Ruben Ricardo Ormello, militares; Gonzalo Dalmacio Torres de Tolosa, advogado (civil) integrante do GT3.3/2 e indicado como participante dos voos da morte por Adolfo Scilingo; e Julio Alberto Poch e Mario Daniel Arrú, pilotos acusados de terem realizado voos da morte.

A preocupação do promotor foi a de afirmar a materialidade dos voos da morte, visto que os documentos produzidos pela repressão à época não estão disponíveis, restando apenas os relatos testemunhais. O caso paradigmático do reconhecimento dos cadáveres das *madres* fundadoras e das freiras francesas enterradas em General Lavalle parece ser a principal evidência utilizada pelo promotor, já que o relatório do *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF) é taxativo ao afirmar que as fraturas encontradas nos restos ósseos: “(...) son compatibles con la caída desde una altura determinada y el impacto contra un cuerpo duro”<sup>213</sup>.

Ou seja, provavelmente vítimas que foram lançadas de aviões e sofreram fraturas múltiplas ao chocarem-se com o mar. O interessante neste requerimento é que pela primeira vez pilotos estão sendo imputados, simbolizando um esforço do poder judiciário argentino de esclarecer todas as responsabilidades deste crime de lesa-humanidade cometido contra os prisioneiros da ESMA. O argumento de acusação da *Fiscalía Federal* é:

La actuación específica que se les achacó es la de haber tripulado, en sus calidades de miembros de la aviación de la Prefectura Naval Argentina (Arru, De Saint Georges y D’Agostino), y de oficial (en el caso de Poch) y suboficial (en el de Ormello) aeronáuticos de la Armada Argentina, aviones y/o helicópteros que eran utilizados en el sistema de eliminación física de personas denominado “vuelos de la muerte”. Se precisó que ésta era la metodología utilizada en la última dictadura militar del país para deshacerse de las víctimas que anteriormente habían sido privadas ilegítimamente de su libertad en la Escuela de Mecánica de la Armada; y

<sup>213</sup> MARTÍNEZ, Diego. **Los vuelos probados**. Página/12, Buenos Aires, 7 de set. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131334-42294-2009-09-07.html>. Data de acesso: 7 de out. 2011.

que consistía en arrojar desde aeronaves en pleno vuelo, al Río de la Plata o al Mar Territorial Argentino, a personas que habían sido previamente privadas de su libertad por el G.T. 3.3/2. Asimismo se detalló que esas personas eran “trasladadas” desde esa dependencia naval a distintos aeropuertos o bases militares que contaban con pistas de aterrizaje, donde se las ingresaba en las aeronaves desde las cuales, posteriormente, eran arrojadas al agua, con vida, en pleno vuelo. Previamente, las víctimas eran sedadas mediante la aplicación de una sustancia conocida en el legajo como Pentotal o Pentonaval. Cabe destacar que éste era el último eslabón del sistema implementado por las Fuerzas Armadas para eliminar a las personas sometidas al régimen dictatorial en los centros clandestinos de detención, de modo tal de ocultar los atroces delitos cometidos.<sup>214</sup>

Por terem tripulados voos da morte, estão sendo acusados de partícipes das privações ilegítimas da liberdade das vítimas, participação em torturas, e coautoria dos homicídios das vítimas dos voos da morte. As circunstâncias da participação de cada imputado são corroboradas por testemunhos.

Para os objetivos deste trabalho, cabe aqui sucintamente uma explanação sobre dois casos em especiais, que colaboram para a compreensão mais global sobre a metodologia dos voos da morte: é o caso das provas testemunhais contra Ruben Ormello e Julio Poch. Estas provas são testemunhais porque ambos sempre comentaram sua participação em voos da morte com seu entorno. A *Fiscalía Federal* arrola diversas testemunhas em seu requerimento, geralmente colegas de trabalho, que puderam relatar as ocasiões em que comentavam, diversas vezes em tom de anedota. Caso muito semelhante ao de Emir Sisul Hess, piloto da Marinha que também está imputado por crimes de lesa-humanidade na *Megacausa ESMA*, em requerimento distinto. Ruben Ormello, que era mecânico de aeronaves, sempre comentou sobre sua participação em voos da morte aos colegas. Um de seus relatos, segundo a testemunha Carlos Alberto Zorzoli, é estarrecedor:

La anécdota que ORMELLO contaba graciosamente era que una vez había llegado una gorda que le colgaban las carnes y que cuando salieron a volar e iban tirando a la gente, él suponía que no le había hecho efecto la dosis que le daba el doctor y esta mujer se despertó o se despabiló y como ese tipo de avión tiene un parante, se agarró con las dos manos de parante y quedó con la mitad del cuerpo afuera y agarrada de ese parante. Entonces ORMELLO decía que tenían miedo de arrimarse demasiado a la puerta. Contó que ‘con los borceguíes le tuvimos que hacer mierda las manos a patadas hasta que la gorda se fue a la mierda’.<sup>215</sup>

Dos testemunhos sobre os relatos “anedóticos” dos imputados pelo requerimento da *Fiscalía Federal*, é possível depreender que a metodologia descrita coincide com o aportado por Scilingo: que as vítimas eram embarcadas desacordadas, recebiam uma segunda dose de pentotal, que o avião embarcava, e que quando chegavam ao ponto apropriado, o piloto dava a ordem de lançamento das vítimas ao mar. Além disso, os aviões que constavam no relato

<sup>214</sup> ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal de la Nación, op. cit., p. 1726.

<sup>215</sup> Idem, p. 1729.

também coincidiam com os arrolados pelo promotor como prováveis aeronaves que poderiam realizar lançamentos de cargas aerotransportadas sem perder capacidade de voo<sup>216</sup>.

Julio Poch foi preso na Espanha, em setembro de 2009, a mando da justiça argentina, envolvido na *Megacausa ESMA* pelo testemunho de seus ex-colegas da empresa Transavia, uma companhia aérea holandesa na qual trabalhava. Aos colegas holandeses, relatou sua participação em voos da morte em algumas ocasiões, inclusive em eventos sociais. São extensos e pormenorizados os detalhes dos testemunhos dados pelos pilotos holandeses da Transavia, alguns expressando incredulidade. Em algum momento, Poch inclusive expressou sua opinião sobre o que deveria ter sido feito com as *Madres de la Plaza de Mayo* à época do *Proceso*:

Por otra parte, acerca del altercado que él mismo tuvo con Poch, Wiedenhoff [uma das testemunhas holandesas] refirió que ante su mención a las Madres de Plaza de Mayo, el nombrado “cambió rotundamente de actitud, de voz y de mirada. Dijo ‘they should have killed them all. They should have buried the fuckers [Ellos deberían haberlos matado a todos. Ellos deberían haber enterrado a los hijos de puta].<sup>217</sup>

O requerimento X da Causa ESMA, de 9 de maio de 2012, assinado pelo promotor federal Eduardo Taiano, da *Fiscalía Federal n° 3*, torna-se uma fonte documental essencial para a compreensão da metodologia de extermínio empregada na ESMA e conhecida como os voos da morte. Por ser um caso em andamento, poderá contribuir no futuro com mais detalhes sobre os meandros de sua operacionalização. Para os objetivos dessa explanação, serviu de aporte para a reconstituição dos voos da morte em seu exemplo mais emblemático, junto com os depoimentos já conhecidos de Adolfo Scilingo e dos sobreviventes daquele campo de concentração, além do relatório *Nunca Más* da CONADEP.

## 2.4 Os voos da morte em outros campos de concentração

É importante destacar que os voos da morte não só partiram da ESMA, através da metodologia explanada até aqui. Existem relatos que falam de voos realizados em outros

<sup>216</sup> As aeronaves são as seguintes: Lockheed EP-2E-SP-2H NEPTUNE, Lockheed L-188 ELECTRA, Pilatus PORTER PL-6-A, Grumman G-64 “Albatros”, Beechcraft C-45, Grumman S-2 A “Tracker”, Grumman S-23 E “Tracker”, Douglas DC-3 ó C-47; e os helicópteros Sikorsky S-61D4 “Sea King”, helicóptero Aerospatiale SA-316 “Alouette III e helicóptero Westland WG-13 “Sea Linxs”. Scilingo relata o uso de Electras nos voos da morte em que participou (VERBITSKY, 2006, op.cit, p. 55). Ormello fala que atirou pessoas ao mar à bordo de um DC3 (ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal de la Nación, op. cit, p. 1729). Magnotta, ao entrevistar testemunhas dos voos da morte no delta do rio Paraná, aponta que estas reconheceram helicópteros Alouette e Sikorsky (MAGNOTTA, op. cit, p. 160-165). Determinar o tipo de aeronave utilizada torna-se fundamental para imputar os culpados e compreender as metodologias empregadas nos voos da morte.

<sup>217</sup> ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal de la Nación, op. cit., p. 1857.

campos de concentração, como o *El Campito* (também conhecido como *Los Tordos*), que ficava nas dependências do *Campo de Mayo*, a guarnição militar mais importante da Argentina, localizado na Grande Buenos Aires, a 30 quilômetros do centro da cidade. *El Campito* estava sob a responsabilidade do Exército, e a atuação repressora neste campo estava à cargo dos grupos de tarefas GT1 e GT2, ambos também sob o comando do Exército argentino.

Os relatos reunidos pelo jornalista Diego Martínez, em uma reportagem especial para o jornal *Página/12* em 2009, falam de procedimentos semelhantes aos aplicados na ESMA: os prisioneiros eram selecionados, avisados de que iam ser legalizados e transferidos a outros cárceres, e com a desculpa de que seriam vacinados, recebiam uma dose de sedativo, eram embarcados em aviões Twin-Otter, Fokker F27, Hércules ou Fiat, e lançados ao mar. Os embarques ocorriam dentro das próprias dependências do *Campo de Mayo*, que segundo o relato do sargento Víctor Ibañez: “(...) era el lugar ideal para ocultar idas y vueltas de los aviones: nadie podía ver nada, el perímetro estaba vigilado por Gendarmería”<sup>218</sup>.

O suboficial da *Gendarmería* Pedro Caraballo, que foi guarda em *El Campito*, relata que: “(...) arriba de los aviones les abrían la panza para que se hundieran rapidamente”<sup>219</sup>. A prova maior dos voos da morte ocorridos neste campo de concentração foi o encontro do cadáver de Floreal Avellaneda, adolescente de 15 anos que foi sequestrado em 15 de abril de 1976 em Buenos Aires e levado para *El Campito*. Seu corpo estava boiando em águas uruguaias do Rio da Prata, e foi localizado em 14 de maio por um navio daquele país. Foi reconhecido principalmente porque trazia em seu braço direito uma tatuagem com as iniciais de seu nome, F e A. Seu cadáver foi encontrado com brutais marcas de tortura e sinais de empalamento. A denúncia do encontro do cadáver de Floreal Avellaneda foi feita pelo jornalista Rodolfo Walsh, em sua *Carta Abierta de un Escritor a la Junta Militar*. Este é o caso mais paradigmático do envolvimento dos militares uruguaios com o *segundo desaparecimento* dos despojos das vítimas dos voos da morte, pois o cadáver de Avellaneda foi encontrado em águas uruguaias, e as autoridades deste país arquivaram o processo após uma série de negligências, que vão desde a autópsia incompleta, até a realização de um informe da Inteligência Militar com omissões e erros, ambos sob a responsabilidade da *Prefectura Nacional Naval* do Uruguai<sup>220</sup>.

<sup>218</sup> MARTÍNEZ, Diego. **Fuimos Todos**. *Página/12*, Buenos Aires, 6 de set. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131277-42284-2009-09-06.html#arriba>. Data de acesso: 7 de out. 2011.

<sup>219</sup> *Idem*.

<sup>220</sup> O encontro do cadáver de Floreal Avellaneda será abordado no capítulo 3 deste trabalho.

Também há relatos sobre voos da morte partindo do campo de concentração *La Intermedia*, de Rosario, onde após o fuzilamento de todos os detidos alguns meses antes da Copa do Mundo de 1978, os corpos das vítimas foram jogados ao mar, não sem antes terem os buracos das balas tapados com panos pelos agentes, atendendo a uma reclamação dos pilotos dos aviões.

Por fim, cabe fazer uma diferenciação muito importante a respeito das duas finalidades contidas nos voos da morte na Argentina: a primeira diz respeito à utilização dos voos da morte como uma metodologia de extermínio; e a segunda diz respeito à utilização dos voos da morte como uma metodologia de ocultação de cadáveres. Em ambos os casos, foi uma das principais formas de desaparecimento utilizadas pelos militares argentinos. Sobre isso, Fabián Magnotta afirma que: “Se ha concluido que la desaparición de personas [durante a ditadura] se concretó en tres formas: enterramientos clandestinos (NN, fosas comunes, etc.), destrucción por el fuego y vuelos de la muerte”<sup>221</sup>.

No caso paradigmático da ESMA, tratado extensamente nesse capítulo, a operacionalização do lançamento de prisioneiros vivos ao mar serviu claramente como um método planejado de extermínio, como podemos depreender do relato de Adolfo Scilingo e das provas testemunhais e documentais arroladas no requerimento de elevação a juízo na *Megacausa ESMA (Caso Vuelos)*, pelo Ministério Público Fiscal argentino. Já no caso dos testemunhos de voos da morte na região do delta do rio Paraná, que serão tratados no próximo capítulo, em diversos casos pode-se depreender uma tentativa de ocultar cadáveres de pessoas que já haviam sido assassinadas anteriormente, como relatam as diversas testemunhas no trabalho de Fabián Magnotta. Os relatos contidos no livro do jornalista entrerriano falam de aparições de cadáveres encontrados dias após o lançamento feito de helicópteros ou aviões, ou também de cadáveres atados à barris preenchidos com concreto, para que afundassem nas águas do rio. Portanto, em relação aos voos da morte no delta do rio Paraná, é difícil determinar em quais casos a metodologia foi empregada para assassinar a vítima ou ocultar seu cadáver. O que se pode afirmar é que, apesar dos testemunhos dos voos (único caso em que ocorre testemunho ocular dos voos da morte, diferentemente da região do Rio da Prata ou do Oceano Atlântico<sup>222</sup>) e das aparições dos cadáveres, em diversos casos não houve a devida investigação, identificação e sepultamento, tendo sido as testemunhas coagidas e ameaçadas a silenciarem a respeito destas aparições, configurando então no que se pode chamar de “segundo desaparecimento” da vítima, tema do próximo capítulo do presente trabalho.

---

<sup>221</sup> MAGNOTTA, op. cit., p. 30.

<sup>222</sup> Idem, p 29.

### **3 OS VOOS DA MORTE COMO MÉTODO DE OCULTAÇÃO DE CADÁVERES: APARIÇÕES DE CORPOS E TESTEMUNHOS**

O principal desdobramento da prática dos voos da morte foi o aparecimento de cadáveres desconhecidos nas costas argentinas, uruguaias e brasileiras a partir de 1976. Da mesma forma que ocorria em relação às pessoas sequestradas pelas forças de repressão, o desaparecimento destes cadáveres foi a solução encontrada para ocultar os crimes que estavam sendo cometidos nos CCD. Nesse caso, o desaparecimento do corpo, ou seu “segundo desaparecimento”, impediu a identificação dos cadáveres, silenciou as testemunhas aterrorizadas devido às ameaças que recebiam quando denunciavam a situação, impossibilitou a responsabilização dos culpados pelos crimes de lesa-humanidade, e protelou por anos a dor dos familiares que buscavam informações sobre seus parentes desaparecidos. Cabe aqui, em linhas gerais, descrever essas aparições e as ocorrências desse “segundo desaparecimento” das vítimas dos voos da morte, uma das características peculiares dessa prática criminosa executada pela ditadura civil-militar argentina.

Num primeiro momento, é necessário relembrar as denúncias dos aparecimentos dos cadáveres nas costas feitas ainda durante a ditadura. O principal expoente disso foi Rodolfo Walsh, caso já mencionado anteriormente, que expôs o resultado das práticas criminosas de desaparecimento e suas consequências, denunciando inclusive a aparição de cadáveres em praias uruguaias. A seguir, abrem-se dois cenários onde ocorreriam as aparições de cadáveres atribuídos aos desaparecidos: as praias do litoral oceânico da província de Buenos Aires, e os intrincados cursos d’água do delta do rio Paraná, na província de Entre Rios.

Nas praias da província de Buenos Aires as aparições começariam logo após o golpe de 24 de março de 1976. Em quase todos os casos, os cadáveres devolvidos pelo mar seriam novamente desaparecidos, enterrados em valas comuns sinalizadas como NN (*Ningún Nombre*). No entanto, tais fatos não ocorreriam sem que houvesse uma quantidade significativa de testemunhas, que muitos anos depois relatariam o ocorrido.

Já no delta do rio Paraná os cadáveres começariam a aparecer pela mesma época, mas seriam recorrentes pelo menos até 1980, segundo testemunhos. Nesse local, não só apareciam despojos humanos, como seria testemunhada pelos moradores a presença de helicópteros militares que lançavam os corpos ao rio. No entanto, devido ao medo, as testemunhas silenciariam durante muitos anos, e essas histórias só seriam conhecidas mais de três décadas depois, através do trabalho do jornalista argentino Fabián Magnotta.

Por fim, ainda existem os casos suspeitos dos cadáveres que apareceram no litoral sul gaúcho em 1978, precisamente nos municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. São duas aparições, e pelo menos a de Santa Vitória do Palmar está bem documentada, já que na mesma época repórteres cobriam o fenômeno da maré vermelha na região, e puderam registrar o ocorrido. Apesar das poucas evidências, também suspeita-se de que possam ser despojos de vítimas da repressão argentina.

### 3.1 Os cadáveres aparecidos nas praias da província de Buenos Aires

“Nosotros queremos lograr que estos cuerpos, algún día, puedan llegar a tener una identidad, un nombre, un lugar en el mundo, que alguien les pueda llevar una flor...”<sup>223</sup>

Essas foram as palavras da estudante Berta Chudoba, de 15 anos, de uma escola da localidade de Verónica, a cem quilômetros de La Plata, ao resumir o objetivo de seus colegas que, em 2006, realizaram um vídeo sobre os corpos que chegaram às praias da região durante a ditadura, com relatos da população local sobre os acontecimentos dessa época de terror. O vídeo, realizado por um grupo de 16 estudantes do ensino médio coordenados pelo professor da disciplina de Cultura e Comunicação, foi apresentado à comunidade numa data extremamente simbólica, o 24 de março de 2006, aniversário de trinta anos do golpe militar, e foi de extrema importância no resgate da memória silenciada pelos moradores que testemunharam os fatos ocorridos, mas que ainda silenciavam, incutidos pelo medo, uma das mais nefastas consequências do TdE. Ao longo de várias localidades costeiras da região de La Plata existem diversos corpos enterrados nos cemitérios com a marca NN, provavelmente de desaparecidos.

Como dito anteriormente, a denúncia da prática dos “vãos da morte” já era feita ainda durante a ditadura militar. No entanto, principal denúncia documentada sobre esses corpos seria feita em 1980 por Daniel Rey Piuma, marinheiro uruguaio desertor e ex-agente de inteligência da *Prefectura Nacional Naval* (PNN), que se refugiou na Europa e trouxe a público documentos sobre a aparição dos cadáveres nas margens orientais do Rio da Prata. No entanto, os restos mortais que apareceram nas praias argentinas e foram enterrados como anônimos permaneceriam no esquecimento por mais de duas décadas.

Em 2001, alunos do curso de Comunicação da Universidade Nacional de La Plata realizaram junto com o professor Pablo Torello o primeiro documentário investigativo sobre a

---

<sup>223</sup> BADENES, Daniel. **La historia de cuerpos aparecidos en las costas rioplatenses – Rio Revolto**. La Pulseada, N°. 37, La Plata, 2006, p. 4. Disponível em: <http://ow.ly/7zZ1K>. Data de acesso: 23 out. 2011.

aparição dos cadáveres ao longo da região de La Plata. Com o nome de *Playas del Silencio* (reeditado em 2005 como *Historias de Aparecidos*<sup>224</sup>), o documentário entrevistou policiais, bombeiros, coveiros e moradores dos balneários de Santa Teresita, Mar de Ajó e San Clemente, além de sobreviventes do TdE como Adolfo Pérez Esquivel, e ativistas de direitos humanos como Estela de Carlotto, que teceram o paralelo fundamental entre os voos da morte e a aparição dos cadáveres no mar. Segundo os relatos divulgados pelo documentário, os corpos que chegavam nas praias, via de regra, eram noticiados à polícia, que abria inquérito e recorria aos bombeiros – responsáveis na região pelo trabalho de salva-vidas – para que os levassem ao hospital local. Já no outro dia eram levados por caminhões municipais para serem enterrados no cemitério da região, em fossas comuns. Bombeiros voluntários de Santa Teresita relataram que recolheram ao redor de 33 cadáveres: “(...) desnudos, sin genitales, algunos cráneos presentaban signos de haber sido ejecutados. Muchos estaban destrozados, los pechos cortados, atados, quemadas las yemas de los dedos. Faltaban partes de las dentaduras”<sup>225</sup>. Já um coveiro do cemitério de General Lavalle relatou que quando chegavam os corpos nos caminhões municipais, era o pessoal mesmo da prefeitura que cavava as fossas comuns onde seriam sepultados.

Segundo Torello em entrevista ao *Página/12*, os inquéritos abertos geralmente atribuíam a aparição dos restos mortais nas praias a algum naufrágio que tivesse ocorrido na região. Mesma atitude seria tomada pelo governo uruguaio, ao explicar à imprensa a origem dos corpos que apareceram na mesma época em Montevideu. Práticas recorrentes das ditaduras militares do cone sul, as chamadas *carnes podridas*, fatos e versões inverídicas dos acontecimentos vendidas à imprensa, que serviriam para dissuadir a opinião pública de questionar sobre o verdadeiro significado dos acontecimentos. Outro fator a ressaltar era a quase inexistente tentativa de identificar o cadáver por parte das autoridades competentes, o que justifica a sumária inumação. Situação que se verificaria também tanto no Uruguai como no Brasil.

Mas a impunidade da repressão às vezes deixa rastros, como afirma Torello na citada entrevista. No Uruguai deixaria os registros documentais que viriam a público com a denúncia de Rey Piuma. Na Argentina, os livros de sepultura do cemitério de General Lavalle consultados pelos alunos de Torello, que denunciam o expressivo aumento da inumação de cadáveres NN entre os anos de 1976, 1977 e 1978. Segundo Daniel Badenes, do periódico *La*

<sup>224</sup> A edição de 2005 do documentário gravado por Torello está totalmente disponível no site [www.youtube.com](http://www.youtube.com), dividido em 10 partes.

<sup>225</sup> RANZANI, Oscar. **Pablo Torello y el Documental Historias de Aparecidos**. *Página/12*, Buenos Aires, 22 de jul. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/5-14656-2009-07-22.html>. Data de acesso: 26 de out. 2011.

*Pulseada*, nos cemitérios de La Plata e Magdalena também existem corpos sem identificação, e citando um levantamento feito ainda nos anos 1980 pela Subsecretaria de Direitos Humanos, diz que:

“(...) el número de cadáveres NN de los distintos cementerios del país se había duplicado o triplicado entre 1976 y 1977. Además, mientras las víctimas de 20 a 25 años nunca superaron el 15 por ciento de esa población, en ese período se convirtieron en más de la mitad de los enterrados sin nombre. En La Plata llegaron a haber 500 tumbas NN, aunque nunca se investigó exhaustivamente cuántas correspondían a desaparecidos.”<sup>226</sup>

As questões levantadas pelos alunos da Universidade de La Plata e que resultaram no documentário *Playas del Silencio* despertaram uma série de ações por parte da sociedade civil com o intuito de desvendar a história por trás das tumbas NN dos cemitérios do litoral de Buenos Aires. Outros documentários foram realizados com o mesmo tema, inclusive por alunos de escolas locais, que foram fundamentais para o rompimento de um silêncio de mais de duas décadas por parte das testemunhas.

A divulgação da existência dos cadáveres NN nos cemitérios bonaerenses despertou também o interesse da justiça, no marco das investigações sobre os crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura e levadas a cabo pelo poder judiciário a partir de 2003, impulsionadas principalmente pela vontade política do executivo a mando do presidente Néstor Kirchner, de derrubar as “leis de impunidade” e julgar os acusados. Através das exumações feitas pelo EAAF a mando da justiça, em 2005 foram reconhecidos, por exame de DNA, os corpos da freira francesa Léonie Duquet, e de Azucena Villaflor de Vicenti, Esther Ballestrino de Careaga, María Ponce de Bianco e Angela Auad, fundadoras das *Madres de la Plaza de Mayo*. Todas foram sequestradas numa igreja de Buenos Aires por agentes da ESMA em 10 de dezembro de 1977, durante uma reunião de ativistas de direitos humanos que organizavam um reclamo público pela liberdade dos detidos-desaparecidos. Esse sequestro ficaria célebre, pois envolveria além do desaparecimento das *madres* fundadoras e outros 10 ativistas, o das freiras Duquet e Alice Domon<sup>227</sup>, ambas cidadãs francesas, o que geraria fortes protestos contra o governo argentino na França. Na famosa operação participaram os integrantes do *Grupo de Tareas 3.3.2* da ESMA, a mando de Jorge “*El Tigre*” Acosta, e com a fundamental atuação de Alfredo Astiz, que se infiltrou entre o grupo de ativistas passando-se por um familiar de desaparecido, para colher informações para os serviços de inteligência, e que inclusive chegaria a ficar conhecido carinhosamente entre as *madres* como “*el rubito*”. Em 26 de outubro de 2011, Astiz e Acosta seriam condenados pelo Tribunal Oral Federal 5,

<sup>226</sup> BADENES, *op. cit.*, p. 2.

<sup>227</sup> O corpo de Alice Domon continua desaparecido até hoje.

juntamente com outros doze ex-militares ligados à ESMA, à pena de prisão perpétua por crimes de lesa-humanidade, incluindo o sequestro, a tortura e a execução das monjas francesas e das *madres* fundadoras da Praça de Maio, na primeira sentença da chamada *Megacausa ESMA*.

Importante ressaltar, por fim, como a recuperação dos restos mortais das *madres* fundadoras e da freira francesa comprova indubitavelmente a existência dos voos da morte. Além do fato de terem sido presas em Buenos Aires, mas seus corpos encontrados no cemitério de General Lavalle, cidade litorânea da província, o relatório do EAAF é taxativo ao afirmar que as fraturas encontradas nos restos ósseos “(...) son compatibles con la caída desde una altura determinada y el impacto contra un cuerpo duro”<sup>228</sup>, ou seja, provavelmente vítimas que foram lançadas de aviões e sofreram fraturas múltiplas ao chocarem-se com o mar. Outros corpos de desaparecidos também foram reconhecidos através das investigações do EAAF, que desde a sua fundação em 1984 já identificou 120 corpos, demonstrando a importância da antropologia forense no resgate da história dos desaparecidos, e na comprovação dos crimes do TdE<sup>229</sup>.

### 3.2 Os cadáveres aparecidos no delta do rio Paraná

Fabián Magnotta descreve assim o efeito em uma das crianças que testemunhou um voo da morte no delta do rio Paraná, mais especificamente no rio Paraná Bravo, um dos vários ramos deste rio na região do estuário.

Escribilo con tiza para que se borre. Dejalo en un papelito para que se pierda. La muerte no existe para los niños, ni ajena. La pesadilla sólo llega con la fiebre del invierno. Cerrá los ojos un instante y guardate, tragate eso que viste fugaz pero innegable, y no lo hables por las dudas, ni en tu casa, además van a hablar de outra cosa, porque ellos tampoco nunca vieron nada.<sup>230</sup>

Crianças frequentemente testemunhavam os lançamentos dos vultos de aviões e helicópteros, indo ou voltando da escola nas lanchas que faziam o transporte escolar. Os despojos humanos que apareceriam na região do delta do rio Paraná, em Entre Rios, a partir de março de 1976, não seriam, como dito anteriormente, o estágio final da prática de desaparecimento lançada mão pela ditadura argentina, já que devido à reaparição da maior

<sup>228</sup> MARTÍNEZ, Diego. **Los vuelos probados**. Página/12, Buenos Aires, 7 de set. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131334-42294-2009-09-07.html>. Data de acesso: 7 de out. 2011.

<sup>229</sup> Sobre a arqueologia forense: FUNARI, Pedro Paulo A. ZARANKIN, Andrés. REIS, José Alberioni dos. *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

<sup>230</sup> MAGNOTTA, op. cit., p. 92.

prova do crime cometido pelo terror de Estado – ou seja, o cadáver das suas vítimas – seria preciso ocultá-la novamente, configurando-se o “segundo desaparecimento”. Segundo Magnotta, pode-se identificar, no tempo e no espaço, três zonas geográficas em que retornariam às praias os cadáveres resultantes da prática dos voos da morte: as costas uruguaias (1976), as praias da província de Buenos Aires (1977 e 1978) e o delta do rio Paraná, na província de Entre Ríos (1977, 1978 e 1979)<sup>231</sup>. Por consequência disto, estas são as zonas onde ocorreu o segundo desaparecimento dos corpos das vítimas do TdE, e onde estão as testemunhas desta história, que coagidas ou aterrorizadas, silenciaram durante anos.

Uma das pessoas que deram entrevista à Magnotta descreve a região do delta como o “lugar perfeito” para o desaparecimento de pessoas, devido à proximidade com a região de Buenos Aires, mas também por ser uma região com baixa densidade demográfica, o que ocasionaria em poucas testemunhas. Além disso, Magnotta também aponta a profundidade dos rios, o mato fechado e a vegetação de banhado, lugares inacessíveis, onde ninguém entrava<sup>232</sup>.

Mas provavelmente a escolha da região do delta se deu por uma questão mais complexa: a queixa da ditadura uruguaia à ditadura argentina a respeito do lançamento de corpos no Rio da Prata, e as aparições no litoral uruguaio. As contundentes e noticiadas aparições em Montevideú, Rocha e Colonia, além do caso de Floreal Avellaneda, adolescente de 14 anos que foi sequestrado em Villa Martelli, província de Buenos Aires, em 15 de abril de 1976, e cujo cadáver foi encontrado na praia de Pocitos, em Montevideú, em maio do mesmo ano, levariam o governo uruguaio a protestar contra os voos da morte argentinos, o que resultaria em uma mudança na rota dos voos.

Frente a la queja de los militares orientales, es que la ditadura argentina habría optado – muy posiblemente en el mismo año 1976 – por otros lugares más alejados de la geografía uruguaya, como mar adentro, la costa atlántica y el delta entrerriano.<sup>233</sup>

Seguindo a linha cronológica das aparições, Magnotta traçou um mapa dos locais onde teriam ocorrido os voos da morte: iniciaram-se no Oceano Atlântico, em correntes próximas ao litoral uruguaio e no Rio da Prata; depois, continuaram na zona da costa da província de Buenos Aires e na costa atlântica argentina; e se aprofundaram na região do delta, quando já estava consolidado o esquema. O jornalista ainda aponta uma reconstrução geográfica das aparições, a partir das datas:

- Hallazgos en costas de la República Oriental del Uruguay en abril y mayo de 1976.

---

<sup>231</sup> Idem, p. 86.

<sup>232</sup> Idem, p. 45.

<sup>233</sup> Idem, p. 85.

- Hallazgos en costa atlántica argentina, desde dezembro de 1976 até 1978.
- Hallazgos en Río de la Plata (costas argentinas) desde diciembre de 1976 hasta mediados de 1979.
- Hallazgos en delta entrerriano, desde 1977 hasta 1979-80.<sup>234</sup>

Esse raciocínio permitiu a Magnotta reconstituir em mapas os voos da morte e as aparições dos cadáveres na região do delta no tempo e no espaço.

As primeiras menções referentes aos voos da morte na região do delta estão contidas no informe *Nunca Más*, na menção a aparição de cadáveres entre setembro e outubro de 1976 em San Pedro, província de Buenos Aires, às margens do rio Paraná<sup>235</sup>. Scilingo também se refere ao tema, ao comentar o lançamento de corpos no delta do rio Tigre<sup>236</sup>. Magnotta também aponta a denúncia feita por Hebe de Bonafini, titular da *Asociación Madres de la Plaza de Mayo* em 1979 a respeito dos cadáveres encontrados em Santa Teresita (costa atlântica de Buenos Aires), e que haviam encontrado despojos humanos no rio Paraná<sup>237</sup>. Apesar destas referências, durante muito tempo a existência de relatos sobre os voos da morte na região do delta seriam escassos e imprecisos.

Foi a investigação feita por Magnotta que trouxe à luz os testemunhos mais impactantes dos voos da morte na Argentina. Enquanto nas praias uruguaias ou argentinas as pessoas testemunhariam apenas a aparição dos cadáveres, no delta a população testemunharia muito mais: aviões e helicópteros voando à baixa altura e lançando as vítimas ao leito ou às margens do rio. Muitas destas vítimas amarradas a pedras ou dentro de barris de óleo preenchidos com concreto, para que afundassem. Outros cadáveres que eram lançados nos telhados das casas. São muitos os relatos que descrevem um cenário assombroso, como num filme de terror (terror que fora planejado, executado e difundido pelo Estado).

Magnotta inicia a recorrida com relatos oriundos do Uruguai, agregando mais informações às denúncias já feitas por Daniel Rey Piuma. O uruguaio José Pereyra, morador da cidade de Nueva Palmira, departamento de Colonia (cidade que fica defronte à desembocadura do rio Paraná Guazú, um dos vários ramos do Paraná), em relato dado à Carlos María Domínguez em seu livro *Escritos en el agua*, diz que: “Venían los aviones y había que esperar que tiraran los bultos y después cruzar, a veces tapados con ramas para que no nos vieran. Y también tiraban de día, a cualquier hora, con helicópteros, no tenían horario(...)”<sup>238</sup>.

<sup>234</sup> Idem, p. 87.

<sup>235</sup> CONADEP, op. cit., p. 244.

<sup>236</sup> VERBITSKY, op. cit., p.

<sup>237</sup> MAGNOTTA, op. cit., p. 54.

<sup>238</sup> Idem, p. 62.

Pereyra também relata que via os corpos chegando às margens, trazidos pela água, mas que não denunciavam às autoridades por medo.

Cuando dijo en relación a los cuerpos que el agua “los traía”, confirmó claramente que las corrientes a veces llevaban a esos “bultos” lanzados desde el aire en el delta entrerriano, y precisamente las costas de Villa Paranacito [cidade argentina na região do delta], hacia las arenas de Nueva Palmira.<sup>239</sup>

Ademais do caso relatado na cidade de Nueva Palmira, Magnotta avança sobre as denúncias feitas por Piuma a respeito das aparições em outras cidades uruguaias como Colonia, Montevidéo e La Paloma (que serão abordadas a seguir).

A respeito dos testemunhos da região do delta, impressiona o relato de Roberto, condutor da lancha escolar que transportava as crianças da região à escola, através do Rio Paraná Bravo, outro braço do Paraná.

- ¿Por dónde andabas con la lancha?  
 - Por el río Paraná Bravo.  
 - ¿Con quantos chicos?  
 - Diría que juntaba unos treinta, en promedio, cada día.  
 - ¿Y qué viste sobre los vuelos de la muerte?  
 - Vi cómo tiraban los cadáveres.  
 - ¿Y que más viste?  
 - Una vez vimos uno enganchado en un árbol, y les dije a los chicos no miren si tienen miedo, olvídense...<sup>240</sup>

Só que a despeito da recomendação do condutor da lancha, as crianças não esqueceriam. Magnotta cita a frase de Luís, uma destas crianças que viram cadáveres desconhecidos no rio, a caminho da escola: “Cuando iba a la escuela veíamos los cadáveres, y el lancharo nos decía ‘agáchense, no miren’...”<sup>241</sup>. Conclui esse forte relato o jornalista entrerriano com a seguinte frase: “Los pudieron obligar a no mirar, a no seguir mirando en realidad, pero el muerto ya estaba en las jóvenes retinas, no pudieron obligarlos a olvidar. Como disse León Grieco, “todo está guardado en la memoria”.<sup>242</sup>

Uma das estratégias de implantação do TdE, conforme exposto no capítulo 1, é justamente a disseminação da cultura do medo, que é bastante eficaz no anestesiamiento e silenciamento de uma sociedade assolada pelo terror. Talvez um dos desdobramentos mais cruéis da prática dos voos da morte (se é que é possível comparar crueldades quando nos referimos a esta prática hedionda) tenha sido o pânico e o medo provocado em crianças que testemunhavam o resultado do massacre dos ditos “subversivos” posto em prática pelos militares. Crianças estas que eram proibidas de falar sobre o assunto na escola ou em casa, com os próprios pais. Crianças que aprendiam desde cedo a silenciar e esquecer-se de certas

<sup>239</sup> Idem p. 63.

<sup>240</sup> Idem, p 93.

<sup>241</sup> Idem, p. 94.

<sup>242</sup> Ibidem.

coisas. Quem sabe essa fosse a maior lição que os militares quisessem que as crianças aprendessem na escola naquela época na Argentina. Felizmente, alguns jamais se esqueceriam.

Segundo Magnotta, uma das modalidades preferidas pela repressão argentina para fazer desaparecer o cadáver da vítima sob as águas do rio Paraná era a colocação do corpo em barris de gasolina de 200 litros e o seu preenchimento com concreto ou cal viva. Alguns relatos confirmam a aparição destes tambores, como o de um policial da província de Entre Ríos, que relatou ao juiz de instrução de Gualeguaychú Eduardo García Jurado o seguinte:

- Mi novia me contó que cuando ella era chica, una vez encontraron un tacho, esos tambores de 200 litros que se usan para guardar gasoil, con un cuerpo adentro. Le habían dejado la cabeza afuera, y lo habían asegurado con cemento. Y me contó también que de golpe esse día todos entendieron qué era lo que había en esos tanques que e veían caer desde helicópteros.<sup>243</sup>

Os acontecimentos relatados pelo policial ocorreram entre os anos de 1977 e 1978, na zona dos rios Paraná Bravo e Gutiérrez, que desembocam no rio Uruguai. No caso do aparecimento destes barris, pode-se dizer que foi um “erro de cálculo” do lançamento, já que tinham o objetivo de afundar junto com o corpo. A respeito disso, Magnotta explica que: “En el caso del delta, los barriles eran para que los cuerpos se hundieran, no para que flotaran, y los que se encontraron fue porque cayeron en la costa de los ríos del Paraná o bien directamente en el monte o en tierra firme”.<sup>244</sup>

O cenário assombroso dos testemunhos sobre os voos da morte na região do delta toma contornos quase cinematográficos quando se acrescenta os relatos que falam de lançamentos noturnos, e de cadáveres que eram atirados sobre a copa das árvores. O taxista Sabino Astorga relatou a Magnotta um testemunho que ouviu de um morador de Villa Paranacito:

Un hombre, Maldonado era el apellido, me dijo que un día estaba pescando para el lado del río Bravo. Tiraron un espinel y un trasmallo (tejido para atrapar peces), y se acostaron a dormir para recorrer las trampas al día siguiente. De noche oyeron un motor en el aire, que sería de avión o helicóptero. Y cuando se levantaron, encontraron dos cuerpos colgados de los árboles, de los sauces...<sup>245</sup>

Além de cadáveres sobre a copa das árvores, Magnotta também recolheu relatos de achados sobre os tetos das casas da região.

Tal el caso de una señora que vivía sobre el río Gutiérrez, que fue a denunciar un hecho así a la delegación de Prefectura. ¿Qué le dijeron? Que utilizara un palo para no tocar el cadáver, y que así lo fuera empujando hacia el agua. La mujer no se animó a ampliar su testimonio para este libro.<sup>246</sup>

<sup>243</sup> Idem, p. 98.

<sup>244</sup> Idem, p. 102.

<sup>245</sup> Idem, p. 114.

<sup>246</sup> Idem, p. 116.

Uma das características comuns que se pode depreender da leitura dos relatos colhidos pelo jornalista entrerriano é justamente a postura indiferente e amedrontadora das autoridades da região do delta a respeito do aparecimento dos cadáveres. Tanto a reação da polícia da província de Entre Rios, como da *Prefectura Naval* da região são questionadas pelo jornalista. São vários os casos de ameaças às testemunhas, como o citado anteriormente. No testemunho já citado de Juan, funcionário da empresa Celulosa Argentina, consta que quando este foi relatar à polícia o encontro de um cadáver, ouviu das autoridades uma clara ameaça: “Calladita la boca, que te va a pasar lo mismo a vos”<sup>247</sup>.

Justamente essa convivência das autoridades da polícia e da *Prefectura*, combinadas com o silêncio imposto às testemunhas através do medo e das ameaças, foi o que possibilitou o “segundo desaparecimento” das vítimas dos voos da morte, desaparecimento este concretizado não só com o desaparecimento do corpo sob as águas do rio Paraná, mas também consolidado no silenciamento das testemunhas.

Sobre a convivência da burocracia estatal, Magnotta também cita a ausência de registros de inumações não identificadas no cemitério de Villa Paranacito, o maior da região analisada. Entre 1975 e 1980 existe apenas um único caso de NN no cemitério, ou seja, durante o auge da ditadura militar argentina, não houve sequer um registro de aparição de corpos não identificados na região. O jornalista conclui que:

El autor de este libro se atreve a decir que *es casi imposible* que en el cementerio de Villa Paranacito no haya sido enterrado ningún NN en esos años. Y que, más bien, lo que existe es una coherencia del aplastante silencio. Sencillamente, los registros tampoco debían hablar sobre lo que sucedió.<sup>248</sup> [Destaque do autor]

As vítimas dos voos da morte desapareceram novamente? Aparentemente, sim. Agora não mais sob o comando de algum grupo de tarefas ou em algum CCD, mas pelas mãos da polícia ou da *Prefectura* de Entre Rios. É possível supor que os ditames da Guerra Revolucionária e da luta “antissubversiva” estavam disseminados por todas as forças de segurança, em todos os níveis, e que estas davam respaldo às ações ilegais do TdE. Magnotta afirma que uma testemunha que era policial de Villa Paranacito relatou que em 1979 aparecia um corpo a cada três dias:

(...) todos varones, edad promedio de 30 años, que algunos quedaban enredados en juncos, que la Policía acudía cuando alguien avisaba, y que eran considerados como ‘muertos propios de esa época’. Dijo que se les tomaban las huellas dactilares. Agregó que los cuerpos eran enviados en un pontón al cementerio, y que la inhumación quedaba a cargo del encargado del camposanto.<sup>249</sup>

---

<sup>247</sup> Idem, p. 123.

<sup>248</sup> Idem, p. 194.

<sup>249</sup> Idem., p. 195.

Outro policial afirmou ao autor que na época da ditadura militar havia enterrado dezessete corpos NN no mesmo cemitério<sup>250</sup>. Qual foi então o destino dado a esses restos mortais das vítimas dos voos da morte? Segundo outra testemunha: “(...) en los años noventa se realizaron cremaciones en el cementerio, tema sobre el cual nunca hubo información oficial”<sup>251</sup>. Além dessas cremações não registradas, o cemitério passou por uma inundação no ano de 1992, que levou quase todas as cruzes de madeira, e que segundo o encarregado do cemitério nesses anos, houve uma renumeração sem muitos critérios, o que gerou uma dissociação entre o que dizem os livros de registro e o lugar onde estão localizados os restos mortais. Tudo isso, combinado com as irregularidades que possam ter sido cometidas no momento da inumação dos cadáveres das vítimas dos voos da morte, o panorama no cemitério de Villa Paranacito se apresenta complicado<sup>252</sup>.

Todo o passo a passo que em condições normais deveria ser cumprido pelas autoridades da polícia ou da *Prefectura* em casos de aparições de corpos na zona do delta foi descumprido. Magnotta cita que em casos normais deve haver uma comunicação oficial ao juiz de plantão, a presença de um médico, a realização de fotografias, a tomada de impressões digitais, e se for necessário, a realização de uma autópsia. Se é determinado que não deva haver investigação e caso os restos não tenham sido identificados, realiza-se a inumação como NN com proibição de cremação. Todos esses dados deveria ficar registrados nos arquivos da força que interveio no caso, na certidão de óbito, no registro policial, no Registro Civil e nos livros do cemitério. Como analisado pelo jornalista, nos anos da ditadura tudo indica que esses passos foram negligenciados.

En el delta, directamente, los cuerpos NN eran dejados en las corrientes del agua, o enterrados en el cementerio sin los trámites de rigor. Allí está outro elemento que permite suponer que la Policía o la Prefectura de la zona contribuían en el proceso final de la desaparición de personas.<sup>253</sup>

Conclui Magnotta que a ausência de dados nos livros do Registro Civil e do cemitério de Villa Paranacito comprovam a cumplicidade da burocracia estatal da época com o desaparecimento de pessoas, a eliminação de provas e no silenciamento destes casos<sup>254</sup>.

Por fim, cabe ressaltar que apesar do *segundo desaparecimento* do corpo das vítimas do TdE nas águas do Rio Paraná e nos registros da burocracia estatal, as imagens do horror dos voos da morte na região do delta jamais desapareceram da memória das testemunhas, das pessoas simples da região, que testemunharam o voo de aviões e helicópteros despejando

---

<sup>250</sup> Ibidem.

<sup>251</sup> Ibidem.

<sup>252</sup> Idem, p. 196.

<sup>253</sup> *Ibid.*, p. 197.

<sup>254</sup> *Ibid.*, p. 198.

cadáveres sobre as águas, sobre as árvores ou sobre os tetos das casas. Crianças que a caminho da escola viam cadáveres boiando nas margens do rio e que eram proibidas de tocar no assunto, obrigadas a esquecerem da imagem assombrosa que haviam visto. O que explica o prolongamento do medo nestas pessoas ao longo das três décadas que separam o presente daqueles tempos sombrios? Segundo Magnotta:

Los recuerdos – los testimonios – se remontan a los tiempos en los cuales dictadura era igual a miedo: el que habla muere o desaparece, lo arrojan desde el aire. No olvidemos que en Villa Paranacito el paso de aviones o helicópteros que arrojaban bultos – que después se confirmaban como cuerpos – fue un hecho demasiado conmovedor y triste, y su recuerdo siempre fue inquietante. Además, si evaluamos los mensajes de prefectos y policías hacia los testigos de los vuelos o del hallazgo de cuerpos, su traducción sería claramente “no te metás”.<sup>255</sup>

O TdE do *Proceso de Reorganización Nacional* foi profícuo em sua missão de disseminar o medo, e dessa forma anestesiou grande parte da sociedade argentina. Os testemunhos dos moradores da região do delta do Rio Paraná só confirmam essa afirmação.

### 3.3 Os cadáveres aparecidos nas costas uruguaias

Entre abril de 1976 (mês seguinte ao golpe na Argentina) e 1979, chegariam à costa uruguaia pelo menos 24 corpos, todos com fortes indícios de serem de desaparecidos. O destino da maioria deles seriam as tumbas NN dos cemitérios uruguaios. Os acontecimentos envolvendo os cadáveres do Rio da Prata tornar-se-iam públicos no Uruguai à época. Haveria inclusive cobertura da imprensa, com fotos, mapas e divulgação de versões sobre o ocorrido. Tanto que a ocorrência da chegada de cadáveres do outro lado do rio repercutiria na Argentina, como mostram as denúncias da ANCLA e a *Carta Abierta de un Escritor a la Junta Militar* de Rodolfo Walsh. No entanto, somente com as denúncias de Daniel Rey Piuma, que incluíam além de documentos sobre os corpos encontrados (principalmente fotos e autópsias), depoimentos de agentes repressores envolvidos, como o do cabo Víctor Pena, que viriam a público os meandros das operações de encobrimento da origem desses cadáveres por parte das autoridades navais uruguaias.

Daniel Piuma tinha 19 anos na época que ingressou na PNN como funcionário administrativo. Realizou o curso de Instrução Naval Militar e foi designado para trabalhar no Departamento II do DIPRE (*División Investigaciones e Inteligencia de la Prefectura Nacional Naval*). Cabe salientar que durante boa parte da história uruguaia, a PNN dedicou-se exclusivamente ao combate do contrabando marítimo, exercendo o controle do porto de Montevideú. Posteriormente assumiu a função de salva-vidas nos balneários uruguaios,

---

<sup>255</sup> *Ibid.*, p. 217.

atividade exercida majoritariamente por civis incorporados aos seus quadros. No entanto, a partir da década de 1960, o Estado uruguaio foi aperfeiçoando os métodos repressivos de todos os organismos policiais e militares do país dentro da lógica da DSN, e a PNN não ficaria à margem disso. Dessa forma é criado o Corpo de Polícia Marítima e o Serviço de Segurança Portuária, ambos subordinados à PNN, e que tinham como objetivo reprimir as greves dos portuários. A intervenção destes órgãos de segurança nas greves portuárias seria frequentemente violenta, com o uso de porretes e gases irritantes providos, segundo o mesmo Piuma, pela Marinha dos Estados Unidos<sup>256</sup>. Já a partir da década de 1970 a PNN começa a realizar operações de inteligência, principalmente com o recrudescimento no combate à guerrilha urbana. Com o golpe civil-militar perpetrado por Juan María Bordaberry em 27 de junho de 1973, há uma profunda modificação nos órgãos de segurança, tanto no plano doutrinário como no operacional, que culminará, no caso específico da PNN, com sua militarização total. Em 1974 o Corpo de Polícia Marítima passa a ser a *Compañía de Infantes de Marina*, e em 1975 o Serviço de Segurança Portuária passa a ser o DIPRE, órgão que seria diretamente responsável por ações de inteligência da PNN, e por consequência, pela repressão. Seria então no Departamento II, responsável pela parte “técnica” das ações de inteligência, que Piuma desempenharia funções desde seu ingresso na PNN até a deserção, em 1980.

Importante compreender as funções exatas desempenhadas pelo ex-marinheiro dentro da inteligência naval uruguaia, pois seu livre acesso aos arquivos produzidos pela repressão seria justamente o que lhe permitiria realizar as denúncias de violações dos direitos humanos por parte da PNN. O Departamento II do DIPRE seria o responsável pelo fichamento de todos os civis e seus familiares que de alguma maneira tivessem vinculação com a Prefeitura Naval, pela realização de planimetria e desenho (funções de apoio às ações de inteligência, que incluíam croquis, planos, falsificação de assinaturas e de documentos, etc.), pelas atividades relacionadas à utilização de imagens (laboratório fotográfico), e por fim, pela seção de perícia e informes técnicos<sup>257</sup>. Piuma estaria então, durante seus três anos de serviço à PNN, no comando de um dos órgãos da repressão, e com base em suas denúncias documentadas, puderam-se revelar as entranhas da impunidade dentro da Marinha uruguaia.

Além da denúncia sobre os corpos que chegaram às praias uruguaias, Piuma também denunciou uma série de casos de sequestro e tortura envolvendo a PNN e seus agentes. Torna-se fundamental então conceber a *Prefectura Nacional Naval* como um órgão

---

<sup>256</sup> PIUMA, op. cit., 1988, p. 24.

<sup>257</sup> Idem, p. 31.

de repressão com certo grau de autonomia dentro do complexo repressivo uruguaio, isso porque sua jurisdição sempre foi bastante elástica, abarcando ilhas, rios, lagunas e costas marítimas até 150 metros terra adentro<sup>258</sup>, abrangendo quase todo o território uruguaio. Tal “autonomia de ação” é salientada por Piuma, que afirma que diferentemente da Marinha, que torturava quase que exclusivamente detidos por causas políticas, as unidades da PNN: “(...) torturan indiscriminadamente a detenidos por delitos incluidos en el fuero militar y por los incluidos en el fuero común (robos, prostitución, homicídios, etc.)”<sup>259</sup>.

Seus métodos de tortura eram bastante semelhantes aos que seriam colocados em prática pelos colegas de farda argentinos, incluindo o protagonismo da *picana* elétrica. Tudo encoberto e garantido pelas “leis do silêncio” entre os militares, que faziam questão de compartilhar as culpas entre todos, diluindo assim as responsabilidades pessoais a toda corporação. Pelas denúncias de Piuma podemos afirmar então que alguns agentes da PNN agiam como uma verdadeira quadrilha, praticando roubos, contrabandos, tráfico de drogas, violência sexual, apologia ao nazismo, entre outros crimes, todos amparados pelo largo guarda-chuva da impunidade garantida pela ditadura de Segurança Nacional uruguaia, em nome do combate à “subversão”.

Os documentos que Piuma coletou sobre os corpos do Rio da Prata foram obtidos principalmente através de material classificado, que ele tinha acesso nos arquivos do DIPRE. Para não levantar suspeitas, colocava os microfilmes na sola dupla de uma bota<sup>260</sup>. Mesmo assim, acabou levantando suspeitas ao entrar em contato com alguns detidos políticos, o que fez com que perdesse o acesso aos materiais classificados. Pediu baixa em junho de 1980, mas teve o pedido negado, o que acabou precipitando sua deserção e fuga para o Brasil no mesmo ano.

Em seu livro *Un Marino Acusa*, o ex-marinheiro relata detalhadamente a aparição de vinte corpos entre 1976 e 1979, inclusive com reprodução dos documentos originais. Por fim, faz um apanhado de detalhes comuns entre as circunstâncias as quais os corpos foram encontrados:

Hay muchos elementos comunes en el hallazgo de los cuerpos en el Rio de la Plata. Ellos son los siguientes:

1. Solamente han sido encontrados en la franja costera uruguaya que va desde el departamento de Colonia al de Rocha, y en las proximidades de la ciudad de Buenos Aires.
2. Por lo general, al hallazgo de los cuerpos precedían tormentas y fuertes vientos.
3. Casi todos los cadáveres fueron hallados tras ligeras bajantes del Rio. Los encontrados flotando son los menos.

<sup>258</sup> Idem, p. 19.

<sup>259</sup> Idem, p. 53.

<sup>260</sup> PIUMA, Daniel Rey. **Los Crimenes del Rio de la Plata**. Córdoba: El Cid, 1984, p. 22.

4. Los restos óseos fueron encontrados por dragas, o enterrados en la arena.
5. Los descubrimientos de los cuerpos cubren los meses de mayo, junio y julio (fin de otoño e invierno) solamente, mientras los restos óseos fueron encontrados en otros meses.<sup>261</sup>

E também ressalta as características comuns do estado em que se encontravam os corpos:

Entre los elementos comunes que tienen los cuerpos hallados se destacan los siguientes:

1. Pertenecen a ambos los sexos y sus edades oscilan entre los 19 y los 35 ó 40 años.
2. La casi totalidad de los cuerpos evidenciaban señales de haber tenido sus miembros atados entre sí y con pesos para evitar que flotarán.
3. Todos muestran señales de tortura y algunos de violaciones.
4. Algunos pudieron haber encontrado la muerte antes de ser arrojados a las aguas, por extremadas señales de violencia que presentan.
5. Ningún cuerpo presentaba elementos que pudieran conducir a la determinación de su identidad. Inclusive los últimos dos encontrados tenían sus rostros quemados con soplete.
6. Pocos cuerpos tenían ropa o restos de ellas.
7. La mayoría tenía una permanencia en las aguas mayor a los diez días.<sup>262</sup>

É possível ressaltar mais algumas características dos achados arrolados por Piuma:

a) A primeira é a idade presumida das vítimas, bastante semelhante aos “NN” que foram registrados nos livros de sepultamento dos cemitérios argentinos. Comparando com os dados da CONADEP, mais de 32% dos desaparecidos que constavam no arrolamento feito pela comissão em 1984 possuíam de 21 a 25 anos, e mais de 25% possuíam de 26 a 30 anos<sup>263</sup>.

b) Os sinais de tortura seriam identificados em praticamente todos os corpos encontrados tanto na Argentina, como no Uruguai e no Brasil – o corpo que apareceu no Hermenegildo em 1978 apresentava fraturas no braço esquerdo, segundo a necropsia, como será exposto mais adiante. As fotos e as autópsias retratam violações sexuais em diversos casos, inclusive nas vítimas do sexo masculino.

c) Referente às marcas de violência, chama atenção também que muitos apresentam sinais de terem tido braços e pernas amarrados, e Piuma relata que análises feitas pela Polícia Técnica nos restos de arame e corda encontrados junto com os corpos comprovam que não eram de fabricação uruguaia<sup>264</sup>.

d) As evidências que poderiam ajudar na identificação dos corpos eram sumariamente descartadas pelas autoridades, e inclusive nos casos em que ainda era possível

<sup>261</sup> PIUMA, op. cit., 1988, p. 119.

<sup>262</sup> Ibidem.

<sup>263</sup> CONADEP, op. cit., p. 294.

<sup>264</sup> PIUMA, op. cit., 1984, p. 62.

obter a impressão digital da vítima, havia negligência. Um número bastante significativo apresentava os dedos das mãos decepados, assim como um grande número também apresentava ausência dos órgãos sexuais – como o caso do cadáver do Hermenegildo – e inclusive um cadáver do sexo masculino encontrado em Rocha, no dia 9 de abril de 1979, apresentava sinais de que a parte superior da cabeça poderia ter sido queimada com maçarico, segundo a interpretação do ex-marinheiro<sup>265</sup>.

e) Por fim, inúmeros cadáveres apresentavam claros indícios de sua procedência argentina. É o caso das roupas encontradas junto a alguns corpos, cuja etiqueta indicava que tinham sido fabricadas no país vizinho. No bolso de um dos achados de Colonia foi encontrado um documento de identidade emitido pela Polícia Federal Argentina, no nome de Maria Cristina Cámpora, natural de San Juan. E em pelo menos outros dois casos foram encontrados nos bolsos das vítimas moedas de peso argentino.

Uma última consideração sobre as denúncias feitas pelo ex-marinheiro uruguaio, e que pode ajudar a elucidar a chegada dos corpos das vítimas do terror de Estado argentino no litoral sul do Rio Grande do Sul, é um estudo sobre as marés do Rio da Prata, feito pelos técnicos da PNN em 1978, ao qual Piuma também teve acesso. Segundo esse estudo, nos meses de inverno, há uma substancial subida do nível das águas dos rios Paraná e Uruguai – os dois principais rios que formam o estuário do Rio da Prata – o que provoca grandes transformações em seus leitos. A correnteza arrasta vegetais, restos calcários e pedras semi-enterradas do leito destes rios em direção norte-sul, desembocando diretamente em Colonia e Buenos Aires. A partir daí, as correntes dividem-se em duas direções: uma que vai para o sul, costeando o litoral da província de Buenos Aires e atingindo as praias da região de La Plata, até terminar no Oceano Atlântico; a outra segue para o sudeste, e por efeito de correntes oceânicas quem vêm em direção inversa, vai costeando o litoral sul uruguaio, até o departamento de Rocha, quando termina também no oceano. Esse movimento das marés é o responsável pela chegada de sedimentos encontrados nos rios Uruguai e Paraná nas praias uruguaias, geralmente após fortes ressacas<sup>266</sup>. Alguns desses despojos dos rios também são encontrados nas praias do litoral sul gaúcho. Em 1978, além de sedimentos, as correntes marítimas levariam o corpo de duas das vítimas argentinas a encontrar seu destino final em praias brasileiras.

Em relação aos cadáveres lançados ao mar, houve um esforço declarado dos militares uruguaio em ocultar sua origem, impedir maiores investigações, e impossibilitar

---

<sup>265</sup> PIUMA, op. cit., 1988, p. 179.

<sup>266</sup> Idem, p. 124.

futuras identificações. O ex-marinheiro Daniel Rey Piuma denuncia as negligências dos peritos da PNN encarregados de apurar as circunstâncias dos aparecimentos dos despojos nas praias uruguaias, e a complacência de juízes que não prosseguiram com os inquéritos instaurados. Os documentos arrolados por Piuma em suas denúncias sobre as violações dos direitos humanos por parte da Marinha uruguaia comprovam que a conivência dos agentes da PNN com o ocultamento das provas do extermínio de opositores políticos por parte da ditadura argentina era escancarada. Eram os agentes da PNN os responsáveis pelas investigações das circunstâncias em que chegavam os cadáveres às praias e em alto-mar, dada a sua jurisdição, que abrangia as zonas costeiras. Em razão da conexão direta que havia entre a PNN e o serviço de inteligência de sua correspondente argentina, o SIPNA, os agentes uruguaios estavam bastante informados sobre as práticas de “sepultamento aquático” realizadas pelos diversos órgãos de repressão daquele país. Para garantir o ciclo de impunidade, era fundamental que as autoridades orientais não permitissem que se suspeitasse da origem dos corpos que chegavam às praias naquele momento.

Segundo Piuma, as comunicações entre a PNN e o SIPNA se davam através de ligações telefônicas diretas ou por meio de informes<sup>267</sup>. Alguns desses informes continham pedidos de identificação de digitais recolhidas dos cadáveres encontrados no Uruguai, que também foram encaminhadas à Interpol<sup>268</sup>, para verificar possíveis identidades. Em 1980 o ex-marinheiro solicitou ao departamento da PNN responsável por arquivar esses informes as respostas dadas pelo SIPNA aos pedidos de identificação das impressões digitais arroladas, a que lhe responderam que “(...) ya los del SIPNA habían dicho repetidas veces que no se insitiera más con eso y que yo debía cerrar esas carpetas como estaban y no buscar problemas”<sup>269</sup>. Nunca houve uma resposta positiva em relação às impressões digitais recolhidas dos cadáveres do Rio da Prata.

Outra prática recorrente dos agentes da PNN, como já foi dito anteriormente, era a negligência na coleta de dados que poderiam auxiliar na identificação dos achados. Daniel Rey Piuma denuncia em diversas ocasiões a ocorrência dessas práticas. Em que pese o fato de que os primeiros corpos que apareceram em abril de 1976 foram extensamente fotografados e documentados pelos peritos da PNN, a partir do momento em que o número de achados foi aumentando e as evidências de que eram de “subversivos” foram se tornando cada vez maiores, as perícias começaram a se tornar mais rasas e menos objetivas. As investigações

---

<sup>267</sup> PIUMA, op. cit., 1984 p. 68.

<sup>268</sup> Segundo Piuma, “No hay informe oficial sobre las respuestas concretas de las filiales mundiales [da Interpol] a las que fueron mandadas las huellas.” Cf: PIUMA, op. cit., 1988, p. 135.

<sup>269</sup> PIUMA, op. cit., 1988, p. 124.

dos achados a partir de um determinado momento já passaram a ter o rótulo de “Secreto” por parte dos órgãos de inteligência<sup>270</sup>. Em suma, pode-se então enumerar algumas das negligências recorrentes por parte dos peritos da PNN e denunciadas por Piuma:

a) A quantidade de fotos dos cadáveres tiradas pelos peritos era insuficiente para que as investigações por parte do Poder Judiciário se dessem de forma satisfatória. Segundo o ex-marinheiro:

“Un homicidio común lleva un informe con múltiples fotos (no menos de 12); en los casos de cadáveres aparecidos en la costa, si bien el perito tomaba muchas fotografías, debía reducir a un tercio la cantidad de las mismas al imprimirlas. Esto implicaba un inmediato deterioro de la información que manejaría el juez encargado del caso”.<sup>271</sup>

b) Havia graves omissões do legista responsável pela necropsia, omitindo informações importantes sobre os cadáveres. Em referência ao achado em Rocha a 23 de abril de 1976, foi notificado pela imprensa – que ainda nesse momento tinha acesso aos acontecimentos, como será exposto a seguir – que o cadáver não possuía uma das mãos, o que foi totalmente ignorado pelo legista na necropsia<sup>272</sup>.

c) A partir de um determinado momento, mesmo quando era possível extrair as impressões digitais do corpo, não havia nenhum intento da equipe técnica responsável pela necropsia de realizá-lo.

d) Em diversos informes arrolados por Piuma não há constância do destino dado às peças de roupa que se mantiveram junto ao cadáver e que poderiam ajudar na identificação do mesmo, assim como dos restos de corda e arame que ainda mantinham atados os membros das vítimas jogadas ao mar.

e) As legendas que os peritos colocavam nas fotos que eram encaminhadas aos juízes responsáveis eram incompletas, imprecisas e até infantis, segundo Piuma, o que ajudava a deteriorar a qualidade das informações sobre os cadáveres. Alguns informes afirmavam que a vítima teria morrido em razão de afogamento, mesmo que a foto do cadáver mostrasse claramente perfurações feitas por projéteis disparados por arma de fogo.<sup>273</sup>

f) Por último, segundo relata o ex-marinheiro, os primeiros corpos que foram encontrados nas praias a partir de 1976, depois de passados pelos procedimentos forenses, foram sepultados (provavelmente em tumbas NN), o que permitiria uma posterior exumação, a pedido do juiz, para que se pudesse levantar mais dados sobre o desconhecido. Esse seria o procedimento normal em se tratando de um homicídio comum. A partir de um dado momento,

<sup>270</sup> Idem, p. 135.

<sup>271</sup> PIUMA, op. cit., 1984, p. 64.

<sup>272</sup> PIUMA, op. cit., 1988, p. 133.

<sup>273</sup> PIUMA, op. cit., 1984, p. 65.

quando as autoridades começaram a perceber que tais homens e mulheres não eram vítimas de homicídios comuns, mas sim “subversivos” abatidos pelas forças de segurança argentinas, os ditames forenses tornaram-se mais breves, e os corpos foram encaminhados direto para a incineração, provavelmente para que se evitassem futuras exumações<sup>274</sup>.

Afora o aparecimento destes 24 cadáveres denunciados pelo ex-marinheiro, em seu primeiro testemunho publicado em 1984 ele afirma que houve um grupo de 14 cadáveres “não-reconhecidos” que apareceram na região de Colonia em 1978, dois anos após as primeiras aparições, com as mesmas características comuns a todos os outros (sinais de tortura, agressões, etc.), e que jamais foram levados ao conhecimento dos juízes de Instrução. A ordem para que se procedesse com as investigações sobre o aparecimento desses cadáveres não foi dada. O destino dado a estes corpos “não-reconhecidos” é ignorado pelo ex-marinheiro, o que mais uma vez demonstra a preocupação das autoridades uruguaias de ocultar os vestígios dos crimes cometidos do outro lado do Rio da Prata.

Em que pese o fato de que os juízes de instrução tivessem poucos elementos para prosseguir com as investigações das circunstâncias dos achados, Piuma ressalta que estes estavam a par das anomalias apresentadas pelas perícias técnicas. Segundo ele:

“Debe considerarse que carpetas informando de homicidios, suicidios e incendios con víctimas, se reciben en los juzgados en una cantidad que supera los 60 ó 70 mensuales. Es imposible por lo tanto que los jueces, acostumbrados a la presentación, terminología y profundidad de esos, no hayan establecido diferencia con los primeros”.<sup>275</sup>

Conjeturando-se ou não a conivência desses juízes com a negligência dos agentes repressores da PNN, há de se ressaltar o papel ao qual a Justiça Comum foi relegada dentro da dinâmica da ditadura uruguaia. Durante o período democrático anterior ao golpe civil-militar de 1973, as Forças Armadas uruguaias sempre teceram fortes críticas ao fato de que os crimes de “segurança nacional” eram constitucionalmente submetidos à esfera da Justiça Comum. Mesmo com a vigência das *Medidas Prontas de Seguridad*<sup>276</sup> durante o governo constitucional de Pacheco Areco (1967-1972), os militares se ressentiam com a “ineficiência” dos trâmites civis para processar os acusados de “subversão”. Entre outros elementos, criticavam o fato de estarem à margem das decisões tomadas em casos penais pontuais, e alegavam que o “excesso de burocratização” do processo penal poderia favorecer ao

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> PIUMA, op. cit., 1988, p. 118.

<sup>276</sup> As *Medidas Prontas de Seguridad* foram medidas de exceção e de aplicação transitória, previstas constitucionalmente, as quais restringiam os direitos individuais. Foram utilizadas por Pacheco Areco para desarticular as pressões sociais resultantes do descontentamento com as políticas econômicas de seu governo, e seu uso indiscriminado representaria uma escalada autoritária, “(...) acentuando a insegurança geral e acelerando o processo de radicalização e confronto no interior da sociedade”. Cf. PADRÓS, op. cit., 2005, p. 275.

inimigo<sup>277</sup>. Tudo isso justifica as mudanças ocorridas a partir de 1972, quando o Parlamento aprova a *Ley de Seguridad del Estado y el Orden Interno*, que vai modificar os parâmetros jurídicos, transferindo à Justiça Militar o foro para o julgamento de crimes de *lesa nação*. A Justiça Militar transformar-se-ia em mais um instrumento do terror de Estado uruguaio, invertendo o sentido de justiça, usurpando o lugar da Justiça Comum, corroborando as violações dos direitos humanos por parte da ditadura, e mantendo a fachada de legalidade do regime<sup>278</sup>. Pode-se depreender disto que as negligências cometidas pela PNN nos informes passados aos juízes de instrução da Justiça Comum, em relação aos cadáveres do Rio da Prata, eram mais uma expressão do desrespeito às instituições civis por parte da ditadura civil-militar uruguaia, a qual era conivente com os crimes perpetrados pelos companheiros de farda argentinos.

A censura aos meios de produção cultural foi, no Uruguai, um profícuo instrumento de controle utilizado pela ditadura de segurança nacional para evitar manifestações críticas, desmobilizar e incutir na sociedade a “cultura do medo”, a imposição do silêncio. Houve um verdadeiro “apagão cultural” no período de tempo correspondente aos anos mais duros da ditadura civil-militar (1973-1978), caracterizado por um grande retrocesso nas produções artísticas e literárias, marcado pela fuga e exílio de numerosos artistas e intelectuais uruguaios, perseguidos pelo TdE oriental. A imprensa seria duramente afetada pela repressão. Dentro dos ditames da DSN, os meios de comunicação eram essenciais na consecução dos objetivos principais das ditaduras, ou seja, manter a ordem e salvaguardar as instituições democráticas da “contaminação marxista”, e considerados fundamentais, devido à sua forte influência na opinião pública. Era necessário então “(...) aplicar-lhes uma ação saneadora que extirpasse os agentes contaminadores escondidos nas suas redações e cargos de direção” e “(...) cooptá-los para que servissem de mediadores do discurso oficial com o conjunto da população”<sup>279</sup>.

Durante a ditadura, o Uruguai foi considerado um país em que havia censura completa da imprensa por órgãos internacionais como a Anistia Internacional e a *Inter-American Press Association*<sup>280</sup>. A partir da decretação do “Estado de Guerra Interno” em abril de 1972, os programas de rádio e TV e os jornais foram obrigados a transmitir a versão oficial dos acontecimentos, sendo a pauta política definida diretamente pelo Ministério da Defesa<sup>281</sup>.

---

<sup>277</sup> *Idem*, p. 472.

<sup>278</sup> *Idem*, p. 488.

<sup>279</sup> *Idem*, p. 501.

<sup>280</sup> *Idem*, p. 504.

<sup>281</sup> *Idem*, p. 490.

A partir desse quadro, pode-se inferir algumas questões sobre o papel da imprensa uruguaia na divulgação dos achados do Rio da Prata a partir de 1976.

Daniel Rey Piuma debruça-se repetidas vezes em suas denúncias acerca do papel fundamental que teve a imprensa uruguaia no desvirtuamento das circunstâncias envolvidas no aparecimento dos cadáveres à costa. Tanto no caso uruguaio, como no caso brasileiro, os jornalistas que registrariam tais acontecimentos seriam impossibilitados pela censura de fazer maiores conjecturas sobre os aparecimentos. No entanto, à imprensa oriental caberia o papel de desvirtuar o foco das atenções da opinião pública através da publicação de versões fantasiosas dos acontecimentos dadas pelas autoridades, que seriam conhecidas como *carnes podridas*<sup>282</sup>.

Seria bastante grande a cobertura jornalística dos primeiros cadáveres que apareceram em abril 1976, inclusive com a veiculação das imagens na televisão. Na edição do dia 24 de abril, em sua página 6, o jornal *El País* estampava a manchete “*SUMAN 5 AHORA LOS CADÁVERES HALLADOS EN COSTA ROCHENSE*”, afirmando, na matéria, que os corpos apresentavam mutilações e sinais de agressão, e apresentando a hipótese de que se tratavam de pessoas de “raça asiática”<sup>283</sup>. Essa tese era defendida por Mario Katz, médico forense da PNN responsável pelas perícias. Segundo Piuma, de fato os primeiros cadáveres que apareceram em Rocha pareciam ter traços asiáticos, pois a deformação que provocava a água nos corpos, após larga permanência, dava essa impressão. Com a informação errônea propositadamente dada pelo legista, que continuaria a afirmar a procedência asiática dos cadáveres mesmo ciente das evidências de que se tratavam de cidadãos argentinos, a imprensa começaria a conjecturar hipóteses, no mínimo, fantasiosas. O ex-marinheiro dá alguns exemplos da cobertura jornalística do momento da aparição dos primeiros achados em 1976:

“Diário ‘Crónica’ de Buenos Aires (25/4) dice que la hipótesis más posible es que sea un crimen a bordo de un buque pirata pesquero. ‘El Diario’ de Montevideo

<sup>282</sup> A divulgação de *carnes podridas* pela imprensa uruguaia não seria uma exclusividade do caso dos corpos do Rio da Prata. Nos comunicados 1.400, de 25 de novembro de 1978, e 1.401, de 1º de dezembro de 1978, as Forças Conjuntas uruguaias dariam suas explicações à população e a opinião pública internacional acerca do seqüestro ilegal de Universindo Rodríguez Díaz, Lilián Celiberti e seus filhos Camilo e Francesca Celiberti realizado em Porto Alegre, em 12 de novembro do mesmo ano, por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) gaúcho e da *Compañía de Contra Informaciones* do Exército uruguaio, no marco da coordenação repressiva da Operação Condor. Nesses comunicados, lidos em cadeia nacional de rádio e televisão, as Forças Conjuntas afirmavam que Lilián e Universindo haviam sido detidos em território uruguaio, fugindo do Brasil em veículos repletos de armas e material sedicioso. O casal havia sido seqüestrado no Brasil, e adentraram o território uruguaio já seqüestrados pela repressão. Cf. DÍAZ, Universindo Rodríguez. **Todo Está Cargado en la Memoria, Arma de la vida y de la Historia**. IN: PADRÓS et. al. (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória* (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor). Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 179-204.

<sup>283</sup> GONZÁLEZ, Nelson Daniel Gasparik. GONZÁLEZ, Walter Hugo Rotela. **El Vuelo del Cóndor no Termina**. Disponível em: [http://pebuwar2.blogspot.com/2011\\_06\\_01\\_archive.html](http://pebuwar2.blogspot.com/2011_06_01_archive.html). Data de acesso: 30 out. 2011.

(26/4) baraja la posibilidad de que los muertos hayan sido integrantes del Ejército Rojo Japonés (cuya presencia denuncia el mismo rotativo el 23-10-1975 en el Río de la Plata). ‘El País’ del 25/4 y del 27/4, juega con diversas hipótesis – sus pro y contras – entre las que pesan más, una orgia en alta mar o un arreglo entre mafiosos”.<sup>284</sup>

Os periódicos continuariam conjecturando sobre a origem dos cadáveres nos próximos meses. Na edição de 6 de maio, *El País*, em sua página 9, traria a manchete “*NADIE PUEDE PREDECIR QUE ESTE SEA EL ÚLTIMO CADÁVER*”, e prosseguiria dizendo que “*El sexto cuerpo pertenece a un hombre de 50 años de origen asiático; Dictamen de médicos legistas*”<sup>285</sup>. O mesmo jornal daria amplo destaque às aparições, inclusive com inúmeras fotos dos despojos, e mapas demonstrando os locais onde foram encontrados. No entanto, o quadro vai se modificando a medida em que vai ficando cada vez mais evidente a procedência dos corpos. *El País* relata na sua edição de 29 de maio a aparição de três cadáveres flutuando nas águas do Rio da Prata frente a Buenos Aires, sendo que na mesma nota afirma que “(...) un izquierdista argentino se presentó ante la Justicia Federal [argentina] explicando que las señas de uno de los cadáveres encontrados en Uruguay con un tatuaje en su hombro derecho podría ser el de su hermano, un militante opositor argentino”<sup>286</sup>. Seria o cadáver de Floreal Avellaneda, reconhecido por seus familiares em razão da divulgação do comunicado na imprensa que descrevia a tatuagem com as iniciais de seu nome no braço direito<sup>287</sup>.

Na edição de 9 de setembro, *El País* chega inclusive a relacionar a aparição dos cadáveres à violência na Argentina. Em sua página 8, na reportagem intitulada “*OTRO CADÁVER MÁS APARECIÓ EN LAS COSTAS URUGUAYAS*”, afirma que “Como una muestra más de la violencia desatada en la República Argentina, otro cadáver apareció en horas del medio día de ayer (...)”<sup>288</sup>.

No entanto, em relação aos achados de 1977 a imprensa já não teria mais acesso às imagens dos corpos, nem aos ditames forenses. Já não havia mais dúvidas sobre sua origem. Os jornais, então, seriam autorizados a apenas reproduzir na íntegra os comunicados oficiais da PNN, sem abordar nenhum elemento que pudesse ligar os corpos à repressão argentina. Esse seria o procedimento adotado também para os achados de 1978 e 1979, evidenciando o

<sup>284</sup> PIUMA, *op. cit.*, 1988, p. 135.

<sup>285</sup> GONZÁLEZ, Nelson Daniel Gasparik. GONZÁLEZ, Walter Hugo Rotela, *op. cit.* p. 1.

<sup>286</sup> *Idem.*

<sup>287</sup> O caso de Floreal Avellaneda é peculiar, pois além de ser o único desaparecido argentino cujo cadáver chegou em águas estrangeiras e foi reconhecido na época (inclusive constando no relatório da CONADEP), os responsáveis por seu sequestro, tortura e assassinato foram condenados pela justiça argentina em 2009. À época do seu sequestro, Floreal tinha apenas 16 anos de idade. Cf: LA NACIÓN. **Perpetua para el represor Riveros por el crimen de Floreal Avellaneda**. La Nación, Buenos Aires, 12 ago. 2009. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1161705-perpetua-para-el-represor-riveros-por-el-crimen-de-floreal-avellaneda>.

Data de acesso: 14 nov. 2011.

<sup>288</sup> GONZÁLEZ, Nelson Daniel Gasparik. GONZÁLEZ, Walter Hugo Rotela, *op. cit.* p. 1.

máximo esforço dos militares uruguaios em ocultar da opinião pública nacional e internacional a origem dos corpos desconhecidos do Rio da Prata.

Por fim, a censura à liberdade de expressão foi um instrumento eficiente da ditadura civil-militar uruguaia para difundir seus preceitos doutrinários. O impedimento do livre pensar só faria arraigar ainda mais a “cultura do medo” e a autocensura numa sociedade amedrontada. No caso dos achados do Rio da Prata, estes efeitos paralisantes viriam do país vizinho, representando quase que um exemplo paradigmático do que poderia acontecer com quem se atrevesse a contestar as autoridades militares.

### 3.4 Os aparecimentos nas praias brasileiras

Assim começa o jornalista Tito Tajés começa a contar a história do encontro de um cadáver próximo ao Farol do Albardão, em Santa Vitória do Palmar, em uma reportagem feita para o jornal carioca O Globo, provavelmente em 1985, que nunca chegou a ser publicada.

“No Rio Grande do Sul, na área do farol do Albardão, em Santa Vitória do Palmar (a 496 quilômetros de Porto Alegre), e em São José do Norte (a 326 quilômetros) apareceram também os restos mutilados de duas pessoas não identificadas, em abril de 1978. Seriam argentinos? Tudo indica que sim.”<sup>289</sup>

Tajés era um experiente jornalista, nascido em Santa Maria em 1933, que trabalhou em importantes jornais como a Última Hora e o Correio do Povo, que lhe permitiram viajar pelo mundo em diferentes missões. À época da reportagem citada, Tajés era chefe da sucursal de O Globo em Porto Alegre. Faleceu em 1995, vítima de um infarto; uma praça no bairro Tristeza, em Porto Alegre, leva seu nome em homenagem ao seu trabalho.

Uma cópia da citada reportagem de nove laudas escritas à máquina em folhas pautadas, com uma série de correções feitas à mão pelo próprio jornalista – o que demonstra um apurado cuidado com o texto, sempre muito claro e objetivo – foi guardada no acervo do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH), em Porto Alegre, após a recusa de sua publicação por parte de O Globo<sup>290</sup>. Junto a ela no MJDH estão também as fotos tiradas do cadáver pelo repórter fotográfico Jurandir Silveira, da Companhia Jornalística Caldas Júnior, que cobria o fenômeno da “maré vermelha” no dia da aparição do corpo no Hermenegildo. As fotos de Silveira também jamais seriam publicadas nos jornais.

Em abril de 1978, motivados pela “maré vermelha” – fenômeno natural que consiste na aglomeração de algas na superfície das águas, liberando toxinas que causam a mortandade

<sup>289</sup> TAJES, Tito. [Sem Título]. [S.l.: s.n., 1985?], p. 1. Acervo MJDH.

<sup>290</sup> Recusa essa que se deu sem nenhuma justificativa por parte da direção do jornal carioca.

em massa de peixes, mariscos, pinguins e lobos-marinhos – muitos repórteres acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos no Hermenegildo. A cobertura jornalística daria amplo destaque à tragédia ecológica da “maré vermelha”, transformando-se num marco da discussão dos problemas ambientais no estado do Rio Grande do Sul. Apesar da presença dos jornalistas, que registrariam a aparição dos corpos, não haveria maiores repercussões na imprensa à época. Tajés afirma que:

“O aparecimento desses dois corpos no litoral gaúcho, no mesmo período em que outros quatro chegavam à costa uruguaia, não repercutiu por várias razões. A censura à imprensa era muito forte naquela época e desencorajava a incursões maiores.”<sup>291</sup>

Em 1978 ainda vigorava o Ato Institucional nº 5 em todo o território nacional, promulgado pelos militares em 1968 durante a presidência do general Arthur da Costa e Silva, em resposta às manifestações da sociedade civil contrárias à ditadura militar instaurada em 1964. Entre outras medidas de cunho autoritário, o AI-5 em seu artigo 5º suspendia os direitos políticos dos cidadãos brasileiros, incluindo a proibição de “atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política”<sup>292</sup>. A partir de então, haveria um recrudescimento da censura na imprensa. Certamente o aparecimento de cadáveres suspeitos nas praias do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que também apareciam no Uruguai, era um assunto delicado para a ditadura militar brasileira.

As fotos de Silveira e a reportagem de Tajés ficariam arquivadas no MJDH, e a história dos cadáveres devolvidos pelo mar nas praias do litoral sul gaúcho seria pouco conhecida. Uma das primeiras publicações sobre o caso seria feita pelo jornalista Nilson Mariano em 1995 em seu livro sobre a Operação Condor, inclusive com a divulgação de uma das fotos feitas por Silveira. Mariano<sup>293</sup> também daria destaque às aparições de 1978 em sua dissertação de mestrado, defendida em 2006<sup>294</sup>.

<sup>291</sup> TAJES, op. cit., p. 2.

<sup>292</sup> SENADO FEDERAL. Subsecretaria de Informações. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília: 13 dez. de 1968. Disponível em: [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo\\_norma=AIT&data=19681213&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s). Data de acesso: 5 de nov. de 2011.

<sup>293</sup> Uma cópia da reportagem de Tito Tajés foi-me gentilmente fornecida pelo jornalista Nilson Mariano, que a obteve através do acervo do MJDH. Aqui cabe um sincero agradecimento à sua boa vontade e disponibilidade em fornecer essa fonte, cumprindo, como ele mesmo diz, com o principal objetivo de Tito Tajés, que é o de denunciar e não deixar cair no esquecimento a existência desse caso, assim como de preservar a memória da existência desses dois homens desconhecidos, vítimas fatais do TdE.

<sup>294</sup> MARIANO, Nilson. **Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

Os despojos humanos devolvidos pelo mar no Hermenegildo foram encontrados na manhã do dia 11 de abril de 1978 por Almerindo de Paula e seu filho Jorge Severino de Paula, que cavalgavam pela região. Logo após o susto da descoberta, comunicaram o achado à delegacia de polícia de Santa Vitória do Palmar, que horas depois enviaria agentes para realizar as investigações. Entre esses agentes estava Mário de Aguiar, fotógrafo contratado pela delegacia para realizar eventuais levantamentos técnicos. Sete anos depois, Aguiar relataria a Tajes suas impressões sobre o achado:

“Ao relatar o episódio, a pedido de O GLOBO, lembra detalhes que não percebeu naquela ocasião, e diz ter a impressão de que alguns sulcos nos braços do morto poderiam ser a indicação de que ele tinha sido amarrado com cordas. A impressão que lhe ficou é de que se tratava de um homem com a pele clara e com barba grande. Restava-lhe, do crânio, somente o maxilar inferior, mas no pescoço havia vestígios de pelos compridos. De nada disso, na hora, o fotógrafo se apercebeu, porque também ele estava fixado na ‘maré vermelha’ e de início associou aquela morte ao fenômeno. Hoje, contudo, Mário de Aguiar pensa diferente.”<sup>295</sup>

O indício de que a vítima pudesse ter sido amarrada com cordas, originado de um técnico contratado da delegacia de polícia, é bastante esclarecedor para apurar a origem do cadáver. As denúncias de Piuma mostram que quase todos os achados do Uruguai também traziam tais indícios, inclusive alguns ainda apresentavam os membros atados quando chegaram às praias. Outro indício levantado por Aguiar, a ausência do maxilar superior no corpo da vítima, também seria ressaltado por Jurandir Silveira em relato ao jornalista Nilson Mariano:

“Cuando se encontró el cadáver, el periodista gráfico Jurandir Silveira, de la Compañía Periodística Caldas Júnior, notó que la cabeza tenía sólo la arcada dentaria de abajo. “En esa época, esto significaba que era un preso político”, recordó Jurandir.”<sup>296</sup>

A ausência de uma parte do crânio também seria relatada na ocorrência feita pelo escrivão Ereovaldo Chaves de Carvalho, que acompanhava o fotógrafo Mário de Aguiar. Na certidão número 409/78, registrada no livro de ocorrências número 28/78, da delegacia de polícia de Santa Vitória do Palmar, Carvalho detalha o encontro do cadáver:

“(…) próximo ao Paradoiro a uns 15 ou 20 Km encontramos o Cadáver de um homem branco, o mesmo estava completamente nu e faltando parte do crâneo, o mesmo não tinha condições de ser identificado, naquele local não existe

<sup>295</sup> TAJES, op. cit., p. 3.

<sup>296</sup> MARIANO, Nilson. **Operación Condor**: Terrorismo de Estado en el Cono Sur. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998, p. 78.

desaparecimento de ninguém e, até a presente data não temos registros ou informações de desaparecimento de pessoas alguma.”[SIC]<sup>297</sup>

A tentativa de impedir a identificação posterior dos corpos era prática recorrente dos responsáveis pelo lançamento dos presos políticos ao mar, como visto anteriormente. A desconfiguração do crânio das vítimas pode ser entendida como mais uma dessas medidas, como demonstra a ausência do crânio do cadáver do Hermenegildo, e o crânio queimado com maçarico do corpo encontrado em Rocha, no Uruguai, um ano depois.

Revelador também é o auto de necropsia feita um dia depois do encontro do cadáver, no dia 12 de abril. Além de também relatar a ausência da cabeça óssea, o legista Cláudio Acy Corrêa Rodrigues ressalta uma “Deformidade no braço esquerdo, terço médio, com crepitação e mobilidade ósseas à palpação (fratura)”<sup>298</sup>, provavelmente um indicativo de que a vítima pode ter sofrido agressões antes de sua morte. O fato de o corpo apresentar o ânus entreaberto, com a mucosa danificada na última porção do intestino, como descreve o legista no citado auto de necropsia, também pode ser relacionado a agressões sexuais anteriores à morte da vítima. Todos esses dados ressaltados não diferem das características dos achados do Rio da Prata, enunciados por Piuma. O mesmo legista colheu fragmentos do pulmão esquerdo, do fígado e do rim esquerdo do corpo encontrado no Hermenegildo para análise anátomo-patológica e toxicológica, pois associava a morte do desconhecido ao fenômeno da “maré vermelha”. Segundo o laudo do laboratório de toxicologia do Instituto Médico Legal (IML) datado de 26 de abril de 1978, as análises químicas e cromatográficas do material forneceram “(...) resultados NEGATIVOS para venenos propriamente ditos, voláteis, inorgânicos e orgânicos fixos(...)”<sup>299</sup>. Definitivamente não era uma morte relacionada às toxinas liberadas pelas algas no mar.

Após a confirmação de que não havia nenhuma pessoa desaparecida na região, o caso do cadáver desconhecido do Hermenegildo foi encerrado, e seus despojos colocados na catacumba 537 do cemitério de Santa Vitória do Palmar. Tajés relata em sua reportagem que em 1981 seus restos, ainda não totalmente decompostos, foram levados para o ossário pelo

---

<sup>297</sup> BRASIL. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Certidão nº 409/78, f. 22 e verso, no livro de ocorrências 28/78**. Santa Vitória do Palmar: Delegacia de Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar, 11 abr. 1978.

<sup>298</sup> BRASIL. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Auto de Necropsia Nº 043/78, fl. 01 e 02**. Santa Vitória do Palmar: Posto Regional do Instituto Médico Legal, Delegacia de Polícia de Santa Vitória do Palmar, 12 de abril de 1978.

<sup>299</sup> BRASIL. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Exame Requisitado a pedido do (a) Delegacia de Polícia do 1º Distrito de Santa Vitória do Palmar**. Requisição nº 1573/78 – Datada de: 17/4/78. Porto Alegre: Instituto Médico Legal – Laboratório de Toxicologia, 26 de abr. de 1978.

zelador Dalvo Teixeira, no que seria um procedimento normal do cemitério. Segundo o jornalista:

“Com o passar do tempo, outras ossadas foram sendo colocadas naquela vala comum por Dalvo Teixeira e agora já não é mais possível localizar o que restou do homem, descrito pelos jornais da época um indivíduo ‘branco, com cerca de 1,70 m, com aproximadamente 80 quilos. Segundo as informações da época, o morto tinha cabelos castanhos claros. A catacumba 537, onde o desconhecido passou mais de três anos, hoje [1985] abriga os despojos de (...)”<sup>300</sup>

Não teria destino diferente o cadáver encontrado próximo à praia do Estreito, em São José do Norte, a aproximadamente 230 quilômetros ao norte de Santa Vitória do Palmar. Moradores da região encontrariam esse segundo cadáver no dia 17 de abril, seis dias após o do Hermenegildo, com visíveis sinais de violência, o crânio destruído e a ponta dos dedos decepadas, confirmando mais uma vez a tentativa de impedir a identificação posterior do corpo. O delegado Sidney Farina Gallo, lotado na Delegacia Regional de Polícia de Rio Grande, fez um levantamento na região e revelou que não havia registro de nenhum desaparecido no local<sup>301</sup>. Tajés afirma que “Como no caso de Santa Vitória do Palmar, as investigações a nada levaram. O ‘desconhecido’ de São José do Norte foi enterrado e seus ossos se perderam”<sup>302</sup>.

A extensa reportagem escrita em 1985 não só remonta ao caso dos cadáveres encontrados nas praias gaúchas, mas vai além, fazendo a devida conexão com os fatos denunciados pelo ex-marinheiro uruguaio, e fazendo ao final uma importante denúncia sobre os crimes cometidos pela repressão argentina. Na parte final do texto, Tajés reproduz uma entrevista com Jair Krischke, fundador do MJDH, que afirma a certeza de que os corpos encontrados nas praias gaúchas eram sim de presos políticos. Krischke vai além, ao indagar se seriam apenas aqueles dois corpos que deram à praia nessa época. Tajés ressalta na reportagem que:

Há versões de que outros cadáveres chegaram tangidos pelas ondas nos mais de 200 quilômetros de costa entre Santa Vitória do Palmar e Rio Grande, e foram recolhidos e queimados na época, mas isto nunca pode ser comprovado<sup>303</sup>.

O Estado brasileiro era de certa forma familiarizado com as práticas de voos da morte. Alguns elementos podem demonstrar que não só havia familiaridade dos militares brasileiros com essa prática de extermínio, como também houve tentativas de sistematizá-la.

<sup>300</sup> TAJES, op. cit., p. 6.

<sup>301</sup> BRASIL. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Polícia Civil. Of. Cir. Nº 891/78**. Rio Grande: 7ª Região Policial – Delegacia Regional de Polícia, 28 de abr. de 1978.

<sup>302</sup> TAJES, op. cit., p. 4.

<sup>303</sup> Idem, p. 9.

Essa tentativa de sistematização dos voos da morte no Brasil é o cerne da polêmica ocorrida em 1968 com a unidade de paraquedistas da Força Aérea Brasileira (FAB), a Para-Sar. O jornalista Pery Cotta, do Correio da Manhã, trouxe a público uma série de denúncias sobre a intenção de alguns militares de utilizar o Para-Sar para o lançamento de lideranças políticas e estudantis a quarenta quilômetros da costa<sup>304</sup>. Uma reportagem publicada pelo Coojornal em março de 1978 retomaria o caso Para-Sar<sup>305</sup>, e traria mais detalhes sobre a tentativa de por em funcionamento um plano sistemático de extermínio de opositores da ditadura militar brasileira, nos moldes do que seria empregado anos depois pela Argentina.

O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier<sup>306</sup>, que segundo a reportagem do Coojornal, havia participado de um curso do Programa de Rearmamento Moral do exército dos Estados Unidos no Panamá<sup>307</sup>, seria o responsável pelo emprego dos homens do Para-Sar na repressão às manifestações de rua ocorridas em 1968, decorrentes da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto numa ação da Polícia Militar no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. No entanto, os homens do Para-Sar se oporiam a serem designados para ações de “segurança interna”. O capitão Sérgio Carvalho seria convocado a uma reunião com os brigadeiros Burnier e Hipólito da Costa (recém chegado da Zona do Canal do Panamá) em que Burnier deixaria bem claras suas intenções sobre as ações as quais gostaria de ver a Para-Sar envolvidas, como relata a reportagem do Coojornal:

Burnier, empolgado, passou a citar exemplos de missões que ele considerava importantes para livrar o país do comunismo: sequestrar 40 políticos e militares, entre os quais Carlos Lacerda, o general Olímpio Mourão Filho e o brigadeiro Francisco Teixeira (ministro do governo João Goulart), embarcá-los num DC-3 e jogá-los ao mar, a cerca de 40 milhas da costa.<sup>308</sup>

Com a negativa do capitão Carvalho e seus homens de participarem de ações dessa natureza, respaldados pelo brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral da Diretoria de Rotas Aéreas e responsável pelo Para-Sar, seria instaurada primeiramente uma sindicância, e depois um Inquérito Policial-Militar (IPM) para averiguar os fatos. No entanto, antes que o IPM

---

<sup>304</sup> BAUER, op. cit., p. 85.

<sup>305</sup> O Para-Sar é uma unidade de elite da FAB surgida em 1963 para a realização de busca e salvamento em regiões adversas, assim como a manutenção de um grupo de elite altamente especializado em operações de emergência. Um de seus fundadores foi o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, o protagonista da polêmica ocorrida com esta unidade da FAB em 1968. O lema da unidade à época era “Desbravar, Socorrer, Resgatar”; no entanto, militares da linha-dura tentariam descaracterizar a missão original do Para-Sar.

<sup>306</sup> Burnier foi líder da Revolta de Aragarças em 1959, que sequestrou um avião da Panair e ameaçou bombardear os palácios do Catete e das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, para forçar o presidente Juscelino Kubitschek a renunciar.

<sup>307</sup> GUIMARAENS, Rafael. CENTENO, Ayrton. BONES, Elmar. **CooJornal: Um Jornal de Jornalistas sob o Regime Militar**. Porto Alegre: Libretos, 2011, p. 94.

<sup>308</sup> Idem.

chegasse ao fim, o brigadeiro Itamar Rocha seria exonerado do cargo, e dois anos depois reformado. Já o capitão Sérgio seria reformado pelo AI-5 ainda em 1969. Provavelmente por ter se tornado de conhecimento público, a Operação Para-Sar não teve prosseguimento. O caso seria denunciado pelo deputado Maurílio Ferreira Lima, do MDB, mas jamais seria confirmado pelas autoridades militares<sup>309</sup>. A linha dura da Aeronáutica continuaria dando as cartas pelo menos até 1971, quando outro escândalo viria à tona: o uso da Base Aérea do Galeão como um centro clandestino de investigações e torturas, a mando do brigadeiro Burnier. Depois desse segundo escândalo, Burnier e Sousa Melo seria exonerados pelo general Médici.

Outro elemento que pode demonstrar a familiaridade das autoridades brasileiras com a prática dos voos da morte são as denúncias de ex-presos políticos presentes no relatório “Brasil: Nunca Mais” sobre as constantes ameaças dos agentes repressivos brasileiros de lançarem suas vítimas ao mar. Caroline Bauer aponta três casos em que houve essas ameaças<sup>310</sup>:

a) Francisco Ferreira de Araújo, preso em 1973 e levado ao Departamento de Polícia Federal do Ceará, afirma que foi ameaçado de “dar ‘umas voltinhas’ pelo mar”<sup>311</sup>;

b) Claudiomar Rodrigues de Sousa, detido em 1973 no 50º Batalhão de Infantaria de Selva, em Imperatriz, no Maranhão, afirma que após receber visita de seus familiares, “(...) recebeu por parte de dois elementos pancadas no rosto e abdômen, aplicação de choques elétricos e ameaças de que seria atirado de bordo de um avião em vôo”<sup>312</sup>;

c) Wladimir Ventura Torres Pomar, preso em 1976 no DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, ao ser transferido por avião para o DOI-CODI do I Exército no Rio de Janeiro, escutou os militares dizendo que iriam “realizar um belo lançamento”<sup>313</sup>.

Além dos casos relatados no “Brasil: Nunca Mais”, existe mais um episódio em que se especula que as autoridades militares brasileiras teriam utilizado o método de “sepultamento aquático”: é o caso de Stuart Angel Jones, filho da estilista Zuzu Angel, desaparecido em 1971, aos 25 anos de idade. Stuart era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), movimento de luta armada que combatia a ditadura militar, e foi sequestrado por agentes da Aeronáutica a mando do brigadeiro Burnier, e torturado na Base Aérea do Galeão. Existem denúncias de que seu cadáver teria sido lançado

<sup>309</sup> BAUER, op. cit., p. 85.

<sup>310</sup> Idem, p. 83.

<sup>311</sup> BRASIL: **Nunca Mais**. Projeto A. Tomo V, vol. 1, p. 976.

<sup>312</sup> Idem, p. 664.

<sup>313</sup> Idem, p. 924.

ao mar. O compositor Chico Buarque, na música que escreveu em homenagem a Zuzu Angel<sup>314</sup>, lembra de Stuart como um filho “que mora na escuridão do mar”.

Outro caso merecedor de destaque é a morte de Francisco Tenório Cerqueira Júnior, o Tenorinho, pianista que acompanhava o violinista Toquinho e o poeta Vinícius de Moraes em apresentações musicais. Tenorinho estava em turnê na Argentina quando foi seqüestrado em 19 de março de 1976, em Buenos Aires, e desde então se encontra desaparecido. Seu desaparecimento foi protocolado pela CONADEP, em 1984. Em 2000, a jornalista argentina Stella Manuel Calloni publicou uma reportagem no jornal mexicano *La Jornada* onde afirma que:

“Nos arquivos [do DOPS de Porto Alegre] se encontrou uma carta comunicando ao governo do Brasil sobre a ‘*muerte por error*’, na argentina Escola de Mecânica da Armada (ESMA), do músico brasileiro Francisco Tenório Júnior, seqüestrado em 18 de março de 1977 [sic], em Buenos Aires quando realizava uma turnê. A carta foi firmada pelo ex-capitão Jorge Tigre Acosta, agora detido pelo roubo de bebês nascidos em campos clandestinos de detenção durante a última ditadura argentina (1976-1983).”<sup>315</sup>

Segundo a mesma jornalista, baseada nas informações do ex-militar da Marinha argentina Claudio Vallejos, Tenorinho foi torturado<sup>316</sup> para que dissesse nomes de artistas “comunistas”, e mandado para a ESMA. Como visto anteriormente, à grande parte dos presos da ESMA lhes era destinado o chamado “traslado” aéreo, eufemismo para o extermínio através dos voos da morte. O músico brasileiro pode, então, ter sido uma das vítimas “trasladadas” vivas ao fundo do mar pela ditadura argentina. Conforme denuncia o ex-militar citado por Calloni, o embaixador brasileiro teria sido diretamente comunicado da morte de Tenorinho através de um ofício assinado por Jorge “*El Tigre*” Acosta. Mesmo sabendo da morte do músico, o governo brasileiro jamais comunicaria a família o ocorrido. Em junho de 1998 diplomatas brasileiros realizariam uma busca nos arquivos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, e na embaixada do Brasil em Buenos Aires, para tentar localizar o citado ofício, não obtendo sucesso<sup>317</sup>.

<sup>314</sup> A partir do desaparecimento de seu filho, Zuzu Angel, famosa mundialmente, iria começar uma campanha internacional de denúncia contra a violação dos direitos humanos por parte da ditadura brasileira. Morreria num misterioso acidente de carro em 1976, no Rio de Janeiro, provavelmente orquestrado pelos órgãos de repressão. O nome de Zuzu Angel consta na segunda edição do Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil, editado em 2009.

<sup>315</sup> COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê Ditadura:** Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 642.

<sup>316</sup> Tenorinho foi torturado inclusive por agentes brasileiros, mais um elemento que demonstra a participação do Brasil na coordenação de ações repressivas no cone sul.

<sup>317</sup> Idem, p. 644.

Todos os elementos arrolados até aqui permitem conjecturar a familiaridade da ditadura militar brasileira com a prática de extermínio que posteriormente, a partir da experiência argentina, passaria a ser conhecida como os voos da morte. No entanto, talvez a evidência mais contundente de que as autoridades brasileiras tinham conhecimento dos voos da morte argentinos seja um documento encontrado nos arquivos do DOPS/RJ, no Arquivo Público do Rio de Janeiro, pela historiadora Ludmila da Silva Catela, que trata da evolução da luta antissubversiva na Argentina, entre janeiro e maio de 1977, atribuído ao Ministério da Aeronáutica argentino. Esse documento lista o nome de oito pessoas mortas durante esse período, e depois agrega o seguinte comentário:

Dado que el lanzamiento de cadáveres al Río de la Plata causa, de vez en cuando, problemas con Uruguay, con el apareamiento de cuerpos mutilados en las playas, están siendo empleados hornos crematorios de hospitales estatales para la cremación de cuerpos de los subversivos abatidos.<sup>318</sup>

Uma informação dessa importância provavelmente não ficou somente restrita ao DOPS do Rio de Janeiro. Por ter tido ampla repercussão inclusive na imprensa uruguaia, como visto anteriormente, os achados do Rio da Prata não deveriam ser ignorados pelo conjunto da inteligência brasileira. Por fim, a existência desse documento no DOPS/RJ é um indício importante para que se possam fazer alguns apontamentos sobre o caso dos corpos encontrados no Hermenegildo e em São José do Norte, em abril de 1978:

a) Em que medida as autoridades policiais poderiam ter noção do que se tratavam aqueles corpos que apareciam no litoral? Tito Tajés não levanta essa hipótese em sua reportagem, talvez porque seria ir longe demais num momento ainda delicado da história política nacional (lembrando que em 1985 os militares entregariam o poder a José Sarney, vice de Tancredo Neves na chapa vitoriosa das eleições indiretas à presidência da República, concluindo um tortuoso processo de abertura política iniciado na década de 1970, processo esse que os generais tiveram ampla margem de ação). O tratamento de questões que aludiam aos crimes cometidos pelo TdE era logo visto pela opinião pública e pelos governantes como revanchismo por parte das vítimas, e desqualificado por ser considerado um entrave ao processo de “conciliação nacional”. Talvez dessa forma podem-se conjecturar os motivos que levariam O Globo a não publicar a reportagem feita por seu correspondente no Rio Grande do Sul.

---

<sup>318</sup> CATELA, Ludmila da Silva. Etnografía de los Archivos de la Represión en la Argentina. In: FRANCO, Marina. LEVÍN, Florência. **Historia Reciente**: Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 184.

b) Os esforços para a identificação dos corpos foram suficientes? Mais uma vez remetendo-se ao texto de Tito Tajés, pode-se depurar que a Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar tirou fotos e realizou a devida necropsia do cadáver, inclusive encaminhando material para análises laboratoriais, a fim de detectar se era uma morte causada pelas toxinas liberadas pela “maré vermelha”. Mas as denúncias do ex-marinheiro uruguaio nos mostram que no Uruguai esses procedimentos legais eram sumariamente negligenciados pelas autoridades da PNN. As limitações deste trabalho não permitiram uma análise mais direta de toda a documentação que se supõe existir sobre o aparecimento dos cadáveres em 1978<sup>319</sup>, mas permitem conjecturar que talvez a Polícia Civil (em que pese sua capacidade de ação em Santa Vitória do Palmar) pudesse ter trabalhado com mais elementos para a identificação dos desconhecidos. Piuma fala do método utilizado pela Polícia Técnica uruguaia, que consistia em amputar os dedos que se queriam extrair as impressões digitais para a utilização de um procedimento de análise através das cristas papilares<sup>320</sup>. Não há constância na necropsia do corpo do Hermenegildo de que tenha sido feita alguma tentativa de extrair suas digitais<sup>321</sup>.

c) Foram somente estes dois cadáveres que deram às praias do litoral sul do Rio Grande do Sul à época? Importante retomar que Jair Krischke, na reportagem de Tajés, coloca essa questão, ao afirmar que existiam relatos de que mais corpos deram às praias, mas que teriam sido incinerados, impossibilitando a comprovação de tais relatos. No entanto, o estudo das marés feito pela PNN e divulgado posteriormente por Piuma pode ajudar a comprovar que havia sim a possibilidade de mais corpos das vítimas do terror de Estado argentino lançadas ao mar terem sido trazidos pelas correntes marítimas até o litoral gaúcho. E com base nos elementos expostos nesse trabalho (o Caso Para-Sar, as denúncias de ex-presos políticos ao “Brasil: Nunca Mais”, a morte de Stuart Angel e Tenório Cavalcanti Jr., e por fim o documento do Ministério da Aeronáutica argentino encontrado no DOPS carioca) pode-se supor que uma atitude de conivência por parte da ditadura brasileira em relação aos crimes de seus pares argentinos – ocultando os cadáveres que deram às praias, não realizando nenhum procedimento forense para sua identificação, e impedindo a posterior exumação com a sua incineração imediata – não estaria descontextualizada. O Brasil esteve envolvido diretamente

---

<sup>319</sup> Foi consultada apenas a documentação anexada à reportagem de Tito Tajés, arquivada no MJDH. Essa documentação consiste de: a) certidão de “Encontro de Cadáver” da DP de Santa Vitória do Palmar; b) comunicação da DP de Rio Grande à DP de Santa Vitória do Palmar sobre o encontro de cadáver em São José do Norte; c) Auto de Necropsia do corpo do Hermenegildo requisitado pela DP de Santa Vitória do Palmar; e d) resultado do exame toxicológico feito pelo Laboratório de Toxicologia do IML de Porto Alegre, com material extraído do cadáver do Hermenegildo.

<sup>320</sup> PIUMA, op. cit., 1984, p. 63.

<sup>321</sup> Faço aqui novamente a ressalva de que deve ser levado em consideração se as capacidades operativas do corpo policial de Santa Vitória do Palmar à época do ocorrido permitiriam ou não a realização de tais procedimentos.

nas ações coordenadas de repressão entre as ditaduras do cone sul, inseridas na Operação Condor. Além do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, que contou com a participação direta de agentes do DOPS/RS<sup>322</sup>, há o caso de seis militantes do grupo *Montoneros* sequestrados em território brasileiro e entregues às autoridades argentinas entre 1974 e 1980, que estão desaparecidos até hoje<sup>323</sup>.

---

<sup>322</sup> Sobre o sequestro de Universindo Díaz, Lilián Celiberti e seus filhos Camilo e Francesca Celiberti, Cf: CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor – O Seqüestro dos Uruguaios**: Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008; FERRI, Omar. **Seqüestro no Cone Sul**: o caso Lilián e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. CELIBERTI, Lilián, GARRIDO, Lucy. **Meu quarto, minha cela**. Porto Alegre: L&PM, 1989; REIS, Ramiro José dos. **Lilián, Camilo e Francesca Celiberti**: Uma família na mira do Condor em Porto Alegre, In: PADRÓS et. al. (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor)*. Porto Alegre: CORAG, 2010. REIS, Ramiro José dos. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um Porto não muito Alegre**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

<sup>323</sup> Sobre o sequestro dos *montoneros* argentinos em território brasileiro, Cf: MARIANO, Nilson. **Montoneros no Brasil**: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“É preciso estar atento e forte  
Não temos tempo de temer a morte”*

**Divino Maravilhoso** – Caetano Veloso e Gilberto Gil

O objetivo principal deste trabalho foi o de analisar e refletir a respeito das consequências e dos desdobramentos da prática de extermínio e ocultação de cadáveres denominada voos da morte, na Argentina, entre os anos de 1976 a 1983, durante a última ditadura civil-militar autointitulada *Proceso de Reorganización Nacional*. O triste saldo de 30 mil mortos e desaparecidos deste período deixou marcas profundas na sociedade argentina, não só do ponto de vista político e social, mas também histórico. Os números do extermínio ocorrido na Argentina são assustadores, a começar pela cifra estimada pelas organizações de defesa dos Direitos Humanos das vítimas do TdE. Mas mais que números, os crimes praticados pelos militares das três armas, com a complacência de uma parcela da sociedade civil, da imprensa e da Igreja católica, geraram também traumas significativos entre os argentinos, que se refletem até os dias de hoje, quando se olha para uma *Madre* da Praça de Maio a caminhar em círculos ao redor do obelisco da praça central de Buenos Aires, com seu famoso lenço branco na cabeça, a esperar pelo filho ou pela filha desaparecido há quase quatro décadas – filho esse que ela não teve o direito de enterrar e viver seu luto –, ou quando se tropeça com uma *baldosa* em alguma calçada de Buenos Aires ou de alguma outra cidade, lembrando-nos da data em que algum desaparecido foi sequestrado naquele local e levado ao grande complexo da tortura e da morte criado na ilegalidade da repressão instaurada pelo TdE: os CCD, verdadeiros campos de concentração que serviriam para despojar dos supostos “subversivos” todo e qualquer rastro de humanidade, e reduzi-los a nada.

Sobre os CCD, o *Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado*, elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos do governo argentino em 2015, listou e identificou 762 lugares que foram usados pelas forças de segurança como locais de reclusão para pessoas presas de forma ilegal (detido-desaparecido) entre 1974 e 1983 (considerando-se que a atuação ilegal das forças de segurança iniciou-se antes mesmo do golpe de 1976, ainda no governo constitucional de Maria Estela Martínez de Perón). Estes campos de concentração, que geralmente localizavam-se em instalações das forças de segurança, foram pensados e criados para enclausurar os chamados “subversivos” sequestrados pelos *grupos de tareas* na rua ou em suas residências, torturá-los sob o pretexto de extrair-lhes informações que pudessem levar a novas detenções, confiná-los em condições infra-humanas e por fim eliminá-los. A principal fonte de informação sobre o funcionamento dos campos de

concentração é o informe *Nunca Más*, realizado pela CONADEP em 1984, denunciando os crimes cometidos pelo TdE na Argentina. Conforme este informe, as formas de tortura empregadas foram as mais variadas possíveis, com uso de choques elétricos, espancamentos, afogamentos, simulação de fuzilamento, estupro, enfim, uma infinidade de métodos empregados na destruição completa do indivíduo, em todas as esferas de sua vida: política, social, familiar e psicológica. Em relação à eliminação e desaparecimento do detido-desaparecido, também é possível listar uma série de métodos, mas possivelmente o mais emblemático de todos foi o que ficou conhecido como voos da morte.

É possível afirmar que os voos da morte na Argentina configuraram, simultaneamente, uma prática de desaparecimento, extermínio e ocultação de cadáveres de opositores políticos em poder do Estado, escolhida, planejada e sistematizada pelos militares daquele país, que tomaram o poder através do golpe de Estado em 1976. A metodologia empregada nesta prática de desaparecimento variou conforme o tempo e as condições apresentadas nos CCD. Levando-se em consideração esse fato, foi uma opção do presente trabalho debruçar-se mais pormenorizadamente no caso mais emblemático e mais conhecido, talvez a principal referência quando se fala em voos da morte, que foi a metodologia empregada na ESMA, a *Escuela de Mecánica de la Armada*, um dos maiores campos de concentração ativos durante todo o período da ditadura militar.

A prática dos voos da morte e suas consequências são transcendentais ao espaço físico que ocuparam os CCD. Estes desdobramentos ultrapassam inclusive os limites territoriais da própria Argentina, pois, através das correntes oceânicas do Rio da Prata, cadáveres de vítimas dos voos da morte foram levados às praias do Uruguai, nação também sob uma ditadura de Segurança Nacional à época. A compreensão do funcionamento dessa metodologia de desaparecimento e extermínio dentro da ESMA, escolhido por ser o caso mais paradigmático, e também o mais documentado, é fundamental para a compreensão destes desdobramentos citados.

As informações a respeito dos voos da morte na ESMA são conhecidas principalmente devido ao depoimento de Adolfo Scilingo, ex-capitão de corveta da Marinha, ao jornalista Horacio Verbitsky. Em entrevista, Scilingo contou sobre como se operavam os voos da morte. Por esta confissão, posteriormente, seria preso e julgado na Espanha por crimes de lesa-humanidade contra cidadãos espanhóis presos na ESMA, a mando do juiz espanhol Baltasar Garçon. E a partir de 2003, com o fim dos indultos e das leis de anistia na Argentina, seria condenado pela justiça de seu próprio país à prisão perpétua, também por crimes de lesa-humanidade. Também foi possível utilizar como fonte de informações sobre os

voos da morte na ESMA o requerimento de elevação a juízo dos imputados pelos voos da morte, considerado crime de lesa-humanidade, feito pelo Ministério Público argentino e disponibilizado *online*. Até o presente momento o julgamento, que está inserido dentro do que ficou conhecido como *Megacausa ESMA*, prossegue na sua fase de audiências, ouvindo as testemunhas e analisando os documentos relacionados.

As decisões tomadas pelos militares referente ao local em que as vítimas seriam lançadas dos aviões foram o principal fator que determinou a ocorrência do *segundo desaparecimento* destas pessoas. Como aponta o jornalista entrerriano Fabián Magnotta, num primeiro momento, lançados ao Rio da Prata, os corpos voltariam às praias uruguaias, ocasionando repercussões negativas e testemunhas indesejadas tanto para os militares argentinos, como para seus companheiros orientais. Os relatos colhidos pelo jornalista e os documentos apresentados pelo ex-marinheiro Daniel Rey Piuma, que trabalhou como fotógrafo para a *Prefectura Nacional Naval* uruguiaia, puderam dimensionar o impacto que teve estas aparições na imprensa e entre as testemunhas. Também comprovaram a negligência das autoridades uruguaias ao perceberem que os misteriosos corpos aparecidos nas praias eram de “subversivos” combatidos pelos militares do país vizinho. A consequência foi o *segundo desaparecimento* ou a inumação não identificada de dezenas destes despojos humanos nos cemitérios uruguaios, sem o devido trâmite legal e burocrático necessário para identificá-los.

Posteriormente, então, resolveu-se atirar as vítimas em alto mar, a fim de evitar tais problemas. Mais uma vez as correntes oceânicas fizeram com que os corpos voltassem à terra firme, na região do litoral oceânico da província de Buenos Aires, e mais uma vez as autoridades procederam com o *segundo desaparecimento*. Alguns cadáveres seriam identificados muitos anos depois, no cemitério da cidade de General Lavalle (província de Buenos Aires), após as denúncias feitas por testemunhas no documentário *Historia de Aparecidos* realizado por Pablo Torello e estudantes da faculdade de Comunicação da Universidade de La Plata.

O último local escolhido para a realização dos voos da morte foi o delta do Rio Paraná, na província de Entre Rios, ao norte de Buenos Aires. Devido ao relativo isolamento daquela região, e à proximidade dos principais CCD da ditadura argentina, o delta e seu emaranhado de canais e cursos d'água volumosos e profundos foi escolhido para o lançamento dos corpos das vítimas da repressão. No entanto, apesar do medo e do terror disseminado pelos militares – medo que perdura até os dias de hoje para muitos – algumas testemunhas decidiram contar o que viram, construindo um relato testemunhal assombroso

sobre os voos da morte, e comprovando mais uma vez a prática do *segundo desaparecimento* das vítimas e a responsabilidade das autoridades que foram coniventes com essa prática.

O Brasil pode também ter sido envolvido nesse ciclo de desaparecimento e segundo desaparecimento de vítimas do TdE argentino. Conforme a reportagem do jornalista Tito Tajés, escrita em 1985 para o jornal carioca O Globo, o encontro de um cadáver próximo ao farol do Albardão, balneário do Hermenegildo, no município de Santa Vitória do Palmar, no litoral sul do Rio Grande do Sul, em 11 de abril de 1978, pode ter relação com os achados nas praias uruguaias e com os voos da morte na Argentina. Uma cópia da reportagem, que não chegou a ser publicada pelo jornal carioca, está arquivada no acervo do MJDH, em Porto Alegre. Junto a ela estão também cópias dos documentos da Polícia Civil aos quais Tajés teve acesso. A reportagem escrita em 1985 não só remonta ao caso dos cadáveres encontrados nas praias do extremo sul do Rio Grande do Sul, mas vai além, fazendo a devida conexão com os fatos denunciados pelo ex-marinheiro uruguaio, e fazendo ao final uma importante denúncia sobre os crimes cometidos pelos militares argentinos. Na parte final do texto, Tajés reproduz uma entrevista com Jair Krischke, fundador do MJDH, que afirma a certeza de que os corpos encontrados nas praias brasileiras eram sim de presos políticos argentinos.

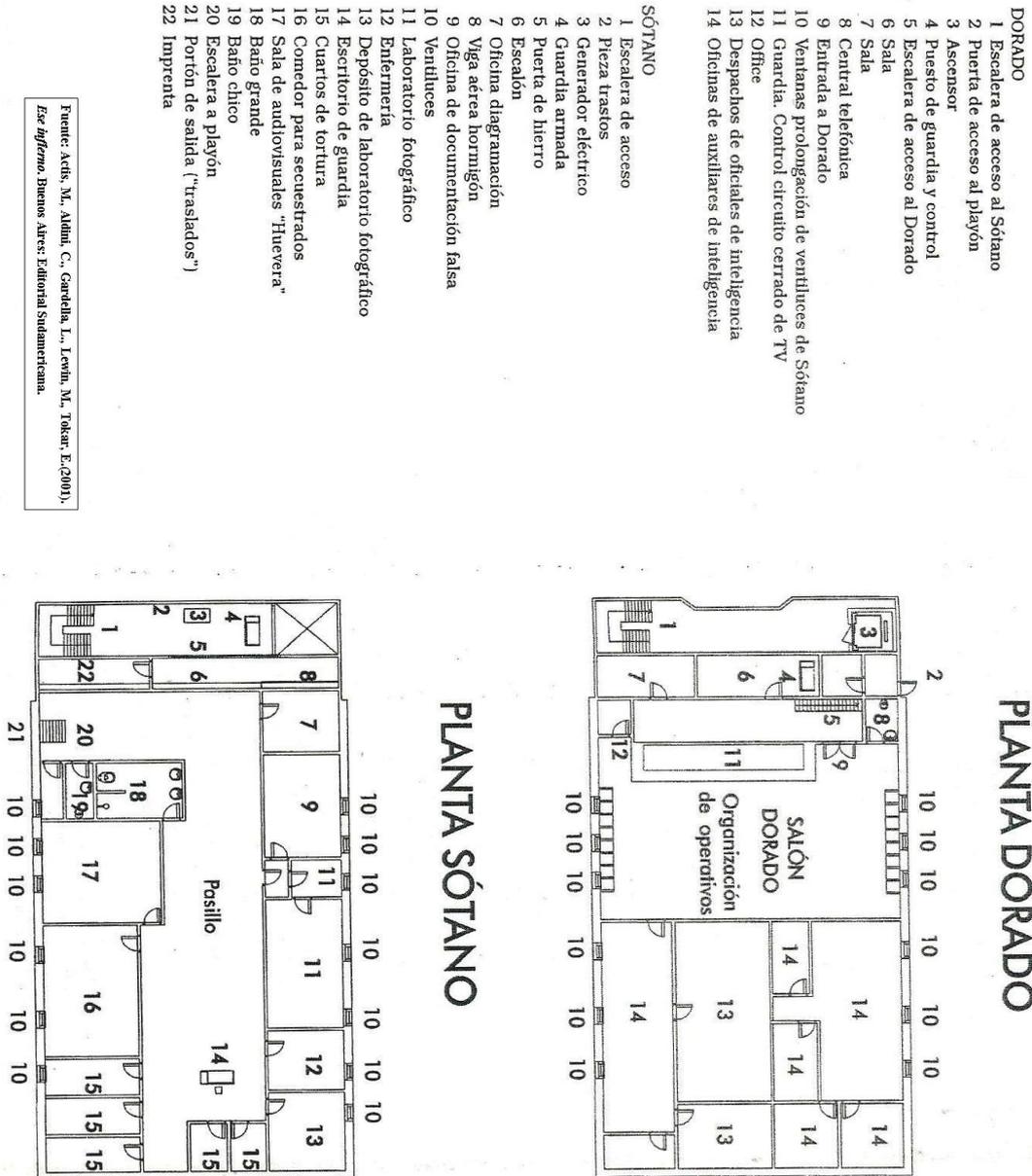
Iniciada a partir de questionamentos referentes ao aparecimento dos cadáveres no litoral brasileiro, a pesquisa que levou à consecução deste trabalho teve que ampliar o foco da análise para todo o sistema referente a prática dos voos da morte na Argentina. Partindo de um caso isolado, foi-se construindo ao longo do tempo um complexo emaranhado de informações, que foram costurados para formalizar uma narrativa histórica que considerasse o todo, desde as origens teóricas e doutrinárias das práticas criminosas das ditaduras de Segurança Nacional que assolaram o Cone-Sul a partir da década de 1960, passando pelas vicissitudes da história política argentina, até chegar nos documentos que comprovam os voos da morte e o *segundo desaparecimento* dos corpos das vítimas. Por ser um tema que apresenta pouca ou quase nenhuma publicação historiográfica até o presente momento, houve algumas dificuldades de abordar esse tema, que é tão sensível ainda aos argentinos e a todos que militam pela direito à Memória e à Justiça lá e aqui. Dificuldades estas inerentes a um trabalho sobre a História do Tempo Presente, cujos desdobramentos ainda estão por serem analisados em futuras publicações.

Por fim, este trabalho foi pensado também como uma forma de contribuir ao esforço conjunto de pesquisadores, organizações de Direitos Humanos, movimentos sociais e familiares de desaparecidos políticos que vem há anos lutando, tanto na Argentina quanto no Brasil, pela reparação dos crimes cometidos pelas ditaduras, e pelo exercício da justiça aos

perpetradores dos crimes de lesa-humanidade. É preciso estar atento e forte ao ressurgimento de grupos políticos que defendem a quebra da constitucionalidade, desejando o retorno dos regimes autoritários que tantas vítimas causaram no nosso passado recente.

ANEXOS

Imagem 1 - Croqui do porão e do salão Dorado do Casino de Oficiales da ESMA



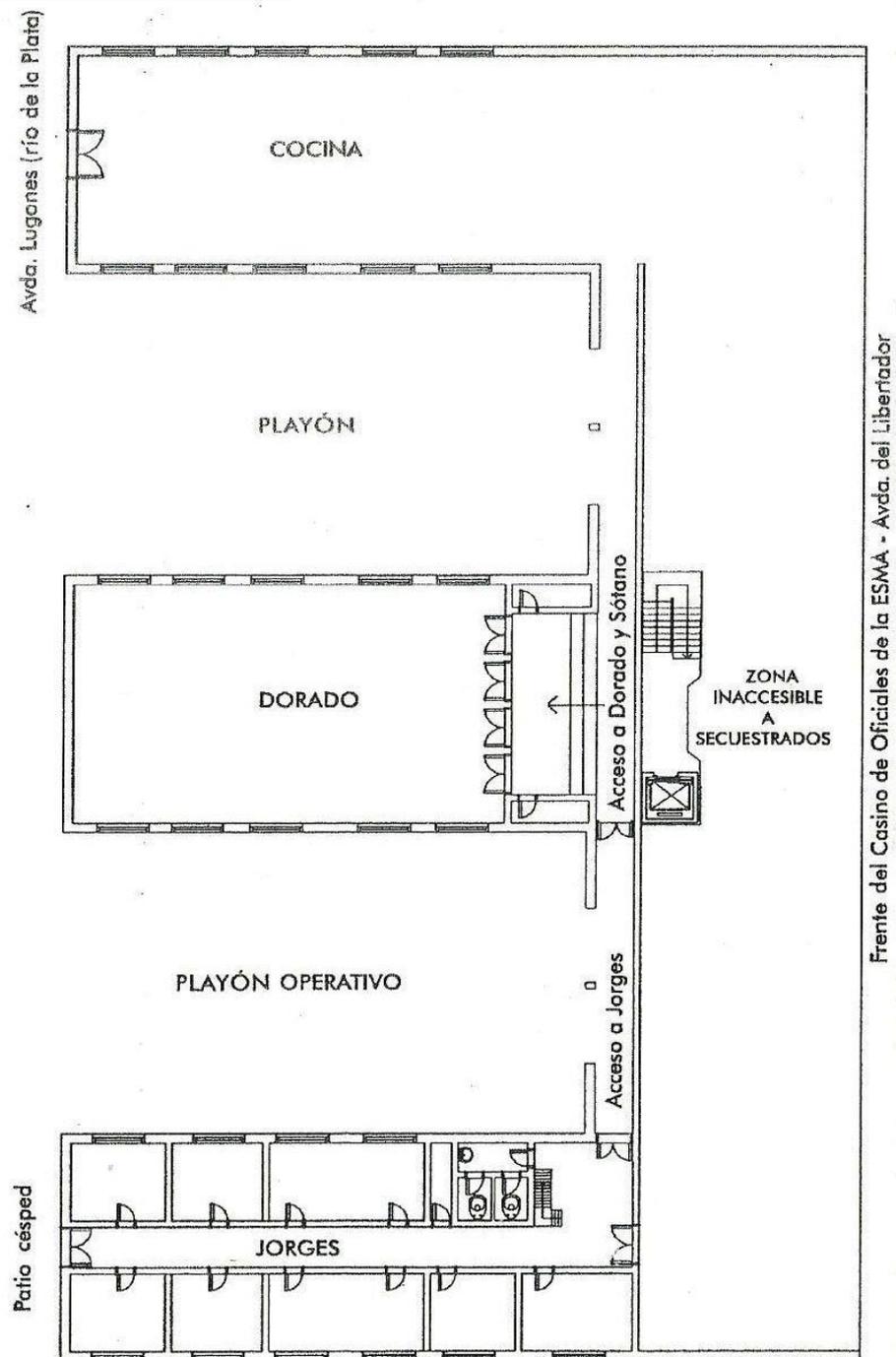
Fonte: Depoimentos de Miriam Lewin, Munú Actis, Elisa Tokar, Liliana Gardella e Cristina Aldini para a obra **Ese Infierno**: Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA.<sup>324</sup>

<sup>324</sup>ACTIS, Munú. ALDINI, Cristina. GARDELLA, Liliana. LEWIN, Mirian. TOKAR, Elisa. **Ese Infierno**: Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA. Buenos Aires: Sudamericana, 2001. Disponível em: <https://asistenciaquerellas.wordpress.com/2013/11/22/topografia-del-terror-croquis-de-la-esma-confeccionado-por-cinco-sobrevivientes-extraido-del-libro-ese-infierno-2001/>. Data de acesso: 20 de jan. de 2016.

Imagem 2 - Croqui do andar térreo do *Casino de Oficiales* da ESMA

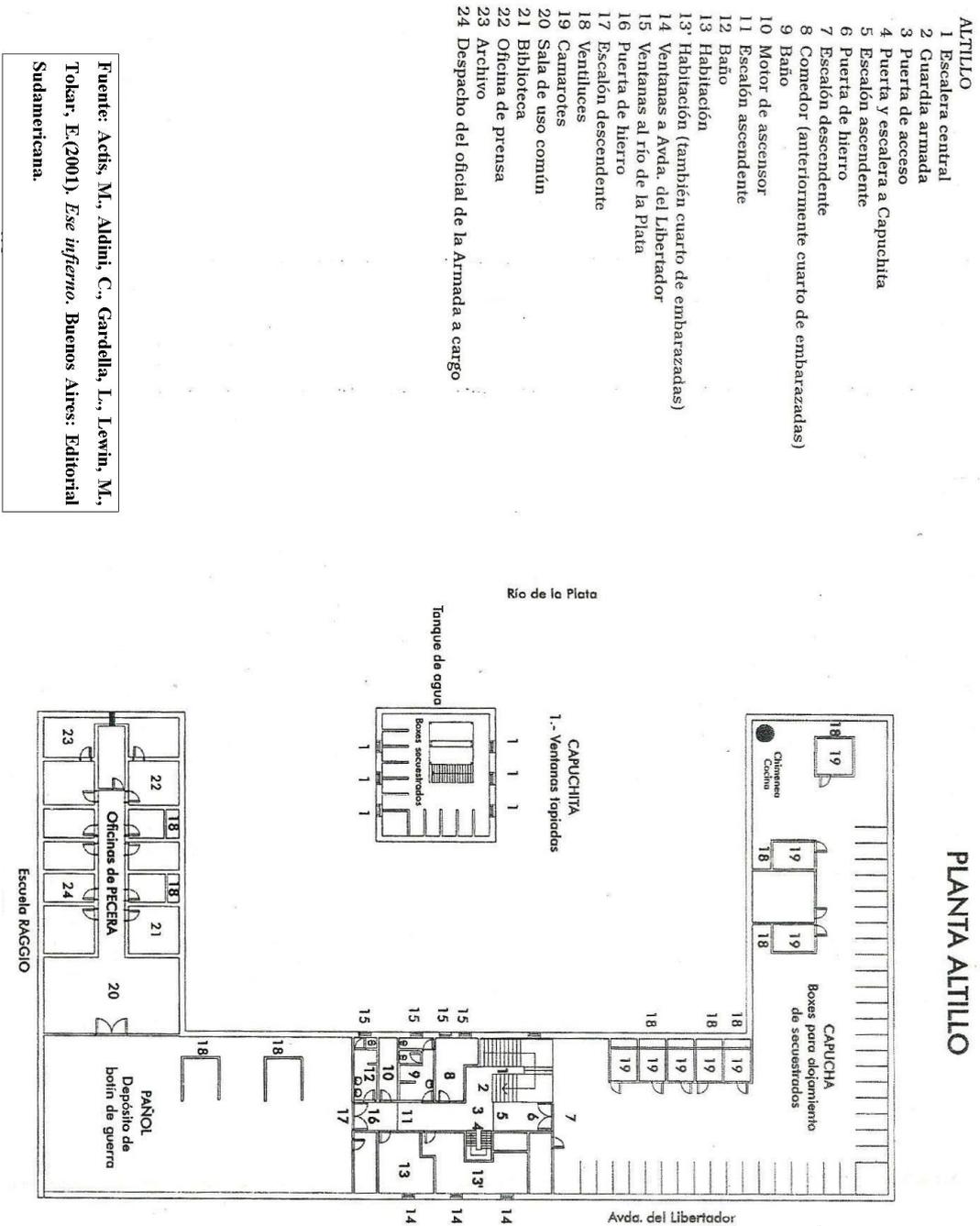
Fuente: Actis, M., Aldini, C., Gardella, L.,  
Lewin, M., Tokar, E.(2001). *Ese infierno*.  
Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

## PLANTA BAJA



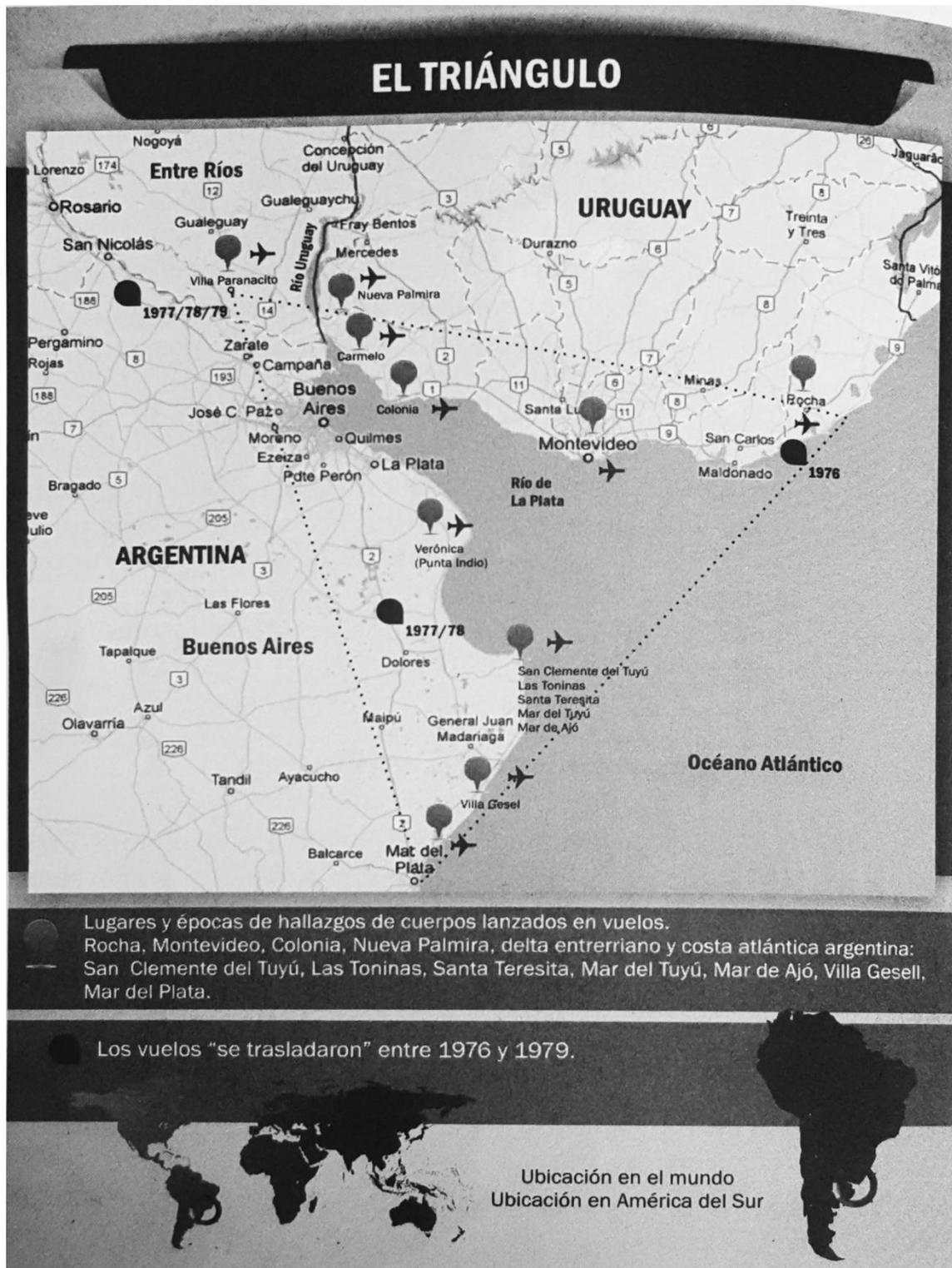
Fonte: Depoimentos de Miriam Lewin, Munú Actis, Elisa Tokar, Liliiana Gardella e Cristina Aldini para a obra **Ese Infierno**: Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA.

Imagem 3 - Croqui do sótão, onde se localizava *Capucha* e *Capuchita*



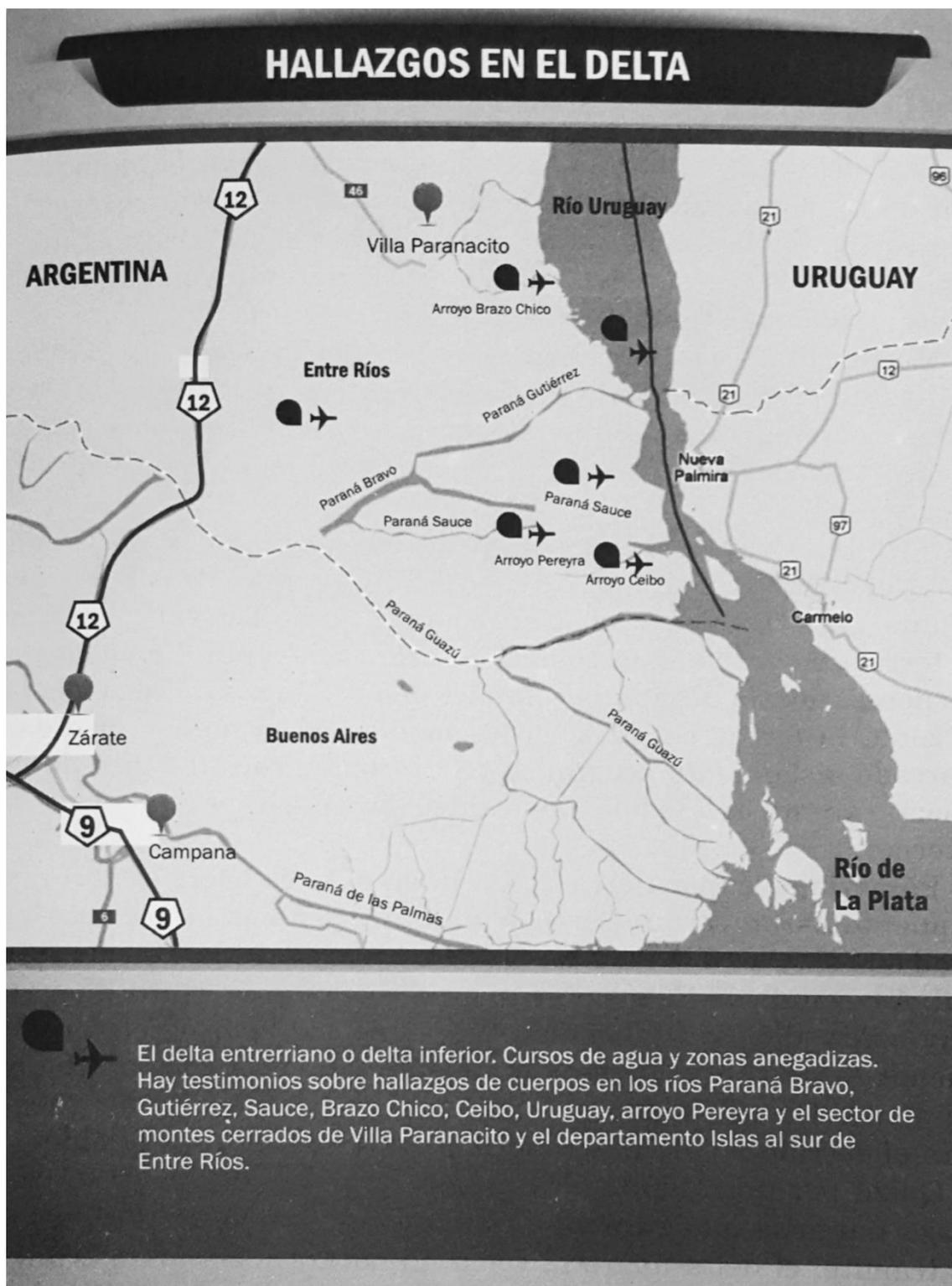
Fonte: Depoimentos de Miriam Lewin, Munú Actis, Elisa Tokar, Liliana Gardella e Cristina Aldini para a obra **Ese Infierno**: Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA.

Imagem 4 – Lugares e datas da aparição de cadáveres lançados de voos da morte



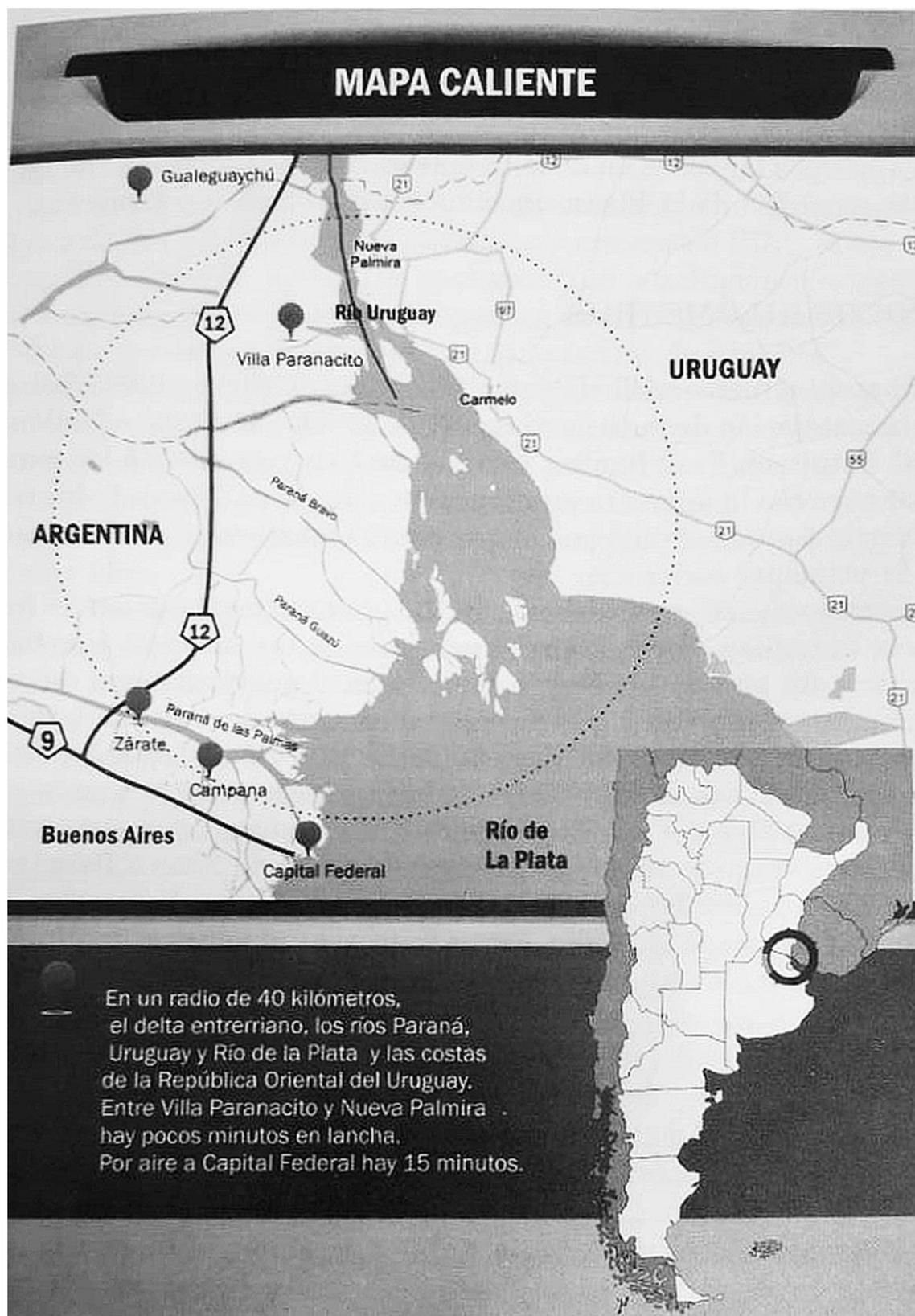
Fonte: MAGNOTTA, op. cit., p. 86.

Imagem 5 – Aparições de cadáveres na zona do delta do Rio Paraná



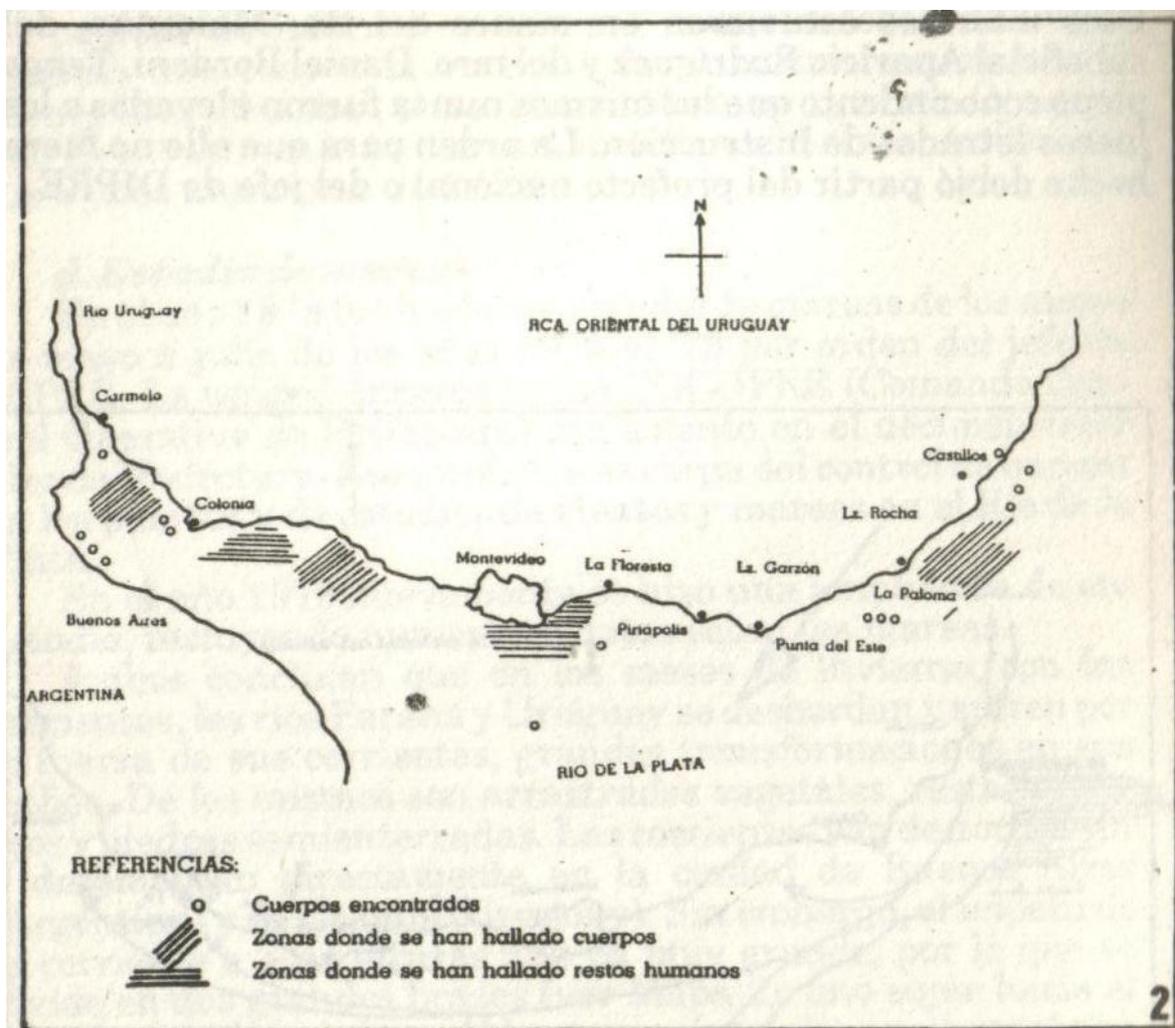
Fonte: MAGNOTTA, op. cit., p. 35.

Imagem 6 – Zona onde seriam encontrados cadáveres de vítimas dos voos da morte



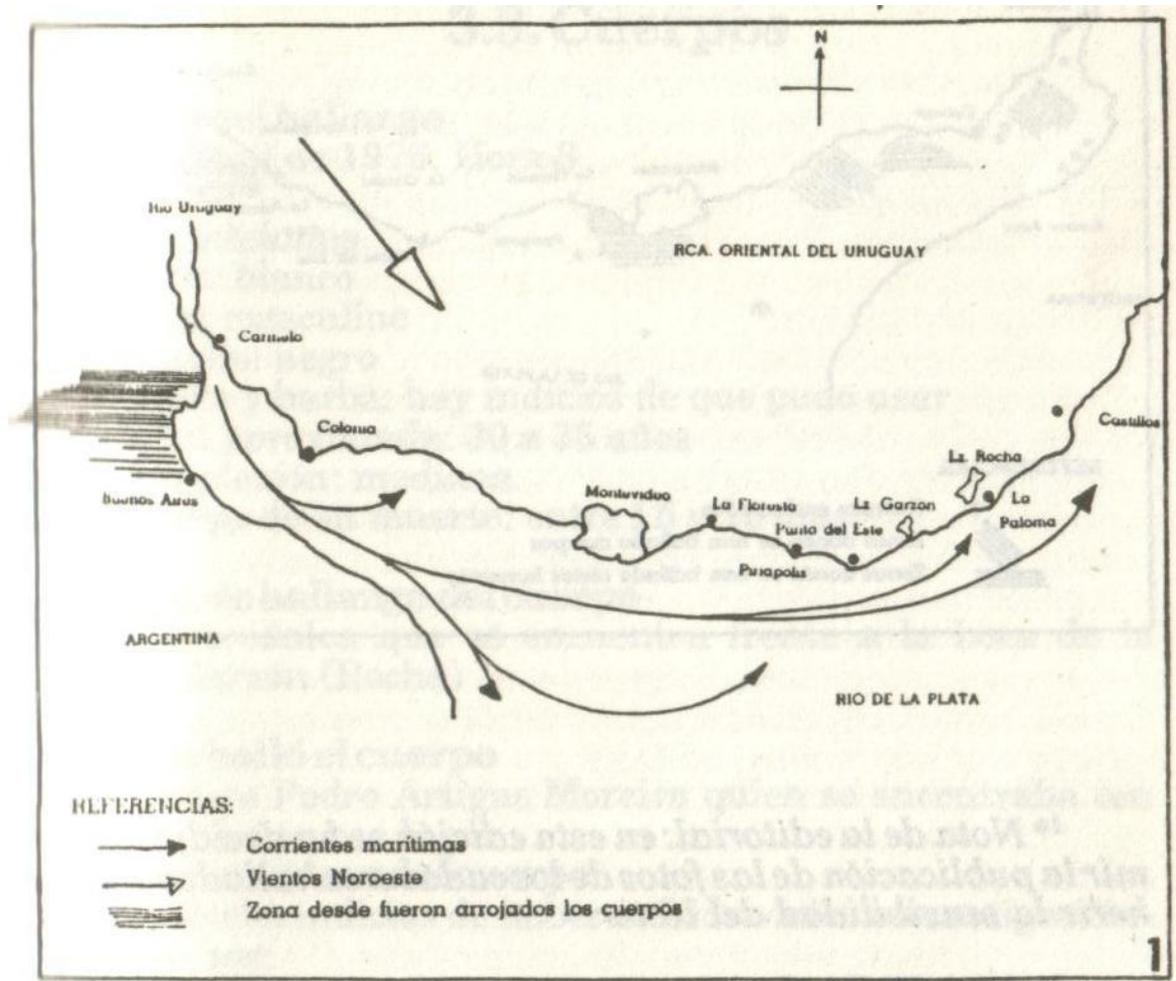
Fonte: MAGNOTTA, op. cit., p. 57.

Imagem 7 - Mapa dos locais onde foram encontrados os corpos e restos humanos no litoral uruguaio, de autoria de Daniel Rey Piuma



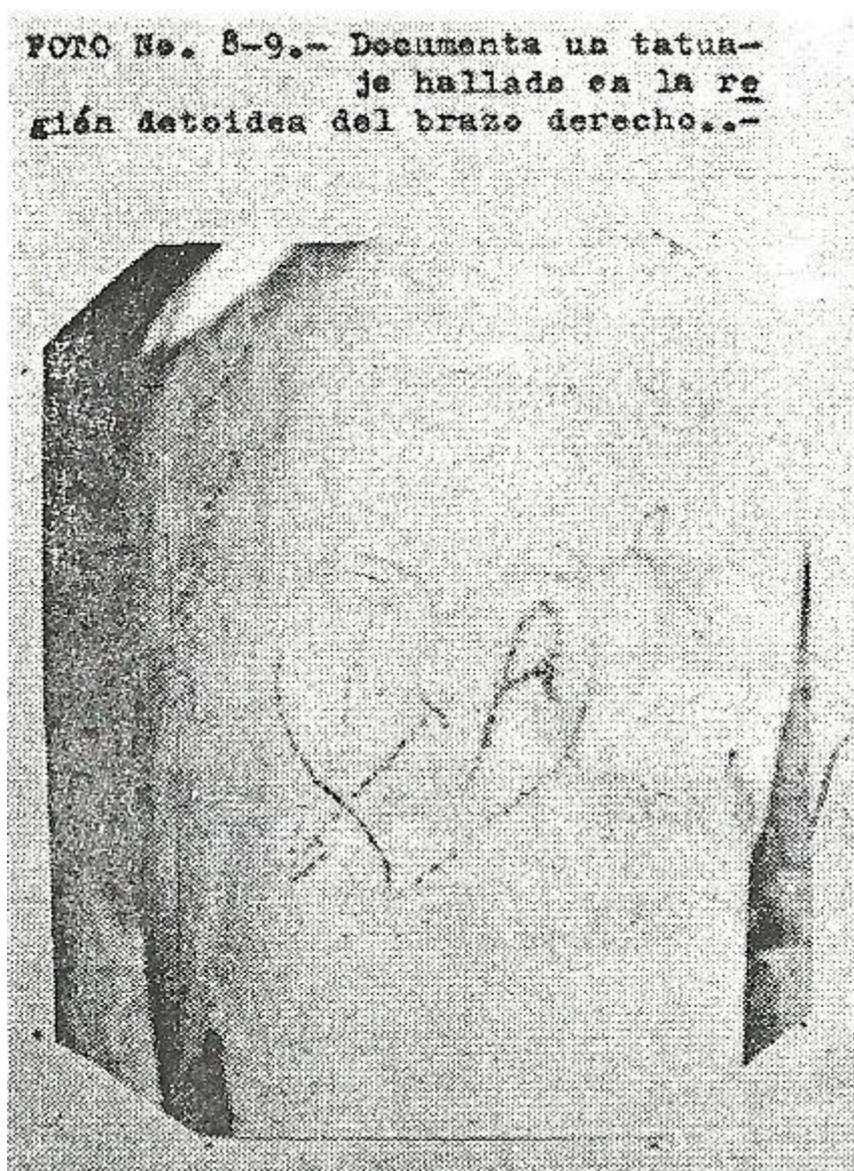
Fonte: PIUMA, 1988, op. cit., p. 126.

Imagem 8 – Correntes marítimas do Rio da Prata, de autoria de Daniel Rey Piuma



Fonte: PIUMA, 1988, op. cit, p. 125.

Imagem 9 – Braço direito do cadáver de Floreal Avellaneda (detalhe para a tatuagem com as iniciais F e A)



Fonte: *Prefectura Nacional Naval (Uruguai)*<sup>325</sup>

<sup>325</sup> PIUMA, 1984, op. cit. p. 58.

Imagem 10 - Cadáver desconhecido do Hermenegildo



Fonte: Jurandir Silveira (Companhia Jornalística Caldas Júnior – abril de 1978)<sup>326</sup>

---

<sup>326</sup> PADRÓS et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória** (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor). Porto Alegre: CORAG, 2010.

Imagem 11 - Reprodução de uma página da reportagem de Tito Tajés

ALBARDÃO

(10) Cerca de 60 quilômetros ao norte do Hermenegildo  
 pela costa deserta do albardão, ~~há poucas~~ <sup>(poucas)</sup> pessoas ~~que~~ tran-  
 sitam, especialmente no outono e no inverno. Na manhã de 11  
 de abril, dois desses raros passantes - almerindo de paula  
 e seu filho jorge severino de paula -, moradores da região,  
~~passavam tranquilamente~~ <sup>cavalgavam</sup> por ali e levaram um susto: um vulto que  
 viram a distância jogado <sup>na</sup> praia pelo mar não era um ser marinho  
 como a princípio pensaram, mas os restos de um corpo humano  
 que se decompunha.

surpresos, pai e filho foram até o farol do albardão e pedi-  
 ram ao radio-telegrafista para comunicar o achado à delegaci-  
 a de polícia de santa vitória do palmar. horas depois chegavam  
 ao local funcionários da DP com o fotógrafo mario osvaldo car-  
 doso de aguiar, contratado para fazer eventuais levantamentos  
 técnicos.

Hoje, passados mais de ~~sete~~ <sup>sete anos,</sup> mário de aguiar ainda guarda os negati-  
 vos das fotos que fez naquele dia. ~~■~~ ao relatar o episódio, a  
 pedido de O GLOBO, lembra detalhes que não percebeu naquela o-  
 casião. e diz ter a impressão de que alguns sulcos nos braços  
 do morto poderiam ser a indicação de que ele tinha sido amar-  
 rado com cordas. a impressão que lhe ficou é de que se trata-  
 va de um homem com a pele clara e com barba ~~longa~~ <sup>grande</sup>.  
 restava-lhe, do crânio, somente o maxilar inferior, mas no pes-  
 coço havia vestígios de pelos compridos. de nada disso, na ho-  
 ra, o fotógrafo se apercebeu, porque também ele estava fixado  
 na "maré vermelha" e de início associou aquela morte ao fenôme-  
 no. hoje, contudo, mario de aguiar pensa diferente.

Fonte: Acervo do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH)

## REFERÊNCIAS

### I. Fontes documentais

ARGENTINA. **Decreto N° 261/75 de 5 de Febrero de 1975** (Operativo Independencia). Disponível em: [https://es.wikisource.org/wiki/Decreto\\_261/75\\_%28Argentina%29](https://es.wikisource.org/wiki/Decreto_261/75_%28Argentina%29). Data de acesso: 15 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministerio Público Fiscal de la Nación. J.12, S.23, **Expediente nro. 14.217/2003**, “ESMA s/delito de acción pública”. Fiscalnet nro. 26.566/2003. *FORMULO REQUERIMIENTO DE ELEVACIÓN A JUICIO*. Buenos Aires: Fiscalía Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nro. 3, 9 de maio 2012.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaria de Derechos Humanos. **Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado (RUVTE)**. Disponível em: <http://www.jus.gob.ar/derechoshumanos/areas-tematicas/ruvte.aspx>. Data de acceso: 25. nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolución del Juzgado Federal N° 1 de Bahía Blanca por la que se sistematiza la organización naval en los llamados "vuelos de la muerte" y disponiendo inspección ocular**. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/arg/doc/bbca107.html>. Acessado em: 07 de set.2015.

BRASIL. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Certidão n° 409/78, f. 22 e verso, no livro de ocorrências 28/78**. Santa Vitória do Palmar: Delegacia de Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar, 11 abr. 1978.

\_\_\_\_\_. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Auto de Necropsia N° 043/78, fl. 01 e 02**. Santa Vitória do Palmar: Posto Regional do Instituto Médico Legal, Delegacia de Polícia de Santa Vitória do Palmar, 12 de abril de 1978.

\_\_\_\_\_. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. **Exame Requisitado a pedido do (a) Delegacia de Polícia do 1° Distrito de Santa Vitória do Palmar. Requisição n° 1573/78 – Datada de: 17/4/78**. Porto Alegre: Instituto Médico Legal – Laboratório de Toxicologia, 26 de abr. de 1978.

\_\_\_\_\_. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. Polícia Civil. **Of. Cir. N° 891/78**. Rio Grande: 7ª Região Policial – Delegacia Regional de Polícia, 28 de abr. de 1978.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Ato Institucional N° 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília: 13 dez. de 1968. Disponível em: [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo\\_norma=AIT&data=19681213&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s). Data de acesso: 5 de nov. de 2011.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Organización de los Estados Americanos. **Informe sobre la situación de los derechos humanos en Argentina**. Cap. 5: Derecho a la Seguridad e Integridad Personal – C) Inspecciones en cárceles y otros centros de detención. Washington, 11 de abril de 1980. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/countryrep/Argentina80sp/indice.htm>. Data de acesso: 07/01/2016.

CUARTEL GENERAL, **DEPARTAMENTO DE EJÉRCITO (USA)**, 1971.

TAJES, Tito. [**Sem Título**]. [S.l.: s.n., 1985?]. 9 p.

## II. Noticias de prensa

BADENES, Daniel. La historia de cuerpos aparecidos en las costas rioplatenses – Rio Revolto. **La Pulseada**, N°. 37, La Plata, 2006. Disponible em: <http://ow.ly/7zZ1K>. Data de acceso: 23 out. 2011.

LA GACETA. Repudian el despido en La Escuelita. Tucumán: **La Gaceta**, 16 de jan. de 2016. Disponible em: <http://www.lagaceta.com.ar/nota/668197/politica/repudian-despido-escuelita.html>. Data de acceso: 21 de jan. de 2016

LA NACIÓN. Perpetua para el represor Riveros por el crimen de Floreal Avellaneda. **La Nación**, Buenos Aires, 12 ago. 2009. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/1161705-perpetua-para-el-represor-riveros-por-el-crimen-de-floreal-avellaneda>. Data de acceso: 14 nov. 2011.

MARTÍNEZ, Diego. Fuimos Todos. **Página/12**, Buenos Aires, 6 de set. 2009. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131277-42284-2009-09-06.html#arriba>. Data de acceso: 7 de out. 2011.

\_\_\_\_\_. Los vuelos probados. **Página/12**, Buenos Aires, 7 de set. 2009. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131334-42294-2009-09-07.html>. Data de acceso: 7 de out. 2011.

PÁGINA/12. Perpetua para Astiz, el "Tigre" Acosta, Cavallo, Donda, Pernías, Rádice y otros seis genocidas. **Página/12**, Buenos Aires, 26 de out. 2011. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-179823-2011-10-26.html>. Data de acceso: 26 de out. 2011.

RANZANI, Oscar. Pablo Torello y el Documental Historias de Aparecidos. **Página/12**, Buenos Aires, 22 de jul. 2009. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/5-14656-2009-07-22.html>. Data de acceso: 26 de out. 2011.

ROBÍN, Marie-Monique. Todo lo que admitió Díaz Bessone. **Página/12**, Buenos Aires, 18 de mai. 2011. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/rosario/9-28730-2011-05-18.html>. Data de acceso: 07 de set. 2015.

SUED, Gabriel. Hubo 600 desapariciones antes del 76. **La Nación**, Buenos Aires, 13 de jan. 2007. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/875007-hubo-600-desaparecidos-antes-del-76>. Data de acceso: 10 de out. 2011.

TELAM. **Pentotal sodico, la droga conocida como ‘el suero de la verdad**. Disponible em: <http://www.telam.com.ar/nota/20671/>. Data de acceso: 15 de abr. 2014.

VIDELA, Jorge Rafael, **Revista Gente**, 22 de dezembro de 1977.

### III. Bibliografia

ACTIS, Munú. ALDINI, Cristina. GARDELLA, Liliana. LEWIN, Mirian. TOKAR, Elisa. **Ese Infierno**: Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA. Buenos Aires: Sudamericana, 2001. Disponível em: <https://asistenciaquerellas.wordpress.com/2013/11/22/topografia-del-terror-croquis-de-la-esma-confeccionado-por-cinco-sobrevivientes-extraido-del-libro-ese-infierno-2001/>. Data de acesso: 20 de jan. de 2016.

ARAÚJO, Rafael de Borba. **A Brigada Militar e a Segurança Nacional**: Inimigo interno e Guerra Revolucionária na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul – 1980/1985. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012

\_\_\_\_\_. **Um Estudo Comparativo das Práticas de Desaparecimento nas Ditaduras Civil-Militares Argentina e Brasileira e a Elaboração de Políticas de Memória em Ambos os Países**. 2011, 446 fl. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universitat de Barcelona, Porto Alegre, Barcelona, 2011. 2 v.

BLANCO, Fernando. 1969: El Cordobazo argentino. In: HOLZMANN, Lorena. PADRÓS, Enrique (Orgs.). **1968: Contestação e Utopia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martín. **Decíamos Ayer: La prensa argentina bajo el Proceso**. Buenos Aires: Colihue, 1998.

BONNET, Gabriel. **Guerrilhas e Revoluções**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BRASIL: **Nunca Mais**. Projeto A. Tomo V, vol. 1.

BRAUNSTEIN, N. A. et al. **Psicología: ideología y ciencia**. México: Siglo XXI, 1979.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e Desaparecimento**: Os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.

CATELA, Ludmila da Silva. Etnografía de los Archivos de la Represión en la Argentina. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia Reciente: Perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. **Meu quarto, minha cela**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CONADEP. **Nunca Más**. Buenos Aires: Eudeba, 1995.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor – O Sequestro dos Uruguaios: Uma reportagem dos tempos da ditadura**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DE RIZ, Liliana. **La política en suspenso: 1966-1976**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

DÍAZ, Universindo Rodríguez. Todo Está Cargado en la Memoria, Arma de la vida y de la Historia. IN: PADRÓS et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor)**. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 179-205.

DUHALDE, Eduardo Luis. **El Estado Terrorista argentino**. Buenos Aires: Colihue, 2013.

DUSSEL, Inés; FINOCCHIO, Silvia; GOJMAN, Silvia. **Haciendo memoria en el país de Nunca Más**. Buenos Aires: EUDEBA, 1997

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. Argentina 1976-1983: Extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique (org.). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

FERRI, Omar. **Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

FRONTALINI, Daniel; CAIATI, María Cristina. **El mito de la Guerra Sucia**. Buenos Aires: CELS, 1984.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni dos. **Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

GONZÁLEZ, Nelson Daniel Gasparik; GONZÁLEZ, Walter Hugo Rotela. **El Vuelo del Cóndor no Termina**. Disponível em: [http://pebuwar2.blogspot.com/2011\\_06\\_01\\_archive.html](http://pebuwar2.blogspot.com/2011_06_01_archive.html). Data de acesso: 30 out. 2011.

GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES, Elmar. **CooJornal: Um Jornal de Jornalistas sob o Regime Militar**. Porto Alegre: Libretos, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

LE GOFF, Jacques. A Visão dos Outros: Um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Phillippe (orgs.). **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

MAGNOTTA, Fabián. **El Lugar Perfecto** – Dictadura: Vuelos de la muerte y desaparecidos en el delta entrerriano (1976-1980). Buenos Aires: Ediciones Cinco, 2013.

MARIANO, Nilson. **Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Operación Condor: Terrorismo de Estado en el Cono Sur**. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

MIGNONE, Emílio F; McDONNELL, Augusto Conte. **Estrategia Repressiva de la Dictadura Militar: la doctrina del paralelismo global**. Buenos Aires, Colihue, 2006.

NOVARO, Marcos. PALERMO, Vicente. **La Dictadura Militar 1976-1983: del Golpe de Estado a la restauración democrática**. Buenos Aires: Paidós, 2011.

PADRÓS, Enrique et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória** (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor). Porto Alegre: CORAG, 2010.

\_\_\_\_\_. **Como el Uruguay no Hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 v.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, UDESC, Florianópolis, Edição I, Nº 1, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. In: **Revista História e Luta de Classes**, Ano 3, Nº 4, julho de 2007, p. 43-49.

PASCUAL, Alejandra. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Editora UnB, 2004.

PIUMA, Daniel Rey. **Los Crímenes del Rio de la Plata**. Córdoba: El Cid, 1984

\_\_\_\_\_. **Un Marino Acusa**. Montevideo: Tupac Amarú Editores, 1988.

PORTUGHEIS, Rosa Elsa (coord.). **Bombardeo de 16 de junio de 1955**. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos. Archivo Nacional de la Memoria, 2015.

REIS, Ramiro José dos. Lilián, Camilo e Francesca Celiberti: Uma família na mira do Condor em Porto Alegre, In: PADRÓS et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória** (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor). Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 205-217.

\_\_\_\_\_. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um Porto não muito Alegre**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

RIQUELME, Horacio. **Era de névoas**: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina. São Paulo: Educ, 1993.

ROBÍN, Marie-Monique. **Escuadrones de la muerte: La escuela francesa**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JR., Gilson. **História do Tempo Presente**. Bauru: EDUSC, 2007.

SOCA, Diego Antônio Pinheiro. **“O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina”**: os “vôos da morte” e a convivência das ditaduras do Brasil e do Uruguai com o ocultamento dos corpos devolvidos pelo mar. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

VERBITSKY, Horacio. **El Silencio**: De Paulo VI a Bergoglio. Las relaciones secretas de la Iglesia con la ESMA Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005

\_\_\_\_\_. **El Vuelo**. Buenos Aires: Planeta, 1995.

\_\_\_\_\_. **Ezeiza**. Buenos Aires: Contrapunto, 1985.

VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente**: Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

WALSH, Rodolfo. **Carta abierta de un escritor a la Junta Militar, 24 de marzo de 1977**: propuestas para trabajar en el aula. Buenos Aires: Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos de la Nación, 2010.